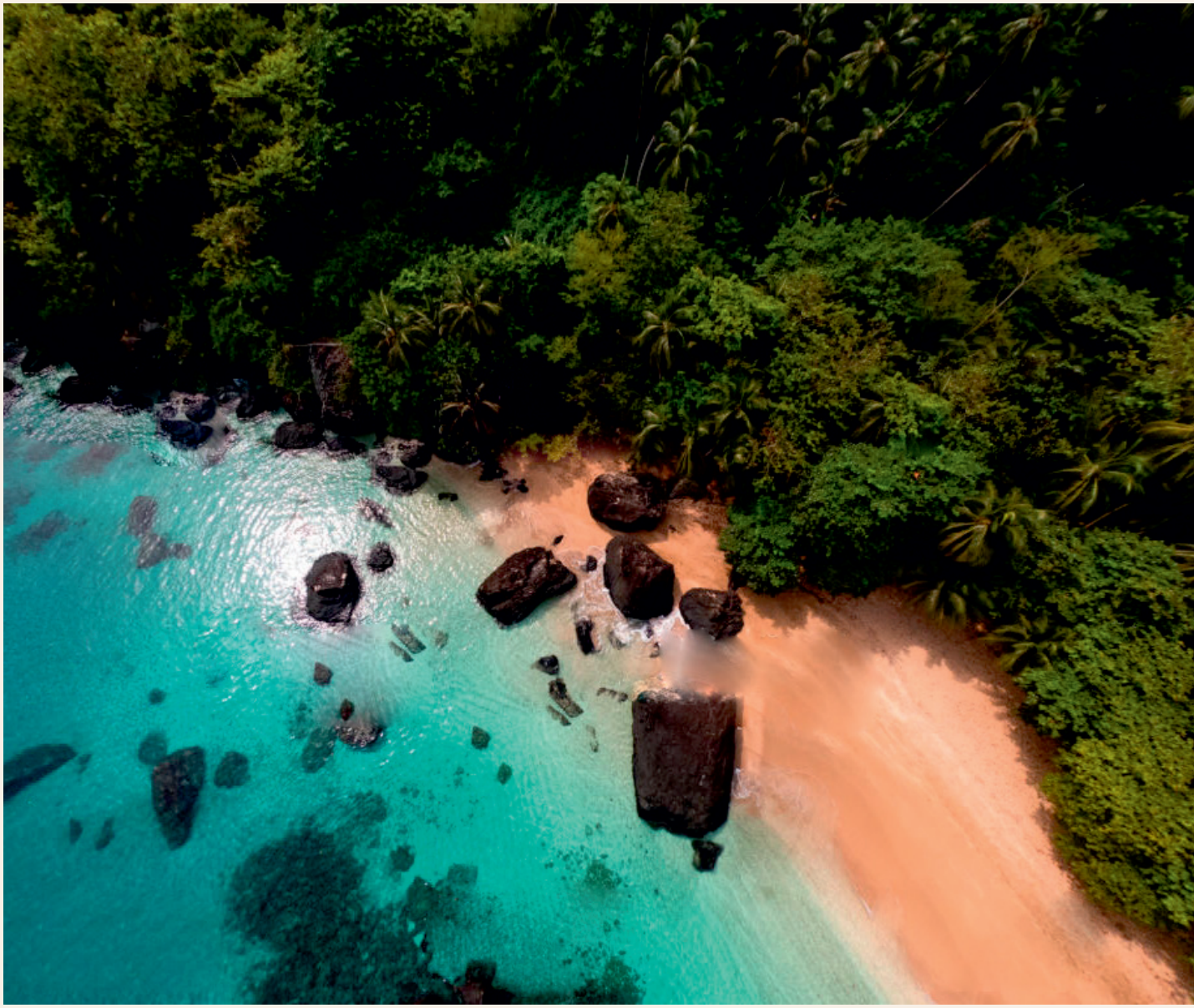
Public Disclosure Authorized
Public Disclosure Authorized
Public Disclosure Authorized
Public Disclosure Authorized

WORLD BANK GROUP

SETEMBRO 2021



PROSPERIDADE PARA TODOS OS SÃO-TOMENSES

PRIORIDADES PARA ACABAR COM A POBREZA, PROMOVER O CRESCIMENTO E AUMENTAR A RESILIÊNCIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIAGNÓSTICO SISTEMÁTICO DO PAÍS

REPORT NO. 163801-ST

PROSPERIDADE PARA TODOS OS SÃO-TOMENSES:

PRIORIDADES PARA ACABAR COM A POBREZA, PROMOVER O CRESCIMENTO E AUMENTAR A RESILIÊNCIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIAGNÓSTICO SISTEMÁTICO DE PAÍS

GRUPO BANCO MUNDIAL

SETEMBRO 2021

WORLD BANK GROUP

República Democrática de São Tomé e Príncipe

ANO ORÇAMENTAL GOVERNAMENTAL

1 de Janeiro – 31 de Dezembro

TAXA DE CÂMBIO

(Em vigor a 29 de setembro de 2021)

Unidade Monetária

Dobra de São Tomé e Príncipe

STD 21.22: US$1.00

SIGLAS

AALEEB	Avaliação Aferida de Larga Escala no Ensino Básico
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ADP	Avaliação da Despesa Pública
AFAP	Agência Fiduciária de Administração de Projetos
AG	Agregados
AGER	Autoridade Geral de Regulação
AGFP	Avaliação da Gestão das Finanças Públicas
AITC	Agricultura Inteligente em Termos Climáticos
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
APCI	Agência para Promoção de Comércio e Investimento
APE	Acordo de Parceria Económica
APPS	Acordo de Parceria no Domínio da Pesca Sustentável
ASH	Água, Saneamento e Higiene
ASS	África Subsariana
AVAI	Ano de Vida Ajustado por Incapacitação
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
CA	Congéneres aspiracionais
CDNN	Contributo Determinado a Nível Nacional
CE	Congéneres estruturais
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CITA	Classificação Internacional Tipo por Atividades
CITP	Classificação Internacional Tipo das Profissões
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
CTCI	Classificação Tipo para o Comércio Internacional
DBC	Défice da Balança Corrente
DE-FAO	Departamento de Estatística – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
DNT	Doença não Transmissível
EGDI	Índice de Desenvolvimento da Administração Pública em Linha
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
EN	Exame Nacional
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis
EP	Empresa Pública
EPI	Índice de Participação em Linha
ETIPD	Economia Turística de Ilha de Pequena Dimensão

FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gás com Efeito de Estufa
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GIEPPA	Grupo de Interesse Económico de Palaiês e Pescadores Artesanais
GMI	Gabinete Marítimo Internacional
GSTP	Governo de São Tomé e Príncipe
I&D	Investigação e Desenvolvimento
ICA	Índice de Conectividade Aérea
IDA	Inventário de Dados Abertos
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDL	Índice de Desempenho da Logística
IDM	Indicadores do Desenvolvimento Mundial
IDS	Inquérito Demográfico e de Saúde
IDS	Índices de Desenvolvimento Social
IFC	Corporação Financeira Internacional
IIF	Inquérito sobre Inclusão Financeira
IIM	Inquérito de Indicadores Múltiplos
IN	Identificação Nacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOF	Inquérito aos Orçamentos Familiares
IPG	Índice de Paridade de Género
IPI	Infeção Parasitária Intestinal
IPS	Índice do Progresso Social
ISSG	Índice de Segurança Sanitária Global
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LGBT	Pessoas Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgénero
MEP	Memorando Económico do País
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
MOPIRNA	Ministério das Obras Públicas, Infraestrutura, Recursos Naturais e Ambiente
MPFEA	Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MRAB	Migração, Remessas, Assistência e Burocracia
OACI	Organização da Aviação Civil Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSIG	Orientação Sexual e Identidade de Género
PEID	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
PFV	Programa de Famílias Vulneráveis
PIAC	Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas
PIB	Produto Interno Bruto
PMBR	País de médio-baixo rendimento
PMC	Potencial Máximo de Captura
PMCEGE	Plano de Menor Custo de Expansão da Geração de Energia
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNB	Produto Nacional Bruto
PNDS	Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPAE	Países Pobres Altamente Endividados
PPC	Paridade do Poder de Compra
PRMA	Países de Rendimentos Médios Altos
PRE	Países com pré-dividendos demográficos
PSR	Programa de Saúde Reprodutiva
PST	Países com pós-dividendos demográficos
RTI	Rede Mosquiteira Tratada com Inseticida

SARP	Normas e Práticas Recomendadas
SASP	Sistemas Agrossilvopastoris
SCD	Diagnóstico Sistemático de País
SFD	Serviços Financeiros Digitais
STEPS	Abordagem STEPwise para vigilância de fatores de risco para DNT
STP	São Tomé e Príncipe
TBE	Taxa Bruta de Escolarização
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TTF	Taxa Total de Fertilidade
UE	União Europeia
UIT	União Internacional das Telecomunicações
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USD	Dólares Americanos
VBG	Violência com Base no Género
VCR	Via de Concentração Representativa
WBG	Grupo do Banco Mundial
ZCLCA	Zona de Comércio Livre Continental Africana
ZDC	Zona de Desenvolvimento Conjunto
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Vice-Presidente para Região da África Oriental e Austral:	Hafez M. H. Ghanem
Director para os países de São Tomé e Príncipe, Angola, Burundi, e República Democrática do Congo:	Jean-Christophe Carret
Director Regional:	Asad Alam
Responsável pela área de Pobreza e Equidade:	Pierella Paci
Líder do Projecto:	Liliana D. Sousa

ÍNDICE

Agradecimentos xv

Resumo Executivo 1

Crescimento com pouca transformação económica e poucas oportunidades 2

A redução da pobreza exige que se actue contra as vulnerabilidades críticas e contra os constrangimentos efectivos do país 4

Promover uma transformação económica orientada para o emprego em STP 7

1. Apresentando o cenário 13

1.1 Um estado insular pequeno com riquezas naturais 13

1.2 Legado colonial de extracção e subinvestimento 15

1.3 Exclusão social e pressão demográfica 18

2. Pobreza, crescimento e prosperidade partilhada 23

2.1 Crescimento económico real modesto impulsionado pela acumulação de capital financiado por credores estrangeiros 26

2.2 Lenta transformação económica e dependência continuada de actividades de baixa produtividade 31

2.3 Elevada taxa de pobreza, mas melhorias notáveis nos resultados do desenvolvimento humano 36

2.4 Impulsionadores da pobreza: oportunidades de emprego limitadas e capital humano reduzido 40

3. Constrangimentos e riscos em matéria de redução da pobreza e crescimento económico 47

3.1 Níveis reduzidos de capital humano 48

3.2 Sector privado pequeno 60

3.3 Um sector eléctrico caro, mas deficiente 64

3.4 Isolamento e fracas ligações 70

3.5 Capacidade institucional limitada 75

Lacunas de Conhecimentos 80

3.6 Alterações climáticas e falta de gestão dos recursos naturais 82

3.7 Riscos demográficos decorrentes da reduzida inclusão económica e empoderamento das raparigas e das mulheres 85

4. Prioridades e pontos de entrada 95

Prioridade 1: Transformar a electricidade num sector verde, eficiente e eficaz 99

Prioridade 2: Tirar partido do capital natural para apoiar o crescimento sustentável e inclusivo 100

Prioridade 3: Concretizar o potencial individual e criar capital humano através da inclusão e do empoderamento das mulheres e dos jovens 103

Prioridade 4: Criar um ambiente favorável ao aumento do investimento privado gerador de emprego 105

Oportunidade transversal 1: Melhorar a capacidade institucional para a prestação de serviços críticos num ambiente orçamental com recursos limitados 108
Oportunidade transversal 2: Desenvolvimento digital inclusivo 111
Anexo 1. Bases de referência internacionais: congéneres aspiracionais e estruturais....115
Anexo 2. Fontes dos dados 116
Anexo 3. Agregado de bem-estar actualizado 117
Anexo 4. Indicadores macroeconómicos e financeiros 120
Anexo 5. Indicadores de saúde, educação e infra-estruturas 123
Anexo 6. Resultados de regressão....127
Anexo 7. Oportunidades e desafios na agricultura....129
Anexo 8. Oportunidades e desafios na pesca....132
Anexo 9. Oportunidades e desafios no turismo....135
Anexo 10. Melhorar o desempenho do sector das águas....138
Anexo 11. Consultas no país 139
Anexo 12. Principais recomendações do Memorando Económico d0 País....142
Referências 143

FIGURAS

Figura 1.1 Crescimento per capita durante as décadas de 1980 e 1990, 1980-2000 17
Figura 1.2. Índices de Progresso Social (2019) e Desenvolvimento Social (2014) 19
Figura 1.3. Sub-agregados de Progresso Social, 2019 19
Figura 1.4. Taxa total de fertilidade, 1990-2017 20
Figura 1.5. População de STP por idade e género, 2018 (%) 20
Figura 1.6. População por grupo etário, 1980-2050 20
Figura 1.7. Taxa de dependência, STP e comparadores, 1980-2018 20
Figura 1.8. Número de emigrantes de STP, 1990-2017 22
Figura 1.9. Destino para emigrantes de STP, 2017 22
Figura 2.1 Taxa de pobreza internacionalmente comparável, desigualdade e PIB per capita, 2019 24
Figura 2.3 Crescimento económico, STP e comparadores, 1981-2019 (%) 27
Figura 2.4. Volatilidade económica, STP e comparadores, 1981-2019 (%) 27
Figura 2.5 Decomposição do crescimento, 2001–2019 29
Figura 2.6 Decomposição do crescimento por sector de actividade, 2001-2020 30
Figura 2.7 Tipo de emprego por nível de qualificação, 2017 30
Figura 2.8 AOD líquida, STP e países de comparação 31
Figura 2.9 Distribuição sectorial do 33
Figura 2.10 Rendimentos médios do cacau, 1961-2019, hectograma por hectare, (hg/ha) 33
Figura 2.11 Valor acrescentado por trabalhador e percentagem do emprego no sector primário, 2001-2019 33
Figura 2.12 Chegadas de turistas internacionais, 2007-2019 35
Figura 2.13 Índice de Desenvolvimento Humano em STP e comparadores 37
Figura 2.14 Mobilidade intergeracional no nível de educação 37
Figura 2.15 Percentagem de são-tomenses com acesso a serviços básicos, por quintil de bem-estar, 2017 39
Figura 2.16 Distribuição etária por quintil de bem-estar 40
Figura 2.17 Número de crianças com menos de 15 anos de idade e taxa de dependência por quintil de bem-estar 40
Figura 2.20 Participação na força de trabalho, emprego e desemprego 43
Figura 2.21 Estratégias dos agregados familiares para lidar com os choques, 2017 (%) 44
Figura 2.22 Tendências das remessas em STP, 2020 46
Figura 2.23 Influxos de remessas, 2020 46
Figura 2.24 Valor das remessas por país de origem, 2017 (milhões de dólares americanos) 46

Figura 3.1. Taxa bruta de matrícula no ensino secundário por género, 2017 (%) 52
Figure 3.2. Taxa bruta de matrícula no ensino superior, 2015 (%) 52
Figura 3.3. Percentagem da população sem escolarização formal ou frequência de apenas o 1.º ciclo do ensino básico para faixas etárias diferentes..... 52
Figura 3.4. Percentagem da população que concluiu o 3.º ciclo do ensino básico e secundário ou que obteve uma licenciatura universitária para faixas etárias diferentes..... 52
Figura 3.5. Motivos de não frequência da escola, crianças dos 6 aos 17 anos de idade, 2017 53
Figura 3.6. Percentagem de alunos do 2.º, 4.º e 6.º anos com níveis de competências abaixo das expectativas em Português e Matemática, 2016 e 2019 54
Figura 3.7. Desafios relativos à educação referidos pelos alunos (%)..... 55
Figura 3.8. Despesa pública em saúde e educação..... 56
Figura 3.9. Componentes dos salários dos professores (%) 57
Figura 3.10. Estrutura da prestação de serviços de saúde em STP 59
Figura 3.11. Pontuação do Índice de Desenvolvimento Financeiro do FMI (100 = melhor) ... 62
Figura 3.12. Dívida pública, 2007-2020, percentagem do PIB..... 67
Figura 3.13. Pagamentos em atraso e tarifas da EMAE..... 68
Figura 3.14. Saldo orçamental primário global e interno, 2010-2019, percentagem do PIB .. 69
Figura 3.15. Classificação do desempenho da logística em STP, 2018 71
Figura 3.16. Pontuações do Índice de Desenvolvimento da Administração Pública em Linha relativa a STP e países congéneres, 2010-2018 74
Figura 3.17. Denúncias de corrupção sem retaliação, 2019 (%)..... 76
Figura 3.18. Selecção de Indicadores de Governança, 2020 77
Figura 3.19. Temperatura média anual, 1950–2016..... 84
Figura 3.20. Desvio da precipitação total mensal em Abril, 1950–2016..... 84
Figura 3.21. Probabilidade de as mulheres estarem incluídas na força de trabalho ou desempregadas, em comparação com homens equiparáveis, probabilidade marginal 87
Figura 3.22. Desigualdade de género em STP e Cabo Verde, indicadores e percepções sobre as disparidades de género, 2019 (%) 89
Figura 3.23. STP e países congéneres, pontuação do ambiente jurídico relativo à comunidade LGBT 92
Figura 4.1. Problemas mais importantes para a acção governamental, 2019 (%)..... 96
Figura 4.2. Avaliação comparativa com os congéneres estruturais, 2019 97
Figura 4.3. Filtragem das restrições e vulnerabilidades às prioridades 98
Tabela A4.0.3. Serviço da dívida externa, 2020–2025 (milhões de dólares americanos).... 122
Figura A5.1: Indicadores de saúde..... 123
Figura A5.2: Indicadores de educação..... 125
Figura A5.3. Acesso a serviços básicos (%)..... 126

TABELAS

Tabela 3.1. Desafios enfrentados pelas empresas na agricultura, nas pescas e no turismo 60
Tabela 3.2. Tipo de emprego, por género, 2017 88
Tabela 3.3. Indicadores de VBG seleccionados, IDS de 2008/09 e IIM de 2019 90
Tabela 4.1. Lacunas de conhecimentos citadas neste SCD 110
Tabela A1.0.1. Indicadores considerados na selecção de congéneres 115
Tabela A3.0.1. Comparação dos resultados do IFO de 2017 com o IOF de 2010 e com países congéneres 118
Tabela A4.0.1. Indicadores principais macroeconómicos e financeiros 120
Tabela A4.0.2. Composição da dívida 121
Tabela A4.0.3. Serviço da dívida externa, 2020–2025 (milhões de dólares americanos) 122
Tabela A6.0.1. Estar entre os 40 por cento inferiores da distribuição de rendimentos tendo em consideração as características de determinados agregados familiares 127
Tabela A6.0.2. Participação na força de trabalho/emprego tendo em consideração determinadas características individuais 128
Tabela A10.1. Reuniões das consultas no país 139

CAIXAS

Caixa 1.1. Dificuldades enfrentadas por estados pequenos 14
Caixa 1.2. Grupos étnicos em STP 16
Caixa 2.1. O *boom* do petróleo que nunca aconteceu 28
Caixa 2.2. Agricultura e pescas em STP 34
Caixa 2.3. Remessas internacionais em STP 46
Caixa 3.1. Qualidade da despesa pública: o exemplo do sector do ensino 58
Caixa 3.2. Prestação de serviços de saúde em STP 59
Caixa 3.3. Crise da energia de 2018 em STP 65
Caixa 3.4. Dívida de STP – elevada, mas controlável 67
Caixa 3.5. Ausência de disposições institucionais para a integração das trocas comerciais 72
Caixa 3.6. Empresas públicas de STP 75
Caixa 3.7. Tributação em STP 79
Caixa 3.8. A política pacífica, mas instável, de STP 80
Caixa 3.9. O reduzido nível de execução da regulamentação relativa à inclusão em STP transcende a inclusão das mulheres 91
Caixa 4.1. A avaliação comparativa, a nível internacional, é útil, embora incompleta 97
Caixa 4.2. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de STP, 2020-2024 98

Caixa 4.3. As áreas de oportunidade apoiadas pelo desenvolvimento digital são vastas e transversais.....112

MAPA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer aos membros da equipa do Grupo do Banco Mundial que contribuíram para este relatório, bem como às várias entidades em São Tomé e Príncipe (autoridades governamentais, organizações da sociedade civil e outros parceiros de desenvolvimento), que contribuíram para a preparação deste documento e apresentaram contributos significativos no âmbito das consultas (consultar o Anexo 11). Estamos gratos pelos contributos, conhecimento e conselhos.

Este relatório foi preparado por uma equipa liderada por Liliana D. Sousa, que trabalhou sob a orientação de Jean-Christophe Carret, Sylvain Kakou, Asad Alam, Pierella Paci, Sebastien Dessus, Guillemette Jaffrin, Marc Jean Yves Lixi e Pierre Joseph Kamano, Emmanuel Skoufias, e Cia Sjetnan. A tabela abaixo apresenta a lista completa dos membros da equipa que apresentaram contributos para o Diagnóstico Sistemático de País (SCD, pelas siglas em inglês de *Systematic Country Diagnostic*) durante o processo.

A preparação da proposta para o SCD começou com uma equipa inicial liderada por Nadia Belhaj Hassine Belghith, sob a orientação de Abdoulaye Seck, Olivier J. Lambert, Elisabeth Huybens, Andrew Dabalen, Mazen Bouri, Carin Clert, Emmanuel Skoufias e Solange A. Alliali.

A equipa gostaria de agradecer aos revisores Kristen Himelein, Johannes Hoogeveen e Rafael Munoz Moreno pelos valiosos contributos e comentários.

Este documento é uma tradução da versão preparada pelo Banco Mundial em inglês. A tradução foi preparada por JPD Systems, LLC e Rita Damasceno Costa.

Sector	Membros
Agência Multilateral de Garantia do Investimento	Luisa Felino, Olanrewaju Kassim
Agricultura	Diego Arias Carballo
Água	Aleix Serrat Capdevila
Ambiente e Recursos Naturais	Nicolas Desramaut, João Moura Estevão Marques, Charlotte De Fontaubert
Corporação Financeira Internacional	Marcos Vaena, Vsevolod Payevskiy, Miguel Pereira Mendes
Desenvolvimento Digital	Maria Claudia Pachon, Audrey Ariss, Jimena Luna
Desenvolvimento Social, Urbano, Risco de Catástrofes, Resiliência e Território	Daniel John Kirkwood, Camilla Gandini, Richard Everett, Santiago Olmos, Clifton John Cortez
Educação	Leandro Costa
Energia e Indústrias Extractivas	Nicolas Jean Marie Sans, Olayinka Bisiriyu
Finanças, Concorrência e Inovação, Turismo	Zenaida Hernandez Uriz, Mazen Bouri, Delfim Mawete, Louise Twining-Ward
Governação	Joseph Mubiru Kizito, Ana Cristina Hirata Barros, Andre Proite

Macroeconomia, Comércio e Investimento	Frederico Gil Sander, Rafael Barroso, Cornelius Fleischhaker, Nelson Tisso Miezi Eduardo
Pobreza e Igualdade	Rita Damasceno Costa, Luis Alvaro Sanchez, Stuart Grudgings, Fabio Saia Cereda, Francine Claire Fernandez, Kathryn Grace Hulseman, Rachel Almeida
Protecção Social e Trabalho	Jordi Jose Gallego-Ayala
Saúde, Nutrição e População	Carmen Carpio, João Pires, Benjamim Mutti
Transportes	Mustapha Benmaamar
Unidade de Gestão	Sandro Dalva Trigueiros, Annia Sousa Medeiros da Graça, Ana Maria Carvalho, Wilson Peril Mbanino Piassa

RESUMO EXECUTIVO

São Tomé e Príncipe (STP), uma pequena nação insular de 215 000 pessoas no Golfo da Guiné, ao largo da costa da África Central, é, em muitos aspectos, um país de uma imensa riqueza inexplorada. Um dos países menos conhecidos de África, a sua impressionante paisagem vulcânica abriga florestas tropicais virgens com uma biodiversidade rica, enquanto a sua grande zona económica exclusiva (ZEE), aproximadamente 160 vezes maior do que o arquipélago, é um centro de biodiversidade marinha e acolhe um grande número de espécies exclusivas à área. Tem uma das taxas de violência e crime mais baixas em África e teve eleições e transições de poder pacíficas desde que se tornou numa democracia multipartidária em 1991, o que o torna numa excepção na região. Também tem uma população jovem, metade da qual com menos de 18 anos, o que aumenta a perspectiva de um dividendo demográfico a ser explorado nos próximos anos.

Durante as duas últimas décadas, a economia cresceu continuamente, ultrapassando o elevado crescimento populacional. Este crescimento reflecte os fortes influxos de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) e as receitas da exploração do petróleo que permitiram que o governo expandisse os investimentos públicos, em especial em infra-estruturas, protecção social, saúde e educação. Isto permitiu que STP suprisse a lacuna causada por anos de sub-investimento no capital humano e físico local, um legado do passado colonial do país (a primeira escola de ensino secundário foi criada apenas em 1952).

Este modelo de crescimento não foi capaz de desencadear as mudanças fundamentais necessárias para a economia gerar redução da pobreza e prosperidade partilhada resilientes. Foram criados poucos empregos, e os indicadores e as consultas à sociedade civil revelam um sentimento alargado de exclusão social, mesmo à medida que a economia foi crescendo. Este modelo não é sustentável. A AOD e as receitas da exploração do petróleo têm vindo a diminuir desde 2015 e o pequeno e atrofiado sector privado do país não está preparado para as compensar. Os influxos de AOD em 2018 foram equivalentes a 10,8% do produto nacional bruto (PNB), uma queda acentuada dos 32% em 2002. As esperanças de um crescimento das receitas externas resultantes das descobertas de petróleo também se desvaneceram, tornando crucial que STP se centre no desenvolvimento de uma base fiscal interna mais forte e no robustecimento do anémico sector privado.

É necessário um novo modelo de crescimento, que permita oferecer mais oportunidades para a sua crescente população. No contexto de STP, uma pequena nação com pouca capacidade para enfrentar as crescentes vulnerabilidades e que necessita de um novo modelo de crescimento, é importante pensar estrategicamente para identificar uma via de progresso eficaz. Para isso, este Diagnóstico Sistemático de País (SCD) identifica as vulnerabilidades e os constrangimentos mais críticos enfrentados pelo país e, destes, um conjunto de prioridades accionáveis que irão contribuir para a redução da pobreza, promovendo simultaneamente o crescimento sustentável e a prosperidade partilhada.

CRESCIMENTO COM POUCA TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA E POUCAS OPORTUNIDADES

Os fluxos de receitas com origem no estrangeiro que alimentaram os investimentos públicos nos últimos 20 anos não deram origem ao tipo de transformação económica necessária para terminar com o ciclo de baixo capital humano e falta de oportunidades que mantêm as armadilhas de pobreza multigeracional. Fundamentalmente, STP continua a ser um país dependente de actividades com baixa produtividade no sector primário, especialmente na agricultura e pescas, assim como no pequeno comércio. Cerca de seis em cada dez agregados familiares dos 40 por cento mais pobres dependem de emprego não qualificado para o seu bem-estar.

Isto manteve as taxas de pobreza do país em níveis mais elevados quando comparadas com as de países semelhantes – com cerca de um quarto da população a viver com menos de 1,90 dólares americanos por dia antes da pandemia da COVID-19, cerca de 80 por cento mais elevada do que a taxa média nos países de médio-baixo rendimento (PMBR). O desemprego e a reduzida participação da força de trabalho, especialmente entre as mulheres e os jovens, contribuem para um elevado risco de pobreza. Cerca de metade dos adultos em idade activa no quintil mais pobre não trabalha.

Para além do emprego, existem poucas formas de os são-tomenses saírem da pobreza. A rede de segurança social do país é limitada, tendo-se expandido recentemente para cobrir cerca de 5000 agregados familiares em 2020. Em 2018, o país inscreveu no orçamento menos de 0,65% do produto interno bruto (PIB) para redes de segurança social, bem abaixo da média africana regional de 1,2%. O recente progresso nesta área, incluindo a execução de um novo programa e de medidas temporárias contra a COVID-19, está reflectido num aumento das despesas em 2020 (1,3% do PIB). Entretanto, as remessas de emigrantes – um importante balão de oxigénio para muitos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) – são baixas, de acordo com os padrões internacionais.

A falta de empregos e de melhores oportunidades decorre de um clima difícil de investimento que limita as oportunidades de investimento no atrofiado sector privado do país. O sector público de STP tornou-se progressivamente dominante na economia, com as despesas da administração pública, educação e saúde a serem responsáveis por mais de um terço do crescimento entre 2016 e 2020, em comparação com apenas 7% nos 10 anos posteriores a 2000. O sector público é a principal fonte de emprego formal do país e absorve mais de 70% dos trabalhadores com ensino pós-secundário. No entanto, a sua baixa capacidade institucional dificulta a efectiva prestação de serviços, prejudica o potencial de inclusão económica e social e reduz os ganhos do investimento público, prejudicando, por sua vez, a criação de emprego e de mais oportunidades.

Apesar dos investimentos públicos substanciais em infra-estruturas, persistem importantes desafios. O principal é o sector eléctrico, condicionado pelos elevados custos associados à geração principalmente térmica, assim como à reduzida

capacidade da empresa pública de serviços públicos. O inadequado fornecimento de electricidade restringe directamente a actividade económica e, indirectamente, também limita a expansão da economia digital. Além disso, a acumulação contínua de pagamentos em atraso do sector é a principal vulnerabilidade para as finanças públicas do país e para a respectiva posição externa.

Os efeitos do isolamento geográfico são exacerbados por um porto e um aeroporto inadequados, fundamentais para a ligação aos mercados internacionais, enquanto o país apenas começou a explorar o potencial da revolução digital. As infra-estruturas, no geral, continuam subdesenvolvidas, o que afecta especialmente os são-tomenses mais pobres: apenas 22% das pessoas no quintil mais pobre têm acesso a saneamento, 57% a electricidade e 69% a água melhorada.

Nos últimos anos, STP fez progressos em relação à melhoria do acesso ao ensino básico, mas os baixos níveis de escolaridade ainda limitam as oportunidades de emprego. Mais de 75% dos são-tomenses em idade activa têm nove anos de escolaridade, ou menos, incluindo 38% com menos do que seis anos de escolaridade. Embora este nível reduzido seja um legado do acesso limitado das gerações anteriores, os jovens de hoje continuam a abandonar a escola a um ritmo elevado, algo associado à fraca qualidade do ensino, a taxas elevadas de gravidez na adolescência e a aspirações reduzidas. A falta de empregos e de oportunidades económicas alimentam directamente estas aspirações reduzidas, sendo que os jovens são incapazes de visualizar a ligação entre a escolaridade e um bom emprego, uma raridade na economia são-tomense.

Isto promove ciclos preocupantes de exclusão, sendo que as mulheres e os jovens são desproporcionadamente excluídos do mercado laboral. As oportunidades limitadas para as mulheres e os jovens restringem o potencial contributo para o crescimento económico resultante de uma força de trabalho que cresce rapidamente e criam uma vulnerabilidade que arrisca a manutenção permanente da pobreza e da exclusão, o que gera condições para conflitos sociais.

STP enfrenta muitos dos desafios estruturais que são comuns aos pequenos estados insulares, incluindo uma vulnerabilidade mais elevada aos choques, que resulta da sua capacidade mais reduzida para diversificar o risco – economicamente e geograficamente. Os efeitos das alterações climáticas já estão a ser sentidos, com grandes consequências nas pescas e na agricultura. Ao mesmo tempo, as perspectivas económicas futuras também são vulneráveis à deterioração contínua do rico capital natural estreitamente ligado à actividade económica nos sectores fundamentais da agricultura, das pescas e do turismo. STP não dispõe dos sistemas institucionais e de governação para garantir um equilíbrio entre a utilização destes recursos para ancorar a actividade económica e o progresso e as ferramentas que garantem a sua preservação.

Mais recentemente, a pandemia da COVID-19 demonstrou ainda mais a vulnerabilidade do país aos choques, embora o impacto socioeconómico mais vasto possa ser menos grave do que inicialmente se temia. STP foi fortemente afectado numa base per capita,

com 2476 casos confirmados e 37 mortes em meados de Agosto de 2021. A pandemia veio expor o inadequado sector da saúde do país, incluindo a limitada capacidade de testagem e o equipamento insuficiente para a gestão de casos e a prevenção da infecção. Com ajuda internacional, no início de Agosto, STP tinha vacinado totalmente 5,5% da população, ultrapassando a taxa de vacinação da África Subsariana, de menos de 2%. O emprego entre os chefes de família caiu 24 pontos percentuais nos primeiros cinco meses após o primeiro caso de COVID-19 no país. Os trabalhadores independentes e as micro, pequenas e médias empresas (MPME) foram gravemente afectados: quase 90% dos agregados familiares com rendimento de negócios familiares não agrícolas, assim como 71% dos agregados com rendimento da agricultura, registaram uma diminuição de rendimentos. Os relatórios da polícia de violência baseada no género contra mulheres e raparigas aumentaram durante o confinamento. Embora o país tenha perdido receitas do turismo durante a maior parte de 2020, o crescimento do PIB manteve-se positivo devido ao aumento dos influxos de donativos para apoiar a resposta à COVID-19. O governo implementou vários programas de resposta, como cabazes de alimentos e transferências monetárias para as famílias vulneráveis, que ajudaram a atenuar o impacto nos agregados familiares mais pobres. Os inquéritos sugerem que a insegurança alimentar não aumentou durante 2020. Além disso, as escolas estiveram fechadas durante um período relativamente curto, atenuando o impacto provável nos resultados da aprendizagem e nas taxas de abandono escolar.

A REDUÇÃO DA POBREZA EXIGE QUE SE ACTUE CONTRA AS VULNERABILIDADES CRÍTICAS E CONTRA OS CONSTRANGIMENTOS EFECTIVOS DO PAÍS

Os constrangimentos efectivos imediatos para a redução da pobreza são o baixo capital humano e um sector privado pequeno, que limitam as oportunidades económicas dos são-tomenses

- **Capital humano reduzido.** Nos últimos anos, STP fez progressos significativos em direcção à melhoria dos serviços de saúde e educação. No entanto, está muito aquém do seu potencial de capital humano, devido às lacunas nos sistemas de educação e de cuidados de saúde. Por sua vez, estes sistemas ressentem-se dos desafios transectoriais, como a baixa eficiência das despesas, fraca capacidade, assim como uma falta de água potável segura, electricidade e saneamento, que comprometem ainda mais a prestação de serviços. O reduzido acesso a água potável e a saneamento contribui para as taxas elevadas de anemia infantil e exacerba os efeitos da desnutrição e da subnutrição. Apesar da melhoria do acesso à educação, os resultados de aprendizagem nas disciplinas básicas de matemática e leitura/escrita continuam baixos. As escolas têm falta de infra-estruturas básicas, como saneamento melhorado, e de recursos, como livros e outros materiais de aprendizagem. Isto, conjugado com as aspirações reduzidas e as taxas de gravidez elevadas na adolescência, contribui para a

elevada taxa de abandono escolar de STP e para o baixo número de inscrições no ensino superior.

➢ **Um sector privado pequeno.** Um clima de fraco investimento e as infra-estruturas inadequadas impediram o desenvolvimento do sector privado de STP, o que tem como resultado uma falta de oportunidades económicas. Isto conduziu a uma dependência do emprego independente de baixa produtividade em sectores como a agricultura, as pescas e o pequeno comércio. A falta de acesso aos sistemas financeiros e de pagamento e as debilidades das regulamentações e do sistema de justiça (lentidão da execução dos contratos e das garantias, que limita o acesso ao crédito) são aspectos importantes que prejudicam o desenvolvimento empresarial e o investimento privado. Em 2017, mais de 82% das MPME não tinham uma conta bancária e poucas tinham acesso ao crédito, porque não cumpriam os requisitos do sistema financeiro (como ter garantias). As reformas implementadas nos últimos anos melhoraram o ambiente para os investidores estrangeiros, mas o processo para o investimento directo estrangeiro (IDE) continua a ser complicado e opaco, o que desencoraja os fluxos estrangeiros para o sector privado.

A electricidade inadequada e as fracas ligações em STP limitam o desenvolvimento de um sector privado robusto e afastam os são-tomenses das oportunidades – tanto localmente como no estrangeiro

➢ **Um sector eléctrico caro, mas deficiente.** O sector eléctrico é um constrangimento efectivo fundamental para a redução da pobreza, ao reduzir o crescimento do sector privado e ao prejudicar a prestação de serviços públicos. Para além dos frequentes cortes de energia, o país sofreu crises energéticas graves em 2018 e novamente em 2021, associadas à fraca manutenção das infra-estruturas, o que teve como consequência o corte de energia em até 75%. Os efeitos da falta de fiabilidade da energia são sentidos em toda a economia. Tem como consequência a falta de instalações de armazenamento refrigerado e de processamento adequado para as indústrias agrícola e das pescas, dificultando simultaneamente o desenvolvimento do turismo, da conectividade digital e do empreendedorismo. Abrandou o desenvolvimento das infra-estruturas digital e financeira de STP. Os cortes de energia frequentes e o fraco acesso à energia também reduzem a eficácia da prestação de serviços públicos, incluindo sectores fundamentais como a saúde e a educação.

O serviço público de electricidade de STP é também a sua maior fonte de vulnerabilidade orçamental. Acumulou grandes dívidas ao fornecedor estrangeiro de combustíveis, que foram restruturadas em 2019 sob termos altamente concessionais . Dado o fraco desempenho e a ineficácia continuados do serviço de electricidade, é provável que as dívidas continuem a aumentar, criando uma vulnerabilidade fiscal aguda para o país como um todo.

➢ **Isolamento e fracas ligações.** A geografia insular remota de STP limita o acesso ao capital internacional e actua como mais um travão ao desenvolvimento do sector

privado. Para além de aumentar os custos das transacções comerciais e de reduzir o acesso ao mercado internacional, o isolamento do país limita o seu acesso a informações sobre as melhores práticas e experiência internacional. Electricidade pouco fiável, uma rede rodoviária inadequada, assim como problemas com o porto e o aeroporto principais também dificultam as ligações e a actividade do sector privado. A desvantagem geográfica de STP devida às longas distâncias em relação aos centros de transporte também é exacerbada pelo seu porto pouco profundo, sem espaço para expansão. O aeroporto sofre principalmente da falta de conformidade com as normas de segurança internacionais. A expansão da conectividade digital foi abrandada pelos custos elevados e pelo fornecimento imprevisível de energia no país. O governo adoptou uma abordagem fragmentada para a instalação de plataformas de serviços digitais, abrandando a sua implementação. Embora muitos dos problemas de ligações de STP se devam à sua geografia, existem amplas oportunidades para os atenuar através de tecnologia e políticas eficazes.

Mesmo tendo-se expandido e liderado o crescimento económico, o sector público foi incapaz de responder a estes constrangimentos

- **Capacidade institucional limitada.** O governo de STP tem uma capacidade humana e institucional limitada para gerir os recursos do país, para os aplicar de forma eficaz em torno dos objectivos económicos e sociais e para corrigir o seu curso, quando necessário. A fraca qualidade e cobertura dos serviços públicos aumenta os custos empresariais, reduz a produtividade e alimenta a pobreza e a baixa inclusão. O resultado é uma falta geral de confiança na capacidade do governo para lidar com os desafios críticos. Os processos de planeamento das finanças públicas são inadequados, limitando o potencial do orçamento para ser usado como uma ferramenta económica estratégica. As previsões de receitas e despesas do governo são frequentemente irrealistas, o que conduz a uma fraca execução do orçamento. Também sofre de falta de dados, de monitorização e de capacidade de pesquisa, necessários para tomar e implementar decisões de política bem informadas. A pequena base fiscal do país e a grande dependência da AOD colocam outro desafio para uma administração pública eficaz. Devido às fontes de AOD serem fragmentadas e os fundos tenderem a ser específicos por projecto, é difícil efectuar o planeamento dos influxos e alinhá-los com as prioridades nacionais.

As ameaças ao capital natural e uma população crescente tornam mais urgentes o reforço de capacidades e a criação de oportunidades

- **Alterações climáticas e falta de gestão dos recursos naturais.** Sendo uma pequena nação insular, STP está entre os países mais vulneráveis às alterações climáticas. Os mesmos recursos naturais e geografia ricos que podem apoiar um modelo de crescimento de Economia Azul também representam uma vulnerabilidade importante, à medida que os efeitos das alterações climáticas aumentam. As duas ilhas já estão a sentir o impacto dessas alterações, com a estação seca a tornar-se mais longa, com mais eventos de precipitação extrema que ameaçam durante todo o ano a

disponibilidade de água potável. Infra-estruturas costeiras essenciais, como estradas, encontram-se em risco crescente de erosão e inundação. As alterações climáticas também ameaçam reduzir significativamente a produção de culturas fundamentais, como o cacau, a pimenta e o milho, ao mesmo tempo que reduzem os recursos pesqueiros – ameaçando o rendimento e os recursos alimentares dos mais pobres. A sobreexploração dos recursos está a ameaçar a capacidade do país para alcançar esta via sustentável. Os crescentes conflitos de utilização, a expansão territorial das actividades de pesca tradicional e a diminuição das capturas de algumas espécies de elevado valor indicam que os efeitos da pesca excessiva já se estão a fazer sentir.

- **Riscos demográficos resultantes de inclusão económica e empoderamento de raparigas e mulheres reduzidas.** Uma população jovem e em crescimento significa que a redução da pobreza em STP exige um crescimento maior do que seria necessário noutras circunstâncias e que são prementes empregos para absorverem este aumento dos jovens. Sem oportunidades económicas, os jovens do país podem transformar-se de dividendo demográfico potencial em mal-estar social profundamente enraizado. Por trás desta pressão populacional encontra-se uma fertilidade elevada (4,3 nascimentos por mulher), inclusive entre as adolescentes (95 nascimentos por 1000 mulheres com idades entre os 15 e os 19 anos). Tal está estreitamente associado à reduzida inclusão social e económica das mulheres em STP, o que deprime a actividade económica e aumenta a pobreza. As regras sociais e as expectativas em STP reforçam a desigualdade de género e tornam mais difícil adoptar uma mudança positiva. Grandes pressões familiares sobre o tempo das mulheres reduzem a capacidade de estas terem um trabalho remunerado, enquanto as elevadas taxas de fertilidade e de gravidez na adolescência contribuem para os riscos de saúde, barreiras à educação e vulnerabilidade em relação à pobreza das mulheres.

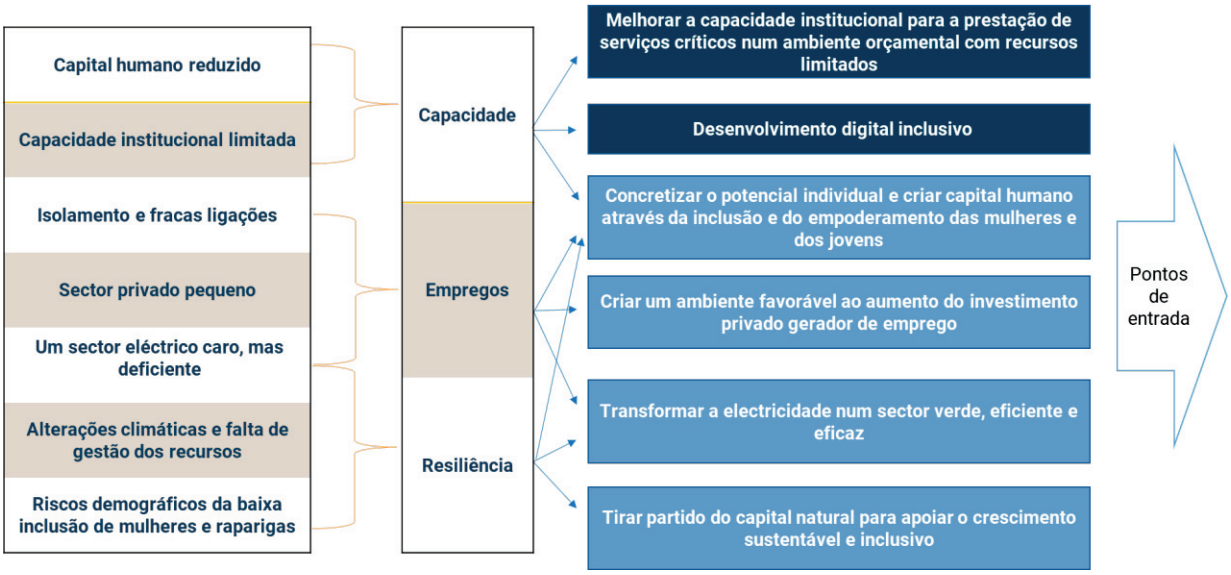
PROMOVER UMA TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA ORIENTADA PARA O EMPREGO EM STP

Fundamentalmente, a análise demonstra que a redução da pobreza em STP requer que o país passe por uma transformação económica orientada para o emprego. Este é um próximo passo essencial para STP conseguir alavancar os últimos 20 anos de investimento público para redução da pobreza e crescimento inclusivo resilientes. Contudo, a análise também mostra que esta transformação económica exige reforço de capacidades e resiliência.

Dada a reduzida capacidade e a pequena dimensão do país, as prioridades têm de ser poucas e viáveis, no âmbito do contexto limitado, e têm de abordar simultaneamente diversos constrangimentos e vulnerabilidades. Ao passar dos constrangimentos e das vulnerabilidades para as prioridades das políticas, devem ser considerados três impactos: (a) o contributo para os empregos, (b) o impacto sobre a resiliência, e (c) o reforço da capacidade (Figura 1). Dentro de cada prioridade e área transversal, o SCD

identifica pontos de entrada accionáveis. Desta forma, as prioridades que são identificadas podem criar empregos de uma forma credível que pode começar a ser implementada agora.

Figura 1. Passar dos constrangimentos e das vulnerabilidades para as prioridades



As quatro prioridades e as duas oportunidades transversais estabelecem as condições para a transformação económica orientada para o emprego no futuro próximo, ao mesmo tempo que se constrói a resiliência do país (orçamental, ambiental e social). A transformação do sector eléctrico aborda um constrangimento imediato para o desenvolvimento do sector privado e da prestação de serviços, ao mesmo tempo que estabiliza a perspectiva orçamental do país. STP pode aproveitar o potencial oferecido pelo modelo de crescimento da Economia Azul, mas isso exige uma melhor gestão dos recursos naturais, incluindo os recursos pesqueiros, que se estão a esgotar. Entretanto, a agricultura, ameaçada pelas alterações climáticas, continuará a ser um sector fundamental, não só pela sua importância para as exportações, mas também para a segurança alimentar e o emprego.

No âmbito da terceira prioridade, o foco muda para o potencial humano – outro activo subutilizado de STP. Inclusão económica e capacitação das mulheres e dos jovens, inclusive através de uma agenda em matéria de competências de trabalho, criação de pequenas e médias empresas (PME) mais eficientes (o principal veículo para o desenvolvimento do sector privado), preparando simultaneamente a força de trabalho para melhores empregos e aumentando a capacidade global. Finalmente, a quarta prioridade é a plataforma necessária para a transformação destas oportunidades em empregos. Esta plataforma é dirigida aos principais obstáculos que prejudicam o desenvolvimento do sector privado.

Nenhuma destas prioridades pode ser concretizada sem o aumento da capacidade institucional, incluindo a adopção de medidas para aumentar a eficácia dos fluxos da

AOD e da coordenação. A promoção de um diálogo nacional como parte da preparação de um plano nacional de desenvolvimento actualizado é uma oportunidade para promover uma melhor coordenação, tanto internamente, ao nível do governo, como com os parceiros de desenvolvimento. O desenvolvimento digital é uma oportunidade importante para apoiar estas prioridades e melhorar a capacidade humana e institucional.

Prioridade 1: Transformar a electricidade num sector verde, eficiente e eficaz

Para apoiar a redução da pobreza através de uma transformação económica orientada para o emprego, STP precisa de reduzir a sua dependência da energia térmica, melhorar a fiabilidade do sector eléctrico e alargar o acesso, especialmente às comunidades rurais de difícil acesso. A falta de electricidade fiável é, ela própria, um constrangimento efectivo que contribui directamente para os quatro constrangimentos identificados no SCD – reduzindo a prestação de serviços para construir capital humano, aumentando os custos empresariais e limitando as oportunidades, contribuindo para problemas de ligações, incluindo o reduzido desenvolvimento digital, e prejudicando a capacidade institucional. Melhorar o sector eléctrico é também crucial para a resiliência macro-orçamental do país. Apesar do apoio técnico e financeiro já recebido pelo país, não se concretizaram melhorias tangíveis em relação ao desempenho do sector da energia, devido à reduzida capacidade de implementação do governo.

Prioridade 2: Tirar partido do capital natural para apoiar o crescimento sustentável e inclusivo

A segunda prioridade é manter o ambiente imaculado de STP como uma estratégia de crescimento económico. Os desafios de STP como um pequeno estado insular isolado podem ser convertidos em vantagens, ao alavancar-se o seu capital natural para apoiar um modelo de desenvolvimento de Economia Azul, complementado por um sector agrícola resiliente. Para implementar este modelo com êxito, STP tem de actuar para reduzir os impactos das alterações climáticas e gerir eficazmente os seus recursos naturais. A riqueza natural de STP é a sua vantagem comparativa – consequentemente, é importante que o país seja capaz de implementar utilizações sustentáveis e mecanismos de monitorização e de cumprimento de regras eficazes. Os principais pontos de entrada incluem a criação de regras, monitorização e mecanismos de cumprimento para o sector das pescas; implementação de adaptações inteligentes em termos de clima para proteger os mais pobres e vulneráveis em STP, especialmente na agricultura (onde as alterações climáticas podem reduzir em 30% a produção de culturas essenciais, que incluem o cacau, a pimenta e o milho); e implementação de um registo predial moderno para melhorar a gestão da terra (encorajando simultaneamente o investimento privado e o acesso ao crédito).

Prioridade 3: Concretizar o potencial individual e criar capital humano através da inclusão e da capacitação das mulheres e dos jovens

Após quase duas décadas de investimento público significativo, os reduzidos níveis de capital humano continuam a ser um constrangimento para a redução da pobreza em STP. A terceira prioridade é uma abordagem transversal para aumentar o capital humano do país – incluindo intervenções na primeira infância, construção das aspirações e da capacitação dos jovens, assim como ter por objectivo uma agenda de competências orientadas para o emprego em termos dos grupos menos incluídos – as mulheres e os jovens. O valor económico e social dos investimentos em capital humano é ampliado através da inclusão social e da capacitação. A promoção da agência e a inclusão de raparigas e mulheres jovens é especialmente importante para a redução da pobreza, devido às ligações entre a gravidez na adolescência e o capital humano e os resultados económicos. As competências orientadas para o emprego são um contributo importante para aumentar as oportunidades dos jovens e das mulheres.

Prioridade 4: Criar um ambiente que permita estimular o investimento privado criador de emprego

Esta prioridade visa criar uma plataforma necessária para o sector privado ter acesso às oportunidades de crescimento criadas através das primeiras três prioridades. Esta prioridade centra-se em abordar elementos fundamentais necessários para um mercado que funcione, que faltam actualmente em STP: um quadro regulamentar eficaz e justo, acesso a financiamento, e infra-estruturas adequadas, especialmente aeroportos e portos. Criar um ambiente favorável para o investimento privado exigirá a melhoria da oportunidade do processo judicial e a redução da carga administrativa, inclusive no IDE. Os serviços financeiros digitais (SFD) representam oportunidades importantes para aumentar o acesso ao crédito e para apoiar o investimento privado de pequenas e micro empresas – mas exigem a expansão dos serviços digitais. Formação em cursos de capacidades financeiras e a expansão do universo das garantias, para que incluam activos móveis, também ajudariam a apoiar um maior acesso ao financiamento. Finalmente, mesmo melhorias marginais do porto e do aeroporto podem reduzir os estrangulamentos e os custos comerciais da exportação.

Oportunidade transversal 1: Melhorar a capacidade institucional para a prestação de serviços críticos num ambiente orçamental com recursos limitados

Um elemento comum nas vulnerabilidades e nos constrangimentos identificados neste SCD foi a falta de capacidade para fornecer serviços públicos e bens essenciais de forma eficaz. As consideráveis necessidades de despesa pública de STP e os elevados custos fixos dos muitos serviços públicos – característicos da maioria dos PEID – significam que é fundamental que STP aumente a eficácia da despesa para alcançar a sustentabilidade orçamental. A primeira área transversal de oportunidade é a melhoria da capacidade do sector público para a prestação de serviços essenciais, especialmente num contexto de diminuição do financiamento externo. Em especial, destacam-se três áreas como pontos de entrada. A primeira é a melhoria da gestão das finanças públicas para que STP possa aumentar a eficácia da despesa e os respectivos objectivos, para assim “fazer mais com menos”. Dada a importância da AOD para os investimentos

públicos, o segundo ponto de entrada é a melhoria da execução dos projectos financiados através de AOD, aumentando a capacidade da Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP), uma agência de implementação centralizada. A terceira área é a melhoria da coordenação, internamente, no sector público, o que pode implicar a redução da fragmentação entre os ministérios, e externamente, com os parceiros de desenvolvimento e doadores.

Oportunidade transversal 2: Desenvolvimento digital inclusivo

As tecnologias digitais são uma oportunidade importante para abordar directamente os desafios de ligações do pequeno estado insular de STP, melhorando também a prestação de serviços e apoiando várias áreas prioritárias. Se feito de forma inclusiva, o desenvolvimento digital também pode reduzir directamente a pobreza e promover a prosperidade partilhada. Contudo, o desenvolvimento digital encontra-se numa fase inicial em STP. Os principais pontos de entrada incluem a criação de uma coordenação nacional para impulsionar o desenvolvimento estratégico do sector, incluindo medidas de criação do mercado; desenvolvimento de enquadramentos para a partilha de infra-estruturas e de interoperabilidade para apoiar a concorrência; e alargamento do acesso à banda larga e aos serviços digitais móveis.

1. APRESENTANDO O CENÁRIO

Mensagens principais

- **Pequeno estado insular:** pequeno estado insular com riqueza natural importante, assim como desafios relacionados com a sua geografia e o seu tamanho
- **Condições iniciais:** a colonização teve como resultado séculos de subinvestimento em capital humano, economia local e instituições essenciais
- **Crescimento rápido do número de jovens com o potencial de colher dividendos demográficos:** com uma média de idades de 18,6, STP está nos estádios iniciais de uma transição demográfica, vivenciando ao mesmo tempo taxas de fertilidade altase uma esperança de vida crescente.

1.1 UM ESTADO INSULAR PEQUENO COM RIQUEZAS NATURAIS

São Tomé e Príncipe (STP) é um pequeno país insular com cerca de 215 000 habitantes ao largo da costa da África Ocidental no Golfo da Guiné. As duas ilhas mais importantes do país são São Tomé (a maior das duas) e Príncipe, com cerca de 5% da população do país. A área total da superfície das ilhas de 1001 km^2 torna-o o segundo país mais pequeno de África, a seguir às Seicheles. Contudo, tem uma grande zona económica exclusiva (ZEE) (160 000 km^2), aproximadamente 160 vezes a massa terrestre do território, e fronteiras marítimas com a Nigéria, o Gabão e a Guiné Equatorial. Apesar da sua localização, os seus laços mais fortes são com Portugal e Angola, devido, em grande parte, a uma língua e a uma História colonial comuns. Quase três quartos da população (73%) vivem na ou nas imediações da cidade capital de São Tomé. A densidade da população, 219,8 pessoas por km^2, é relativamente elevada, mas bastante inferior à de outros pequenos estados. [1]

STP possui uma biodiversidade rica, tanto em terra como no mar, incluindo uma Reserva da Biosfera da Organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas (UNESCO), reconhecida in 2012. O Parque Natural de Ôbo, um ecossistema único que inclui florestas tropicais virgens, ocupa 30% da área terrestre de São Tomé e toda a ilha de Príncipe, e é uma Reserva da Biosfera reconhecida. As ilhas são íngremes, com uma área plana limitada e apenas 9% da terra é arável. A sul e a ocidente, há montanhas altas de origem vulcânica, ao passo que, no Norte, a paisagem é plana. As montanhas estão muito erodidas. O solo, com basalto e fonólito, é relativamente fértil. A ZEE de STP integra a forte biodiversidade marinha do Golfo da Guiné e possui grandes números de peixes e moluscos dos recifes de corais, que são únicos na zona, além de fornecer importantes locais de reprodução para as tartarugas. A pesca excessiva e as práticas de pesca prejudiciais ameaçam esta diversidade marinha (consultar o Capítulo 5). Esta

[1] Por exemplo: Maldivas 1719 pessoas por km2; Maurícia 623 pessoas por km2; Barbados 667 pessoas por km2.

riqueza natural, se usada de forma sustentável, pode ser empregada para impulsionar o crescimento através do turismo (Loureiro e Sarmento, 2014) e de outros sectores.

STP beneficia de ter a taxa de criminalidade mais reduzida do continente africano e tem sido poupado à guerra e ao terrorismo.[2] No inquérito mais recente do Afrobarómetro, a maioria dos inquiridos respondeu que se sente em segurança nas respectivas comunidades: 88% dos inquiridos nunca sentiram medo nas próprias casas e 81% nunca se sentiram inseguros a caminho de casa (Afrobarómetro, 2019 a). Todavia, um quinto dos inquiridos considera que a sua segurança pessoal estava pior do que há alguns anos, indicando, potencialmente, uma deterioração da segurança. Existem, de facto, alguns mercados criminosos, especialmente no que se refere ao tráfico de seres humanos e de armas e à produção de canábis, mas são considerados como sendo limitados e controláveis. A pirataria é uma ameaça emergente no Golfo da Guiné, que se tornou no local mais importante da pirataria internacional nestes últimos anos. Segundo o Gabinete Marítimo Internacional (GMI), foram registados 135 raptos marítimos em 2020 – tendo 130 deles ocorrido no Golfo da Guiné.

As dádivas naturais de STP têm custos. Para além dos desafios normais com que se debatem os outros países de baixo e médio rendimento, STP enfrenta dificuldades relacionadas com o seu tamanho e geografia, comuns a outros pequenos estados insulares. A pequena população do país e a área terrestre limitam a capacidade de diversificação, restringindo o seu crescimento e desenvolcimento económico, reduzindo as economias de escala e criando uma necessidade maior de despesa pública (Caixa 1.1).

A Ilha de Príncipe tem o fardo do isolamento duplo. Existe apenas uma ligação marítima irregular, insegura e cara para São Tomé, que fica a 148 km de distância. A ligação aérea entre as duas ilhas depende das condições meteorológicas e é demasiado dispendiosa para a maioria da população. O Príncipe é uma Região Autónoma que tem um governo local desde 1995. Optou por um modelo de desenvolvimento que dá prioridade a actividades que respeitam a natureza, como turismo responsável, em vez de actividades de extracção de grande escala. Apesar da falta de infra-estruturas de transportes a ligar as duas ilhas, a ilha do Príncipe não tem qualquer presença judicial (uma actividade que não foi transferida para o governo local) e todos os assuntos dos tribunais e judiciais têm de ser tratados em São Tomé.

Caixa 1.1. Dificuldades enfrentadas por estados pequenos

O Grupo do Banco Mundial (GBM) identifica 50 países como pequenos estados, caracterizados por populações com menos de 1,5 milhões de pessoas e membros do Fórum Dos Pequenos Estados, dos quais cerca de metade são pequenos estados insulares. Apesar das diferenças nos níveis de rendimento, estruturas económicas e regiões geográficas, estes países partilham

[2] Pontuação de 1.99 no Índice de Crime Organizado em África.

dificuldades de crescimento que estão diretamente ligadas à sua dimensão, incluindo as seguintes:

- **Constrangimentos de capital humano e de capacidade:** número limitado de trabalhadores e capacidade de produção limitada para a produção local ou exportação em escala, assim como especialização inadequada, devido à existência de poucas instalações escolares. Uma força de trabalho pequena pode reduzir a capacidade institucional e múltiplos programas de ajuda podem sobrecarregar a capacidade de implementação dos países.
- **Uma área terreste confinada significa uma vulnerabilidade externa aumentada:** as nações insulares estão desproporcionalmente expostas aos efeitos das alterações climáticas e têm mais probabilidades de sofrer choques que abrangem todo o país, devido ao seu pequeno tamanho. Uma diversificação sectorial baixa implica uma exposição mais elevada aos choques económicos internacionais (como o turismo).
- **Fracas ligações:** as populações insulares enfrentam desafios especiais nos transportes e na logística comercial (por exemplo, pequenos volumes de carga limitam a capacidade de beneficiarem de economias de escala), ao passo que a distância aumenta os custos dos transportes. Enfrentam dificuldades em termos das ligações à Internet, devido à grande distância e aos preços elevados de atravessar o mar aberto.
- **Fardo de uma dívida elevada:** a volatilidade do crescimento, alimentada pela exposição a choques externos, o crescimento relativamente lento e uma gestão fiscal fraca levam a uma dívida importante, que é ainda acentuada por um espaço fiscal limitado e uma base de impostos pequena.
- **Reduzidas economias de escala:** constituem desafios importantes para os estados pequenos, resultando numa menor exportação de bens, níveis elevados de despesa pública e provisão dispendiosa de serviços públicos. Alguns pequenos estados têm tentado resolver estas dificuldades através de abordagens colaborativas, mas esta abordagem é mais exequível em certas regiões do que noutras.

O GBM identificou quatro áreas prioritárias de focagem política para os pequenos estados: vulnerabilidade externa, catástrofes naturais, serviços públicos dispendiosos e reforma do sistema de impostos.

Fonte: Apoio do GBM aos Pequenos Estados, 2020.

1.2 LEGADO COLONIAL DE EXTRACÇÃO E SUBINVESTIMENTO

Durante a colonização portuguesa, STP foi um importante fornecedor mundial de cana-de-açúcar e de cacau. Em 1470, Portugal colonizou as ilhas desabitadas que são agora STP, construindo a colónia como um centro de negócios para o comércio de escravos do Atlântico e uma fonte de culturas de rendimento. A colonização portuguesa das ilhas foi motivada pelo desejo de expandir a produção de cana-de-açúcar. As plantações acabaram por ocupar 90% da terra arável, produzindo principalmente cacau e cana-de-açúcar e, a um nível menos importante, café. Durante um curto período de tempo, STP foi o maior produtor de açúcar do mundo. Depois de ter sido ultrapassado pelo Brasil e

pelas Caraíbas, voltou-se para a produção de cacau e café (Seibert e Clarence-Smith, 2019). No final do século XIX e no início do século XX, STP foi o maior fornecedor de cacau do mundo.

A escravatura, o trabalho temporário e o sistema económico das plantações deram origem à desigualdade na posse das terras e a séculos de subinvestimento no capital humano, na economia local e em instituições essenciais. Estudos noutras partes do mundo demonstram que uma história de concentrações elevadas de terras, como no sistema das plantações, leva a um subinvestimento a longo prazo no capital humano, a uma concentração na indústria não especializada e a um processo de crescimento mais lento (Galor, Moav e Vollrath, 2009). Portugal aboliu a escravatura em 1858, mas os sistemas de trabalho temporário e forçado persistiram até ao século XX. Durante o período colonial, as plantações eram geridas por europeus (Caldeira, 2011). Oportunidades de educação limitadas e séculos de controlo da produção económica e da terra pelos portugueses resultaram numa escassez de capital humano na população local na altura da independência (Seibert, 2016). Como as responsabilidades de gestão estavam quase exclusivamente nas mãos de trabalhadores importados, principalmente portugueses, houve pouco investimento na educação local. A primeira escola secundária só foi estabelecida em STP em 1952, quase um século depois da implementação do ensino secundário em Cabo Verde, outra antiga colónia portuguesa.

Depois de STP ter conseguido a independência de Portugal em 1975, o alinhamento com governos comunistas levou a uma economia planeada centralmente e a um forte declínio na produção agrícola. STP tornou-se num estado de partido único, alinhado com outros governos socialistas, incluindo Angola, Cuba e União Soviética (Seibert, 2016). As plantações, anteriormente pertencentes aos portugueses, foram nacionalizadas como parte de uma rede de quinze empresas do estado (EP). Muitos portugueses abandonaram STP depois da nacionalização das propriedades, e a nacionalização do sistema de plantações permitiu que indíviduos da população *Forro* (português para «homem livre») acedessem a papéis de chefia, previamente detidos pelos portugueses (Caixa 1.2) (Ezyaguirre, 1989). O governo planeara usar as receitas agrícolas para estimular o crescimento de outros sectores da economia, mas o declínio abrupto da produtividade e do rendimento agrícolas, devido à fraca gestão, à falta de investimento e à perda do conhecimento tecnológico devido à partida dos gestores portugueses levaram a que houvesse uma contracção económica. O produto interno bruto (PIB) caiu para uma média anual de 1,4% durante mais de uma década.[3] A produção de cacau baixou de 10 400 toneladas em 1974 para 3378 em 1984.[4]

Caixa 1.2. Grupos étnicos em STP

Embora a população de STP seja o produto de várias etnias, reflectindo a sua história colonial, o país não sofre de tensões étnicas importantes. Os primeiros residentes das ilhas incluíram

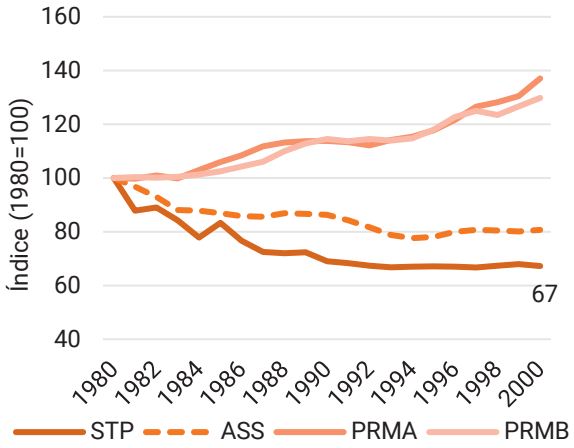
[3] Eyzaguirre (1989) defende que a produtividade elevada do período colonial era, em parte, o resultado de abusos cruéis nas plantações e não apenas de melhores práticas de gestão
[4] DE-FAO.

pessoas escravizadas do Benim e do Congo, criminosos portugueses e judeus portugueses que tinham sido expulsos durante a Inquisição. Os *Forros* são o maior grupo étnico, uma população descendente de europeus e africanos que ganhou a liberdade antes do fim da escravatura. Os *Angolares* descendem dos escravos angolanos que escaparam ao cativeiro a seguir a um naufrágio no século XVI e viveram praticamente isolados até aos finais do século XIX. Imigrantes de países africanos que falam português, especialmente de Cabo Verde, têm vindo como trabalhadores e alguns mantêm a dupla nacionalidade. Há também uma pequena população de descendentes europeus, a maioria portuguesa.

Fonte: Eyzaguirre 1989; Seibert e Clarence-Smith, 2019.

A deterioração acentuada da produtividade agrícola levou o país a abandonar o planeamento central e o sistema de partido único e, em 1989, já tinha iniciado a transição para a economia de mercado. A seguir ao fim da Guerra Fria, STP tornou-se no primeiro país africano de língua portuguesa a fazer a transição para uma democracia multipartidária, em 1990 (Seibert, 2016). Durante esta transição, a agricultura foi privatizada, a produtividade agrícola melhorou e tanto a ajuda externa como os influxos de empréstimos aumentaram. Depois da mudança, o país redistribuiu dois terços do que tinham sido terras das plantações a mais de 10 000 famílias numa base de usufruto (ou temporária), com o objectivo de desenvolver um sector agrícola que foi privatizado e que incluía herdades pequenas e médias. Embora a produtividade e o rendimento agrícolas aumentassem relativamente à era de planeamento centralizado, a produção de cacau não voltou aos níveis da pré-independência. Em 2000, a produção de cacau foi de 3418 toneladas, em comparação com a de 10 400 toneladas de 1974.[5] No que se refere ao PIB, a transição para a independência e para uma economia planeada centralmente teve como resultado que STP perdesse terreno relativamente à África Subsariana, assim como a outros países de rendimento médio (Figura 1.1). O PIB per capita em 2000 foi apenas 67% do que tinha sido em 1980 (Figura 1.1).

Figura 1.1 Crescimento per capita durante as décadas de 1980 e 1990, 1980-2000



Fonte: Indicadores do Desenvolvimento Mundial (IDM).
Nota: ASS = África Subsariana; PRMA = Países de Rendimentos Médios Altos; PMBR = Países de médio-baixo rendimento.

Seguindo-se à transição para uma economia de mercado, o crescimento económico acelerou nos primeiros anos de 2000, mas começou a falhar em 2015. Como detalhado no Capítulo 2, grandes influxos de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) e um influxo temporário de investimento directo estrangeiro (IDE), seguindo-se a um potencial

[5] DE-FAO.

desenvolvimento do petróleo na primeira década de 2000, sustentaram as reformas do mercado de STP e desempenharam um papel central no modesto crescimento económico do país nestas duas últimas décadas. De destacar que esta AOD foi canalizada para grandes investimentos públicos, especialmente no capital humano, levando a grandes melhorias nos resultados da saúde e da educação, que são analisados neste estudo, assim como em melhorias nas infra-estruturas principais. Apesar de alguns desenvolvimentos em agroindústrias e turismo, o sector privado continua subdesenvolvido e a produtividade continua baixa – o PIB per capita de 2019 alcançou apenas o nível de 1980.

1.3 EXCLUSÃO SOCIAL E PRESSÃO DEMOGRÁFICA

Apesar dos passos importantes dados pelo país nestas duas últimas décadas, STP tem uma classificação baixa nos indicadores de progresso e inclusão sociais, incluindo a igualdade de género. Entre 2014 e 2019, o Índice de Progresso Social (IPS) de STP aumentou de 58,3 para 61,4, impulsionado pelas melhorias nos sub-indicadores relacionados com as necessidades humanas básicas e as bases do bem-estar.[6] Mesmo com esta melhoria, o país regista uma classificação reduzida em áreas como "liberdade e escolha pessoal", assim como em "inclusão" (Figura 1.2), estando na posição 97 entre 149 países (atrás de todos os congéneres estruturais, excepto as Comores). STP tem uma classificação baixa nos Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ficando atrás da maioria dos seus congéneres em activismo cívico e igualdade de género, que mede a discriminação de género na família, no trabalho e na vida pública (Figura 1.3)[7]. Existe também uma palpável dinâmica "outsider-insider" em jogo em STP, que leva a uma confiança reduzida no sector público. Isto ficou fortemente visível durante as consultas ao país (Anexo 11), mas também se pode ver nos resultados de alguns inquéritos. Segundo o Afrobarómetro (2019a), a maioria dos são-tomenses considera que as pessoas não são tratadas com igualdade (aumentando de 47% de inquiridos em 2016, para 52% em 2019), uma percentagem significativamente mais elevada do que nas Maurícias e em Cabo Verde.

[6] O IPS é preparado pelo Imperativo do Progresso Social (https://www.socialprogress.org/).
[7] O IDS é preparado pelo Instituto Internacional das Ciências Sociais (https://www.indsocdev.org/).

Figura 1.2. Índices de Progresso Social (2019) e Desenvolvimento Social (2014)

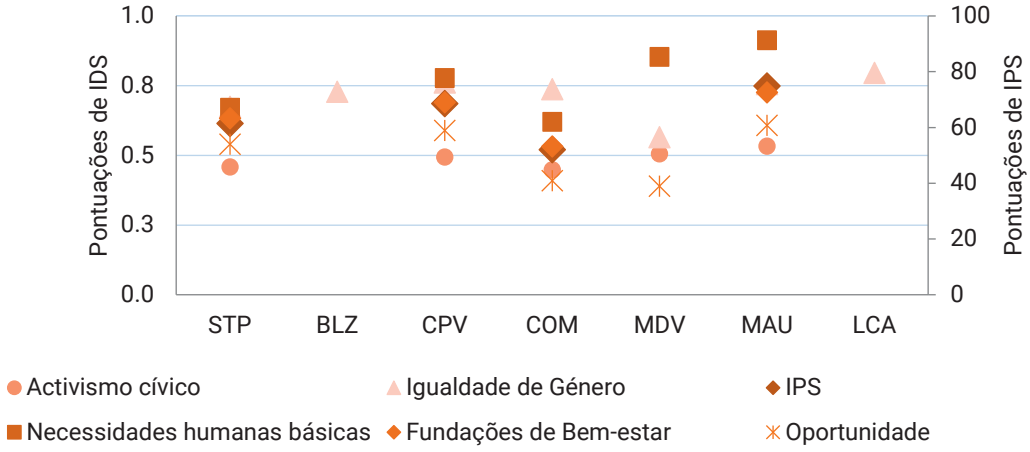
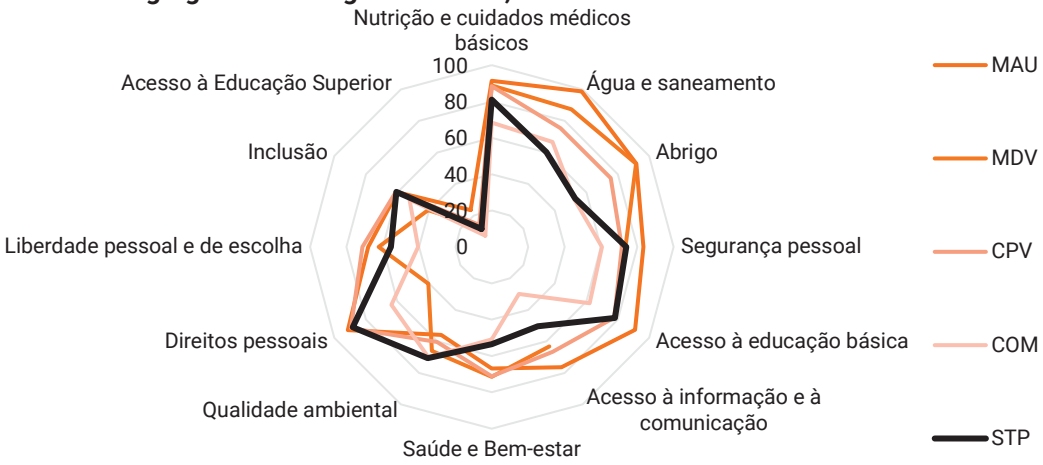


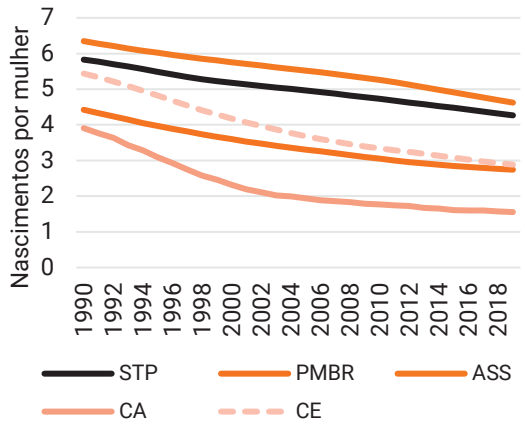
Figura 1.3. Sub-agregados de Progresso Social, 2019



Fonte: base de dados IPS e IDS. *Nota*: os últimos dados disponíveis para os IDS são de 2014 (acedidos pela última vez em Abril 2020). As pontuações para o IPS (índice principal e sub-índices) vão de 0 a 100 (as melhores). As pontuações do IDS vão de 0 a 1 (as melhores). BLZ: Belize; CBV: Cabo Verde; COM: Comores; SLC: St. Lúcia; MDV: Maldivas; MAU: Maurícias.

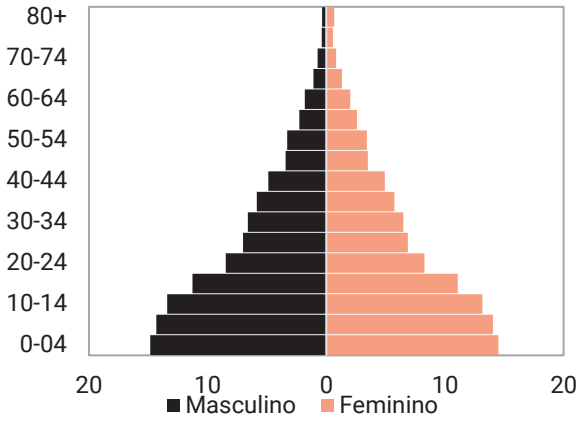
Com uma população com uma idade média de 18,6 anos, STP está nos primeiros estágios de uma transição demográfica, com taxas de natalidade elevadas e uma esperança de vida em crescimento (Figura 1.5). Entre 1990 e 2017, a taxa total de fertilidade (TTF) caiu de 5,8 nascimentos por mulher para 4,4, a mortalidade infantil também caiu de 69,1 para 25,2 mortes por 1000 nados-vivos e a esperança de vida à nascença aumentou de 58,2 para 69,9 anos. Embora a TTF de STP esteja abaixo da média dos países da África Subsariana, é elevada quando comparada com a média dos PMBR (Figura 1.4). O progresso nos indicadores de saúde nas décadas recentes, associado à diminuição das taxas de fertilidade, tem ajudado o país a entrar nos primeiros estágios de uma transição democrática (Figura 1.6).

Figura 1.4. Taxa total de fertilidade, 1990-2017



Fonte: IDM, 2019.
Nota: ASS = África Subsariana; PMBR = Países de médio-baixo rendimento; CA = Congéneres aspiracionais; CE = Congéneres estruturais.

Figura 1.5. População de STP por idade e género, 2018 (%)



Fonte: IDM, 2019.

Figura 1.6. População por grupo etário, 1980-2050

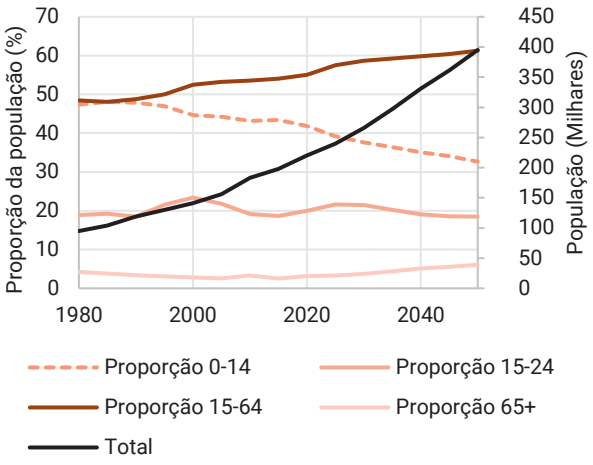
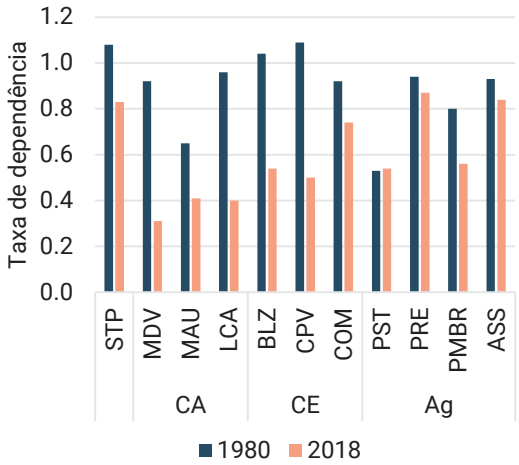


Figura 1.7. Taxa de dependência, STP e comparadores, 1980-2018



Fonte: Projecção Média (*Medium Projection*) do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, 2019, e IDM, 2020.
Nota: a taxa da dependência é a taxa entre as pessoas de14 anos de idade ou menos e as de 65 anos de idade ou mais e as pessoas em idade activa, 15-64. Ag = Agregados; CA = Congéneres aspiracionais; CE = Congéneres estruturais; PRE = países com pré-dividendos demográficos; PST: países com pós-dividendos demográficos.

STP tem potencial para angariar um dividendo demográfico — um estímulo no crescimento económico resultante de uma mudança na estrutura etária de um país – através de políticas que criam capital humano, geram oportunidades económicas e apoiam a transição demográfica continuada do país. A taxa da dependência de STP diminuiu 23% entre 1980 e 2018, não tão depressa como os seus congéneres regionais e estruturais (Figura 1.7). As tendências actuais sugerem que não irá começar a

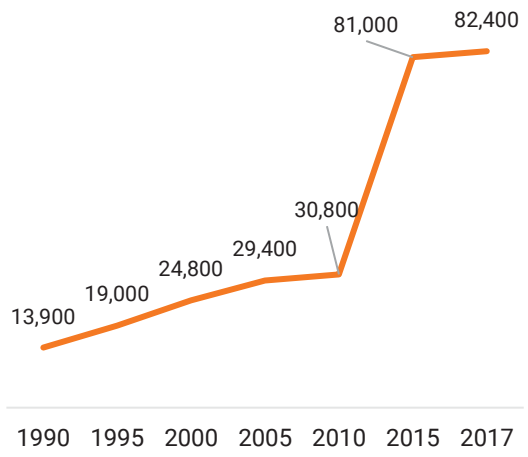
beneficiar do dividendo demográfico até cerca de 2040, quando a taxa da dependência cair para menos de duas pessoas dependentes por cada três pessoas em idade activa.[8] Em 2018, com uma taxa de cerca de quatro pessoas dependentes por cada cinco pessoas em idade activa, STP está a par das médias dos países da África Subsariana e dos países com pré-dividendos demográficos. Contudo, esta taxa é mais do dobro da média dos países congéneres aspiracionais e cerca de 1,5 vezes mais elevada do que as médias nos países com pós-dividendos demográficos e nos PMBR.

Todavia, o rápido crescimento populacional, as taxas elevadas de dependência e de fertilidade adolescente pesam fortemente na capacidade do país para reduzir a pobreza a curto prazo. Como a esperança de vida aumentou e a mortalidade infantil diminuiu mais depressa do que a fertilidade, STP tem tido um forte crescimento populacional, tendo atingido o ponto mais alto, 2,9%, em 2008, antes de diminuir para 1,9% em 2017. As famílias com um grande número de filhos têm uma capacidade reduzida para reduzir a pobreza e esta dificuldade é ainda aumentada em STP devido a uma alta taxa de gravidez adolescente. Com uma taxa de fertilidade adolescente de 96 nascimentos por 1000 mulheres com idades entre os 15 e os 19 anos, a maternidade precoce leva ao abandono da escola e a mais nascimentos durante a vida, especialmente, no seio das famílias mais pobres. As pressões demográficas criam problemas na prestação dos serviços públicos, nos mercados de trabalho e nos recursos fiscais e podem abrandar o crescimento no rendimento per capita.

A emigração internacional pode tornar-se numa realidade cada vez mais importante nos próximos anos, quando mais jovens entrarem na idade activa, representando tanto uma oportunidade como um risco para um crescimento futuro. Embora a migração internacional forneça alternativas para os jovens adultos que enfrentam oportunidades económicas limitadas e as remessas de dinheiro possam ser um estímulo para o crescimento, também pode levar a uma fuga de cérebros – uma dificuldade enfrentada por outros pequenos estados insulares, como os das Caraíbas. Isto torna-se cada vez mais importante para a juventude de STP, uma vez que o acesso ao ensino secundário e superior aumentou na última década. As tendências da migração líquida em STP são semelhantes às dos congéneres estruturais, mas há alguns indícios de um aumento recente da emigração de STP, embora aquilo que desencadeou esta saída não seja claro (Lacuna de Conhecimentos 1). Em 2017, quase 85 000 são-tomenses viviam no estrangeiro, com a vasta maioria a ter-se deslocado para Angola entre 2010 e 2015 (Figura 1.8). No entanto, esta tendência não parece ser sustentável, uma vez que o número de emigrantes apenas aumentou em 1300 entre 2015 e 2017. Ao mesmo tempo, STP recebe poucos migrantes, a maioria de Cabo Verde.

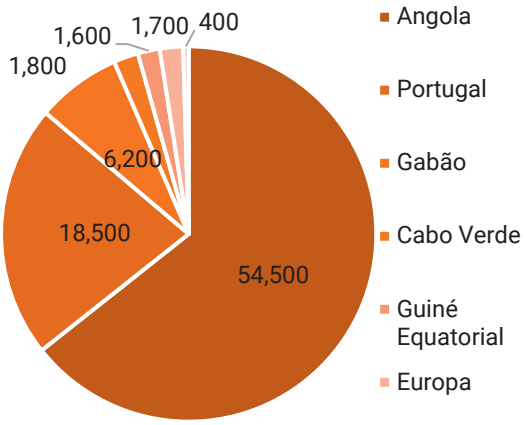
[8] Consultar o Anexo 1 para a selecção de países congéneres.

Figura 1.8. Número de emigrantes de STP, 1990-2017



Fonte: UNDESA (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais), 2019.

Figura 1.9. Destino para emigrantes de STP, 2017



Fonte: Matriz de Migração Bilateral da KNOMAD (pelas siglas em inglês de *Global Knowledge Partnership on Migration and Development*, Parceria Global de Conhecimento sobre Migração e Desenvolvimento)
Nota: os números foram arredondados para a centena mais próxima.

Lacuna de Conhecimentos 1. Compreender as tendências recentes da migração

Os dados da KNOMAD indicam uma forte subida na emigração de STP entre 2013 e 2017, quando o número total de emigrantes aumentou de 36 000 para 85 000. Esta subida é notável dado o seu tamanho: um aumento do número de emigrantes na ordem de 25% do total da população é significativo. Não é claro o que deu origem a este aumento ou se o aumento é uma questão de dados, uma vez que o tópico não foi tratado na literatura académica, em pesquisas, nem nos jornais locais. É improvável que este fluxo se deva ao retorno de refugiados angolanos após o fim da guerra civil no país, uma vez que STP não tinha refugiados registados (ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 2015). Pode ser reflexo de uma migração económica alimentada pelo *boom* do petróleo em Angola durante este período. Esta tendência tem de continuar a ser investigada, principalmente dadas as implicações da emigração em massa para o desenvolvimento.

2. POBREZA, CRESCIMENTO E PROSPERIDADE PARTILHADA

Mensagens principais

- **A acumulação de capital físico e humano** apoiada por investimento público financiado por credores estrangeiros impulsionou o modesto crescimento económico e as melhorias no desenvolvimento humano de STP durante as últimas duas décadas.
- O **lento crescimento de sectores** em que STP possui uma vantagem comparativa relacionada com o seu capital natural (agricultura, pescas e turismo) sugere que as repercussões do investimento público no sector privado foram modestas.
- **A pobreza permanece mais elevada do que nos países congéneres, o que se deve principalmente à falta de postos de trabalho**. A maioria dos são-tomenses ganha o seu sustento por intermédio de trabalho independente de baixa produtividade e de subsistência, incluindo 43% dos chefes de família.
- As famílias de baixos rendimentos em STP têm **um acesso reduzido a transferências públicas ou remessas de emigrantes** para acabar com o ciclo intergeracional da probreza.

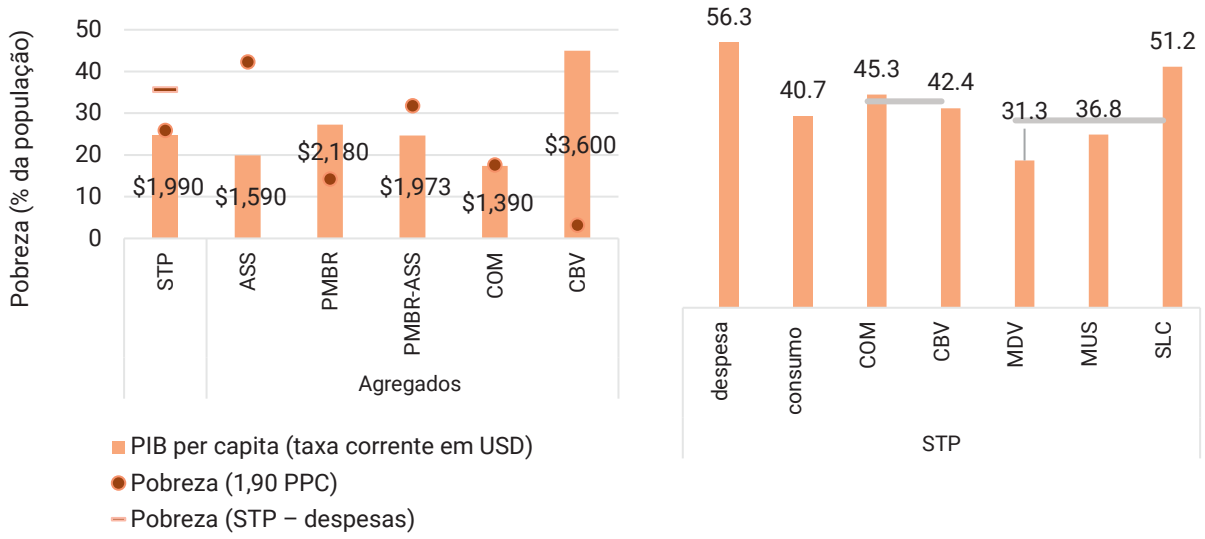
A economia de São Tomé e Príncipe tem crescido modestamente ao longo das duas últimas décadas, impulsionada principalmente pelo financiamento de credores estrangeiros, o que lhe permitiu aumentar os investimentos públicos e melhorar os resultados do desenvolvimento humano. A AOD e as receitas da exploração de petróleo proporcionaram uma bem-vinda recuperação do anterior sub-investimento em infra-estruturas humanas e de capital, o que constitui um importante passo para STP na sequência da sua história de sub-investimento durante o período colonial e de destruição da produção agrícola após a independência. No entanto, o financiamento de credores estrangeiros está numa tendência decrescente e, por conseguinte, não representa um caminho sustentável para a economia. Em contraste com o sector público, o sector privado tem permanecido fraco e incapaz de gerar empregos mais bem remunerados e de maior qualidade, necessários para sustentar o progresso na redução da pobreza. A maioria da população trabalha por conta própria em actividades de baixa produtividade, um dos principais motivos pelos quais a pobreza permanece elevada em STP, em comparação com os congéneres internacionais. Apesar de alguns progressos alcançados no acesso à escolarização, a maioria dos cidadãos possui apenas o ensino básico e não está apta para seguir os caminhos fundamentais para sair da pobreza que estão disponíveis noutros países, como uma forte rede de segurança social ou rendimentos provenientes de remessas do estrangeiro.

STP está firmemente posicionado na cauda da lista dos resultados de pobreza em comparação com outros PMBR, mas excede o desempenho médio dos PMBR na África Subsariana. Dois terços dos são-tomenses viviam na pobreza em 2017 (Banco Mundial

Figura 2.1 Taxa de pobreza internacionalmente comparável, desigualdade e PIB per capita, 2019

a. Taxa de pobreza internacional (1,90 dólares americanos por dia, PPC 2011) e PIB per capita

b. Índice de Gini



Fonte: IDM 2020 e estimativas do Banco Mundial com base no IOF de 2017.
Nota: a Figura (a) indica o PIB per capita (taxa corrente do dólar americano) e a percentagem da população que vive com menos de 1,90 dólares americanos por dia em termos de Paridade do Poder de Compra (PPC de 2011). Relativamente a STP, foram incluídos dois valores: a taxa de pobreza baseada na despesa, de 35,6% e a taxa baseada no consumo, de 25,9%. Consulte o Anexo 3 para obter mais informações sobre as duas estimativas indicadas para STP. As linhas cinzentas na Figura (b) representam a desigualdade média não ponderada de cada conjunto de países congéneres. A pobreza e a desigualdade baseiam-se nos dados disponíveis mais recentes: STP (2017), CBV (2015), COM (2014), MDV (2016), MUS (2017) e LCA (2016). A média dos PMBR na região da África Subsariana (PMBR-ASS) foi calculada com base no indicador mais recente indicado nos IDM relativo aos 15 países com informações desde 2014. Embora BLZ seja um congénere estrutural, não está incluído devido à ausência de dados recentes.

2019d)[9]. No entanto, para efeitos de comparação internacional, é útil considerar o limiar de pobreza de 1,90 dólares americanos por dia em paridade de poder de compra (PPC de 2011). Com base nas estimativas preparadas para este SCD, cerca de um quarto da população de STP vivia com menos de 1,90 dólares americanos por dia PPC de 2011 antes da pandemia da COVID-19, uma taxa de pobreza que, embora abaixo da média da África Subsariana (42,3%), é quase o dobro (81% mais alta) da taxa de pobreza média dos PMBR[10]. Este aspecto é particularmente impressionante, tendo em conta que a desigualdade de STP em termos de consumo não é alta em relação às comparações internacionais (figura 2.1b) e que o seu nível de PIB per capita de 1990 dólares americanos está próximo da média deste grupo de países, 2 180 dólares americanos

[9] Estimativas do Banco Mundial baseadas no IOF (Inquérito aos Orçamentos Familiares) de 2017 (consultar o Anexo 3).
[10] IOF de 2017, que é o Inquérito aos Orçamentos Familiares mais recente que pode ser utilizado para avaliar a pobreza, fornece informações valiosas, embora provisórias, sobre a pobreza e a desigualdade em São Tomé e Príncipe (consultar a Lacuna de Conhecimentos 2.1 e o Anexo 3 para obter mais informações sobre as preocupações relativas à qualidade dos dados e as melhorias aplicadas).

(Figura 2.1a). Tal sugere a existência de um fosso ainda maior entre o PIB, estreitamente relacionado com os fluxos estrangeiros, e o bem-estar económico das famílias em São Tomé e Príncipe em comparação com os seus congéneres. O nível de pobreza em STP ultrapassa o dos três congéneres estruturais, ou seja, outros pequenos países com níveis semelhantes de PIB per capita.

Desafios relacionados com fontes de dados importantes limitam a análise neste diagnóstico, incluindo em áreas relacionadas com fontes de crescimento, constrangimentos institucionais e tendências da pobreza ao longo do tempo. Por exemplo, o inquérito aos agregados familiares de 2017 não é comparável ao inquérito anterior e, devido às elevadas taxas de falta de resposta ao inquérito e a certas perguntas principais, o resultado é alguma incerteza no que respeita a indicadores principais e estimativas subnacionais (consultar a Lacuna de Conhecimentos 2.1). Mesmo com as suas limitações, o inquérito aos agregados familiares continua a ser a única fonte recente de informações para analisar os resultados da pobreza, da inclusão e do emprego. No âmbito da elaboração do SCD, algumas estimativas novas foram calculadas, incluindo a construção de um agregado de bem-estar menos afectado pela falta de resposta. Embora os problemas relacionados com os dados comprometam a certeza da magnitude exacta dos níveis medidos de pobreza e desigualdade em STP, outros dados apoiam estes resultados gerais: as taxas moderadas de insegurança alimentar e uma desigualdade relativamente baixa em resultado do desenvolvimento humano são medidas através de outros inquéritos (Secção 2.3). A Secção 2.3 também salienta que, embora uma ausência de dados comparáveis ao longo do tempo limite a nossa compreensão dos progressos alcançados com o tempo, as melhorias no desenvolvimento humano sugerem um aumento firme do bem-estar geral.

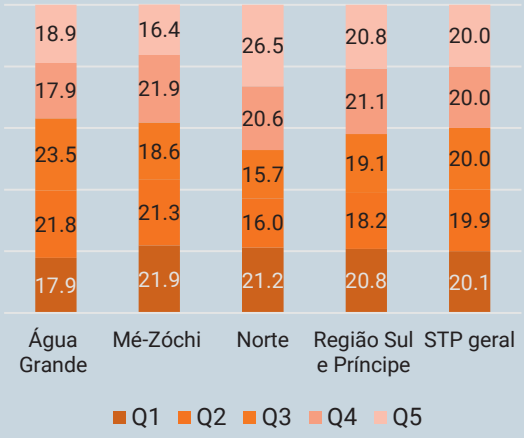
Lacuna de Conhecimentos 2.1. Exactidão das estimativas nacionais e subnacionais dos níveis de pobreza e de desigualdade

A melhor e mais recente fonte de informações sobre a pobreza em STP é o IOF de 2017. No entanto, este inquérito enferma de taxas de falta de resposta superiores a 24%, sendo que a taxa varia significativamente de região para região do país, entre 13,6% e 34,8%. As taxas de falta de resposta superiores a 10-15% constituem uma fonte de preocupação, na medida em que podem resultar em estimativas tendenciosas da prevalência da pobreza, bem como de qualquer outra variável de interesse. Além disso, mesmo entre os agregados familiares que participaram no inquérito, existe uma elevada taxa de falta de resposta em variáveis principais utilizadas para calcular o agregado de bem-estar. A falta de resposta a este item não é aleatória e é particularmente elevada na ilha do Príncipe.

Para este SCD, foi levada a cabo uma nova ronda de análises de dados, resultando numa nova abordagem para calcular o bem-estar: enquanto os números originais se baseiam num agregado de bem-estar que depende de dados da despesa, mas peca por taxas mais elevadas de falta de resposta, a nova análise cria um agregado baseado no consumo, menos afectado pelas elevadas taxas de falta de resposta ao item (explicado no Anexo 3). Embora a magnitude

exacta da pobreza e da desigualdade seja ainda incerta devido aos problemas de falta de resposta que persistem, vários testes indicam que o agregado de bem-estar baseado no consumo parece diminuir a sua gravidade. Como resultado, apesar de este SCD apresentar números de pobreza e desigualdade resultantes de ambas as abordagens, designadas por "STP – despesa" e "STP – consumo", a análise baseada no IOF de 2017, abaixo apresentada, baseia-se no novo agregado de consumo.

Figura 2.2 Percentagem da população por quintil de bem-estar, por região, 2017



Fonte: baseado no IOF de 2017, agregado de consumo (consultar o Anexo 3).

A incerteza resultante relativa às estimativas suscita algumas questões sobre a pobreza em STP, incluindo a sua distribuição espacial. As informações disponíveis sugerem que a pobreza pode ser marginalmente mais elevada nas áreas urbanas do que nas áreas rurais (um resultado também indicado no inquérito de 2010). Cerca de um quarto da população tanto das áreas urbanas como rurais vive com menos de 1,90 dólares americanos per capita (PPC de 2011), com taxas de 26,8% e 24,4%, respectivamente. Apesar de as taxas de pobreza variarem um pouco nas quatro regiões definidas no inquérito, a análise por quintis de bem-estar demonstra uma distribuição relativamente uniforme do bem-estar em todo o país (Figura 2.2). Infelizmente, os dados não permitem efectuar uma avaliação do bem-estar no Príncipe em separado.

2.1 CRESCIMENTO ECONÓMICO REAL MODESTO IMPULSIONADO PELA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL FINANCIADO POR CREDORES ESTRANGEIROS

Após uma década de crescimento económico extremamente negativo e volátil durante a década de 1980 e de estagnação durante a década de 1990, ao longo dos últimos 20 anos, a economia de STP cresceu com força suficiente para ultrapassar o seu elevado crescimento populacional (Figuras 2.3 e 2.4). STP mostrou-se particularmente bem-sucedido entre 2001 e 2014, com uma média de crescimento anual do PIB de 5,1%. Este valor traduziu-se num crescimento do PIB per capita anual de 2,7%, ultrapassando tanto os congéneres estruturais como aspiracionais. Os anos que se seguiram testemunharam um crescimento per capita menor, mas ainda assim positivo. Tal como acontece com outras áreas principais de informações socioeconómicas sobre o país, existem algumas questões quanto à medição dos resultados em STP (consultar a Lacuna de Conhecimentos 2.2.).

Figura 2.3 Crescimento económico, STP e comparadores, 1981-2019 (%)

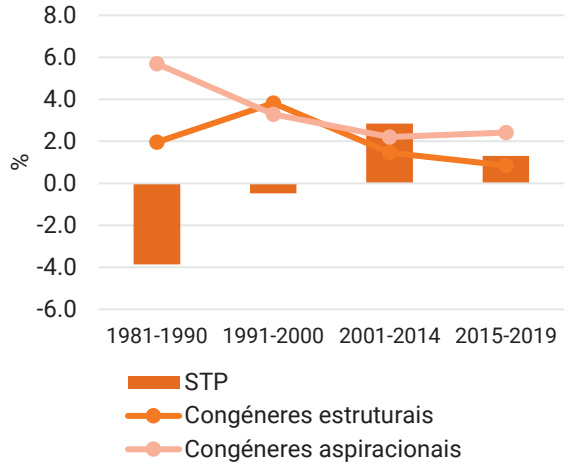
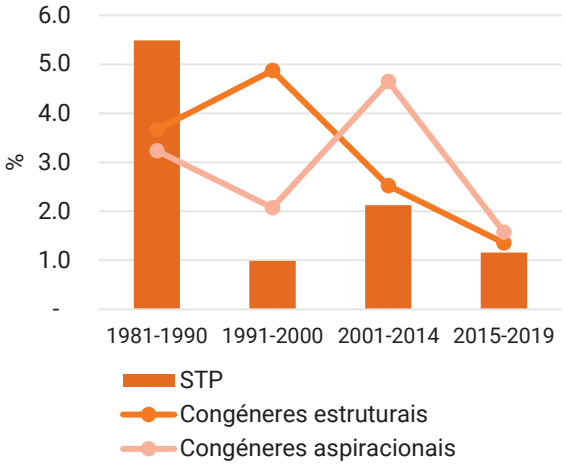


Figura 2.4. Volatilidade económica, STP e comparadores, 1981-2019 (%)



Fonte: IDM e FMI, 2019.
Nota: a volatilidade é medida pelo desvio padrão do crescimento do PIB per capita. Não estão disponíveis dados relativos às Maldivas entre 1981 e 1990. A média para os congéneres aspiracionais relativa ao período inclui apenas a Maurícia e Santa Lúcia.

Lacuna de Conhecimentos 2.2. Medir o PIB em STP

STP produz contas nacionais somente do lado da produção. O Instituto Nacional de Estatística do país produz contas nacionais anuais regulares com base nas contas da produção, o que apresenta o valor agregado acrescentado em cada sector, bem como o valor dos impostos e subsídios para calcular o PIB. No entanto, STP não produz contas da receita e da despesa – as apresentações alternativas do PIB que fornecem informações sobre as fontes da procura (consumo, investimento, exportações e importações) e a distribuição dos rendimentos da produção entre o capital e o trabalho. Tal deve-se ao facto de STP não recolher informações sobre os salários e os resultados das empresas, necessárias para calcular o PIB através da abordagem da receita. A respetiva recolha de informações sobre o consumo dos agregados familiares e o investimento das empresas é insuficiente para a abordagem da despesa (deveriam estar disponíveis informações sobre os sectores fiscais e externos). Além disso, as contas nacionais de STP não incluem informações sobre o consumo intermédio utilizado no processo de produção. Por fim, as contas nacionais são produzidas apenas anualmente e não por trimestre.

A produção de contas nacionais regulares e fiáveis tem um custo fixo que pode ser elevado para os pequenos países, mas que é fundamental para um processo de tomada de decisões sensato. As contas nacionais fornecem informações úteis sobre os desenvolvimentos macroeconómicos, o que permite que as autoridades formulem e implementem políticas económicas mais eficazes. Além disso, o sector privado pode utilizar as informações macroeconómicas para melhor mobilizar e atribuir recursos, o que contribui para aumentar a eficácia económica. O custo de produzir contas nacionais (per capita ou em relação ao PIB) será mais elevado num país pequeno como STP. Contudo, é possível utilizar procedimentos simplificados e padronizados para produzir contas de qualidade aceitável. Um envolvimento mais estreito com outros Estados de pequena dimensão e a aprendizagem com base na experiência dos mesmos poderia ser uma experiência útil para melhorar a capacidade do instituto de estatística e estabelecer um processo nacional de produção de contas adequado.

O crescimento na década de 2000 foi sustentado por elevados níveis de ajuda externa e de IDE relacionado com o petróleo, que começou a diminuir por volta de 2015 (Banco Mundial, 2019b). As subvenções externas, que ascenderam a 31,6% do PIB em 2011, sustentaram uma significativa expansão do investimento público no capital físico e humano. O crescimento do IDE relacionado com o petróleo, que atingiu o pico em 2010, situando-se em 25,9% do PIB (Caixa 2.1), também contribuiu para a acumulação de capital e impulsionou o PIB. A economia beneficiou ainda da entrada de um segundo operador móvel, de um sector do turismo em franca expansão, que testemunhou um aumento de 216% das chegadas entre 2001 e 2014, e de um acentuado aumento dos preços do cacau. De 2015 em diante, as subvenções externas diminuíram para uma média anual de 13% do PIB, ao passo que os empréstimos externos diminuíram, reduzindo drasticamente o investimento público de um máximo de 35,7% do PIB em 2011 para 9% em 2018. O IDE diminuiu gradualmente, mas permanece elevado relativamente aos países congéneres. Em 2019, o IDE situava-se em 6,7%, um valor mais elevado do que o dos congéneres aspiracionais (4,9% do PIB) e dos congéneres estruturais (4,1%)[11]. A dinâmica de crescimento do sector do turismo também abrandou, as exportações de cacau diminuíram e ocorreu uma grave crise de energia em 2018 e 2019, factores que abrandaram a rapidez do crescimento.

Caixa 2.1. O *boom* do petróleo que nunca aconteceu

No início dos anos 2000, era de prever que STP se juntasse aos seus vizinhos Nigéria, Guiné Equatorial e Gabão enquanto nação produtora de petróleo. São Tomé e Príncipe possui direitos sobre três zonas de exploração de petróleo. Possui a Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria, uma região *offshore* em relação a ambos os países que se previa deter significativas reservas petrolíferas, e duas outras zonas de direitos exclusivos de exploração de petróleo: a ZEE (Zona Económica Exclusiva) *offshore* e uma zona de perfuração *onshore* (Segura, 2006). Em 2005 e 2007, STP recebeu "consideráveis bónus de assinatura especulativos" da Chevron, Sinopec e outras empresas, totalizando mais de 70 milhões de dólares americanos (Frynas, Wood e Hinks, 2017). Apesar das elevadas expectativas, o *boom* do petróleo nunca se materializou. As previsões da produção petrolífera de STP foram revistas em baixa e duas empresas estrangeiras retiraram-se. Apesar de outras empresas estrangeiras de energia se terem interessado pela exploração da ZEE desde 2015, não é claro o êxito que estes esforços venham a alcançar (Sovacool, 2015).

Apesar de as oportunidades de produção de petróleo não se terem concretizado, STP tem ainda de lidar com os desafios frequentemente associados à "maldição dos recursos". Apesar da implementação, por parte de STP, de vários regulamentos para reduzir a ameaça de uma maldição dos recursos[12], o excesso de despesas e de empréstimos e uma forte esperança nas

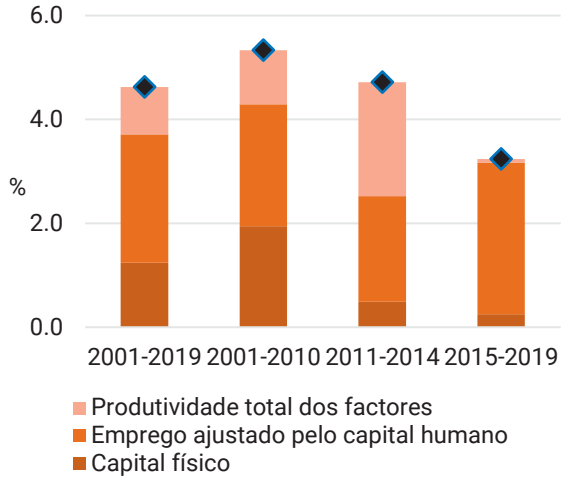
[11] Fonte: classificações baseadas nos IDM.

[12] Em 2004, o Governo de São Tomé e Príncipe criou um Conselho Nacional do Petróleo e a Agência Nacional do Petróleo, concordou com as directrizes sobre transparência na ZDC por intermédio da Declaração Conjunta de Abuja e promulgou a Lei de Gestão das Receitas do Petróleo para reger a utilização

receitas dos recursos poderão ter resultado num fenómeno semelhante que ocorre ainda antes do começo da extracção de recursos naturais (Cust e Mihalyi, 2017). Frynas, Wood e Hinks (2017) concluíram que a antecipação de um aumento do IDE no início dos anos 2000 conduziu a uma maior despesa pública. Além disso, verificaram-se preocupações relativas à corrupção relacionadas com o esperado *boom* dos recursos: no início dos anos 2000, organizações da Nigéria e de Angola, por exemplo, contribuíram financeiramente para campanhas políticas no país.

A acumulação de capital físico e humano apoiado por investimento público financiado por credores estrangeiros impulsionou o crescimento durante as últimas duas décadas.

Figura 2.5 Decomposição do crescimento, 2001–2019



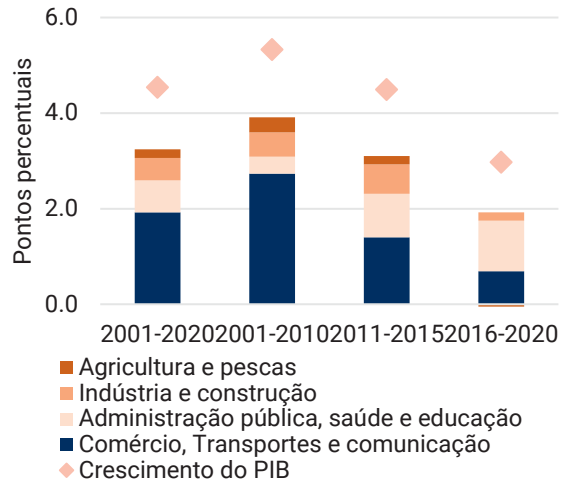
Fonte: baseado em dados das contas nacionais.
Nota: o trabalho ajustado pelo capital humano leva em conta o crescimento da força de trabalho, bem como o seu nível de escolaridade.

Entre 2001 e 2019, o crescimento do PIB real de STP alcançou uma média de 4,6%, dos quais 3,7 pontos percentuais (80%) se deveram à acumulação de capital físico (1,2 pontos percentuais) e humano (2,5 pontos percentuais) (Figura 2.5). Ao longo deste período, STP investiu fortemente na expansão da sua capacidade de distribuição de energia eléctrica e na construção, reabilitação e modernização do sistema rodoviário nacional. O crescimento do capital humano deve-se em parte ao crescimento populacional de STP, que aumentou em média 2,1% por ano ao longo do período em causa. É importante sublinhar que as melhorias no acesso à educação resultaram num aumento das taxas de alfabetização e dos níveis de escolaridade. Os resultados de saúde também melhoraram (por exemplo, verificou-se uma redução da mortalidade infantil e um aumento da esperança de vida) em virtude de um forte investimento público nos sectores da educação e da saúde.

O sector público tem impulsionado cada vez mais o crescimento do PIB. A administração pública, a saúde e a educação, em conjunto com o sector da construção altamente financiado por capitais públicos, contribuíram directamente, em média, com cerca de 0,9 pontos percentuais para o crescimento de 4,5% que se registou no período (Figura 2.6). Outros 1,9 pontos percentuais são atribuíveis ao sector do comércio, dos

dos lucros resultantes do petróleo. A lei estabelece, designadamente, um Fundo Permanente para as Gerações Futuras "para assegurar a equidade intergeracional e garantir um fluxo permanente de recursos que irá promover o desenvolvimento económico mesmo depois de os recursos petrolíferos se terem esgotado" (Segura, 2006). STP é também um membro da Iniciativa para a Transparência da Indústria Extractiva.

Figura 2.6 Decomposição do crescimento por sector de actividade, 2001-2020

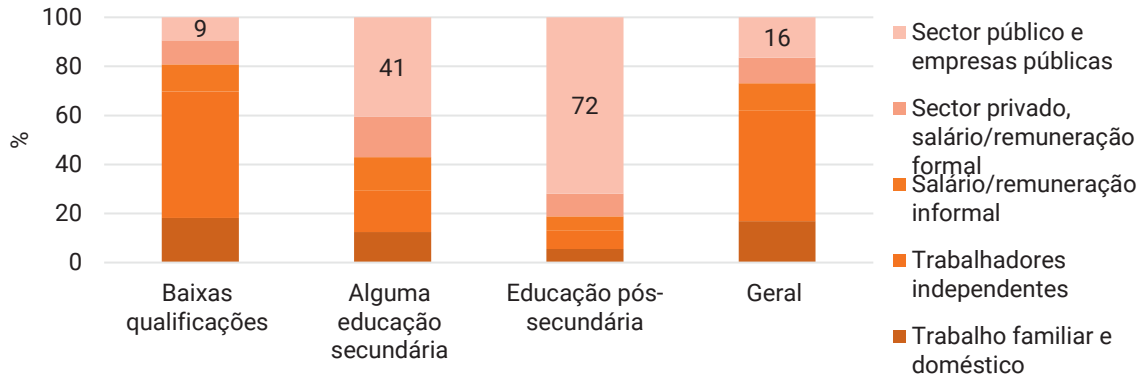


Fonte: baseado em dados das contas nacionais.

transportes e da comunicação, um dos principais beneficiários do investimento público e da procura do sector público. Nos últimos anos, o papel do sector público no incremento do crescimento aumentou rapidamente: no período de 2000-2010, a administração pública, a saúde e a educação representaram apenas 7% do total do crescimento do valor acrescentado. Contudo, nos últimos cinco anos (2016-2020), o sector público contribuiu para mais de um terço (35%) do crescimento.

O capital físico, e especialmente o humano, tem sido utilizado principalmente pelo sector público. A elevada taxa de absorção de trabalhadores qualificados pelo sector público constitui uma área de preocupação particular, em virtude da sua escassez no país. Representando 16% do total dos empregos em STP, o sector público constitui a principal fonte de emprego formal do país, absorvendo mais de 70% dos trabalhadores qualificados (com educação pós-secundária) (Figura 2.7), bem como mais de 40% dos trabalhadores com escolaridade secundária.

Figura 2.7 Tipo de emprego por nível de qualificação, 2017



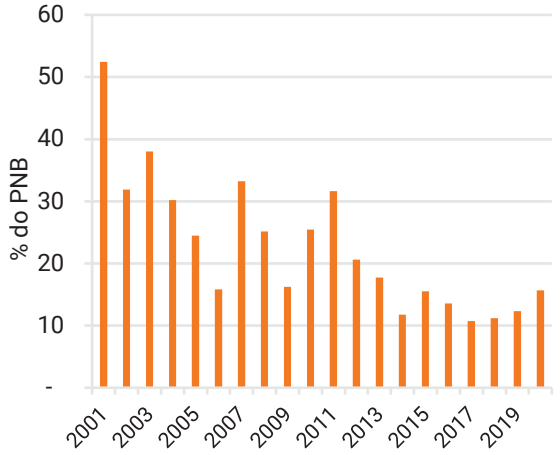
Fonte: baseado no IOF de 2017.
Nota: "baixas qualificações" inclui trabalhadores que não alcançaram o ensino secundário, ou seja, que têm apenas o ensino primário ou nenhuma escolaridade formal.

Este modelo de crescimento não é sustentável. Dotado de baixas receitas fiscais (12,3% do PIB em 2019), o sector público tem sido largamente financiado pela AOD e pelas receitas relacionadas com o petróleo. Este sistema é insustentável, porque estas duas fontes de financiamento estão a esgotar-se. Com as perspectivas da exploração

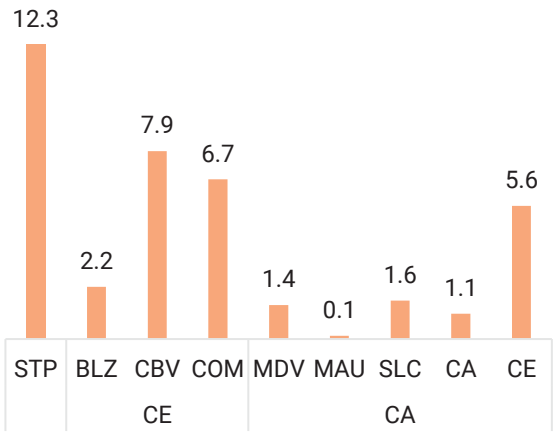
petrolífera a diminuir desde 2015, as receitas petrolíferas poderão nunca vir a materializar-se. À medida que os níveis de rendimentos de STP aumentam, a AOD tem vindo a diminuir (Figura 2.8a). Em 2019, era equivalente a 12,3% do Produto Nacional Bruto (PNB), um valor elevado relativamente aos países de comparação (Figura 2.8b), embora uma diminuição significativa face a um máximo de 32% em 2002. Devido à rápida mobilização de fundos internacionais como resposta à pandemia da COVID-19, calcula-se que as subvenções estrangeiras em 2020 tenham constituído 16,2% do PIB e 60% das receitas, o que representa apenas um adiamento temporário do declínio estrutural na AOD testemunhado nos anos anteriores.

Figura 2.8 AOD líquida, STP e países de comparação

a. STP, AOD líquida recebida, 2000-2020, percentagem do PNB



b. AOD líquida comparada, 2019, percentagem do PNB



Fonte: IDM e Governo de STP.
Nota: as estimativas relativas a 2020 baseiam-se nos dados do Governo de STP e são consideradas preliminares.
Ag = Agregados; CA = Congéneres aspiracionais; CE = Congéneres estruturais.

2.2 LENTA TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA E DEPENDÊNCIA CONTINUADA DE ACTIVIDADES DE BAIXA PRODUTIVIDADE

Este modelo de investimento público financiado pela AOD não permitiu uma transformação económica ou a criação de empregos em níveis suficientes para gerar um crescimento inclusivo. Os três sectores de crescimento mais rápido durante o período de 2001-2020 estão estreitamente ligados à AOD e representam investimentos em capital humano e físico. A educação cresceu a uma taxa anualizada de 8,6%, o sector de transportes, armazenamento e comunicação cresceu 6,3% e o da prestação de serviços públicos cresceu 5,6%. Os três sectores de crescimento mais lento não estavam tão estreitamente relacionados com a AOD, mas são fundamentais para a criação de emprego: a agricultura cresceu 2,5%, o sector de alojamento e hotelaria cresceu 2,3% e o das pescas cresceu 1,4%. A agricultura e as pescas constituem sectores particularmente importantes para os agregados familiares mais pobres, ao passo que o

turismo representa uma das suas áreas mais importantes em termos de potencial de crescimento.

A agricultura, a silvicultura e as pescas desempenham um papel crítico na economia e constituem a origem da maioria das exportações (Caixa 2.2). No entanto, a produtividade nestes sectores primários é reduzida, tanto em comparação com outros sectores em STP (os 22% de trabalhadores no sector primário geraram apenas 9% de valor acrescentado ao crescimento durante o período de 2008-2019 [Figura 2.9]), como em comparação com países semelhantes (Figura 2.11). Em ambos os sectores, existe um enorme potencial para aumentar a produtividade (Anexos 7 e 8). As exportações de produtos agrícolas, especialmente produtos da cadeia de valor do cacau, representam mais de 50% das exportações, mas principalmente na sua forma em matéria-prima[13]. A maioria da produção agrícola destina-se ao consumo local, sendo que as bananas e os cocos representaram mais de metade do PIB agrícola em 2016. As pescas são quase tão importantes como a agricultura, respondendo por 40% do valor acrescentado no sector primário em 2019[14]. Contudo, tal como acontece na agricultura, destina-se principalmente ao consumo nacional. O peixe constitui a principal fonte de proteína em STP (com um consumo anual estimado de 45 kg per capita, o país apresenta um dos consumos de peixe mais elevados dos países costeiros de África). Entre 2013 e 2019, o peixe representou em média 4,6% do PIB e era a principal fonte de rendimento nas áreas costeiras. No entanto, em grande parte devido às limitações da infra-estrutura (tanto a nível de transformação como de exportação), os produtos da pesca representaram menos de 1% das exportações em 2018.[15]

[13] Os grãos de cacau constituíram 52% do total de exportações em 2018, ao passo que o chocolate e a pasta de cacau, produtos situados mais acima na cadeia de valor, contribuíram apenas 1,5%. Outros produtos agrícolas, como a pimenta e o café, contribuíram apenas 1% para o total das exportações.
[14] O sector extractivo contribui para os restantes 5%.
[15] Tal refere-se aos produtos da pesca nacionais. As receitas relacionadas com as licenças do atum para as frotas estrangeiras ou a sua produção (que não entra em STP) não são consideradas exportações.

Figura 2.9 Distribuição sectorial do valor acrescentado e da percentagem do emprego, 2008-2019

Figura 2.10 Rendimentos médios do cacau, 1961-2019, hectograma por hectare, (hg/ha)

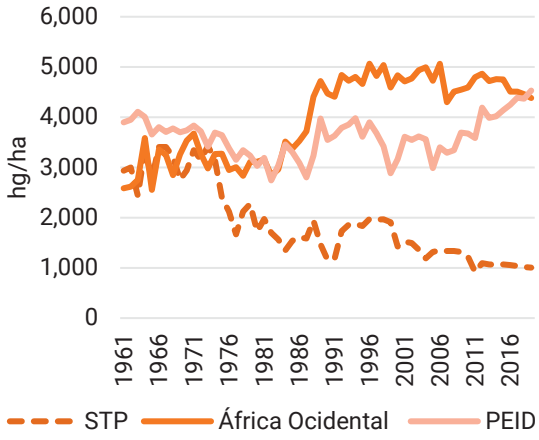
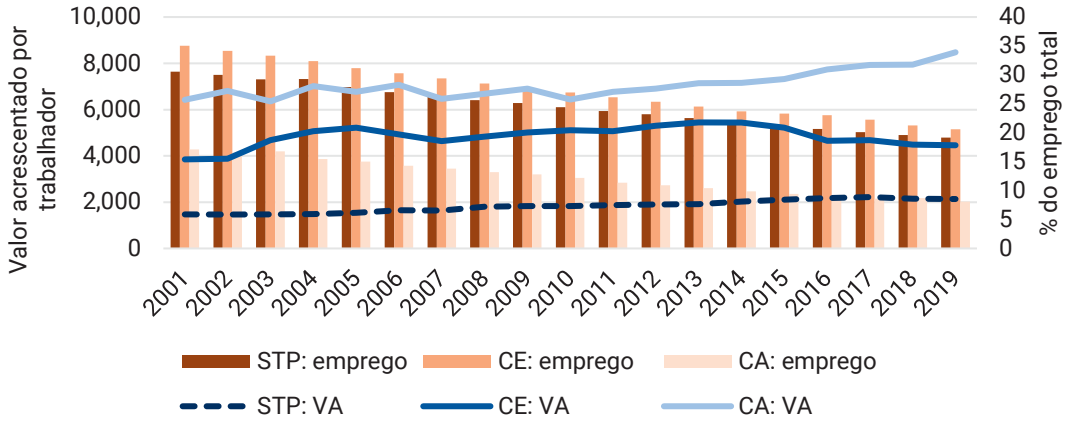


Figura 2.11 Valor acrescentado por trabalhador e percentagem do emprego no sector primário, 2001-2019



Fonte: série de Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE), FAOSTAT 2020 e IDM 2021.
Nota: as pescas estão incluídas no grupo da agricultura e do sector extractivo. Valor acrescentado por trabalhador em dólares americanos constantes de 2010.

Caixa 2.2. Agricultura e pescas em STP

A agricultura e as pescas são sectores dominados por pequenas empresas, pequenos agricultores ou pescadores artesanais, na sua maioria trabalhadores independentes ou pertencentes à família e não remunerados. Cerca de 80% da força de trabalho agrícola é constituída por trabalhadores independentes ou pertencentes à família e não remunerados. A monocultura é rara e a maioria destes pequenos agricultores produz para o mercado e também para consumo próprio. A produção agrícola não se limita aos agregados familiares ligados à agricultura. Mesmo nas áreas urbanizadas, muitos agregados familiares praticam o cultivo em hortas domésticas e criam galinhas.

A pesca artesanal, que é praticada em áreas com menos de 200 metros de profundidade e raramente vai além da plataforma continental, respondeu por 94%, calcula-se, da captura nacional de peixe em 2015 (Sy e Soares, 2019). Apenas cerca de 22% das embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais são motorizados (Sy e Soares, 2019). A infra-estrutura de transformação das capturas artesanais é limitada, o que resulta em perdas pós-captura. Cerca de 4,6% da força de trabalho empregada está nas pescas e aproximadamente 90% é constituída por homens, embora as pessoas empregadas no sector da transformação de peixe sejam maioritariamente mulheres, conhecidas como "palaiês" (Banco Mundial, 2019b).

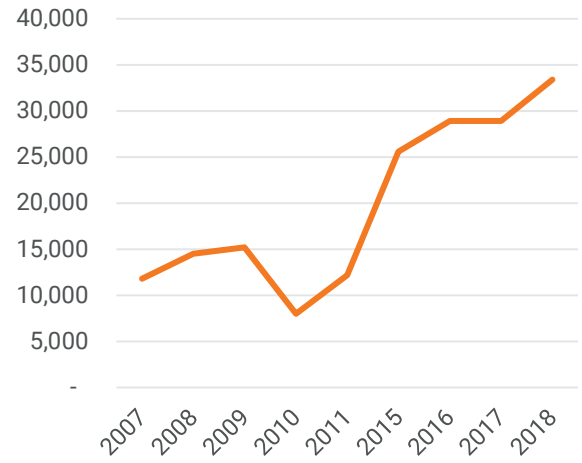
As cooperativas e as associações são importantes no sector da agricultura e no das pescas. Ao longo da última década, o crescimento do sector agro-alimentar e das cooperativas de agricultores resultou em melhorias no índice de produção alimentar do país e proporcionou aos pequenos agricultores a oportunidade de retirarem benefícios de economias de escala. As cooperativas agrícolas permitem que os pequenos agricultores acedam em termos favoráveis à compra de matérias-primas e que negoceiem melhores preços para os seus próprios produtos, o que resulta num aumento da produtividade e dos rendimentos. Calcula-se que as cooperativas orientadas para a exportação tenham produzido mais de um quarto do total de grãos de cacau exportados. No sector das pescas, existem aproximadamente 23 associações de pescadores e 14 de vendedores de peixe[16]. Estas associações oferecem alguns benefícios, como a sensibilização do governo local e das Organizações Não Governamentais (ONG), o acesso ao crédito, oportunidades de formação e o abastecimento de matérias-primas a um custo mais baixo (Nuno e Matos, 2017). Uma análise recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sugere que a comercialização ineficaz do sector das pescas poderia ser mitigada através das cooperativas, especialmente no que se refere a produtos de peixe salgado e seco (FAO e MPFEA, 2019).

O sector das pescas também inclui a pesca industrial de pequena escala e as frotas estrangeiras de pesca de atum. A pesca comercial de pequena escala, constituída por 32 embarcações em 2014, caracteriza-se por embarcações envelhecidas que operam a uma grande distância da costa nas extensas águas territoriais de STP (Sy e Soares, 2019). A pesca comercial estrangeira, constituída por 28 atuneiros e seis palangreiros licenciados no período de 2014-2018, concentra-se principalmente no atum nas águas territoriais de STP, que é uma das rotas de migração mais importantes das espécies de atum no Golfo da Guiné (Sy e Soares, 2019). As frotas estrangeiras operam na ZEE ao abrigo de licenças privadas ou acordos de pesca, como o Acordo de Parceria no Domínio da Pesca Sustentável (APPS) com a União Europeia (UE).

A venda de licenças para a pesca industrial do atum a embarcações da UE e armadores privados constitui a principal fonte de receitas sustentáveis do sector das pescas. O pequeno sector das pescas nacional é maioritariamente não tributado e opera praticamente sem qualquer restrição de acesso (Banco Mundial, 2019b). Ao abrigo do APPS, o governo recebe cerca de 12% do valor acrescentado declarado das frotas industriais que operam nas suas águas territoriais. Estas receitas, aliadas à venda de licenças privadas a embarcações de pesca do atum de propriedade espanhola, ascenderam a 0,2% do PIB em 2017. Além das receitas provenientes das licenças, que não são alvo de uma monitorização aprofundada, o que, por conseguinte, resulta numa aplicação incorrecta da quota, STP recebe poucos benefícios adicionais. A ausência de monitorização destas licenças representa uma ameaça significativa para a sustentabilidade (consultar a Secção 3.2).

O turismo, que é já uma importante fonte de rendimentos e de obtenção de reservas cambiais para STP, continua a ocupar um lugar reduzido na economia, mas representa uma área importante em termos de potencial de crescimento. O desenvolvimento de um sector turístico topo de gama estreitamente integrado no sector local da agricultura e das pescas constitui um componente principal da estratégia de desenvolvimento do país, apoiado pelo actual Plano Nacional de Desenvolvimento através da preparação de uma Estratégia Nacional para a Economia Azul em 2019 (FAO e MPFEA, 2019; MPFEA, 2019). O sector da hotelaria é essencialmente composto por hotéis topo de gama e é dominado por três grupos de propriedade estrangeira, estando a oferta de quartos concentrada na região da capital e da ilha do Príncipe[17]. Em 2018, o contributo directo do sector da hotelaria para o PIB foi estimado em 10,6% (Banco Mundial, 2019b) (Lacuna de Conhecimentos 2.3). Face a um robusto sector do turismo mundial antes da pandemia da COVID-19, o país viu o número de chegadas crescer rapidamente ao longo da década passada. Só entre 2015 e 2018, as chegadas de turistas internacionais cresceram mais de 30% (Figura 2.12). No entanto, STP possui uma taxa relativamente reduzida de chegadas de turistas por habitante, calculado em apenas 14,5%, o que indica que existe uma margem substancial para crescimento.

Figura 2.12 Chegadas de turistas internacionais, 2007-2019



Fonte: IDM, 2020.

[16] Estas associações constituem um grupo nacional designado por Grupo de Interesse Económico de Palaiês e Pescadores Artesanais (GIEPPA). Fonte: FAO e MPFEA, 2019.

[17] Em 2017, o país possuía apenas pouco mais de 50 estabelecimentos que ofereciam alojamento, um terço dos quais com cinco quartos ou menos e 90% com 20 quartos ou menos. Apenas três hotéis possuíam mais de 40 quartos e estes eram detidos e operados por uma de três empresas estrangeiras. Os hotéis em São Tomé eram quase todos de 4 estrelas, ao passo que os da ilha do Príncipe eram mais exclusivos e dirigidos ao mercado de luxo. Fonte: Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul, 2018.

Lacuna de Conhecimentos 2.3. A importância do turismo na economia de São Tomé

Qual é o valor acrescentado nacional proveniente do turismo em STP? O impacto limitado da pandemia da COVID-19 na economia de São Tomé e Príncipe sugere que o turismo por si só pode ser menos importante para a actividade económica nacional do que se imaginava anteriormente. Um inquérito realizado pelo Banco Central de STP em Junho de 2020 demonstrou que os sectores mais associados ao turismo foram os que sofreram o maior impacto negativo nos primeiros meses da pandemia: cerca de 41% das empresas encerrou temporariamente, mas 80% e 65% das empresas de transportes e de hotelaria, respectivamente, encerraram temporariamente durante o mesmo período (Banco Central de STP, 2020). Visto que o sector do turismo está estreitamente ligado a outros sectores económicos, previa-se que o efeito do choque para o turismo tivesse repercussões no resto da economia, afectando grandes e pequenas empresas, agricultores e trabalhadores informais, especialmente as mulheres (Monte-Rojas e Barroso, 2020).

Porém, aparentemente, tal não aconteceu, já que as estimativas das contas nacionais de 2020 revelam que, apesar de se ter registado uma redução de dois terços nas chegadas de turistas em 2020[18], o PIB ainda assim cresceu, a uma taxa de 3,2%. Provavelmente, tal deve-se a um aumento da AOD como apoio na resposta à pandemia, incluindo medidas governamentais temporárias para mitigar o impacto da paralisação do sector do turismo no emprego e nos trabalhadores informais. Contudo, a ausência de repercussões mais significativas do turismo sobre o contexto económico mais vasto sugere que tenham sido alcançadas menos sinergias; por exemplo, o sector do turismo depende fortemente das importações, mas gera uma baixa procura por produtos produzidos a nível nacional.

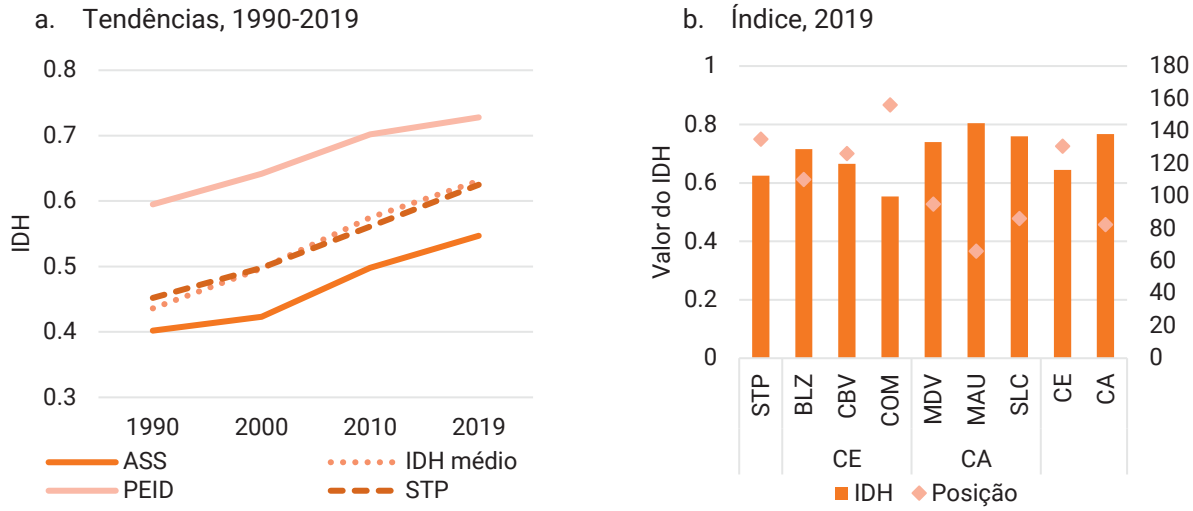
2.3 ELEVADA TAXA DE POBREZA, MAS MELHORIAS NOTÁVEIS NOS RESULTADOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Embora a taxa de pobreza permaneça elevada, o investimento público do país financiado pela AOD **tem contribuído para melhorias estáveis no desenvolvimento humano.** Em 2010, STP foi classificado como país de desenvolvimento humano médio. As melhorias na educação, na saúde e no nível de vida elevaram a classificação de STP no Índice de Desenvolvimento Humano, de 0,45 em 1990 para 0,63 em 2019 (Banco Mundial, 2020b). Apesar de o avanço de STP no IDH espelhar o de outras nações com um IDH médio, o país ainda fica aquém da média dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Figura 2.13a) e, com uma classificação de 135 num total de 189, fica atrás de todos os países congéneres, excepto as Comores (Figura 2.13b). Mais notável ainda é o facto de, com uma esperança de vida de 70,4 anos, STP estar cerca de três anos abaixo de Cabo Verde, quatro anos abaixo de Belize e seis anos acima das Comores, o seu terceiro congénere estrutural. O IDH sugere também um reduzido nível de desigualdade nestes resultados: depois de ajustado pela desigualdade, o IDH de STP baixa 16,8% para o valor de 0,52. Este ajustamento é menor do que o de qualquer um dos

[18] Indicações iniciais estimam que as chegadas de turistas poderão ter sido inferiores a 11 000 em 2020, em comparação com cerca de 34 000 em 2019. //www.noticiasaominuto.com/economia/1674357/sao-tome-e-principe-com-queda-de-64-8-na-entrada-de-turistas-em-2020.

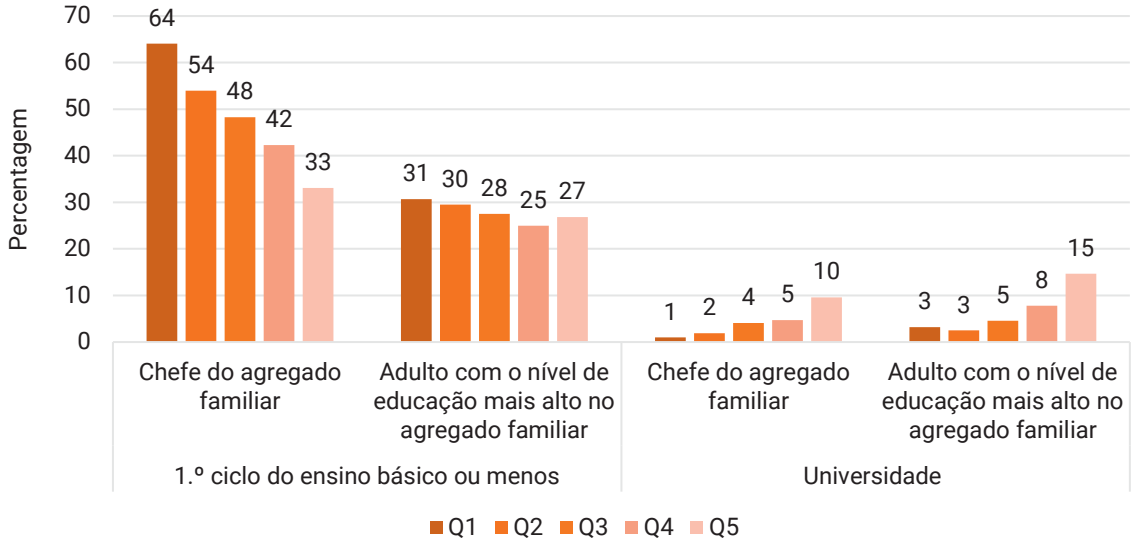
três congéneres estruturais: 22,6% em Belize, 22% em Cabo Verde (dados relativos a 2016) e 45,3% nas Comores.

Figura 2.13 Índice de Desenvolvimento Humano em STP e comparadores



Fonte: PNUD, 2020a.

Figura 2.14 Mobilidade intergeracional no nível de educação



Fonte: com base no IOF de 2017, agregado de consumo (consultar o Anexo 3).
Nota: este valor representa a percentagem de agregados familiares com um nível de educação muito baixo ou muito alto, para o chefe do agregado familiar e para o adulto com o nível de educação mais alto no agregado, por quintil de bem-estar. O primeiro ciclo do ensino básico corresponde aos Anos 1-4, que, até 2003, era o nível de ensino mínimo obrigatório em STP. AF = Agregado familiar.

Os passos largos que STP deu em relação ao aumento do acesso ao ensino básico nas últimas décadas resultaram num destacado aumento geracional no nível de educação

dos agregados familiares ao longo da distribuição de rendimentos[19]. Quase metade dos chefes de agregado familiar, que geralmente são mais velhos, tem menos de quatro anos de escolaridade (incluindo 14% sem qualquer escolaridade formal), mas 72% dos agregados familiares incluem membros adultos com mais de quatro anos de escolaridade (Figura 2.14a). Tal sugere o efeito de um aumento no acesso à escolaridade e no número de anos de ensino obrigatório. O membro com o nível de educação mais alto em muitos agregados familiares é geralmente um filho ou neto adulto que avançou consideravelmente no ensino em comparação com os seus pais/avós. Trata-se de um importante aumento na alfabetização aproximada, já que cada vez mais agregados familiares possuem agora membros adultos alfabetizados e membros com mais anos de ensino básico (Basu, Narayan e Ravallion, 2001). É também o que acontece entre os 20% mais pobres: a percentagem de chefes de agregado familiar com quatro anos ou menos de ensino chega aos 64,1% neste grupo, mas este valor baixa para 24% quando se considera o membro adulto do agregado familiar com o nível de educação mais alto. De facto, a desigualdade no nível de educação entre os agregados familiares, ao longo dos quintis de bem-estar, que se observa entre os chefes de agregado familiar, quase desaparece, no que respeita ao adulto com o nível de educação mais alto. A Figura 2.14b demonstra que este progresso intergeracional é muito mais baixo no que se refere ao ensino superior.

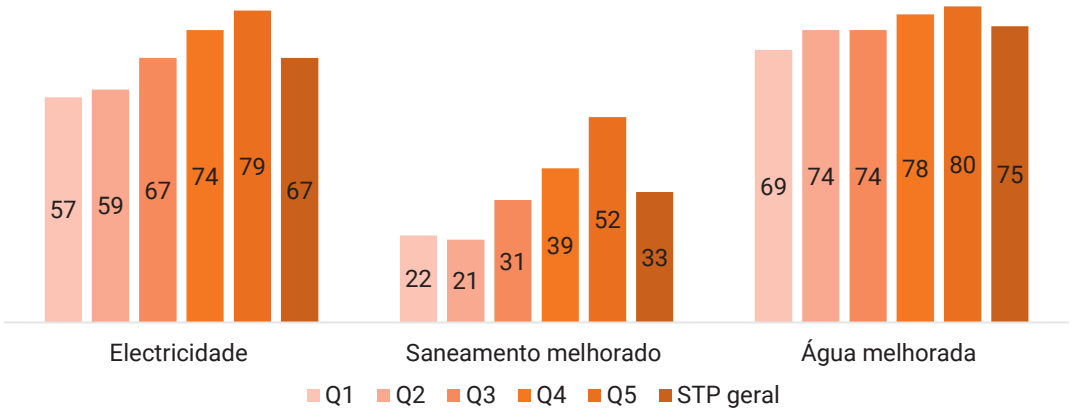
Apesar destes progressos e dos avultados investimentos públicos em infra-estruturas, os são-tomenses na faixa dos 40 por cento mais pobres têm um fraco acesso a serviços básicos e são desproporcionalmente afectados por más condições de saúde, défices nutricionais e exposição a penúria alimentar, em comparação com os "não pobres". Cerca de 60% das famílias são-tomenses não dispõem de saneamento melhorado, uma proporção muito maior da que se verifica nos países congéneres e em relação à média dos PMBR, ao passo que o acesso a electricidade e a água potável melhorada é também limitado, ultrapassando apenas a média da África Subsariana (Anexos 5 e 11)[20]. Apenas 22% das pessoas pertencentes ao quintil mais pobre têm acesso a saneamento, 57% a electricidade e 69% a água melhorada, com condições semelhantes para o resto dos 40 por cento mais pobres (Figura 2.15). No entanto, STP está longe de conseguir fornecer o acesso universal a estes serviços básicos e, mesmo entre os 20% da população com a melhor distribuição de bem-estar, apenas 80% dos agregados familiares têm acesso a água ou electricidade e pouco mais de metade a saneamento melhorado. A insegurança alimentar continua a ser um desafio em STP, sendo que cerca de 10% das famílias comunica que pelo menos um dos seus membros teve de passar um dia inteiro sem comer devido a falta de dinheiro, incluindo 17% dos 20% mais pobres. Registaram-se taxas semelhantes em 2020, o que sugere que a insegurança alimentar não se agravou durante a pandemia da COVID-19. Um factor que poderá mitigar a insegurança alimentar

[19] Desde o alcance da educação universal no primeiro e segundo ciclos do ensino básico em 2010, a década passada testemunhou uma expansão maciça da cobertura da educação no nível pré-primário e no terceiro ciclo do ensino básico (Anos 7-9) (consultar o Capítulo 4).

[20] Estes indicadores internacionalmente comparáveis diferem dos resultados do IOF de 2017. Ambos os resultados são aqui indicados, já que o IOF de 2017 permite a desagregação por quintis de bem-estar.

em STP consiste numa elevada disponibilidade de alimentos selvagens que são colhidos, como caracóis, já que quase 80% dos agregados familiares consideram os alimentos colhidos uma importante fonte de alimento (Carvalho et al., 2015). O mesmo vale para a pequena produção agrícola para consumo próprio, que é praticada tanto nas áreas rurais como urbanas e em todos os níveis de rendimento. As ramificações da insegurança alimentar são graves: especialmente quando é crónica, prejudica a produtividade e o desenvolvimento infantil. Nas crianças com menos de 5 anos em STP, 12% sofrem de atraso no crescimento, 5% apresentam peso abaixo do normal e 4% são subnutridas (Anexo 5).

Figura 2.15 Percentagem de são-tomenses com acesso a serviços básicos, por quintil de bem-estar, 2017



Fonte: com base no IOF de 2017, agregado de consumo (consultar o Anexo 3).

A pobreza tem maior prevalência nos agregados familiares com mais filhos e nos que são chefiados por mulheres. Em 2017, 30% das crianças com menos de 15 anos viviam em agregados familiares com um rendimento per capita inferior a 1,90 dólares americanos por dia e 46% situavam-se nos 40 por cento das pessoas mais pobres da população (Figura 2.16). Existe uma elevada correlação entre o número de filhos e o estatuto de pobreza da família. As famílias no quintil mais pobre têm mais do dobro do número de filhos do que as famílias no quintil superior: uma média de 2,78 filhos face a 1,28 (Figura 2.17). Um número mais elevado de dependentes está associado a um risco mais alto de pobreza; cerca de 60% dos agregados familiares com quatro ou mais filhos com menos de 15 anos situam-se nos 40 por cento mais pobres, ao passo que apenas 8% se situam no quintil superior. Apesar de cerca de um terço do total dos agregados familiares em STP ser chefiado por mulheres, estes representam 42% dos 20% dos agregados familiares mais pobres no país e apenas 27% dos 20% dos mais ricos. Apenas metade das crianças vive com ambos os pais, sendo que 32% vivem apenas com as suas mães (INE e UNICEF, 2020).

Figura 2.16 Distribuição etária por quintil de bem-estar

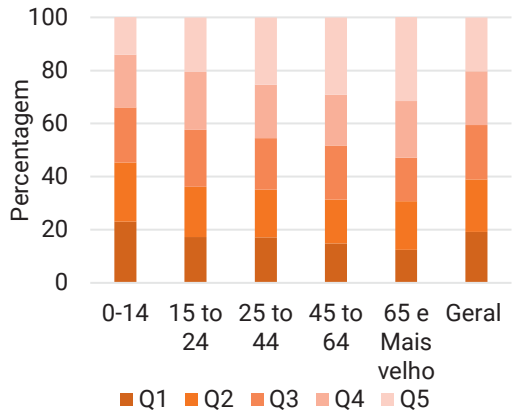
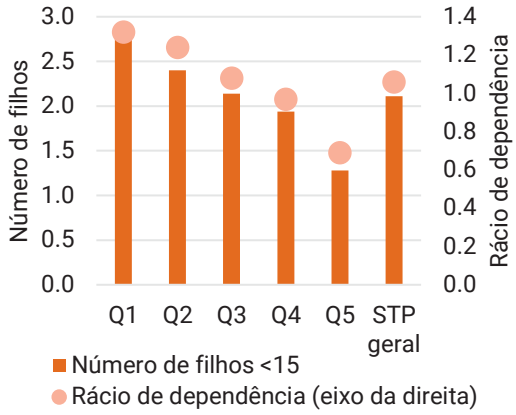


Figura 2.17 Número de crianças com menos de 15 anos de idade e taxa de dependência por quintil de bem-estar



Fonte: com base no IOF de 2017, agregado de consumo (consultar o Anexo 3).
Nota: a Figura 2.16 indica a percentagem de cada faixa etária (eixo x) nos cinco quintis de bem-estar.

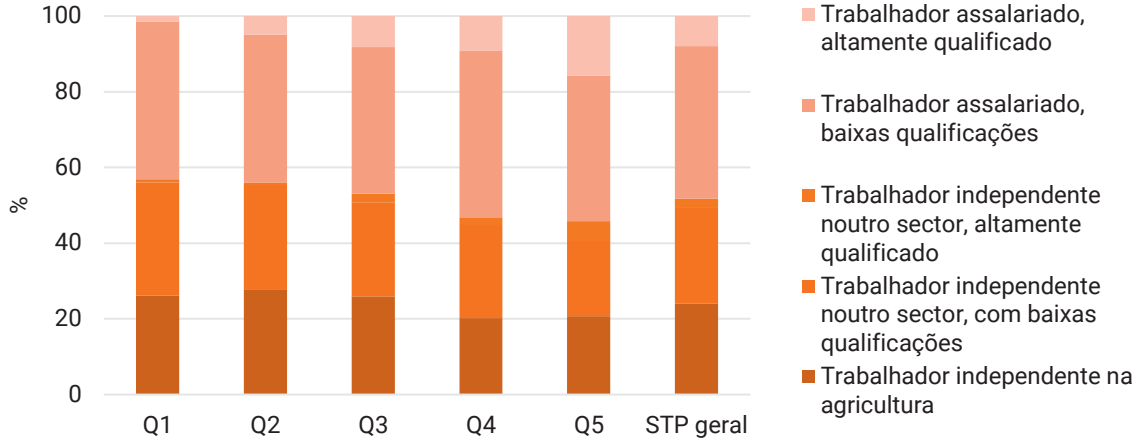
2.4 IMPULSIONADORES DA POBREZA: OPORTUNIDADES DE EMPREGO LIMITADAS E CAPITAL HUMANO REDUZIDO

O lento crescimento dos sectores em que STP possui uma vantagem comparativa, devido ao seu capital natural (agricultura, pescas e turismo), sugere que as repercussões do investimento público no sector privado foram modestas. Cerca de 78% dos são-tomenses identificam a falta de empregos como o principal impulsionador da pobreza em STP, ao passo que 8% apontam os rendimentos reduzidos. Com efeito, a ausência de melhores oportunidades leva a maioria dos são-tomenses a ganhar o seu sustento por intermédio de trabalho independente de baixa produtividade e de subsistência, incluindo 43% dos chefes de agregados familiares. O fraco desenvolvimento do sector privado demonstra que a base de tributação permaneceu limitada, reduzindo a capacidade de o sector público tirar proveito de uma fonte de financiamento mais sustentável (consultar a Secção 4.4). Apesar de se terem registado significativos avanços no acesso a serviços básicos, como a educação, a expansão da despesa governamental não resultou numa expansão proporcional da protecção social, uma ferramenta eficaz para a redução da pobreza e para acabar com o ciclo vicioso da probreza intergeracional.

A maioria (56%) dos agregados familiares situados nos 40 por cento mais pobres da população depende de trabalho independente não qualificado, especialmente na agricultura e nas pescas, para obter os seus rendimentos (Figura 2.18)[21]. Apesar dos investimentos recentes no aumento do nível de educação, os níveis de escolaridade reduzidos da maioria dos trabalhadores reflectem-se em capital humano e

[21] Cerca de dois terços do emprego independente com baixas qualificações fora do sector primário é absorvido pelos serviços, embora no quintil mais pobre quase metade seja ocupado pelo sector secundário (indústria de transformação, construção).

Figura 2.18 Ocupação do trabalhador principal do agregado familiar por quintil de bem-estar, 2017



Fonte: com base no IOF de 2017, agregado de consumo (consultar o Anexo 3).
Nota: "trabalhador principal" foi identificado como o primeiro membro do agregado familiar que trabalha de acordo com a seguinte ordem: chefe do agregado familiar, cônjuge do chefe do agregado familiar, filho mais velho, outro familiar. "Baixas qualificações" significa alguma educação secundária ou inferior, ao passo que "altamente qualificado" significa educação secundária ou superior.

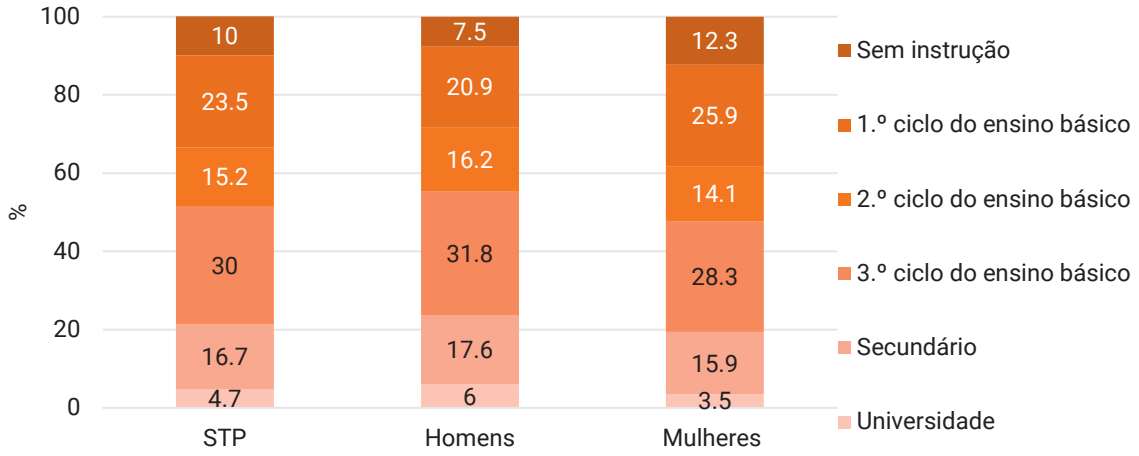
oportunidades de emprego reduzidos. Cerca de 79% da população em idade activa abandonou a escola com nove anos de escolaridade ou menos (3.º ciclo do ensino básico), incluindo 49% com seis anos ou menos (2.º ciclo do ensino básico) (Figura 2.19). A dependência do trabalho não qualificado verifica-se em toda a gama de distribuição de rendimentos: mesmo no quintil superior, cerca de 40% dos agregados familiares dependem do trabalho independente com baixas qualificações, ao passo que o emprego assalariado com baixas qualificações representa cerca de 40% dos agregados familiares sendo igualmente importante para todos os quintis de rendimentos. A agricultura e as pescas constituem os sectores mais importantes de emprego para os trabalhadores assalariados com baixas qualificações em todos os quintis[22]. O emprego assalariado altamente qualificado é, conforme esperado, mais comum para o trabalhador principal do agregado familiar nos 40 por cento superiores da distribuição de bem-estar. Neste tipo de ocupação, o sector de actividade mais comum em todos os quintis é a educação[23].

O pequeno sector formal, liderado pelo emprego no sector público, está associado a taxas mais reduzidas de pobreza. A taxa de pessoas em situação de pobreza é quase 20 pontos percentuais inferior nos agregados familiares cujo chefe tem um emprego no sector formal do que naqueles cujo chefe tem um trabalho informal. No entanto, o sector formal representa menos de um em cada três trabalhadores e apenas um quarto das pessoas com menos de 30 anos. A maioria das empresas formais no sector privado são

[22] A indústria e a construção constituem também uma importante fonte de emprego com baixas qualificações em todos os sectores, representando entre 10% e 20% em cada quintil. Os serviços não especificados, que incluem actividades como cabeleireiro, segurança e serviços domésticos, por exemplo, são mais importantes para os mais pobres, ao passo que áreas como a administração pública e os serviços financeiros são relativamente mais expressivas para o quintil mais rico.
[23] Outros 2% dos agregados familiares são chefiados por trabalhadores independentes altamente qualificados.

Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME): apenas 15% das empresas têm mais de 10 trabalhadores e apenas cerca de 15 empresas têm mais de 100 trabalhadores[24]. Mais de metade (54%) dos trabalhadores formais pertencem ao sector público. De uma maneira geral, o emprego formal é dois pontos percentuais mais elevado nos homens do que nas mulheres, embora estas estejam sobre-representadas no sector público (consultar a Secção 3.3).

Figura 2.19 Nível de educação da população em idade activa (15-65) por género, 2017



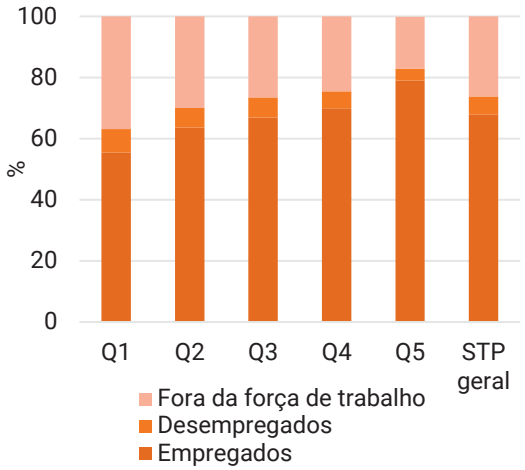
Fonte: com base no IOF de 2017, agregado de consumo (consultar o Anexo 3).
Nota: este valor baseia-se na faixa etária da população de 15-65 anos. O ensino básico em STP compreende três ciclos obrigatórios: 1.º ciclo do ensino básico: Anos 1-4, 2.º ciclo do ensino básico: Anos 5-6, 3.º ciclo do ensino básico: Anos 7-9. Os Anos 10-12 correspondem ao ensino secundário.

As reduzidas taxas de emprego, em especial entre as mulheres e os jovens, prejudicam as perspectivas de redução da pobreza e contribuem para um risco mais elevado de pobreza. Levando em conta as características do agregado familiar, um agregado cujo chefe esteja desempregado tem 22% mais probabilidades de estar nos 40 por cento mais pobres do que um agregado semelhante sem um chefe desempregado[25]. Esta taxa é semelhante entre agregados familiares chefiados por homens e por mulheres e nos vários níveis de educação. No quintil mais pobre, 45% dos adultos em idade activa (15-65 anos) estão inactivos, uma percentagem significativamente mais elevada do que no quintil mais rico (21%) (Figura 2.20a). De uma maneira geral, cerca de 32% das pessoas em idade activa (15-65 anos) que não estão matriculadas na escola estão desempregadas (6%) ou fora da força de trabalho (29%) (Figura 2.20b). As mulheres demonstram taxas mais reduzidas de participação na força de trabalho ao longo de toda a sua idade activa. Os jovens, em especial na casa dos 20 anos de idade, estão fora da força de trabalho em grande número, um fenómeno que afecta ambos os sexos: 50% das mulheres jovens e 20% dos homens jovens (15-30 anos de idade). Os jovens sofrem também de taxas de desemprego mais elevadas (12% nas mulheres e 6% nos homens).

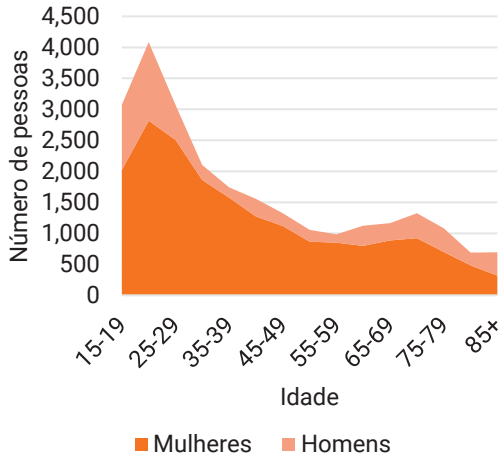
[24] Com base em classificações preliminares do Recenseamento Económico de 2021, elaborado pelo Banco Mundial.
[25] Estimativas dos autores baseadas numa regressão probit. Consultar o Anexo 6.

Figura 2.20 Participação na força de trabalho, emprego e desemprego

a. Participação na força de trabalho por quintil de rendimento (%)



b. Distribuição da população que está fora da força de trabalho, 2017

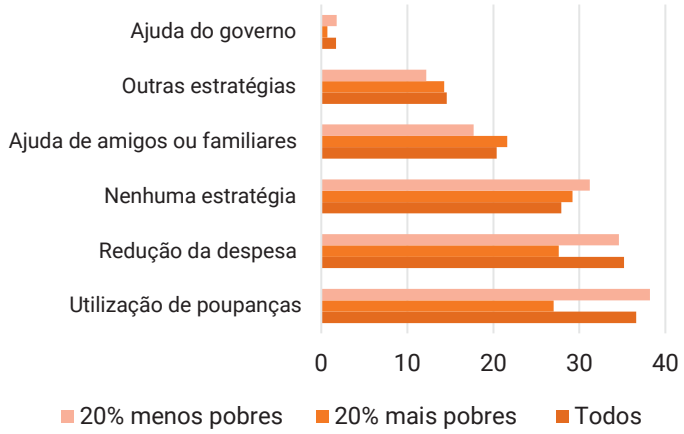


Fonte: baseado no IOF de 2017, agregado de consumo (consultar o Anexo 3).
Nota: a Figura 2.8a considera a população em idade activa (15-65 anos) que não frequenta a escola.
A Figura 2.8b indica o número de pessoas por idade que declararam que estão fora da força de trabalho e que não frequentam a escola.

As famílias que vivem na pobreza estão aprisionadas num ciclo intergeracional de baixo nível de educação e oportunidades produtivas limitadas. As que têm um baixo nível de educação têm menos probabilidades de estar a trabalhar e, caso estejam a trabalhar, mais probabilidades de estarem empregadas em actividades que geram rendimentos reduzidos e, por conseguinte, estão em maior risco de pobreza. Este aspecto reforça um círculo vicioso: um baixo nível de educação em adulto aumenta o risco de pobreza, ao reduzir os resultados do emprego, o que, por sua vez, tem implicações negativas para o nível de educação da próxima geração, devido a rendimentos mais reduzidos e a um capital humano mais reduzido do agregado familiar. Estudos recentes revelam que, em STP, um dos factores mais significativos que afecta o desenvolvimento na infância precoce é a educação materna (Skoufias e Vinha, 2020). Cerca de 23% dos jovens, percentagem que chega a 29% dos jovens do sexo masculino nas famílias pobres, refere a falta de meios financeiros como o principal motivo para não frequentar a escola. Quase um quinto dos agregados familiares pobres com filhos na escola (18,4%) indicou que teve de retirar os filhos da escola devido à sua incapacidade para pagar os custos relacionados com a educação. Um agregado familiar de cinco pessoas a viver com menos de 1,90 dólares americanos por dia teria de renunciar a um mês de alimentação para poder pagar custos escolares directos (propinas, refeições, uniformes, etc.) (Banco Mundial, 2020b). As crianças de agregados familiares pobres apresentam uma taxa de matrícula no terceiro ciclo do ensino básico e níveis acima 1,3 vezes inferior à das crianças de agregados familiares não pobres (e duas vezes inferior à taxa de matrícula no ensino secundário e na universidade). Por conseguinte, as crianças que crescem na pobreza adquirem menos capital humano, perpetuando assim o ciclo da pobreza.

Num contexto marcado por oportunidades económicas limitadas, as fontes alternativas de rendimento tornam-se importantes ferramentas políticas para acabar com o ciclo vicioso da probreza intergeracional, mas as famílias de rendimentos baixos de STP têm um acesso reduzido a transferências públicas ou remessas de emigrantes. Os programas de protecção social mitigam as estratégias de adaptação negativa (como retirar os filhos da escola ou prescindir de refeições) e reforçam a resiliência social e económica das famílias, mas quase ninguém em STP indicou a "ajuda do governo" como estratégia para lidar com um choque em 2017 (Figura 2.21). Tal deve-se, em grande parte, a uma rede de segurança social limitada baseada numa estratégia definida em 2014 que apelava à implementação de três programas: uma pensão social que abrangia cerca de 2500 agregados familiares com idosos pobres, um programa dirigido às famílias pobres com membros em idade activa, abrangendo cerca de 5000 agregados familiares e um programa de obras públicas (que ainda não foi implementado) (Anexo 4). Em meados de 2020, a cobertura total era de cerca de 5000 agregados familiares, ou seja, menos de metade do total de pessoas pobres no país[26]. Tal deve-se, em grande parte, a uma dotação orçamental insuficiente. Em 2018, o orçamento do país atribuiu menos de 0,65% do PIB a redes de segurança social, bem abaixo da média regional africana de 1,2%. É de salientar que este valor se alterou significativamente em 2020, com a despesa a ascender a 1,3% do PIB.

Figura 2.21 Estratégias dos agregados familiares para lidar com os choques, 2017 (%)



Fonte: com base no IOF de 2017.

Na ausência de uma rede de segurança social, a estratégia mais comum comunicada pelos são-tomenses em caso de choque consistia em utilizar as poupanças próprias, seguida de perto pela redução da despesa. Quase 30% indicam não ter qualquer estratégia em caso de choque. O Inquérito sobre Inclusão Financeira (IIF) de 2017 revelou que 53% dos inquiridos não poupavam regularmente, com quase nove em cada dez (86%) a comunicar que também que o seu rendimento era demasiado pouco para permitir poupar. Além disso, 72% dos inquiridos indicaram que esgotavam os recursos para despesas de vida básicas e que recorriam a empréstimos junto de familiares e amigos. Este mecanismo de lidar com os choques reflecte uma baixa resiliência, o que

[26]Reflectindo a taxa de pobreza baseada no consumo (consultar o Anexo 3), estima-se que 27% dos agregados familiares são pobres.

indica que muitas famílias não poupam para emergências, como a perda repentina do emprego, a morte de um familiar ou uma doença.

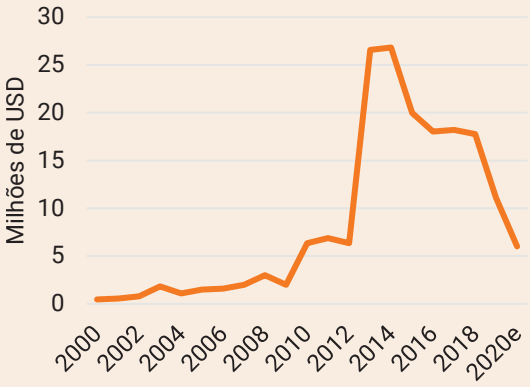
As remessas de emigrantes, outra importante ferramenta que se encontra muitas vezes nos pequenos Estados insulares, são relativamente baixas em STP (Caixa 2.3) e menos comuns entre os 20% mais pobres. As remessas são especialmente importantes para os agregados familiares chefiados por mulheres, monoparentais e chefiados por idosos. São mais comuns no quarto quintil da distribuição de bem-estar, onde 16% das famílias indicam que recebem remessas e, em menor grau, no terceiro e quinto quintis (14%). Para os beneficiários, as remessas representam uma importante percentagem do rendimento do agregado familiar (62% do rendimento do agregado familiar, em média) e estas são particularmente importantes para os agregados familiares monoparentais (entre os agregados familiares com 90% dos rendimentos provenientes de remessas, 32% são chefiados por apenas um progenitor). As reduções nas remessas exerceriam um impacto especialmente acentuado nos agregados familiares chefiados por mulheres, que têm mais probabilidades de receber remessas, e nos agregados chefiados por idosos, em que as remessas representam quase metade do rendimento total.

A necessidade de um sistema de protecção social reactivo e dimensionável foi exacerbada em 2020, quando a pandemia da COVID-19 ameaçou o emprego e o bem-estar de muitas famílias. Um inquérito conduzido em Agosto de 2020, apenas alguns meses depois do início da pandemia, revelou significativas reduções no emprego e no rendimento das famílias (INE, 2020). A percentagem de chefes de agregado familiar que comunicaram estar empregados diminuiu de 81% no período anterior à COVID para 57% cinco meses depois do primeiro caso de COVID-19 no país, sendo os mais afectados as pessoas com elevado nível de instrução, as mulheres e os residentes em áreas urbanas. O rendimento familiar também sofreu significativamente: 86% dos agregados familiares com rendimentos de empresas familiares não agrícolas, bem como 71% dos agregados com rendimentos da agricultura, comunicaram uma diminuição nos ganhos. Com a queda dos rendimentos, 51% das famílias comunicaram um aumento no preço dos produtos básicos. Um inquérito de acompanhamento conduzido em Janeiro de 2021 revelou uma ligeira melhoria a partir de Julho, embora ainda longe das taxas anteriores à pandemia: quase um terço dos chefes de agregado familiar que estavam desempregados em Julho tinham regressado ao trabalho (INE, 2021). Como resposta à pandemia, STP lançou um programa temporário para apoiar os trabalhadores informais afectados pela pandemia e expandiu os seus programas de protecção social. Espera-se que a prorrogação de mais um mês do programa de protecção social abranja mais 15.000 agregados familiares em 2021 para ajudar a contrariar os efeitos continuados da pandemia da COVID-19.

Caixa 2.3. Remessas internacionais em STP

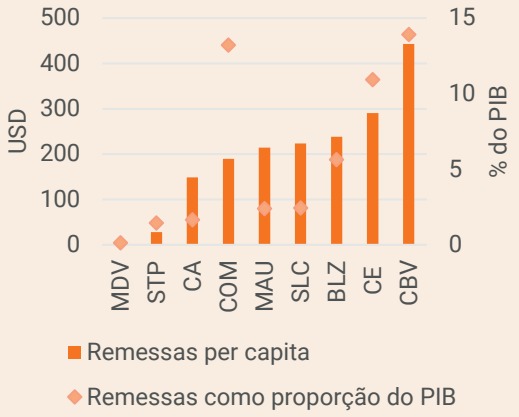
O fluxo de remessas para STP aumentou ao longo do tempo, mas permanece mais reduzido do que em muitos países congéneres. De 2008 a 2018, o valor das remessas enviadas para STP a partir do estrangeiro aumentou quase quatro vezes, de três milhões para 11 milhões de dólares americanos (valor não ajustado à inflação). Em 2020, estima-se que o valor das remessas para o país tenha ascendido aos seis milhões de dólares americanos, representando 1,4% do PIB ou 28 dólares americanos per capita. Entre 2012 e 2014, o valor das remessas enviadas para o país aumentou acentuadamente, de seis milhões para 27 milhões de dólares americanos, antes de abrandar novamente (Figura 2.23). Este aspecto corresponde ao aumento da emigração salientado no Capítulo 1. Relativamente ao grupo de congéneres estruturais, STP recebe menos dinheiro através de remessas em termos per capita e de percentagem de influxos do PIB (Figura 2.24). A maioria das remessas é enviada de Portugal (Figura 2.25), totalizando 11 milhões de dólares americanos em 2017. É importante salientar que a maioria das remessas é transferida informalmente: mais de 50% das remessas são enviadas através de um terceiro, ao passo que menos de 25% são enviadas através do sistema bancário (Banco Mundial, 2019d). Esta dependência dos canais informais pode explicar o motivo pelo qual as remessas foram particularmente reduzidas em 2020, durante a pandemia da COVID-19.

Figura 2.22 Tendências das remessas em STP, 2020



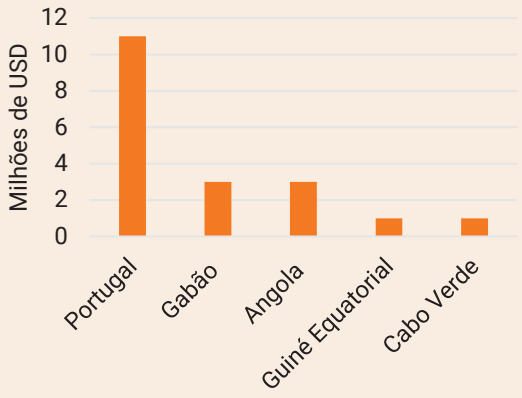
Fonte: KNOMAD (pelas siglas em inglês de *Global Knowledge Partnership on Migration and Development*, Parceria Global de Conhecimento sobre Migração e Desenvolvimento)
Nota: as informações relativas a 2020 constituem estimativas.

Figura 2.23 Influxos de remessas, 2020



Fonte: KNOMAD.

Figura 2.24 Valor das remessas por país de origem, 2017 (milhões de dólares americanos)



Fonte: Matriz de Remessas Bilaterais da KNOMAD

Nota: os dados de 2020 constituem estimativas. Os influxos de remessas per capita foram calculados utilizando o valor absoluto dos fluxos de remessas (dólares americanos) e a população de cada país indicada no Anexo 1.

3. CONSTRANGIMENTOS E RISCOS EM MATÉRIA DE REDUÇÃO DA POBREZA E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Mensagens principais

STP enfrenta cinco constrangimentos efectivos que limitam a sua capacidade para intensificar o crescimento económico e fomentar a prosperidade partilhada nos próximos anos:

- **Capital humano reduzido:** níveis reduzidos de escolaridade das anteriores gerações, limitações nos cuidados de saúde e resultados insatisfatórios na aprendizagem prejudicam o capital humano de STP. Desafios transectoriais incluindo água e saneamento, pouca cobertura por parte dos programas sociais, assim como uma capacidade institucional fraca, prejudicam a prestação de serviços e reduzem a eficácia dos investimentos na saúde e na educação.
- **Um sector privado pequeno:** apesar das inúmeras oportunidades decorrentes dos seus recursos naturais, um investimento insuficiente – por parte do sector privado e do sector público – dificulta o desenvolvimento do sector privado e a criação de emprego. Desafios ao nível das infra-estruturas, do clima empresarial e do acesso a financiamento levam o sector privado a focar-se maioritariamente em actividades de baixa produtividade.
- **Um sector eléctrico caro, mas deficiente:** o sector da electricidade de STP, endividado e ineficaz, que continua a depender sobretudo de energia térmica de custo elevado, representando um constrangimento efectivo ao desenvolvimento do sector privado e à prestação de serviços. Traduz-se igualmente numa vulnerabilidade significativa para o país, uma vez que a acumulação continuada de dívidas em atraso prejudica a posição orçamental de STP.
- **Isolamento e fracas ligações:** as fracas ligações impõem uma logística dispendiosa para as viagens e trocas comerciais, interna e externamente. O Príncipe sofre de um duplo isolamento. Um fraco índice de conectividade digital também se traduz numa menor partilha de conhecimentos internacionais.
- **Capacidade institucional limitada:** uma capacidade insuficiente no sector público e uma prestação de serviços inadequada prejudicam funções essenciais das instituições públicas e impedem que seja tirado o máximo partido dos potenciais resultados em matéria de desenvolvimento decorrentes de um elevado nível de AOD.

Além disso, STP sofre de duas vulnerabilidades importantes que prejudicam a sua resiliência e ameaçam a sua capacidade para alcançar um progresso económico e social sustentável.

- **Alterações climáticas e fraca gestão de recursos:** STP sofre de estações mais secas, ao mesmo tempo que os fornecimentos de água potável são ameaçados pelas alterações climáticas. STP enfrenta um risco significativo de sobre-exploração de recursos naturais, designadamente no que diz respeito a recursos pesqueiros e madeira sustentável.
- **Riscos demográficos decorrentes de um nível insuficiente de inclusão económica e de capacitação das raparigas e mulheres.** Uma taxa elevada de gravidez na adolescência faz aumentar a taxa de fertilidade, criando uma maior pressão demográfica sobre o crescimento económico e riscos sociais mais elevados. Um nível

insuficiente de inclusão de mulheres e raparigas também reduz o nível efectivo de capital humano, diminuindo o potencial para o desenvolvimento económico e potenciando o ciclo vicioso da probreza.

Este capítulo detalha constrangimentos efectivos e vulnerabilidades que afectam São Tomé e Príncipe na sua tentativa de reduzir a pobreza e fomentar uma prosperidade partilhada. Os constrangimentos efectivos, podem ser agrupados em duas categorias – constrangimentos imediatos e constrangimentos subjacentes. Os dois constrangimentos imediatos são o nível reduzido de capital humano no país, assim como um sector privado diminuto. Estes desafios decorrem em larga medida de um segundo conjunto de constrangimentos subjacentes: o endividamento do sector eléctrico do país, o seu relativo isolamento e falta de ligações, assim como um sector público que sofre de capacidade insuficiente e de uma prestação de serviços inadequada, o que também tem como resultado um clima empresarial fraco que, por sua vez, contribui para a dimensão reduzida do sector privado.

O estatuto de STP enquanto pequeno estado insular faz exacerbar o seu nível de risco em caso de um choque, dado que tem menos capacidade para se diversificar – em termos económicos e geográficos. Assim, o fortalecimento da resiliência contra choques económicos e naturais é particularmente importante. O sector eléctrico do país, dispendioso e ineficaz, é a maior fonte de vulnerabilidade orçamental. Além disso, há duas áreas de vulnerabilidade que actualmente se destacam como constrangimentos à redução da pobreza e têm forte potencial para prejudicar a sustentabilidade das medidas adoptadas para o apoio da redução da pobreza e a prosperidade partilhada. Há uma vulnerabilidade que se destaca em particular num estado insular como STP: o seu meio ambiente, designadamente as alterações climáticas e o risco de sobre-exploração de recursos naturais, como as florestas e os recursos pesqueiros. Uma fonte crucial da vulnerabilidade social é a crescente população jovem do país com poucas oportunidades económicas. Isto está intimamente ligado ao nível reduzido de inclusão das raparigas e das mulheres, o que faz aumentar a fertilidade adolescente, diminui a acumulação de capital humano e reduz as oportunidades económicas para uma percentagem significativa da população.

3.1 NÍVEIS REDUZIDOS DE CAPITAL HUMANO

Apesar dos progressos notáveis em indicadores importantes relacionados com a saúde e a educação, o número de trabalhadores em STP com escolarização suficiente para empregos de maior produtividade é reduzido. Com base nas consultas (Anexo 11), o país necessita de uma agenda de actualização de competências, um desafio que é dificultado pela fraca qualidade de aprendizagem. Importa referir aqui que os sectores da saúde e da educação enfrentam desafios transectoriais. Ao mesmo tempo que a reduzida capacidade institucional reduz a eficácia dos investimentos públicos nestes sectores, serviços essenciais, como água potável, electricidade e saneamento estão

ainda longe de ser universais. Falhas e desigualdade no acesso à electricidade, a água potável e a um saneamento melhorado no início da vida prejudicam os investimentos em cuidados de saúde e podem contribuir para a transmissão intergeracional da pobreza, através de um aumento da incidência da malnutrição e outros problemas relacionados com a saúde nas crianças. STP tem um desempenho insuficiente, designadamente no acesso à electricidade e ao saneamento básico (Capítulo 2). A actual pandemia da COVID-19 suscita um risco adicional e poderá ter implicações a longo prazo para o capital humano, ao sobrecarregar o sector da saúde e interromper temporariamente o ensino.

O surto da COVID-19 em STP, um dos piores em termos per capita em África, veio colocar pressão num sistema de cuidados de saúde já de si frágil, mas foram evitados os cenários mais pessimistas. São Tomé e Príncipe ficou em 192.º lugar entre 195 países no Índice de Segurança Sanitária Global (ISSG) de 2019. Resultados extremamente preocupantes em vários componentes do ISSG indicam claramente que STP não estava devidamente preparado para impedir e dar resposta a emergências de saúde pública.[27] Isto veio a ser confirmado pela actual pandemia. À data de 10 de Agosto de 2021, havia 2476 casos de COVID-19 em STP com 37 mortes – um número elevado de perdas de vidas humanas em termos per capita (Johns Hopkins University and Medicine, 2021).[28] Alguns dos desafios enfrentados por STP durante a pandemia são a fraca capacidade de testagem, uma total ausência de capacidade laboratorial para gerir a testagem à COVID-19[29], assim como a insuficiência de equipamentos para a gestão dos casos, a prevenção de infecções e o cumprimento das normas de controlo. Mesmo assim, com apoio internacional, STP conseguiu a vacinação completa de 5,5% da sua população até ao início de Agosto, superando o desempenho da taxa de vacinação de 2% na região da África Subsariana. Importa destacar que estudos sugerem que a pandemia não provocou um aumento da insegurança alimentar. Os encerramentos de escolas e uma redução dos rendimentos dos agregados familiares devido à pandemia da COVID-19 poderão reduzir ainda mais os resultados da aprendizagem e aumentar as taxas de abandono escolar, apesar de este efeito poder ser inferior ao inicialmente temido, uma vez que as escolas de STP estiveram fechadas durante um período relativamente curto.[30]

---

[27] Estas incluem a prevenção (8,2, média 34,8); detecção e registo (2,7, média 41,9); prontidão na resposta (18,7, média 38,4) e sistemas de saúde (7,2, média 26,4). Esta preocupação foi confirmada aquando da Avaliação Externa Conjunta da capacidade de STP para cumprir o Regulamento Sanitário Internacional, que ocorreu em Maio de 2019. A avaliação revelou uma capacidade limitada em todas as áreas técnicas, com excepção da vacinação.

[28] Coronavirus Resource Center. https://coronavirus.jhu.edu/map.html

[29] Todos os testes têm de ser enviados para o estrangeiro para análise e confirmação, o que exige um tempo de espera de cinco dias que, frequentemente, é superior, devido às limitações de logística no envio e na recepção dos testes, devido às medidas de confinamento, o que se traduz em custos de testagem mais elevados para os casos suspeitos de COVID-19.

[30] As escolas em STP estiveram fechadas entre Março e Maio de 2020, tendo voltado a fechar durante duas semanas em Março de 2021, afectando quase 75 000 estudantes de todos os níveis de ensino, e foram utilizados meios alternativos de ensino, como a rádio e a televisão. Um estudo realizado quatro meses depois do primeiro caso de COVID-19 na ilha indica que, em 16% dos agregados familiares, os estudantes não realizaram quaisquer actividades

STP conseguiu ganhos significativos no acesso a cuidados básicos de saúde e nos resultados em matéria de saúde, apesar de continuar atrás da maioria dos seus congéneres (Anexo 5). A cobertura em cuidados pré-natais é excelente, sendo de 98,7%, o que contribuiu para uma diminuição da taxa de mortalidade materna (de 179 por 100 000 nados-vivos em 2000 para 130 em 2017), inferior à da África Subsariana e dos PMBR. A saúde na primeira infância melhorou fortemente. A taxa de mortalidade das crianças com menos de cinco anos de idade foi reduzida para menos de metade, passando de 84 por 1000 nados-vivos em 2000 para 30 por 1000 nados-vivos em 2019. No entanto, cerca de 20% das crianças em STP não recebem as vacinas recomendadas na idade adequada.[31] A imunização é crucial para a redução da morbilidade e da mortalidade, designadamente para bebés e crianças. Os esforços do governo para combater a malária resultaram em que quase quatro em cada cinco agregados familiares tivessem uma rede mosquiteira tratada com insecticida (RTI) de longa duração (INE e UNICEF, 2020), reduzindo os casos e as mortes em mais de 95% entre 2001 e 2014. Apesar destes ganhos, as taxas de mortalidade materna, de mortalidade de crianças de idade inferior a 5 anos e devido a malária continuam a ser mais elevadas em STP do que em muitos dos países congéneres.[32] Os são-tomenses também sofrem de doenças tropicais negligenciadas, atribuídas particularmente à helmintose transmitida pelo solo, à filariose linfática e à esquistossomíase.[33] Simultaneamente, as doenças não transmissíveis (DNT) estão a assumir uma proporção significativa da morbilidade e mortalidade, representando 55% de todas as mortes no país. Dados recentes sobre morbilidade demonstram que cerca de 63% de todas as consultas se devem a hipertensão e diabetes.[34]

---

de aprendizagem durante o período de fecho das escolas (inquérito telefónico sobre a COVID-19). Para aqueles que estiveram envolvidos em algum tipo de actividade de aprendizagem, as opções mais populares foram as aulas pela televisão (79%), seguido do apoio escolar por um familiar (10%) e aulas pela rádio (7%).

[31] O calendário da vacinação recomendado pelo Programa Nacional de Vacinação de STP recomenda a vacinação das crianças contra a poliomielite, tuberculose, hepatite B, sarampo e febre-amarela, entre outras, antes do primeiro aniversário, mas o cumprimento desta recomendação tem sido difícil. Dados do IIM (Inquérito de Indicadores Múltiplos) de 2019 revela que apenas 78% recebem a cobertura vacinal completa conforme recomendado até ao seu primeiro aniversário. Apesar de com atraso, outros 3% recebem o conjunto completo de vacinas antes do segundo aniversário, aumentando a percentagem de crianças com a vacinação completa para 81%.

[32] A transmissão da malária no país ocorre ao longo do ano, com picos de Novembro a Janeiro e de Maio a Junho, sublinhando o desafio que esta doença representa para o sector da saúde do país. O governo e os seus parceiros fizeram uma série abrangente de intervenções de controlo da malária ao longo da última década, entre elas, diagnóstico universal e gestão de casos, educação da comunidade, fortalecimento do sistema de saúde e controlo de vectores através da distribuição maciça e rotineira de RTI, em combinação com pulverização residual do interior das habitações.

[33] Apesar de a prevalência da filaríase linfática ter diminuído nas últimas 2,5 décadas, a sua percentagem de anos de vida ajustados por incapacitação (AVAI) quase que duplicou, de 0,23% em 1990 para 0,43% em 2015. Apesar de a prevalência da esquistossomíase ter aumentado de 4025,60 para 4124,29 por 100 000 entre 1990 e 2015, a morte devido a esta doença registou uma queda de 80%, mas são necessários mais esforços. A prevalência do dengue aumentou mais de 1000%, de 1,34 casos de dengue por 100 000 pessoas em 1990 para 15,39 casos por 100 000 pessoas em 2015.

[34] Com o apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS), STP levou a cabo a Abordagem STEPwise para vigilância de factores de risco para DNT (STEPS) em 2019, e os dados preliminares indicam uma prevalência alarmante de doenças de factor de risco cardiovascular: hipertensão – 30,6%; doentes hipertensivos sem medicação – 68,6%; excesso de peso (IMC ≥ 25 kg/m2) – 45,2%; obesidade (IMC ≥ 30 kg/m2) – 16,9%; glicemia acima de 126 mg/dl – 13,1%; e pessoas de 40–69 anos de idade com risco de doença cardiovascular (DCV) de 10 anos – ≥ 30%, ou com DCV existente – 6,5%.

As infecções parasitárias intestinais (IPI) generalizadas, associadas a um acesso inadequado a água potável e saneamento, contribuem para taxas elevadas de anemia infantil e exacerbam os efeitos da malnutrição e subnutrição. As taxas de anemia entre crianças de menos de 5 anos de idade em STP são de 65%, mais de 20% acima das taxas médias dos seus congéneres aspiracionais e estruturais, tendo aumentado 3 pontos percentuais entre 2010 e 2016 (Anexo 5). Estas taxas elevadas de anemia estão associadas a IPI generalizadas, que exacerbam os efeitos da malnutrição (Liao e tal., 2016), provocando um crescimento insuficiente nas crianças, deficiências de ferro, anemia por deficiência de ferro, assim como fraco desempenho escolar (Liao et al., 2016). A taxa de mortalidade atribuível a água e saneamento inseguros, estimada em 11 por 100 000 pessoas em STP, é mais alta do que a maioria dos países que servem de comparação, mas inferior à média registada nas Comores e nos PMBR e na África Subsariana.[35] A malnutrição e a subnutrição contribuem para um aumento da morbilidade e mortalidade das crianças e podem ter consequências duradouras no seu desenvolvimento físico e cognitivo. Entre as crianças de menos de 5 anos de idade em STP, 12% sofrem de desnutrição crónica,[36] 5% têm peso inferior ao normal para a idade e 4% sofrem de desnutrição aguda[37] (INE e UNICEF, 2020). O investimento nas infra-estruturas de água e saneamento, na educação sanitária, assim como na disponibilização continuada de serviços de água e saneamento são cruciais para assegurar que os centros de saúde não se tornam pólos de transmissão de doenças.

STP alcançou acesso universal ao ensino básico e efectuou progressos consideráveis no alargamento do acesso ao ensino pré-escolar e secundário. A taxa de matrícula em todos os níveis de ensino aumentou, em especial no nível pré-escolar, no terceiro ciclo do ensino básico (7.º ao 9.º ano) e no nível secundário (10.º ao 12.º ano) na última década (MEES, 2018). Entre 2007 e 2017, a taxa bruta de matrícula (TBM) no ensino pré-escolar mais do que triplicou, passando de 21,4% para 71,4%.[38] Relativamente ao 3.º ciclo do ensino básico, a TBM aumentou de 68% para 114%, enquanto no nível secundário, a TBM aumentou de 20,3% para 62,6%, representando uma taxa de crescimento anual de 19,2%. Calcula-se que 93% de todos os estudantes que entram no 1.º ano da escola primária acabem por concluir o ensino primário, semelhante ao que sucede nos países congéneres. A taxa de matrícula no ensino secundário é ligeiramente mais elevada do que nos países congéneres de STP, designadamente no que diz respeito às raparigas (Figura 3.1). A taxa de matrícula no ensino técnico e profissional mal chega a 6%, e STP apresenta um nível reduzido de matriculação no ensino superior, de 13-14%, ficando

[35] O Anexo 10 descreve os principais desafios e oportunidades no sector da água em STP.

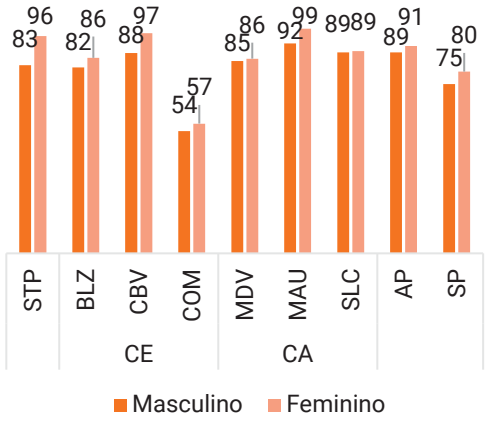
[36] A desnutrição crónica causa atrasos no crescimento infantil, resultando em crianças mais baixas do que seria esperado para sua idade. A desnutrição crónica é monitorizada através da medição da altura em relação à idade da criança, a qual é então comparada com os padrões de crescimento infantil calculados pela Organização Mundial de Saúde.

[37] A desnutrição aguda é identificada através de baixo peso para a altura.

[38] A TBM corresponde à taxa do número de alunos matriculados num determinado nível de ensino independentemente da idade relativamente à população da faixa etária que corresponde oficialmente a esse nível de ensino específico.

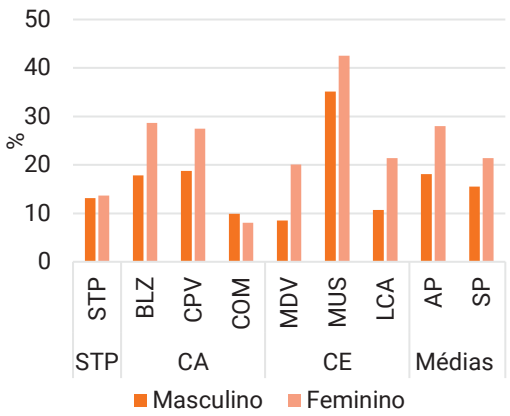
atrás de Belize e Cabo Verde (apesar de ter uma taxa superior à das Comores) (Figura 3.2).

Figura 3.1. Taxa bruta de matrícula no ensino secundário por género, 2017 (%)



Fonte: IDM, 2021.

Figure 3.2. Taxa bruta de matrícula no ensino superior, 2015 (%)



Fonte: IDM, 2021.

Figura 3.3. Percentagem da população sem escolarização formal ou frequência de apenas o 1.º ciclo do ensino básico para faixas etárias diferentes

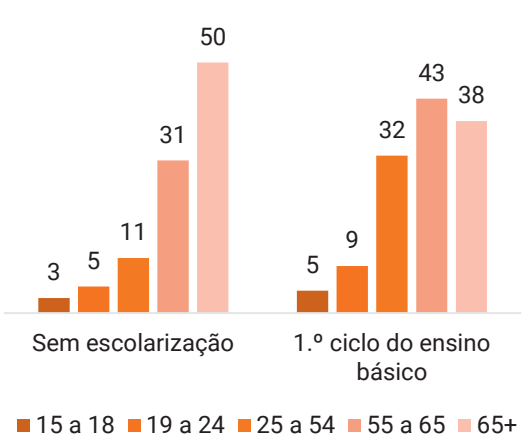
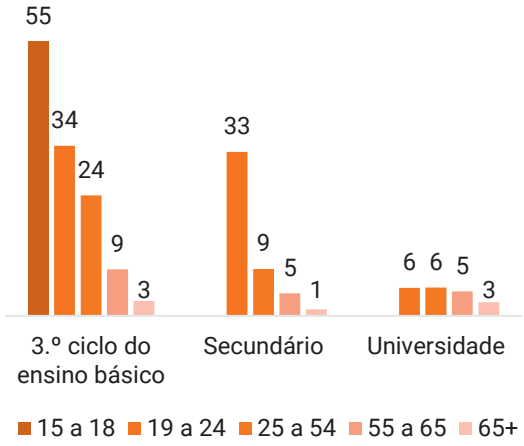


Figura 3.4. Percentagem da população que concluiu o 3.º ciclo do ensino básico e secundário ou que obteve uma licenciatura universitária para faixas etárias diferentes

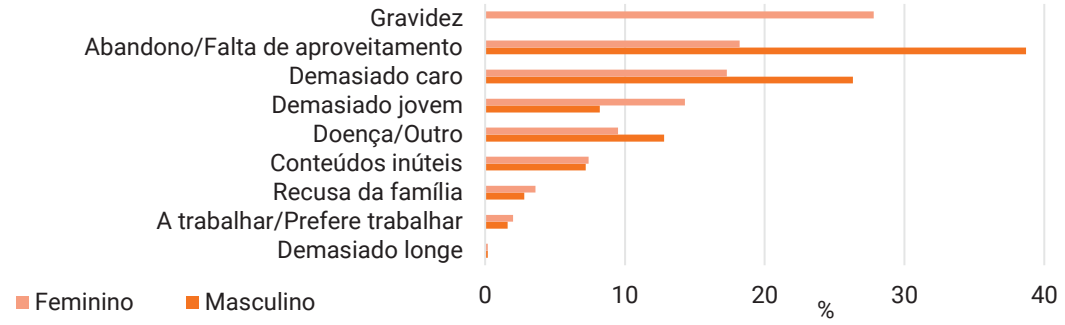


Fonte: IOF, 2017.
Nota: 1.º ciclo do ensino básico (quatro ou menos anos de escolaridade). 3.º ciclo do ensino básico (nove anos de escolaridade).

O recente aumento registado ao nível do ensino alterou significativamente o perfil de escolarização das gerações mais jovens, mas o nível académico da maioria da potencial força de trabalho permanece reduzido. Quase um terço da população com idades entre

os 55 e os 64 anos não tem educação formal, enquanto 43% têm no máximo quatro anos de ensino formal (o nível mais baixo da escolaridade obrigatória) (Figura 3.3). A taxa de iliteracia entre adultos continua a ser elevada, sendo de 7,2% relativamente ao grupo dos 25 aos 54 anos de idade; 42,5% têm quatro ou menos anos de escolaridade, incluindo 11% não escolarizados. Este valor contrasta acentuadamente com as gerações mais jovens: 55% dos jovens entre os 15 e os 18 anos de idade concluíram o 3.º ciclo do ensino básico (nove anos) (Figura 3.4). O nível de escolaridade limitado de uma elevada percentagem da população activa tem consequências significativas na capacidade de aprendizagem de novas competências, adopção de novas tecnologias e inovação das empresas e até para encontrar pessoas com competências para ensinarem as gerações jovens.

Figura 3.5. Motivos de não frequência da escola, crianças dos 6 aos 17 anos de idade, 2017



Fonte: IOF, 2017.

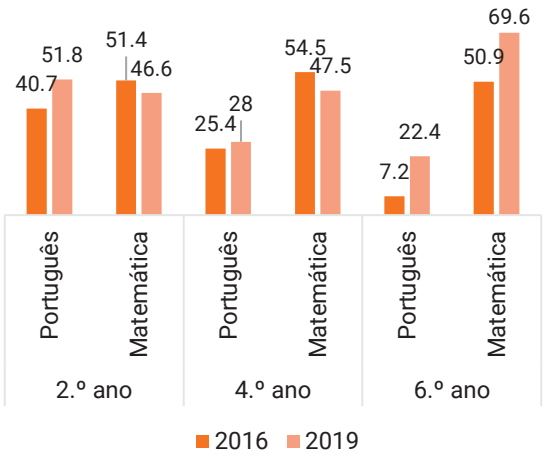
Apesar de haver praticamente paridade de género no ensino primário,[39] a frequência do ensino secundário pelosrapazes é bastante inferior à das raparigas, enquanto as raparigas têm menor probabilidade de frequentar o ensino superior. Conforme representado na Figura 3.1, as raparigas ultrapassam significativamente a escolarização dos rapazes no nível secundário e num grau consideravelmente superior ao dos países congéneres (o Índice de Paridade de Género [IPG] no ensino secundário é de 1,16 em STP, seguido de Cabo Verde com 1,10, Anexo 5). Uma taxa de escolarização inferior para os rapazes no ensino secundário fica a dever-se, pelo menos em parte, a taxas de retenção elevadas no ensino primário que, a partir de 2017, excederam as médias dos congéneres aspiracionais e estruturais. As taxas de retenção são significativamente mais altas entre rapazes do que entre raparigas (Anexo 5). Apesar de os alunos que repetem anos poderem eventualmente concluir o ensino primário, a repetição de anos aumenta o custo da escolarização para os alunos e os seus pais e cria desmotivação, aumentando a probabilidade de abandono escolar após um determinado nível. Como resultado, a falta de aproveitamento ou o abandono escolar são as razões mais comuns para os rapazes deixarem a escola, conforme referido por 40% dos rapazes e 18% das raparigas com idades entre os 6 e os 17 anos que não estão matriculados na escola (Figura 3.5). No entanto, este desequilíbrio entre os géneros no ensino secundário não se traduz num número maior de raparigas a frequentarem o ensino superior. Apesar de

[39] O Índice de Paridade de Género (IPG) relativo ao ensino primário aumentou de 0,93 em 1977 para 0,97 em 2017.

em todos os países congéneres as mulheres terem maior probabilidade de frequentar o ensino superior do que os homens, em STP as taxas são igualmente baixas para ambos os géneros

O nível dos resultados da aprendizagem é fraco. Em 2016, metade dos alunos do 2.º ano não dispunha das competências esperadas em Matemática, o mesmo acontecendo com 40% dos alunos no que diz respeito à escrita (Português), enquanto menos de metade dos alunos do 6.º ano tinha as competências esperadas em Matemática (Figura 3.6) (MECCC, 2016). Um total de 10% dos alunos do 2.º ano tiveram zero na secção de Matemática. O nível das competências deteriorou-se em 2019, em especial no Português do 2.º ano e na Matemática do 6.º ano. Taxas elevadas de alunos que repetiram os testes (36% dos alunos do 9.º ano e 49% dos alunos do 12.º ano) do Exame Nacional (EN) sugerem que persistem resultados da aprendizagem reduzidos para os alunos mais velhos.

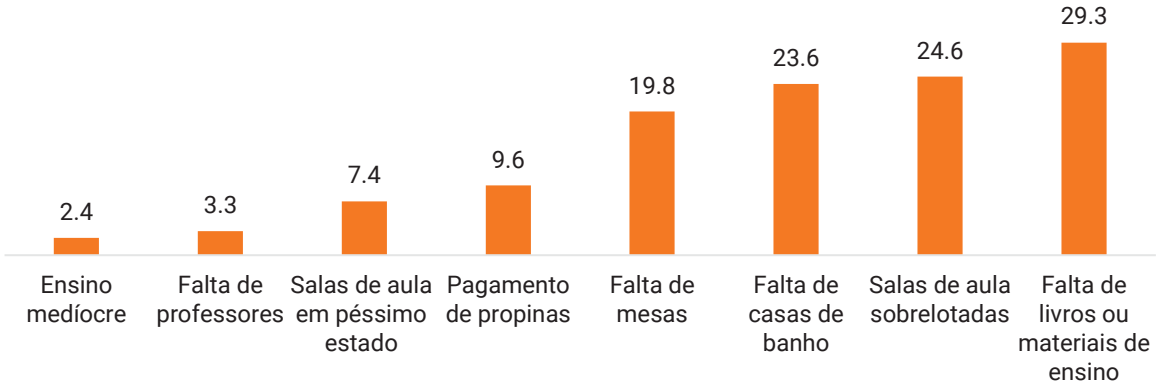
Figura 3.6. Percentagem de alunos do 2.º, 4.º e 6.º anos com níveis de competências abaixo das expectativas em Português e Matemática, 2016 e 2019



Fonte: Relatórios de AALEB (Avaliação Aferida de Larga Escala no Ensino Básico) de 2016 e 2019 relativamente a STP.
Nota: O nível de competências esperadas considerado é uma nota de exame de 50%.

A falta de materiais de aprendizagem e de salas de aula que propiciem a aprendizagem faz diminuir a frequência por parte dos alunos e reduz os resultados da aprendizagem (Banco Mundial e Parceria Global para a Educação, 2020). Os desafios citados mais comummente entre os alunos incluem a falta de livros e materiais de ensino (29%), salas de aula sobrelotadas (25%) e falta de casas de banho (24%) (Figura 3.7). O número médio de alunos por aula é 39 (pré-primária) e 64 (básico), com uma variação significativa por região. O acesso às casas de banho também é limitado, havendo uma casa de banho por cada 98 alunos no nível pré-escolar e uma casa de banho por cada 177 alunos no ensino básico. A maioria das escolas tem saneamento/casas de banho limitados e disponibilizam pouco ou nenhum apoio para a gestão da higiene menstrual, o que prejudica uma frequência escolar consistente por parte das raparigas. Um estudo sobre a eficácia no sector do ensino conclui que a presença de uma maior percentagem de alunos com manuais de estudo aumenta significativamente a aprendizagem em STP. Um aumento de 10% na percentagem de alunos com manuais escolares está associado a um aumento de 6,2% e 2,8% na média das notas no 2.º e 4.º anos, respectivamente. Uma diminuição de 10% no número de alunos por aula está associado a um aumento de 1,55% nos resultados da aprendizagem.

Figura 3.7. Desafios relativos à educação referidos pelos alunos (%)



Fonte: IOF, 2017.

Uma taxa de cobertura reduzida por parte dos programas sociais limita a capacidade de STP para mitigar os efeitos da pobreza extrema na saúde infantil, ao mesmo tempo que reduz a utilização da saúde e da educação por parte dos agregados familiares mais pobres. A segunda razão mais citada para as crianças em idade escolar não frequentarem a escola é o facto de a esta ser demasiado cara, conforme referido por mais de um quarto (27%) dos 40 por cento mais pobres. O trabalho infantil, impulsionado pela pobreza e pela aceitação social, continua a ser relativamente comum: à data de 2019, cerca de 20,7% das crianças com idades entre os 5 e os 17 anos trabalhavam, das quais 13,9% trabalhavam em condições perigosas (INE e UNICEF, 2020). Os programas de protecção social apoiam as famílias pobres para investirem no capital humano dos seus membros ao longo do ciclo de vida. Melhorias na prestação de serviços de saúde e ensino não se traduzirão em melhores resultados em termos de desenvolvimento humano, se as famílias não conseguirem utilizar esses serviços. Existem redes de segurança social em STP, e estão em expansão, mas a cobertura em geral continua a ser reduzida, servindo apenas cerca de 5000 agregados familiares pobres e vulneráveis, ou seja, menos de 25% do total de agregados familiares pobres do país (consultar o Capítulo 2).

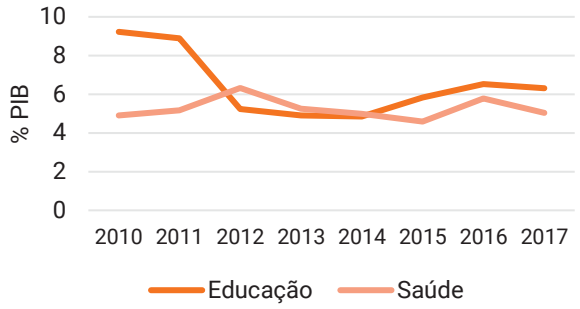
As normas sociais e as fracas expectativas dos estudantes contribuem para taxas de abando escolar elevadas e para a gravidez precoce. A adolescência é um período durante o qual as aspirações de vida de uma pessoa são formadas e em que as normas e percepções sociais começam a ser determinantes para os rapazes e as raparigas (Banco Mundial, 2012). Conforme observado na Secção 3.3, a gravidez na adolescência constitui uma barreira importante que impede as raparigas de prosseguirem os estudos. Com a instituição de uma política que proibia as raparigas de continuarem a estudar no sistema de ensino regular após o 1.º trimestre de gravidez, 86% das raparigas adolescentes grávidas abandonaram a escola em 2018. Apesar de esta política ter sido revogada em 2020, há barreiras culturais e normas sociais que continuam a impedir as raparigas grávidas de prosseguirem os seus estudos. Cerca de 7% das raparigas e dos rapazes que não frequentam a escola declaram ter abandonado os estudos por

considerarem os conteúdos inúteis ou não adaptados às suas necessidades, e muitos mais abandonaram a escola devido a falta de aproveitamento escolar. Comportamentos de risco relacionados com o consumo de álcool e estupefacientes, mais comum entre os rapazes, no caso de STP, contribuem para a falta de aproveitamento escolar e, em última instância, para o abandono. Em STP, depois de um jovem abandonar os estudos, são poucas as oportunidades para adquirir competências que lhe sirvam para o trabalho e para a vida.

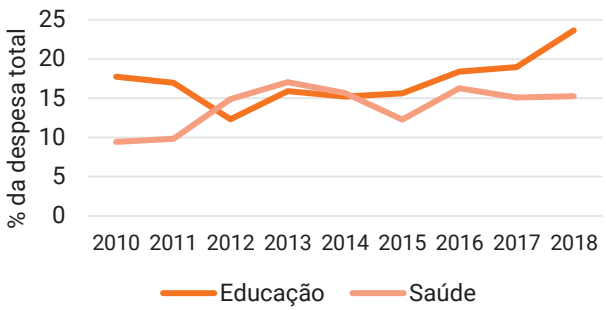
O modelo de investimento público financiado pela AOD que apoia os sectores da saúde e da educação em STP resulta em financiamentos inadequados e voláteis, o que se traduz num constrangimento efectivo a uma estratégia eficaz em matéria de capital humano. O progresso de STP em termos de desenvolvimento humano tem dependido fortemente da ajuda externa, estando os sectores da saúde e da educação entre os principais beneficiários, mas alguns destes fundos externos estão a sofrer reduções.[40] Em 2017, a despesa pública nos sectores da educação e da saúde correspondeu a 6% e 5% do PIB, respectivamente, representando 19% e 15% da despesa pública total (consultar as Figuras 3.8a e 3.8b). A despesa em cada um destes sectores em termos de percentagem do PIB está acima da média para os países da África Subsariana. A dependência relativamente à AOD, caracterizada pela volatilidade, constitui um motivo importante para as reduzidas taxas de execução orçamental relativas aos projectos na área da educação e da saúde. Em 2014, 52% dos projectos nas áreas da educação, cultura e formação nunca chegaram a ser executados, e outros 30% foram iniciados, mas não foram concluídos. A taxa de execução relativa a projectos na área da saúde foi apenas ligeiramente mais elevada, tendo sido de 56%. Por último, parte desta despesa está associada a custos incorridos em larga medida devido à reduzida dimensão de STP,

Figura 3.8. Despesa pública em saúde e educação

a. Como percentagem do PIB (2010-2017)



b. Como percentagem da despesa pública total (2010-2018)



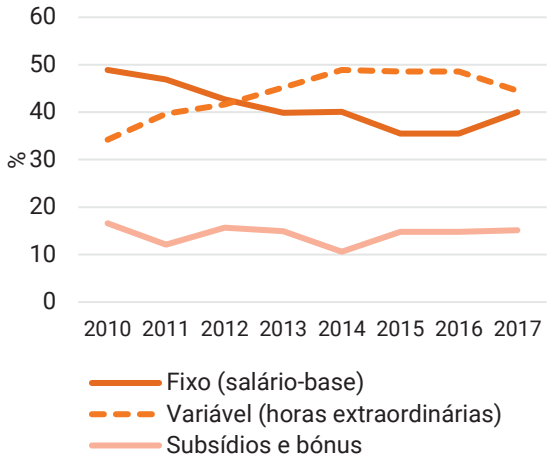
Fonte: base de dados Boost relativa a STP.

[40] Recentemente, também houve alterações significativas no panorama dos doadores, com a suspensão da ajuda de Taiwan, China (que representava, em média, 16 milhões de dõlares americanos anualmente) e com o aumento significativo do financiamento por parte da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) (carteira actual de 75 milhões de dólares americanos, que representa cerca de 50% do PIB do país), entre outras. Haverá que prestar

facto que reduz as oportunidades de especialização, obrigando assim a que alguns serviços na área da saúde e da educação sejam prestados no estrangeiro.[41]

A eficácia da despesa pública constitui um desafio para todos os sectores, devido à capacidade limitada de implementação. No sector da educação, por exemplo, o aumento da despesa não se traduziu numa melhoria da qualidade (Caixa 3.1). Os salários dos professores têm representado a maioria da despesa em detrimento de outros factores, como livros e infra-estruturas escolares. Os salários dos professores representaram a maior percentagem da verba para salários da função pública, representando 40% em 2017. Contudo, 44% dos professores do 2.º ciclo do ensino básico e mais de metade dos professores do ensino secundário deram menos de 14 horas de aulas por semana em 2016-2017, apesar de 45% da despesa serem utilizados para cobrir o custo de horas extraordinárias ou para dar aulas em salas de aula sobrelotadas (50 alunos ou mais) (Figura 3.9).

Figura 3.9. Componentes dos salários dos professores (%)



Fonte: Banco Mundial e Parceria Global para a Educação, 2020.

Não foram efectuadas análises semelhantes em outros sectores, o que constitui uma lacuna de conhecimentos importante, designadamente em sectores onde o investimento público é mais elevado. É necessária uma análise da despesa com salários em termos de todo o sector público para que a despesa seja direccionada de forma mais correcta. Mesmo sem um estudo dedicado, há dados concretos sobre perdas de eficácia no sector da saúde.[42] Apesar de uma rede bem distribuída de unidades de saúde (ainda que com uma infra-estrutura desgastada, em muitos casos),[43] verificações pontuais sugerem que os horários de serviço não estão a ser efectivamente disponibilizados de forma regular e que, frequentemente, as pessoas não conseguem encontrar os profissionais de saúde de que necessitam, um problema que afecta, de forma desproporcional, as zonas rurais. Os desafios reflectem problemas de índole institucional e, potencialmente, em matéria de governação, problemas nos ministérios e nas agências relevantes, entidades às quais

atenção especial aos domínios anteriormente apoiados em larga medida por Taiwan, China, designadamente no domínio do desenvolvimento humano.

[41] Como resultado, uma percentagem elevada do orçamento da saúde é utilizada para cobrir tratamentos médicos no estrangeiro, ao mesmo tempo que o financiamento de um programa de apoio ao ensino superior foi cortado.

[42] Nunca foram realizados estudos sobre a eficácia da despesa no sector da saúde. Um relatório sobre as contas nacionais do sector da saúde relativamente a 2016-2018 (Contas Nacionais de Saúde 2016-2018) apresenta os fluxos de despesa no sector da saúde e as fontes de financiamento.

[43] Em 2016, 70% da população tinha acesso a uma unidade de saúde a menos de uma hora de distância a pé. No entanto, há dificuldades em termos de acessibilidade geográfica e financeira, mais evidentes para os habitantes da ilha do Príncipe, que têm de fazer uma viagem de até 12 horas de barco para irem ao Hospital Central em São Tomé (o único local para consultar um especialista) (Ministério da Saúde, 2016).

incumbe o planeamento, a monitorização e a avaliação, assim como a gestão dos funcionários (consultar a Caixa 3.2 para uma visão geral da prestação de serviços no sector da saúde).

Caixa 3.1. Qualidade da despesa pública: o exemplo do sector do ensino

Em anos recentes, a taxa de matrícula aumentou significativamente em todos os níveis do ensino, o que levou a um aumento no nível da despesa, mas o aumento desta não se traduziu numa melhoria da qualidade – o aumento da despesa destinou-se, praticamente na totalidade, a um aumento da contratação e das remunerações. Não há praticamente políticas de gestão de docentes, em especial no que diz respeito a recrutamento e colocações. A contratação de professores é feita em larga medida numa base *ad hoc*, não sendo devidamente tomada em conta uma colocação eficiente dos mesmos. Apesar de estar em curso um novo processo de certificação de professores, este ainda não foi implementado, pelo que as práticas de recrutamento não se fundamentam no mérito nem são guiadas por uma avaliação objectiva das aptidões ou competências pedagógicas. Para preencher lacunas, o governo contrata professores temporários para solucionar a sobrelotação das aulas (que fica em parte a dever-se a taxas de retenção elevadas), sem que seja feita a validação das suas qualificações nem a verificação de que cumprem os padrões básicos mínimos. Os salários dos professores representam a maior percentagem do orçamento da educação (74%), seguindo-se os subsídios e as transferências para o ensino superior (20%). A elevada percentagem da despesa com horas extraordinárias sugere que há questões prementes sobre a utilização dos horários de trabalho contratados e os seus critérios de distribuição ao nível distrital e das escolas.

A despesa elevada com salários deixa recursos discricionários limitados para investir em factores que conduziriam a melhoramentos na qualidade do ensino, acesso e retenção, assim como para ajudar a garantir a continuação dos programas de ensino básicos. Por exemplo, em Dezembro de 2018, o programa de alimentação escolar foi suspenso na maioria das escolas, devido à falta de verbas. Apesar de o governo continuar a cobrar propinas (incluindo para a matrícula, alimentação escolar e uniformes), os serviços não são necessariamente prestados ou não continuarão necessariamente a ser prestados. A diminuição do crescimento económico registada em anos recentes, que provocou uma estagnação das receitas e a consequente deterioração das contas públicas, vai exacerbar o problema, pondo em dúvida investimentos estruturais importantes e o acesso a materiais essenciais.

Há perdas de eficácia significativas no sistema de ensino. Uma melhor utilização dos recursos poderia, em média, aumentar em 6,5% e 23,8% a média dos resultados da aprendizagem em Português dos alunos do 2.º e do 4.º ano, respectivamente, com a mesma quantidade de materiais escolares. Resultados de aprendizagem insatisfatórios e uma eficácia interna reduzida podem comprometer a sustentabilidade do ensino público em São Tomé. Dadas as graves restrições orçamentais, a única forma de São Tomé inverter a maré é através de ganhos de eficácia em todos os níveis.

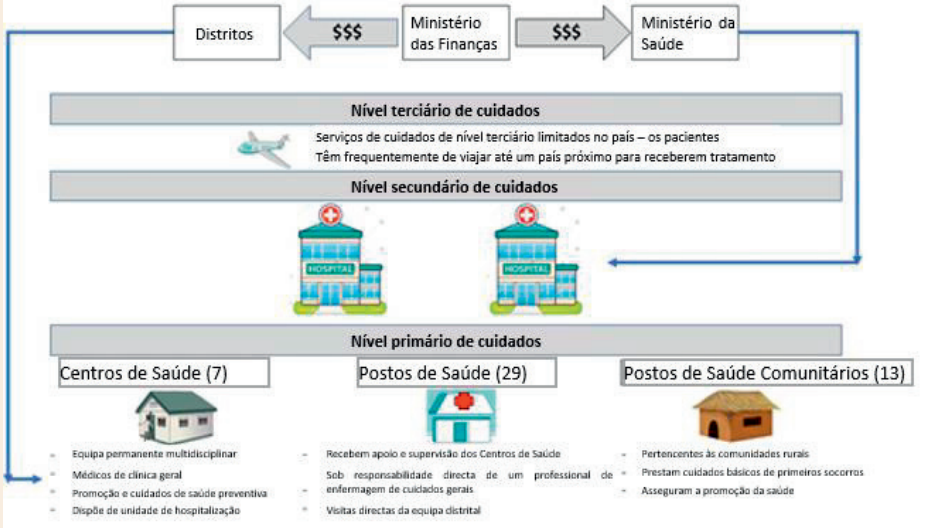
Fonte: Banco Mundial e Parceria Global para a Educação, 2020.

Caixa 3.2. Prestação de serviços de saúde em STP

O sistema de saúde em STP é constituído pelo nível central e o nível periférico, comummente conhecido por nível distrital. O nível central é constituído pelo Ministério da Saúde e pelos seus departamentos administrativos, financeiros e técnicos mais importantes, e está focado nos cuidados secundários. O nível distrital é o nível operacional que está focado na prestação de cuidados primários e consiste em dois hospitais, um em cada ilha, e está organizado em sete distritos de saúde. Cada distrito inclui centros de saúde, que prestam cuidados em regime de hospitalização com uma equipa multidisciplinar permanente; postos de saúde que são extensões dos centros de saúde com enfermagem permanente e visitas periódicas de equipas distritais; e postos de saúde comunitários ao nível das comunidades rurais que prestam primeiros socorros e asseguram a promoção da saúde. Existem sete centros de saúde, 29 postos de saúde e 13 postos de saúde comunitários no país. O sector público presta cuidados de saúde gratuitos a todos os cidadãos do país. Também existe um sector privado, mas é mais dispendioso do que os seus homólogos do sector público. Apesar de os cuidados de saúde do Estado serem gratuitos para os cidadãos, os medicamentos não são gratuitos para a maioria da população. No entanto, há isenções para algumas categorias (grávidas e crianças com menos de cinco anos de idade).

O sistema de prestação de serviços de saúde depende dos seus níveis diferentes de cuidados para prestar serviços à população. O Ministério das Finanças atribui uma dotação directa, com base em padrões históricos das rubricas orçamentais, destinada a cada um dos sete distritos e, por sua vez, os distritos atribuem esse financiamento para apoiar a prestação de serviços de cuidados primários. O nível de cuidados secundários é financiado pelo Ministério da Saúde, que recebe uma dotação para cada um dos dois hospitais do país, igualmente com base em padrões históricos das rubricas orçamentais. Os serviços de cuidados terciários são limitados em STP e, frequentemente, os pacientes têm de viajar para o estrangeiro para receberem o tratamento especializado de que necessitam e que não está disponível no país. A Figura 3.10 oferece uma visão ilustrativa da estrutura da prestação de serviços de saúde.

Figura 3.10. Estrutura da prestação de serviços de saúde em STP



3.2 SECTOR PRIVADO PEQUENO

Um desafio fundamental na concretização da redução da pobreza e da partilha da prosperidade em STP é a ausência de oportunidades económicas, incluindo para a numerosa população jovem do país que teve acesso a mais escolarização, mas continua a defrontar-se com um mercado de trabalho onde os empregos escasseiam. O Capítulo 2 descreve a dependência continuada da população relativamente a actividades de pequena escala e de baixa produtividade, em especial o emprego por conta própria na agricultura, pesca e comércio. Tal deve-se à falta de desenvolvimento do sector privado, resultante, em grande parte, dos desafios em termos do clima de investimento, de insuficiências nas infra-estruturas essenciais e de fracas ligações.

Os obstáculos à aceleração do crescimento em três sectores principais – agricultura, pescas e turismo – ilustram bem os desafios enfrentados pelo sector público em geral. Estes sectores têm um potencial não realizado significativo que poderia ser alcançado através do aproveitamento sustentável dos recursos naturais (Banco Mundial, 2019b). A Tabela 3.1 apresenta os desafios principais que cada sector enfrenta em várias dimensões, sintetizando as análises sectoriais referidas nos Anexos 7 a 9. Estes desafios, agrupados em seis categorias abrangentes (transportes, outras infra-estruturas [incluindo electricidade], direitos de propriedade, serviços financeiros, alterações climáticas e conhecimentos e capital humano), são reflexo das causas próximas que prejudicam a criação de mais e melhores empregos por parte do sector privado. Carências ao nível do porto e do aeroporto, que limitam as ligações com os mercados internacionais são desenvolvidas em maior detalhe na Secção 3.3. Os desafios em matéria de direitos de propriedade e capital humano estão directamente relacionados com a prestação de serviços públicos.

Tabela 3.1. Desafios enfrentados pelas empresas na agricultura, nas pescas e no turismo

	Agricultura	Pescas	Turismo
Transportes	Falta de certificação da carga aeroportuária para expedir mercadorias directamente para a Europa; estas têm de ser expedidas através de Angola	Um porto de pequena dimensão e com águas pouco profundas	Falta de ligações aos principais pólos e custo elevado das passagens aéreas; serviços nacionais de transporte privado e público inadequados; necessidades do aeroporto em matéria de infra-estruturas e segurança
Outras infra-estruturas	Acesso limitado a armazenamento adequado e a armazenamento a frio	Continua a haver falta de capacidade de armazenamento a frio, refrigeradores frigoríficos, máquinas para gelo e outras instalações de conservação em toda a cadeia de valor; a exportação de peixe fresco não é viável; frota antiquada sem infra-estruturas de gelo e de atracagem adequadas	Os turistas dão conta de falta de serviços de cuidados de saúde de qualidade; problemas com a água, o saneamento, a gestão de resíduos e a segurança dos alimentos; rodovias e telecomunicações inadequadas

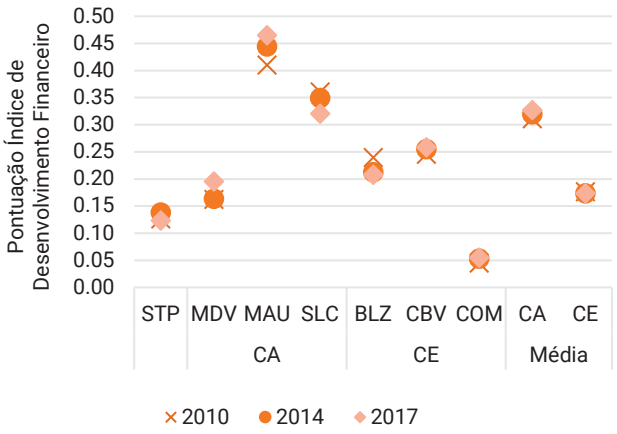
	Ausência de um fornecimento de electricidade fiável		
Acesso a financiamento	Mercado de financiamento à agricultura insuficiente, com produtos de crédito e seguros limitados para agricultores e empresas agrícolas	Falta de acesso a financiamento	Aceitação limitada de cartões de crédito/débito internacionais (sistemas de pagamento)
Direitos de propriedade	Ausência de títulos de propriedade claros e formais; registo cadastral fragmentado e desactualizado	A falta de licenciamento e monitorização estruturados, assim como uma aplicação da lei insuficiente, conduzem à sobreexploração	Governação e administração territorial pouco claras e um Estado de direito insuficiente são dissuasores do investimento
Alterações climáticas	Diminuição da pluviosidade/risco de seca mais elevado	Riscos de acidificação e aumento das temperaturas	A erosão costeira é uma ameaça ao turismo
Capital institucional e humano	Ausência de serviços de fomento das exportações; bens e serviços públicos limitados, designadamente na investigação e desenvolvimento (I&D) em agricultura e serviços veterinários e fitossanitários	Falta de coordenação com a comissão internacional para gerir os recursos pesqueiros; dados insuficientes para efectuar uma avaliação dos recursos e criar indicadores da situação	Pouca formação em hotelaria e serviços, assim como em línguas estrangeiras

Uma análise das causas próximas apresentadas na Tabela 3.1 demonstra que a maioria tem origem na falta de investimento – pelo sector privado e pelo sector público. A disponibilização de bens e serviços públicos padece de um financiamento público inadequado sujeito a flutuações na AOD, bem como de ineficiências na implementação (consultar a Secção 3.5). A falta de acesso a sistemas de financiamento e pagamento, assim como as fragilidades na regulamentação e no sistema penal (execução lenta da lei em matéria de contratos e garantias, condicionando o acesso a crédito), são aspectos importantes que afectam o desenvolvimento das empresas e o investimento privado. A falta de acesso a financiamento constitui um desafio, designadamente para as MPME, ao mesmo tempo que a incerteza regulamentar (designadamente na aprovação de procedimentos, no registo de propriedades, na execução dos contratos e na insolvência) também desencoraja o investimento privado de maior dimensão. Indicadores internacionais confirmam que STP tem dificuldades em áreas relacionadas com a capacidade institucional e a governação, como a eficácia do governo e a qualidade regulamentar (consultar a Figura 3.18 na Secção 3.5).

As fragilidades do sistema judicial resultam numa execução lenta dos contratos e das garantias, o que condiciona o acesso ao crédito. O Memorando Económico do País (MEP) identificou os seguintes desafios: (a) processos judiciais lentos, devido à acumulação de atrasos e regras procedimentais desactualizadas, incluindo o Código de Processo Civil; (b) recursos humanos e técnicos insuficientes; (c) casos de interferência política e (d) acesso judicial limitado a legislação e informações. Os processos de insolvência são regidos pelo Código de Processo Civil, que não está alinhado com a

legislação moderna em matéria de insolvência. A recuperação de empresas não é opção, e os credores têm pouca possibilidade de participar em processos judiciais.

Figura 3.11. Pontuação do Índice de Desenvolvimento Financeiro do FMI (100 = melhor)



Fonte: FMI, 2020.
Nota: este índice do FMI é um índice agregado dos Índices relativos às Instituições Financeiras e Mercados Financeiros.

Apesar de o processo de registo de empresas ter sido simplificado em anos recentes, o processo de obtenção de aprovações para investimento estrangeiro é complexo e pode demorar anos, desincentivando o IDE.[44] Desde 2010, governos sucessivos levaram a cabo reformas no registo e licenciamento de empresas, que reduziram os entraves à entrada, actualizaram a regulamentação do sector financeiro, reduziram as custas judiciais, melhoraram a regulamentação dos serviços notariais e de registo; implementaram um balcão único para as trocas comerciais, que veio simplificar os procedimentos de importação e exportação; e liberalizaram os requisitos de vistos para aumentar o número de visitantes ao país. O governo também reformou o Código do Investimento para atrair investimento estrangeiro, mas o processo de aprovação dos investimentos continua a ser excessivamente complexo. Todos os investimentos acima dos 50 000 euros exigem um contrato administrativo de investimento autorizado pelo Ministério das Finanças.[45] São necessários pareceres favoráveis por parte das entidades da tutela para a obtenção desta autorização, um processo que pode demorar meses. A informação não está facilmente disponível e relatos de casos concretos sugerem que há situações em que os investidores não concluem o processo ou desistem.

O sistema financeiro de STP está subdesenvolvido, e o país depende fortemente de dinheiro em numerário. STP tem tido, consistentemente, um desempenho pior do que o de todos os países congéneres, com excepção das Comores, no Índice de Desenvolvimento Financeiro, que avalia os países com base na amplitude, no acesso e na eficiência dos seus mercados e instituições financeiros (Figura 3.11). Entre 2010 e 2017, o desempenho de STP no Índice do Desenvolvimento Financeiro praticamente não mudou, ao mesmo tempo que o grupo dos congéneres aspiracionais registou melhorias. A maioria da população não tem conta bancária, e o numerário é o método de pagamento dominante, sendo que 73% dos residentes de STP recebem os respectivos rendimentos

[44] Nota informativa 6 do MEP (Hernandez Uriz, 2019).
[45] O Código do Investimento descreve os procedimentos para a candidatura e a obtenção dos pareceres necessários das autoridades governamentais competentes: a Agência de Promoção do Comércio e do Investimento (APCI), Departamentos da Alfândega e Tributários e direcções competentes, consoante o sector da actividade. Uma vez assinado o contrato, a APCI emite um certificado de registo de investimentos privados.

em numerário. De acordo com o IIF de 2017 do Banco Central, 39% dos adultos (e apenas 15% das mulheres) tinham conta bancária, 25% tinham poupanças formais, 12% utilizavam serviços bancários online e 7% tinham acesso a crédito formal. STP tem taxas elevadas de sucursais bancárias (25 balcões por 100 000 adultos, em comparação com a média de 5 na África Subsariana) e caixas automáticas (28 por 100 000, em comparação com 6 na África Subsariana), mas não estão bem distribuídas. Apenas 12% estão localizadas fora da região da capital, apesar de 60% da população viver nessas zonas. As taxas de acesso a serviços financeiros são particularmente reduzidas fora da zona da capital: 19% em Lembá, 21% em Caué e 22% em Lobata.

A falta de historial de crédito das MPME, a capacidade limitada de adesão a requisitos de documentação e regulamentares e a falta de activos dificultam a capacidade de estas obterem financiamentos formais. Os dados do registo de crédito demonstram que, de Março de 2011 a Junho de 2017, as 5% maiores empresas receberam mais de metade do crédito total às empresas, ao mesmo tempo que os maiores empréstimos concedidos a particulares representaram 29% do crédito ao retalho. A concessão de empréstimos está altamente concentrada, porque os bancos em STP dependem de empréstimos garantidos por activos fixos e raramente oferecem empréstimos com base no financiamento de fluxos de caixa ou de empresas em fase de arranque e também não aceitam activos móveis (como inventário, equipamento e contas a receber). As grandes empresas têm, por isso, melhor capacidade para satisfazer estes requisitos em matéria de garantias, ao passo que as MPME não conseguem oferecer garantias nesta base. Mesmo para aquelas que têm imóveis, a ausência de um sistema de titularidade moderno impede o acesso ao financiamento. Em 2017, mais de 82% das MPME não tinham conta bancária, e poucas conseguiam ter acesso a crédito, porque não cumpriam os requisitos do sistema financeiro. Apenas 10% das MPME que se candidataram a financiamento bancário viram os seus empréstimos aprovados.[46] Cerca de 72% dos respondentes afirmaram que o acesso a crédito através de um banco é difícil e consideram que a sua primeira fonte de financiamento é o capital da empresa ou do proprietário (63%) ou auto-financiamento (27%). Mesmo quando as MPME têm contas bancárias, 82% guardam os seus rendimentos em casa, indicador de um nível reduzido de literacia financeira.

O nível reduzido de capital humano do país também tem implicações para o desenvolvimento do sector privado, não apenas no fornecimento de mão-de-obra especializada, como também no desenvolvimento de capacidade empreendedora e competências comerciais. O IIF de 2017 concluiu que, de entre as MPME inquiridas, 86% declararam não ter tido qualquer formação nos domínios em que desenvolvem a sua actividade, 69% não fizeram estudos de mercado antes de criarem a empresa e não preparavam balanços periódicos e 81% não elaboravam um orçamento. A falta de planeamento e de preparação no arranque do negócio provocou interrupções nas

[46] Análise do Banco Mundial com base no IIF de 2017.

actividades de 32% das empresas. Para as médias empresas, a gestão organizacional é comparativamente melhor, conforme demonstrado pela maior rentabilidade.

3.3 UM SECTOR ELÉCTRICO CARO, MAS DEFICIENTE

O sector da electricidade é um constrangimento efectivo para a redução da pobreza, fazendo diminuir o crescimento do sector privado e prejudicando a prestação dos serviços públicos. Um abastecimento insuficiente, dispendioso e não fiável faz aumentar os custos de todas as empresas no país. Constitui um constrangimento fundamental para a agro-indústria e para as pescas, sectores onde faltam instalações de armazenamento a frio e de processamento adequadas nas docas de atracagem (Banco Mundial, 2019b). A falta de um abastecimento fiável de electricidade prejudica o desenvolvimento do turismo e dos serviços associados, devido à necessidade de geradores a gasóleo nos locais, facto que também limita a capacidade de iniciativa, pois muitas PME não dispõem de fontes alternativas de electricidade. Também fez abrandar o desenvolvimento das infra-estruturas digitais e financeiras de STP, uma vez que só o numerário funciona de forma fiável, se não houver electricidade. Cortes de energia frequentes e fraco acesso à energia em algumas partes do país diminuem ainda mais a eficácia da administração pública e da prestação de serviços, incluindo em sectores principais, como a saúde e a educação. A fragilidade do sector tornou-se patente quando, em 2018, uma crise de energia causada, principalmente, por uma manutenção inadequada da infra-estrutura ditou um corte no abastecimento próximo dos 75% (Caixa 3.3). Infelizmente, em Abril e Maio de 2021, o país sofreu nova vaga de cortes continuados quando a produção de energia diminuiu para 14 MW (de 19 MW alguns meses antes).

Apesar do custo orçamental elevado do sector, o acesso à electricidade é reduzido, em comparação com os congéneres estruturais, registando-se uma diferença significativa entre a população rural e urbana. Em termos gerais, 71% da população tinha acesso a electricidade em 2018 – 77% da população urbana e 56% da população rural. Estes valores são substancialmente inferiores às taxas de electrificação dos congéneres estruturais de STP: 82% nas Comores e 94% em Cabo Verde (IDM de 2019 e Brutinel et al., 2019).

Caixa 3.3. Crise da energia de 2018 em STP

A economia foi afectada negativamente por uma grave crise energética no segundo semestre de 2018, tendo os seus efeitos perdurado até 2019. A capacidade de produção de energia diminuiu de 20 MW para 7 MW, à medida que os geradores a gasóleo iam falhando sistematicamente, como resultado de uma manutenção inadequada das infra-estruturas, em conjunto com um desempenho operacional insuficiente da empresa de serviços públicos, devido a elevados prejuízos técnicos e comerciais, assim como a uma cobrança de receitas reduzida. A Empresa de Água e Electricidade (EMAE), a empresa pública de electricidade, respondeu à crise através do corte do abastecimento de energia, deixando partes do país com acesso a energia apenas durante algumas horas por dia e outras zonas sem energia durante vários dias. Os protestos que se seguiram e o descontentamento geral da população levaram a bloqueios de estradas que dificultaram a distribuição de combustível no país. Em conjunto com o período eleitoral, a crise energética provocou um abrandamento significativo da actividade económica, que levou a uma redução na cobrança de impostos, escassez de bens, aumento da inflação e diminuição dos influxos de reservas cambiais.

STP conseguiu retomar a produção de energia até aos 16 MW em Fevereiro de 2019, o que lhe permitiu reduzir os apagões. Um contrato público de aquisição de cerca de 10 centrais termoeléctricas de 10 MW, financiado pela British Petroleum, foi assinado em Agosto de 2019, o que permitiu à EMAE dar plena satisfação ao nível total de procura de energia e fazer uma manutenção adequada dos geradores. Por outro lado, a Empresa Nacional de Combustíveis (ENCO) reduziu as importações de combustível e aumentou os seus preços à EMAE, devido aos crescentes atrasos de pagamentos por parte desta última.

O sector da energia, em especial a EMAE, sofre de planeamento insuficiente e supervisão inadequada. A capacidade de geração instalada é de 26 MW, mas só estão disponíveis cerca de 20 MW. Isto é insuficiente para satisfazer a procura máxima, estimada em menos de 21 MW. Falta planeamento adequado dos investimentos, apesar de o Plano de Menor Custo de Expansão da Geração de Energia (elaborado em 2018) ter tentado solucionar esta situação, através da identificação dos investimentos prioritários, com vista a fazer face à crescente procura de electricidade. O Plano de Menor custo de Expansão da Geração de Energia identifica locais mini-hídricos prioritários, de 0,5 MW a 10 MW, e centrais solares fotovoltaicas de 2 MW (sem armazenamento). Estão em curso estudos sobre a integração das energias renováveis e, potencialmente, uma actualização do Plano de Menor Custo de Expansão. O plano actual vai alterar de forma significativa a futura combinação de energias, aumentando a quota de energias renováveis de 7,8% em 2018 para 51% até 2030. No entanto, a supervisão da EMAE torna-se complicada, devido à sobreposição de mandatos entre vários ministérios e agências, ao mesmo tempo que o regulador não está suficientemente capacitado nas suas funções. Há também que melhorar a gestão da empresa de serviços públicos em termos de pessoal e tecnologia.[47] Importa referir que a gestão da EMAE também pode ter implicações

[47] O Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, (MPFEA) supervisiona o desempenho financeiro da EMAE e é responsável pela aprovação das tarifas. Apesar de as finanças da EMAE serem consolidadas e publicadas no seu relatório anual, estas contas não são auditadas por uma entidade

importantes no serviço das águas, uma vez que a EMAE também é a empresa prestadora de serviços públicos de água (Anexo 10).

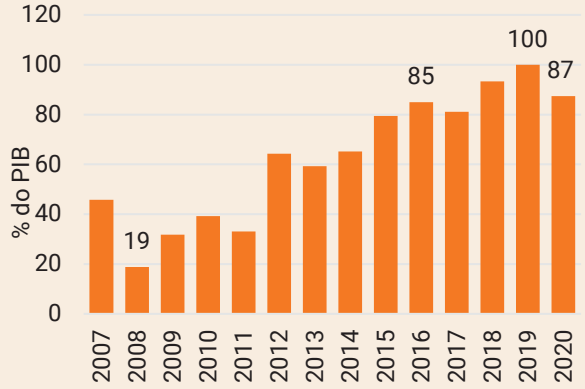
O sector da electricidade é, não só um constrangimento importante no desenvolvimento de STP, como também a principal fonte de vulnerabilidade orçamental do país. Apesar de STP ser considerado um país com sobreendividamento, essa classificação deve-se em grande parte a dívida externa existente. A maior parte da dívida do país é em termos altamente concessionais e prevê-se que continue a ser controlável, mediante um acesso continuado a financiamento externo (Caixa 3.4). O risco maior e mais problemático para a sustentabilidade da dívida pública de STP são os pagamentos em atraso à ENCO, fornecedora de combustíveis, por parte do governo e da EMAE. Estes ascenderam a 26,4% do PIB em 2019 (Figura 3.13a). O governo e a ENCO acordaram restruturar estes montantes em atraso em um novo empréstimo em condições altamente favoráveis (pequenas prestações, isentas de juros ou penalizações). Uma acumulação continuada de pagamentos em atraso e a incerteza relativamente à amortização constituem a principal fonte de vulnerabilidade da dívida em STP: o fraco desempenho contínuo da EMAE ameaça a capacidade de STP para fazer os pagamentos previstos no acordo sem incorrer em novos atrasos, o que poderá pôr em perigo o tratamento favorável dado pela entidade credora.

independente e os métodos contabilísticos são opacos. O Ministério das Obras Públicas, Infra-estrutura, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA) supervisiona o desempenho técnico da EMAE, mas dispõe de poucos recursos próprios. A Autoridade Geral de Regulação (AGER) é a agência reguladora multi-sectorial com mandatos nos sectores das telecomunicações, água, correios e electricidade. Em Dezembro de 2014, foi-lhe atribuído o mandato da regulação do sector da energia, incluindo a regulação tarifária, o licenciamento e a supervisão do planeamento do sector no longo prazo. Foi recentemente criada uma entidade de planeamento sob a alçada do MOPIRNA.

Caixa 3.4. Dívida de STP – elevada, mas controlável

A dívida de STP é elevada, mas, com excepção da dívida crescente associada ao sector da electricidade, não é uma fonte significativa de vulnerabilidade. O apoio dado a Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), concedido em 2005, reduziu o valor presente da dívida pública de STP para 19% do PIB em 2008. Desde então, a dívida pública aumentou, atingindo 100% em 2019, diminuindo 2020 (Figura 3.12). Receitas internas reduzidas combinadas com um nível elevado de investimento público e o abrandamento do crescimento económico foram os factores impulsionadores deste aumento. Apesar de STP ser actualmente considerado como um país sobreendividado pelo FMI/Banco Mundial, uma análise mais próxima demonstra que a classificação se deve a irregularidades num pequeno subconjunto de empréstimos externos, ao mesmo tempo que se disputa um outro subconjunto de empréstimos relacionados com exploração petrolífera. Os novos reembolsos anuais da dívida são controláveis, devido a um grau elevado de concessionalidade em toda a carteira da dívida. A carteira da dívida de STP é descrita em pormenor na Tabela A4.2, no Anexo 4.

Figura 3.12. Dívida pública, 2007-2020, percentagem do PIB



Fonte: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas do corpo técnico do FMI.

As principais causas dos problemas financeiros do sector da energia são as perdas elevadas, tanto a nível técnico como comercial,[48] assim como a sua dependência relativamente à capacidade térmica, que é dispendiosa. Apesar de ter uma das tarifas mais elevadas na região, com uma tarifa de electricidade de retalho média de 0,22 dólares americanos por kilowatt-hora (kWh), a EMAE não consegue recuperar custos (Figura 3.13b), devido a uma combinação de geração de energia que depende de uma capacidade térmica (gasóleo) ineficiente e a importações de combustível dispendiosas – 92% da geração é térmica, em comparação com 8% de geração em central hidroeléctrica. O sector faz aumentar a poluição e contribui para geradores de alterações climáticas e para uma dependência continuada relativamente ao querosene e à madeira, devido à falta de electricidade fiável.[49] Devido a anos de sub-investimento, os activos de geração de energia e de rede estão em mau estado e altamente vulneráveis a falhas. Perdas de 37% na rede, das quais mais de 20% são de índole comercial, também contribuem substancialmente para a deterioração do quadro financeiro da empresa de serviços públicos. Os elevados prejuízos comerciais devem-se, em larga medida, a facturação inadequada, roubo e fraude. O roubo através de ligações ilegais é

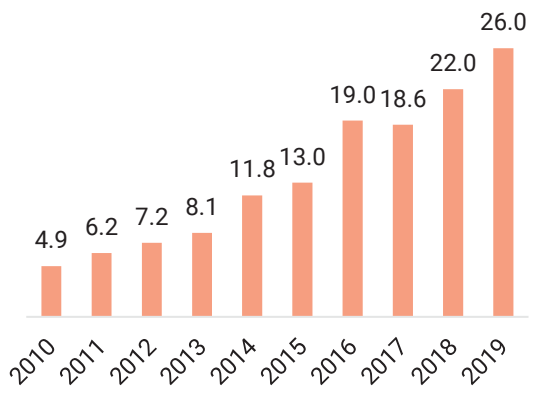
[48] As perdas técnicas dizem respeito a perdas na transformação ou distribuição de electricidade, enquanto os prejuízos comerciais dizem respeito a problemas com contadores e roubos.

[49] A dependência relativamente a geradores é extremamente dispendiosa e, por conseguinte, insustentável no longo prazo. O querosene é uma alternativa frequente à iluminação entre agregados familiares carenciados (42,1%) e agregados familiares relativamente não carenciados (31,8%). Nas zonas rurais, 73,8% dos agregados familiares continuam a depender de lenha ou carvão para cozinharem (em comparação com 34,6% em zonas urbanas).

racionalizado pelos clientes. Têm relutância em pagar um fornecimento de energia de fraca qualidade e não fiável e têm a falsa crença de que o roubo de pequenas quantidades de electricidade não afectará o desempenho operacional da EMAE. Outros factores incluem a falta de confiança por parte do público, a percepção da ausência de justiça e problemas com a gestão da EMAE, incluindo limitações quanto à transparência. Já foi elaborado um plano de melhoria da gestão, mas a implementação do mesmo está atrasada.

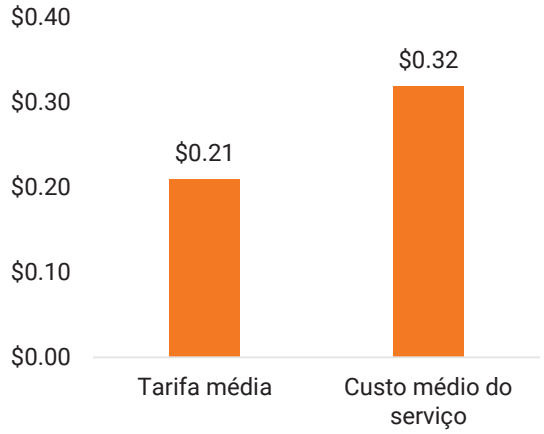
Figura 3.13. Pagamentos em atraso e tarifas da EMAE

a. Pagamentos em atraso ao fornecedor de petróleo, % do PIB, 2010-2019



Fonte: Autoridades de STP.

b. Recuperação de custos em relação à tarifa média, 2017

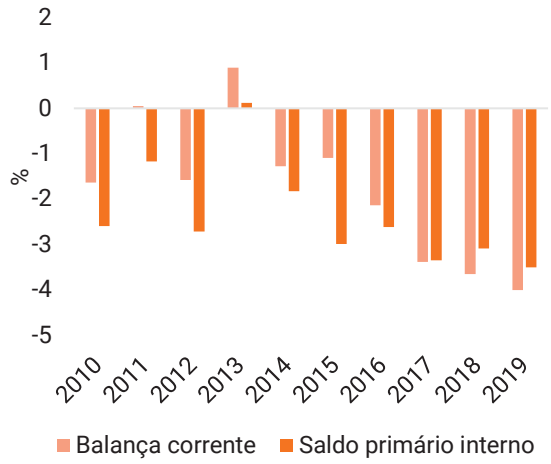


Fonte: Banco Mundial, Nota sobre o Sector da Energia de São Tomé e Príncipe, Junho de 2018

Obviamente, o país enfrenta outras vulnerabilidades económicas, mas são menos urgentes do que as implicações orçamentais do sector da electricidade. Muitas resultam de factores estruturais comuns a PEID, incluindo pouca diversificação das exportações e dependência elevada relativamente a bens importados. À data de 2019, mais de 10% das exportações de STP consistiam em sementes de cacau e outros produtos de cacau. As exportações de óleo de palma, iniciadas em finais de 2019, permitem alguma diversificação. Esta situação deixa o país altamente vulnerável a choques externos resultantes de flutuações dos preços mundiais dos alimentos e combustíveis, custos com os transportes ou perturbações na oferta. De igual modo, o país está exposto a perturbações externas e internas ocorridas nos poucos sectores que geram oportunidades de emprego local e receitas de exportação, como a agro-indústria e o turismo. Mas muitas das suas vulnerabilidades resultam de anteriores opções estratégicas, incluindo a dependência do país relativamente a combustíveis fósseis para o sector da energia, a dependência do financiamento por subvenções e a acumulação de dívida. Por exemplo, o forte protagonismo do sector público na economia cria riscos elevados relacionados com a volatilidade das receitas – especificamente, dado que as receitas estão concentradas na AOD e numa base de incidência fiscal reduzida, uma redução na AOD tem um efeito directo no crescimento.

Cobranças de receitas internas e exportações reduzidas, combinadas com o fraco desempenho da EMAE e a dependência de importações de combustíveis, fazem com que STP apresente elevados défices da balança corrente (DBC) e orçamental. STP, como é típico em pequenos estados insulares, depende fortemente das importações e, devido à falta de desenvolvimento nas exportações, tem um elevado défice comercial. Em 2020, a respectiva taxa importações-exportações (comércio de bens) era a mais elevada entre os países congéneres, sendo as importações de bens cerca de oito vezes superiores às exportações de bens. Apesar de as importações serem altamente variadas, as importações de combustíveis para produzir electricidade desempenham um papel importante. O DBC, que tinha melhorado de um máximo de 50% do PIB em 2008, aumentou para cerca de 20% em 2016-2019.[50] Simultaneamente, STP regista elevados défices orçamentais (Figura 3.14), dado que a cobrança de receitas internas cobre apenas cerca de metade da despesa pública. As receitas fiscais foram estimadas em 13,1% do PIB em 2020, enquanto o total da despesa pública foi estimado em 24,7% do PIB. Isto provoca uma dependência excessiva de subvenções externas para financiar o investimento público, as despesas recorrentes com a prestação de serviços públicos e, obviamente, os défices. Notadamente, prevê-se uma melhoria desta situação nos próximos anos, à medida que STP introduzir reformas no seu sistema fiscal, incluindo a implementação de um imposto sobre o valor acrescentado (IVA) (Secção 3.5).

Figura 3.14. Saldo orçamental primário global e interno, 2010-2019, percentagem do PIB



Fonte: Contas Públicas 2010-2019.
Nota: Os números relativos a 2018 e 2019 são estimativas preliminares

Dada a sua dependência relativamente à AOD, o financiamento a longo prazo destes défices pode não ser sustentável. Uma vez que a AOD, quer na forma de subvenções, quer de empréstimos em condições favoráveis, fornece a maior parte do financiamento externo, o serviço da dívida externa de STP continua a ser controlável, limitando as vulnerabilidades. Os países que dependem de influxos de capitais para financiar DBC significativos e persistentes estão expostos a vulnerabilidades externas (paragem repentina), apesar de este risco ser menor no caso da AOD, que é menos sensível à percepção do risco ou às condições do mercado. Apesar disso, STP sofreu uma redução no financiamento externo entre 2015 e 2019, quando as subvenções diminuíram de 12% para 6,6% do PIB e o reembolso dos empréstimos externos diminuiu de 13% para 2% do PIB. No decurso de 2020, perante a pandemia da COVID-19, a actividade económica de STP, a despesa pública e as reservas externas foram apoiadas por influxos abundantes de financiamento externo. No entanto, não é possível contar com a ajuda externa indefinidamente. Dada a

[50] Base de dados das Perspectivas Económicas Mundiais de 2019 do FMI.

dependência actual na AOD para o financiamento externo, a diminuição de influxos de ajuda torna o país mais vulnerável e põe em risco as bases macroeconómicas.[51]

3.4 ISOLAMENTO E FRACAS LIGAÇÕES

O baixo índice de ligações e o isolamento, intimamente relacionados com a geografia insular de STP, representam um desafio transversal que condiciona o desenvolvimento do sector privado e o acesso a capital humano. Note-se que se trata de uma situação que pode ser mitigada através da actualização tecnológica e de políticas eficazes. As fracas ligações e o isolamento representam um problema comum para os pequenos estados insulares, uma vez que as distâncias ao continente e entre ilhas aumentam os custos das viagens e das trocas comerciais. Para além dos efeitos imediatos nos preços e no acesso a mercados internacionais, o isolamento de STP também reduz o acesso do país à informação sobre boas práticas e aos conhecimentos especializados internacionais. O isolamento não só aumenta os custos das trocas comerciais, como também reduz o acesso aos conhecimentos técnicos internacionais e a capacidade de importar com facilidade conhecimentos e experiência. A actualização tecnológica de infra-estruturas básicas, como a electricidade e os transportes, assim como o desenvolvimento digital, reduziriam muitos dos custos e das barreiras associadas à localização do país.

STP sofre de um nível reduzido de integração nas redes mundiais de comércio e serviços, dificultado pela sua localização remota, ausência de disposições de índole institucional para integração das trocas comerciais (Caixa 3.5) e fracas ligações com os transportes internacionais, designadamente os transportes marítimos (Banco Mundial, 2019b). Para além da distância, a principal explicação para os elevados custos das trocas comerciais de STP são as fracas ligações em termos de transportes (marítimos e aéreos), assim como o fraco desempenho ao nível da logística, designadamente na dinamização das trocas comerciais, serviços e infra-estruturas. STP ficou na 89.ª posição entre 160 países no Índice de Desempenho da Logística (IDL) do Banco Mundial de 2018, à frente das Comores e próximo de dois dos seus congéneres aspiracionais, as Maldivas e a Maurícia, que ficaram na 86.ª e 78.ª posição, respectivamente. Apesar de STP ter tido um desempenho relativamente bom no que respeita às alfândegas (57.ª posição), teve uma má classificação no que respeita às expedições internacionais (121.ª) e infra-estruturas (106.ª) (Figura 3.15). Particularmente problemáticas para um estado insular são as fracas ligações marítimas de STP, ocupando a 137.ª posição entre 163 países no Índice de Conectividade Marítima (*Liner Shipping Connectivity Index*), empatado com Cabo Verde.[52] O Índice de

[51] Os indicadores principais macroeconómicos e financeiros são apresentados no Anexo 4.
[52] IDM.

Conectividade Aérea (ICA) de STP melhorou na última década, mas continua igualmente baixo, sendo que o país ficou classificado na 205.ª posição entre 219 países em 2019.[53]

Figura 3.15. Classificação do desempenho da logística em STP, 2018

Fonte: IDL do Banco Mundial.

A falta de uma infra-estrutura de transportes adequada dificulta a criação de emprego e contribui para as fracas ligações do país. Apesar de o isolamento geográfico e a topografia de STP explicarem alguns dos desafios relacionados com os transportes, os custos são exacerbados, devido a um sistema rodoviário inadequado no país e a problemas com o aeroporto e o porto. O aeroporto e o porto são os vectores principais que ligam STP fisicamente ao resto do mundo, através de viagens, exportações e importações. O porto tem águas pouco profundas (3,5 m), o que significa que é necessário fazer o transbordo da carga entre as embarcações e o porto, um processo dispendioso e moroso. O armazenamento de contentores é insuficiente, incluindo uma falta de armazenamento para carga congelada, e o equipamento para o manuseamento de contentores é limitado. A localização do porto no centro da cidade limita a sua acessibilidade e o potencial para expansão do mesmo. Entretanto, o aeroporto sofre sobretudo de falta de conformidade com as normas de segurança internacionais, o que tem como resultado a falta de acreditação de segurança por parte da UE.[54] STP não pode exportar bens directamente para a Europa, o destino principal das suas exportações,[55] precisando, em vez disso, de exportar através de Angola, um processo que faz aumentar os custos e o tempo de viagem.

[53] Associação Internacional do Transporte Aéreo (IATA). 2020. *Air Connectivity: Measuring the connections that drive economic growth.* https://www.iata.org/en/iata-repository/publications/economic-reports/air-connectivity-measuring-the-connections-that-drive-economic-growth/

[54] STP ocupa um dos últimos lugares dos países em termos de conformidade com as Normas e Práticas Recomendadas (SARP, pelas siglas em inglês de *Standards and Recommended Practices*) da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). Em termos de implementação das SARP, que têm como resultado uma supervisão regulamentar eficaz, STP atingiu cerca de 18%, em comparação com a média mundial de 60%, segundo a última auditoria da OACI.

[55] Os Países Baixos, Portugal e a Bélgica são os três destinos principais das exportações, representando quase dois terços de todas as exportações.

Caixa 3.5. Ausência de disposições institucionais para a integração das trocas comerciais

São Tomé e Príncipe não pertence a nenhum bloco ou região de trocas comerciais nem a nenhuma zona de comércio livre. Apesar de ter estatuto de país observador na Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 2011, STP é um dos poucos países no mundo que ainda não são membros.[56] Os produtos de STP são elegíveis para acesso ao mercado da UE com isenção de direitos aduaneiros ou com direitos reduzidos no âmbito do Acordo de Cotonou,[57] mas STP ainda não finalizou o Acordo de Parceria Económica (APE) com a UE – algo que países pequenos como Belize, Fiji, Maurícia, Seicheles e Santa Lúcia finalizaram. Os APE vão além de regimes preferenciais unilaterais e incluem disciplinas sobre medidas não-tarifárias, disposições sobre dinamização das trocas comerciais e esforços no que diz respeito à criação de capacidade de trocas comerciais e para continuar a aprofundar o acordo em outras áreas de reforma. Em termos da integração regional, STP está entre as 44 nações africanas que assinaram o acordo relativo à Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) em Março de 2018 em Kigali, no Ruanda, e tornou-se no 25.º país africano a ratificar a ZCLCA em Junho de 2019. STP também integra projectos de integração regional no âmbito da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), da qual o arquipélago é membro de pleno direito, e é membro com estatuto de observador da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), da qual STP está a considerar tornar-se membro de pleno direito. O país já está ligado, em termos económicos, à CEMAC, através de um acordo comercial assinado em 2004, no âmbito das negociações continuadas do APE com a UE. Apesar de os acordos comerciais regionais terem potencial para alargar o mercado de STP, o facto de toda a região da África Central estar condicionada devido à sua posição marginal nas redes de logística mundiais e a fluxos comerciais desequilibrados limita as possibilidades. Também, muitos dos pré-requisitos necessários para uma integração bem-sucedida, como, por exemplo, infra-estruturas para o transporte de bens, não foram considerados.

Falta a STP uma presença online, não dispondo de um portal de balcão único para investidores disponível na Internet em inglês ou noutras línguas estrangeiras.[58] O país não tem participado frequentemente em fóruns de investidores de alto nível nem em feiras relevantes. STP não está incluído em muitas bases de dados e fontes como, por exemplo, o Fórum Económico Mundial, que são utilizadas por investidores.

Fonte: Banco Mundial, 2019b.

[56] O país manifestou interesse em tornar-se membro da OMC em 2005 e foi criado um Grupo de Trabalho nesse ano, mas os progressos conseguidos foram poucos no que respeita a uma possível adesão. As Comores candidataram-se em 2007 e já vão mais avançadas no processo, tendo concluído várias rondas de negociações.
[57] Fonte: Administração do Comércio Internacional, Departamento do Comércio dos EUA
[58] A APCI, a Agência para Promoção de Comércio e Investimento, tem um sítio Web, mas apenas em língua portuguesa e com informações limitadas.

As distâncias e as fracas ligações de transportes resultam em custos comparativamente elevados de São Tomé e Príncipe no que respeita às trocas comerciais. Por exemplo, os custos comerciais de Espanha com STP são 125% mais elevados do que com Cabo Verde, 82% mais elevados do que com a Maurícia e 52% mais elevados do que com Madagáscar (Banco Mundial, 2019b). Estes custos comerciais elevados não só impedem o potencial do sector privado, dissuadindo o IDE e o investimento privado, como também fazem aumentar os custos das necessidades importadas – ou seja, reduzindo as oportunidades de rendimento locais e aumentando simultaneamente os preços. A geografia de STP agrava este desafio, mas este pode ser mitigado através de investimentos direccionados e reformas das políticas.

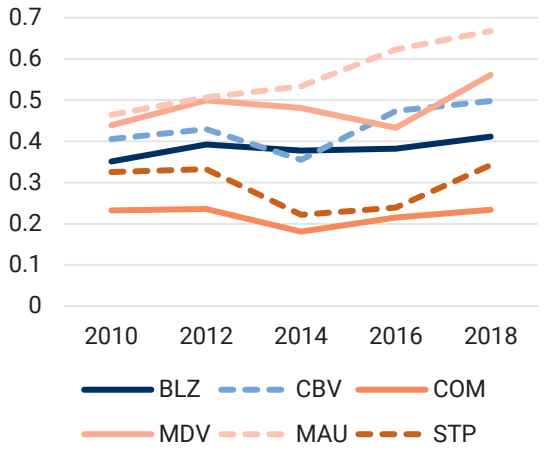
A ausência de infra-estruturas rodoviárias adequadas e os elevados custos dos transportes também limitam a expansão dos sectores agrícola e das pescas no país, sendo que a ilha do Príncipe sofre de um duplo isolamento, devido à falta de ligações aéreas e marítimas a custos acessíveis entre as duas ilhas. Rodovias mal mantidas e serviços de transportes limitados condicionam o acesso a mercados, factores de produção e oportunidades económicas. A população e as actividades económicas de STP estão concentradas ao longo do litoral, onde está localizada a rede rodoviária principal. Os indicadores de acessibilidade a transportes em zonas rurais são semelhantes aos dos países congéneres. No entanto, a infra-estrutura rodoviária de STP padece de uma manutenção cronicamente inadequada. As más condições das rodovias contribuem para um número elevado de acidentes mortais. A taxa de mortalidade nas rodovias de STP foi de 33,1 mortes por 100 000 habitantes em 2015, a mais elevada entre os países congéneres. A ilha do Príncipe está ainda mais isolada: a ligação marítima entre as ilhas é irregular e insuficiente (pode demorar entre quatro e doze horas, consoante a embarcação e o estado do mar), ao passo que a ligação por via aérea depende de condições meteorológicas favoráveis e é demasiado dispendiosa para a maioria da população.

O desenvolvimento digital é uma via importante para ajudar STP a superar alguns dos seus desafios deo isolamento enquanto pequena ilha, assim como para ter ligações melhores com parceiros externos e clientes. Uma melhor conectividade digital pode ajudar a melhorar o acesso a serviços financeiros (através de dinheiro móvel, por exemplo), melhorar o marketing e os serviços associados a clientes internacionais e turistas, assim como a melhorar a prestação dos serviços do sector público. O estabelecimento de um sistema de identificação digital também contribuiria para fortalecer a pilha de tecnologia (*digital stack*). No entanto, STP está numa fase embrionária do aproveitamento das vantagens das tecnologias digitais, faltando-lhe oferta e procura de serviços digitais (Banco Mundial, 2020a). Foi recentemente concluída uma Estratégia Nacional de Governação Digital, denotando um movimento positivo no sentido de uma abordagem mais holística e do estabelecimento de uma Rede de Administração Pública em Linha que ligue as instituições governamentais.

A infra-estrutura digital de STP está condicionada pelo custo, pela concorrência e pelo fornecimento insuficiente de energia (Banco Mundial, 2020a). A penetração da banda larga fixa situa-se aproximadamente nos 13,5%. Cerca de metade dos assinantes de banda larga fixa são empresas, o que demonstra que apenas cerca de 2 a 3% dos agregados familiares têm banda larga fixa. Apesar de os preços da banda larga fixa terem diminuído em STP desde 2013, o elevado custo dos serviços, associado a uma procura limitada, desincentiva os investimentos em infra-estruturas para alargar o acesso às redes. Os serviços de Internet são dominados pela banda larga móvel, que é 3G e chega a 95% da população nas principais cidades, mas a conectividade nas zonas rurais é escassa. Prevê-se que a conectividade digital da ilha do Príncipe a São Tomé (que está ligado à rede internacional) esgote a capacidade dentro de dois ou três anos, obrigando à instalação de capacidade de Internet adicional, através da ligação à rede por cabos submarina. Cortes de energia imprevisíveis constituem uma barreira adicional ao desenvolvimento de um ecossistema de economia digital promissor.

Os níveis reduzidos de adesão à Internet no país devem-se ao elevado custo de acesso e a níveis de rendimentos limitados, bem como à ausência de prestadores de serviços locais e à não fiabilidade da rede. Apenas cerca de 36% da população tem actualmente acesso a banda larga móvel, mas a sua utilização é de um nível relativamente reduzido, conforme demonstrado pela quantidade reduzida de largura de banda internacional consumida relativamente a países comparáveis (Banco Mundial, 2020a). Ainda não há qualquer concorrência no mercado de banda larga fixa, e a concorrência no sector móvel é reduzida.[59] O Cabaz de Preços da Internet da União Internacional das Telecomunicações demonstra que um pacote de voz e dados móveis com 1,5 GB de dados por mês custaria cerca de 6% do rendimento mensal em 2020, enquanto um pacote de banda larga fixa custa cerca de 19%.[60]

Figura 3.16. Pontuações do Índice de Desenvolvimento da Administração Pública em Linha relativa a STP e países congéneres, 2010-2018



Fonte: Banco Mundial, 2020a, Relatórios sobre a Administração Pública Em Linha da ONU

O governo adoptou uma abordagem fragmentada relativamente à concepção e instalação de plataformas digitais públicas, o que tem atrasado a implementação de soluções digitais para os desafios associados à prestação dos serviços. A nível internacional, regista um atraso em vários inquéritos sobre a administração pública em linha, relacionados com tecnologias da informação e comunicação (TIC): (a) 155 entre 193 países do EGDI (2020)

[59] A segunda operadora de STP detém apenas 18% do mercado.
[60] https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/ICTprices/ICTPricesVisualization.aspx

da ONU, (b) 179 entre 193 países no Índice de Participação em Linha (EPI, pelas siglas em inglês de *E-Participation Index*) de 2018 e (c) 166 entre 178 países do Inventário dos Dados Abertos (IDA) de 2018. STP tem vindo a perder terreno relativamente à maioria dos seus congéneres desde 2010, como resultado de uma pontuação relativa às plataformas digitais públicas que tem vindo a deteriorar-se (Figura 3.16). STP tem algumas plataformas e serviços digitais mas, na sua maioria, são analógicos e manuais. Não existe um centro de dados central em STP, e as infra-estruturas digitais partilhadas e a interoperabilidade são inexistentes, com servidores e bases de dados individuais dispersos entre os ministérios do governo. A cibersegurança e a protecção de dados continuam a constituir uma preocupação, pois os funcionários públicos continuam a utilizar domínios públicos de correio electrónico na actividade oficial do governo.

3.5 CAPACIDADE INSTITUCIONAL LIMITADA

As limitações de capacidade são transversais a todos os desafios de desenvolvimento de STP. Estas são críticas no sector público, tal como as suas implicações, limitando a capacidade do governo para mobilizar e gerir recursos e aplicá-los com eficácia na consecução de objectivos económicos e sociais prioritários, o que se traduz em resultados negativos. Como acima exposto, o acesso reduzido e a baixa qualidade dos serviços públicos e dos bens públicos cruciais aumentam os custos empresariais, reduzem a produtividade e alimentam as armadilhas de pobreza intergeracionais. O sector público é igualmente responsável pela companhia de água e electricidade, assim como pelo aeroporto e o porto, o que limita as ligações e o potencial de crescimento na agricultura, nas pescas e no turismo (Caixa 3.6). Embora o sector público em STP absorva a maioria dos trabalhadores com formação universitária, os recursos humanos continuam a constituir uma limitação, provavelmente devido a níveis de formação inadequados e à falta de competências especializadas. À semelhança de inúmeros países, pode ser difícil distinguir entre fraco desempenho institucional decorrente de capacidades limitadas e fraca governação. Os dados sugerem que ambos estão em jogo em STP.

Caixa 3.6. Empresas públicas de STP

As empresas públicas nos sectores da agricultura, dos serviços financeiros e das telecomunicações foram privatizadas na década de 1990, quando o país abandonou o modelo central de planeamento. Hoje em dia, o governo de São Tomé e Príncipe detém 100% de quatro empresas públicas que têm monopólios (a) nos serviços de água e electricidade (EMAE), (b) no porto principal (ENAPORT), (c) no aeroporto nacional (ENASA) e (d) no serviço postal. O Estado possui ainda participações minoritárias em mais quatro empresas: a principal empresa

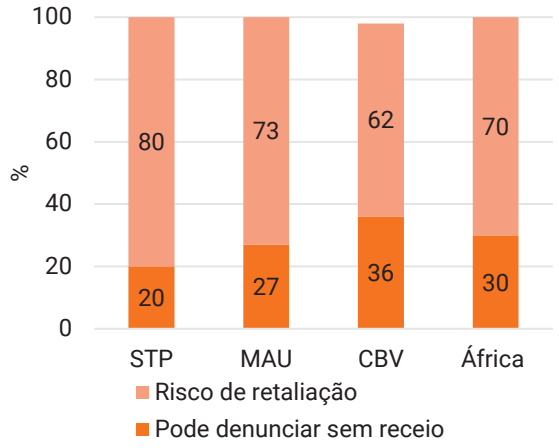
telefónica, de serviços móveis e Internet, o maior banco comercial do país, a companhia aérea nacional e o importador de óleos e combustíveis.[61]

As quatro empresas públicas defrontam sérios problemas relacionados com a eficiência, a viabilidade financeira e a transparência, que ameaçam a sua capacidade operacional e as finanças públicas do país. A EMAE, em particular, sofreu prejuízos graves nos últimos anos (consultar a Secção 3.1), enquanto as outras três empresas tiveram dificuldade em atingir um ponto de equilíbrio. Um desafio comum enfrentado pelas quatro empresas públicas é o facto de estarem sob a tutela de vários ministérios, o que complica a coordenação. No entanto, as empresas minoritariamente públicas são geridas de forma profissional e os seus accionistas são privados. As quatro empresas públicas são subcapitalizadas, incapazes de se financiar e fortemente dependentes do Estado ou de doadores internacionais, em termos de investimentos. Graças, em larga medida, à deterioração do seu desempenho financeiro e à sua incompetência para gerir a respectiva actividade de forma autónoma, as empresas públicas têm-se deparado com graves problemas operacionais, que dificultam a sua capacidade para prestar serviços de qualidade.

Fonte: Banco Mundial, 2018c.

A fraca governação, incluindo a corrupção, pode desempenhar um papel no enfraquecimento da eficácia do sector público. Os resultados dos inquéritos do Afrobarómetro sobre a percepção do público, por exemplo, indicam que 65% (um aumento face aos 46% de 2016) consideram que o governo é incompetente no combate à corrupção e 61% (um aumento face a 48%) consideram que a corrupção aumentou (Afrobarómetro de 2016 e Afrobarómetro de 2019).[62] Embora a corrupção seja reconhecida como um crime em STP, não existe nenhum organismo específico de combate à corrupção ao qual possam ser participados casos de alegada corrupção no sector público. Cerca de 80% da população receia retaliação se denunciar casos de corrupção, uma percentagem superior à média regional de 70% e às percentagens de Cabo Verde (62%) e da Maurícia (73%) (Figura 3.17). Verifica-se

Figura 3.17. Denúncias de corrupção sem retaliação, 2019 (%)



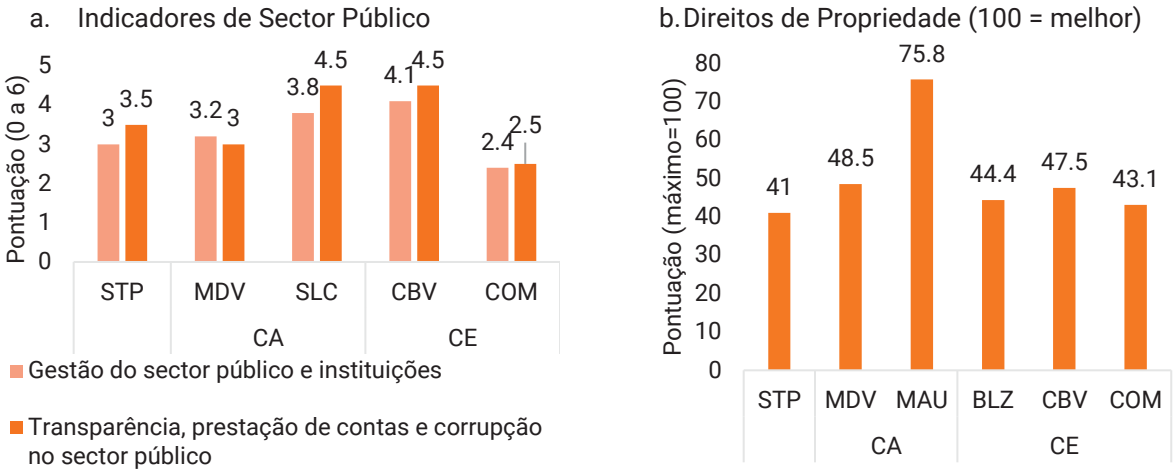
Fonte: Afrobarómetro, 2019a.
Nota: "África" abrange os países objecto do inquérito.

[61] O Governo de STP possui uma participação de 49% na Companhia Santomense de Telecomunicações, o operador nacional de serviços fixos de telecomunicações e da maioria das ligações sem fios e à Internet, uma participação de 48% no Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, o maior banco comercial de STP, que em Junho de 2018 detinha 62% dos activos bancários, uma participação de 38% na companhia aérea nacional, Transportes Aéreos de São Tomé e Príncipe e uma participação de 16% no importador e distribuidor de petróleo e combustíveis, Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos.

[62] STP ultrapassou quase dois terços dos países (ocupando a 63.ª posição entre 176 países) no Índice de Percepção da Corrupção de 2020 da Transparency International.

uma falta de confiança generalizada na capacidade do governo para fazer face a desafios críticos: mais de 80% da população considera que o governo é incompetente na resolução dos défices de rendimento, 80% considera que o governo é incompetente na criação de emprego e 73% considera que o governo não tem conseguido melhorar as condições de vida dos pobres.

Figura 3.18. Selecção de Indicadores de Governança, 2020



Fonte: GovData360 (Banco Mundial).

Indicadores internacionais confirmam que STP tem dificuldades em áreas relacionadas com a capacidade institucional e a governação. Em termos de transparência, prestação de contas e corrupção no sector público STP pontua 3,5 (numa escala de 1 a 6, sendo 6 a mais elevada) atrás de Cabo Verde mas superando as Comores (Figura 3.18a). Em 2020, a pontuação de STP tanto na gestão do sector público (Figura 3.18a) quanto na eficiência da mobilização de receita foram reduzidas para 3,0 (numa escala de 1 a 6, sendo 6 a mais alta) de 3,1 e 3,5, respectivamente.[63] STP classifica-se atrás de todos os congéneres estruturais e aspiracionais em relação a direitos de propriedade (Figura 3.18b).

O desenvolvimento económico de STP é entravado pela sua reduzida capacidade central para planear, formular políticas, coordenar a implementação, acompanhar o desempenho e corrigir o rumo. Estes e outros desafios estão bem documentados na Avaliação da Gestão das Finanças Públicas (AGFP) de 2019 que, com base no desempenho de 2016-2018, identificou pontos fracos significativos em todas as facetas da gestão das finanças públicas (GFP).[64] Foi avaliado um total de 31 indicadores. Todos receberam a classificação de D ou C (em que A é a pontuação mais elevada e D é a mais reduzida) e apenas um indicador (acompanhamento de pagamentos em atraso) apresentou uma melhoria desde 2013. O planeamento e a orçamentação são, de modo

[63] Fonte: GovData360 (Banco Mundial).
[64] A avaliação considerou a fiabilidade do orçamento, a transparência, a gestão de activos e passivos, a estratégia fiscal e a orçamentação baseadas em políticas, a previsibilidade e controlo na execução orçamental, a contabilidade e a comunicação de informações, e o escrutínio e auditoria externos.

geral, inadequados e não permitem que o orçamento seja utilizado como um instrumento estratégico e fiável de controlo e tomada de decisões. A avaliação destacou que os orçamentos anuais não estão intimamente ligados aos planos estratégicos do governo e, além disso, a debilidade em matéria de disciplina orçamental significa que estes orçamentos não são acompanhados e resultam numa dívida interna não controlada significativa. As previsões de receitas e despesas do governo, especialmente a médio prazo, não são eficazes nem realistas e, como tal, o governo não dispõe de todas as informações necessárias para elaborar um plano de fluxo de caixa credível. O resultado é uma baixa execução orçamental, incluindo nos sectores sociais, e grandes variações orçamentais nas categorias de receitas e despesas, de modo que o orçamento não pode ser efectivamente utilizado como uma ferramenta para disciplinar a gestão dos recursos públicos de STP. A AGFP constatou igualmente que as deficiências no sistema de contratos públicos prejudicaram a prestação de serviços, especialmente em sectores essenciais, como a educação, a saúde e a agricultura, e que a eficiência da utilização dos recursos foi ainda mais prejudicada pela ausência de metas ou objetivos de consecução anuais, bem como pela falta de informações financeiras. STP apresenta também reduzidos níveis de transparência orçamental e de partilha de informações. Com uma pontuação de 24 em 100, muito abaixo da média mundial de 45, STP regista uma pontuação reduzida em matéria de transparência orçamental, de acordo com o Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2019 (International Budget Partnership, 2019).

A capacidade institucional limitada reduz as receitas e a eficácia dos fluxos de receitas existentes, como a AOD, mas a reduzida base de tributação do país e a dependência da AOD constituem, por si só, desafios para a construção de capacidade institucional e para a eficácia do governo. O maior componente das receitas do governo consiste em doações, e as principais despesas são os salários e os investimentos, mas a percentagem dos investimentos tem vindo a diminuir, devido a reduções da AOD. A capacidade institucional limitada de STP explica, em parte, a limitada mobilização de receitas internas e a dependência excessiva da AOD. STP regista a carga fiscal mais reduzida entre os países de comparação, embora o país tenha adotado e aplicado um imposto sobre o valor acrescentado e um imposto especial de consumo para aumentar a receita fiscal (Caixa 3.7). De uma perspectiva de GFP, a AOD é uma faca de dois gumes. Financia cerca de metade da despesa pública, principalmente para fins de investimento. No entanto, a AOD está extremamente fragmentada – entre 2010 e 2016, STP manteve relações no domínio da ajuda com 18 doadores, havendo uma variação de parceiros anuais entre 7 e 13 (Banco Mundial, 2018c), – o que origina elevados custos de transacção e orçamentos voláteis. As subvenções dão-se, principalmente, na forma de apoio a projectos (80% de todas as subvenções entre 2010 e 2016), ao invés do apoio orçamental “mais fácil de absorver” (Banco Mundial, 2018c). Neste tipo de contexto, torna-se difícil planear e executar as políticas. Ao mesmo tempo, coarcta o alinhamento das prioridades nacionais com a disponibilidade de recursos e complica ainda mais a gestão de pagamentos no tesouro, resultando em pagamentos em atraso, demoras e elevados custos de execução.

Caixa 3.7. Tributação em STP

As receitas fiscais em STP são limitadas, situando-se em 12,7% do PIB (média de 2016-2020), o que não é sequer suficiente para financiar metade da despesa pública de 28,1% (média de 2016-2020). A carga fiscal de STP em 2015 equivalia a 14,3% do PIB, um valor inferior à de Cabo Verde e da Maurícia. A Avaliação da Despesa Pública (ADP) de STP de 2017 identificou as causas profundas da debilidade orçamental e sugeriu que o país poderia aumentar as receitas internas em 3-5 pontos percentuais do PIB através da reforma da sua política fiscal e da melhoria da administração fiscal do país. Em 2019, 65% das receitas fiscais foram geradas por impostos indirectos, incluindo os impostos de selo e os impostos sobre as importações e o consumo; os impostos directos sobre o rendimento das pessoas singulares, o rendimento das pessoas colectivas e os bens imóveis representaram apenas 35% das receitas fiscais totais.

A partir de meados de 2021, será aplicado um imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de 15%, aprovado pela legislatura em 2019, estando prevista a aprovação em 2021 de legislação relativa a um imposto especial de consumo complementar (designadamente, tabaco e bebidas alcoólicas). A introdução e aplicação do sistema de IVA, incluindo a sua concepção, o desenvolvimento dos sistemas informáticos necessários, a contratação e formação do pessoal necessário, o apetrechamento dos centros fiscais para a gestão do IVA e a campanha de sensibilização e comunicação, foram financiadas e apoiadas graças à assistência técnica do FMI e do Banco Mundial. Sendo já objecto de atrasos, devidos, em parte, ao ciclo político, mas também à necessidade de estreito apoio à execução, o surto da COVID-19, no início de 2020, retardou drasticamente o trabalho preparatório. Uma vez o IVA e o imposto especial de consumo plenamente implementados, prevê-se que as receitas fiscais em percentagem do PIB aumentem de um valor de referência de 12,7% para, pelo menos, 15%.

O contexto político coadjuvante é pacífico, mas instável, o que pode ter um papel no enfraquecimento da capacidade e da boa governação no sector público. A democracia pluripartidária realiza eleições regulares, nas quais se verifica um elevado cumprimento das normas políticas. No entanto, os governos eleitos tendem a perder rapidamente a confiança do público, o que resulta numa elevada rotatividade de primeiros-ministros e de outros quadros nomeados. A percepção de falta de meritocracia e a politização do sector público foram questões também referidas por vários participantes nas consultas realizadas durante a preparação deste SDC (Anexo 11). Estas mudanças recorrentes de governo são susceptíveis de contribuir para dificuldades a nível de planeamento e execução, bem como para percepções negativas sobre a eficácia (Caixa 3.8).

Caixa 3.8. A política pacífica, mas instável, de STP

A política de STP é pacífica, mas instável: nos últimos 30 anos, apenas um governo conseguiu concluir o seu mandato. Desde 1991, quando foi introduzida a democracia pluripartidária, têm sido realizadas em STP eleições legislativas e presidenciais regulares e pacíficas, seguidas de transições de governo também pacíficas. Em cinco ocasiões, em 1994, 2002, 2006, 2010 e 2014, as eleições legislativas resultaram numa transição pacífica do governo, o que é raro no contexto político africano. Contudo, a incapacidade de os governos concluírem os mandatos para que foram eleitos tem resultado em instabilidade política – de 1991 a 2014, o país conheceu 18 governos diferentes, encabeçados por 14 primeiros-ministros diferentes. Pela primeira vez, em 2018, um governo concluiu o seu mandato e foi substituído, na sequência de um processo eleitoral, pela presente administração.

As frequentes mudanças de governo têm dado origem a uma elevada rotatividade de ministros e outros responsáveis superiores. Por sua vez, este problema tem, provavelmente, debilitado as já frágeis instituições governamentais. Existe um sentimento de falta de continuidade no governo, com episódios ocasionais de transferência inadequada de dossiês durante as transições de governo, que bloqueiam a continuidade das políticas dos governos recém-empossados.

Os partidos políticos que não diferem em termos de ideologia, mas representam grupos de interesse concorrentes, podem prejudicar o desenvolvimento institucional e, provavelmente, contribuem para as opiniões negativas dos cidadãos sobre a eficácia do governo e a corrupção. As campanhas eleitorais têm sido com frequência dominadas por acusações mútuas de corrupção, fraca gestão e incompetência, e não por questões substantivas ou ideológicas. É provável que estes factos contribuam para as percepções negativas que os cidadãos têm do trabalho do governo e para a falta de entendimento dos programas e das políticas deste último. A impressão de que estes grupos lutam principalmente pelo poder e por acesso aos recursos do Estado, em lugar de implementarem um programa político claro, e de que estabelecem as alianças que lhes são convenientes também pode dar origem a suspeitas de corrupção. A maioria dos governos formou-se com base em coligações com composições variáveis, em que antigos aliados políticos se tornaram rivais e em que adversários anteriores se tornaram parceiros.

Fonte: Seibert, 2016.

LACUNAS DE CONHECIMENTOS

Um bem público essencial inexistente em STP é a informação: a ausência de dados, de controlo e de investigação compromete a capacidade para desenvolver políticas informadas e uma execução eficaz. A este respeito, STP carece dos dados administrativos necessários para as funções diárias do sector público (como a identificação, o registo predial, a base de tributação) e dos dados estatísticos necessários para o planeamento e o controlo. A maioria dos dados disponíveis não é digitalizada, tornando mais difícil a sua identificação e aplicação eficazes. Embora a maior parte do registo civil tenha sido digitalizado nos últimos anos, o actual sistema de identificação dos cidadãos de STP é manual e fragmentado; os dados são inconsistentes

ou não existem, resultando em problemas de identidades duplas e falsas.[65] O registo predial é igualmente problemático – o actual sistema de informação fundiária é manual, baseado em papel e está dissociado de outros sistemas governamentais, o que resulta em dados desactualizados e fragmentados. Os dados cadastrais estão igualmente desactualizados ou são inexistentes. Apesar dos compromissos para fazer face aos desafios económicos e sociais de STP, sem dados estatísticos para orientar o planeamento, o foco e a supervisão das estratégias de reforma, o governo não pode executar ou avaliar a eficácia das estratégias de forma eficaz.

As informações estatísticas relativas a indicadores macroeconómicos e microeconómicos fundamentais não existem ou estão desactualizadas. STP regista uma pontuação de 60 em 100 no Indicador da Capacidade Estatística de 2018. Embora seja ligeiramente mais elevada do que a média da África Subsariana de 57, é muito inferior à de muitos países de comparação. A falta de actualização dos dados das contas nacionais torna impossível analisar os factores de crescimento determinado pela procura. Não existem inquéritos sobre a força de trabalho ou sobre as empresas, embora seja de notar que se encontra em vias de conclusão em 2021 um Censo Económico, e os dados disponíveis não seguem as classificações tipo internacionais, como a Classificação Internacional Tipo por Atividades (CITA), a Classificação Tipo para o Comércio Internacional (CTCI) ou a Classificação Internacional Tipo das Profissões (CITP). Consequentemente, não existem estudos sobre a produtividade do trabalho e as informações para avaliar os desafios para o desenvolvimento do sector privado são limitadas. Em matéria de género, as lacunas de dados são de tal ordem que, de acordo com o painel de dados da ONU Mulheres, apenas estão disponíveis 22,5% dos indicadores necessários para acompanhar os objectivos de desenvolvimento sustentável de uma perspectiva de género, com inúmeras lacunas de dados em áreas como o assédio físico e sexual, o desemprego, as disparidades salariais entre homens e mulheres e as competências. Além disso, os desafios relacionados com o inquérito aos agregados familiares de 2017, a principal fonte de informações socioeconómicas sobre o país, limitam a medida em que a pobreza e a desigualdade podem ser compreendidas com exactidão, como se observa no Capítulo 2 e no Anexo 3.

Falta igualmente um levantamento completo da actual estrutura de governo, o que poderia contribuir para melhorar a correspondência entre a arquitectura institucional e as características de STP como um pequeno Estado insular. A fraca coordenação com os prestadores de AOD, a falta de alinhamento das prioridades nacionais com as dotações orçamentais, os desafios na gestão do tesouro, as deficiências na prestação de serviços e as dificuldades observadas na gestão das empresas públicas são susceptíveis de derivar de processos deficientes e incompletos, da atribuição de funções e responsabilidades ou da atribuição deficiente (ou falta) de recursos humanos. O levantamento da actual estrutura de governo poderia ajudar a identificar opções de melhoria, de acordo com as boas práticas em pequenos Estados insulares. Este

[65] Uma parte significativa do registo civil foi digitalizada através do sistema SIGA a partir de 2017, mas outros registos (óbitos e casamentos) deixaram de ser digitalizados após o encerramento do projecto.

levantamento pode incluir (a) a atribuição de funções e responsabilidades, (b) processos no seio dos órgãos do governo e entre estes, (c) a atribuição de capacidades ao serviço público e (d) mecanismos de monitorização e responsabilização.

As lacunas de conhecimentos e a ausência de investigação também impõem desafios ao desenvolvimento do sector privado, particularmente em matéria de crescimento sustentável da agricultura e das pescas. O último censo agrícola de STP foi realizado em 1990. Desde então, alguns inquéritos aos agregados familiares procuraram recolher informações sobre as comunidades agrícolas, mas não proporcionaram uma visão abrangente do sector. Em resultado, verifica-se uma lacuna nas informações de que o governo necessita para formular e avaliar políticas em relação a adaptações climáticas inteligentes, incluindo rendimentos e produtividade agrícolas, factores de produção, utilização dos solos e preços de mercado dos produtos agrícolas, bem como para realizar uma avaliação de*stocks* e desenvolver indicadores de situação. Nas pescas, após uma década de interrupção, o apoio da FAO, em 2015, permitiu mais uma vez a recolha de dados sobre a actividade pesqueira. No entanto, as autoridades nacionais não realizam estudos regulares sobre as pescas e existem poucos dados sobre as capturas recolhidos junto da frota nacional. Da mesma forma, não há nenhum sistema que assegure o cumprimento dos acordos sobre a dimensão das capturas por frotas estrangeiras, uma vez que STP carece das embarcações e das ferramentas de recolha de dados para monitorizar as actividades.

3.6 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E FALTA DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A rica biodiversidade, o ambiente natural e a localização geográfica de STP podem ser aproveitados para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento do sector privado através de um modelo de Economia Azul centrado no ecoturismo de alta qualidade e nas pescas, criando simultaneamente resiliência na agricultura. **No entanto, a sustentabilidade destes sectores depende da medida em que o país é capaz de fazer face aos efeitos das alterações climáticas e de se proteger contra a sobreexploração.** As mesmas características que tornam os sectores da agricultura, das pescas e do turismo sectores de elevado crescimento potencial para STP também determinam a elevada vulnerabilidade do país a perturbações climáticas e à fraca gestão dos recursos. A viabilidade destes sectores depende fortemente do que o país optar por fazer no presente para atenuar e se adaptar aos efeitos das alterações climáticas, medidas estas que reduziriam o risco e a incerteza para os agricultores e os investidores privados.

O Contributo Determinado a Nível Nacional (CDNN) de STP no âmbito do Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas reflecte a dicotomia da importância do país como um sumidouro de gases com efeito de estufa (GEE) e um dos países mais afectados pelas alterações climáticas. As ações de adaptação propostas no âmbito do CDNN visam, entre outras medidas, a gestão sustentável das florestas e dos sistemas agroflorestais, a desflorestação ilegal, variedades de culturas resistentes ao clima e a protecção

costeira. O CDNN também visa uma redução de 24% das emissões nacionais de GEE, em comparação com os níveis de 2005, dependente do apoio externo.[66]

Sendo um pequeno país arquipelágico, STP é vulnerável a perigos naturais, como inundações costeiras e fluviais repentinas, tempestades e secas, cujo agravamento se prevê como consequência das alterações climáticas. Mesmo que sendo poupado a catástrofes naturais potencialmente devastadoras, como sismos, tsunâmis, erupções vulcânicas ou furacões, STP confronta-se, praticamente todos os anos, com as consequências de fenómenos de pequeno a médio impacto relacionados com o clima. As inundações repentinas frequentes, os desabamentos de terras, a erosão costeira e as tempestades violentas ameaçam a vida das pessoas, as infra-estruturas e os meios de subsistência. A geografia do país – alta montanha com encostas íngremes no centro e áreas planas principalmente ao longo da costa – significa que tanto as actividades económicas como os activos estão concentrados nas áreas costeiras (incluindo o aeroporto e grande parte da rede rodoviária nacional primária), um padrão comum à maioria dos pequenos Estados insulares.

Os perigos naturais relacionados com o clima ocorrem principalmente nas áreas costeiras. Estando a actividade económica situada entre linhas costeiras em erosão, encostas instáveis e zonas de elevado valor para a conservação da natureza, STP não dispõe de uma grande margem para desenvolvimento. A maior parte das terras aptas para a agricultura já se encontra ocupada. O aeroporto e uma grande parte da rede rodoviária nacional primária estão localizados ao longo da costa, onde tempestades de Primavera mais fortes e cada vez mais imprevisíveis, conjugadas com a extensa extracção de areia, têm resultado em elevadas taxas de erosão costeira (cerca de 0,2-1,2 m por ano), o que agrava a ameaça às infra-estruturas litorais. As estradas costeiras do país, incluindo a estrada urbana ao longo da orla marítima da cidade de São Tomé, estão particularmente expostas aos perigos costeiros: erosão e inundação por submersão e galgamento das ondas. Antes da recente iniciativa do governo de São Tomé e Príncipe, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), de elaboração de um plano nacional de utilização dos solos, o planeamento do desenvolvimento não considerava plenamente o risco de catástrofes e as alterações climáticas. Consequentemente, a localização e a concepção das infra-estruturas presentes não estão bem adaptadas para fazer face a estes desafios.

Os impactos das alterações climáticas já se fazem sentir em STP na forma de uma maior variabilidade climática e aumento das temperaturas. Entre 1951 e 2010, a temperatura média anual em STP aumentou 1,5 °C, mais rapidamente na ilha do Príncipe do que em São Tomé (Figura 3.19).[67] Com o aumento das temperaturas, a precipitação anual diminuiu, registando uma descida média de 1,7 mm por ano entre 1951 e 2010. A primeira estação das chuvas do ano tornou-se mais seca: a precipitação sazonal de

[66] Em meados de 2021, encontravam-se em apreciação alterações ao CDNN, o qual poderá ser actualizado.
[67] Dados do Portal de Conhecimentos sobre Alterações Climáticas do Banco Mundial (https://climateknowledgeportal.worldbank.org/).

Março a Maio diminuiu a uma média de 10,5 mm por mês desde 1960 (Figura 3.20). A estação seca tornou-se mais longa, mas com episódios de precipitação mais extremos, que ocorrem agora em períodos sem precedentes. Sem medidas para aumentar as fontes de água e a capacidade de armazenamento, manter a disponibilidade de água doce ao longo do ano poderá tornar-se cada vez mais difícil. Afigura-se necessário um diagnóstico abrangente da segurança hídrica, com uma ênfase especial na gestão dos riscos climáticos e respectivos impactos, assim como nas ligações com os sectores produtivos, dada a incerteza do abastecimento de recursos hídricos, devido à variabilidade e às alterações climáticas, bem como à falta de um quadro integrador.

Figura 3.19. Temperatura média anual, 1950–2016

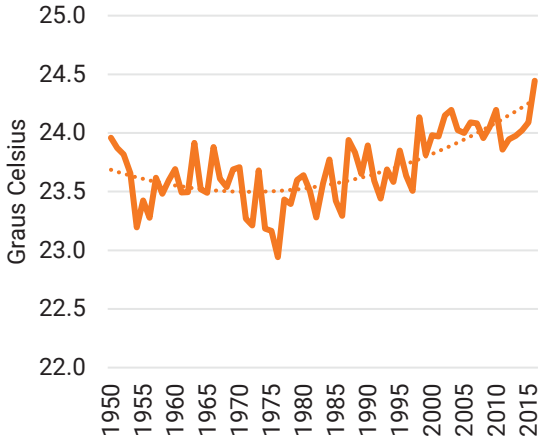
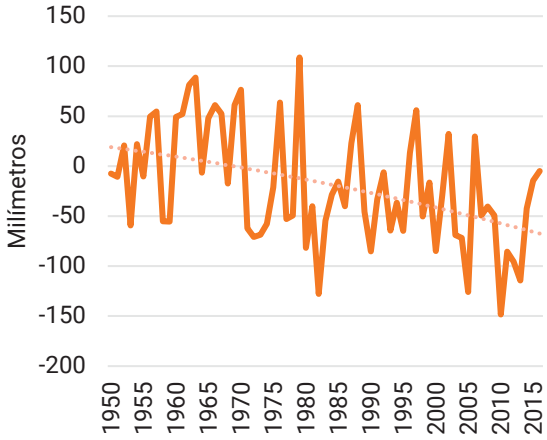


Figura 3.20. Desvio da precipitação total mensal em Abril, 1950–2016



Fonte: com base no Portal de Conhecimentos sobre Alterações Climáticas do Banco Mundial.
Nota: os desvios da precipitação de Abril são calculados relativamente à precipitação média mensal em Abril durante 1901-1989. As linhas de tendência em ambas as figuras baseiam-se em ajustes polinomiais dos pontos de dados observados.

As alterações climáticas constituem uma ameaça real à produtividade agrícola do país e aos meios de subsistência dos segmentos mais vulneráveis da sua população. STP foi posicionado como o 15.º país mais vulnerável às alterações climáticas e a sua preparação para melhorar a resiliência é reduzida.[68] As alterações em termos de precipitação e temperatura representam uma grande ameaça. As alterações climáticas poderão reduzir a produção de culturas essenciais, incluindo cacau, pimenta e milho em, pelo menos, 30% (Tjou-Tam-Sin et al., 2017). Uma vez que os agregados familiares agrícolas têm maior probabilidade de ser pobres do que as famílias com outras fontes de rendimento, o impacto mais severo deste problema far-se-á sentir nas pessoas que já são as mais vulneráveis.

O aumento dos conflitos de utilização, a expansão territorial das actividades pesqueiras tradicionais e a diminuição das capturas de algumas espécies de alto valor indicam uma situação de sobrepesca. A redução dos recursos pesqueiros devido às alterações

[68] Índice Nacional da Iniciativa Global de Adaptação Notre-Dame. https://gain-new.crc.nd.edu/country/sao-tome-principe

climáticas pode resultar em mais concorrência e conflitos. STP carece de controlos destinados a dissuadir a sobreexploração, como restrições do número de pescadores e de embarcações ou do tamanho das capturas. O governo de São Tomé e Príncipe vende licenças de pesca a países estrangeiros, mas pouco se esforça para fiscalizar e fazer cumprir as capturas de embarcações internacionais. Manter o nível dos recursos pesqueiros necessário para sustentar grande parte da população de STP será difícil, a menos que sejam promulgadas e aplicadas políticas de gestão sustentável.

Mesmo nos melhores cenários, as alterações climáticas causarão grandes mudanças no domínio das pescas de STP, mas é difícil estimar com rigor o efeito na produção. A subida do nível do mar e as inundações associadas significam que as áreas costeiras têm de desenvolver estratégias de adaptação. As alterações das correntes oceânicas, as temperaturas mais elevadas e a acidificação afectarão os ecossistemas marinhos e costeiros de que os recursos pesqueiros dependem, alterando o volume e a distribuição desses recursos. Num cenário de emissões elevadas de GEE, o potencial máximo de captura (PMC) de STP, que calcula a maior captura possível de uma espécie num ecossistema, regista uma diminuição, que poderá atingir 53% até 2050 e 82% até 2100. Mesmo num cenário de emissões reduzidas de GEE, prevê-se que o PMC do país registe uma diminuição que poderá atingir 32% até 2050.[69]

O país defronta-se igualmente com um risco significativo de sobreexploração dos recursos naturais. O impulso ao desenvolvimento económico em STP depende de acesso fiável a recursos renováveis, água, árvores e recursos pesqueiros, assim como de um ambiente livre de poluição, sobretudo nas áreas costeiras. No entanto, a exploração excessiva ou inadequada desses recursos ameaça a capacidade do país para sustentar o desenvolvimento futuro nessas áreas. Apesar da sua extensa cobertura florestal, as árvores sustentáveis para madeira e as fontes sustentáveis de agregados (especialmente areia) já são demasiado escassas para responder às necessidades de desenvolvimento das infra-estruturas de STP. A falta de materiais de construção alternativos confronta STP com o dilema de importar esses recursos ou, possivelmente, causar danos irreversíveis no seu capital natural para desenvolver sectores que dele dependem. Os recursos naturais, mesmo quando protegidos pela regulamentação, também são ameaçados pela exploração ilegal, devido à capacidade limitada de aplicação da lei, ao reduzido nível de sensibilização e à falta de alternativas.

3.7 RISCOS DEMOGRÁFICOS DECORRENTES DA REDUZIDA INCLUSÃO ECONÓMICA E EMPODERAMENTO DAS RAPARIGAS E DAS MULHERES

Com uma população jovem e em rápido crescimento, assim como um mercado de trabalho incapaz de absorvê-la, STP enfrenta o risco de desemprego crescente, de aumento da frustração e até de agitação social, se não for possível criar mais

[69] Via de Concentração Representativa (VCR) 2.6 do 5.º relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC). O cenário de emissões elevadas de GEE corresponde à VCR 8.5.

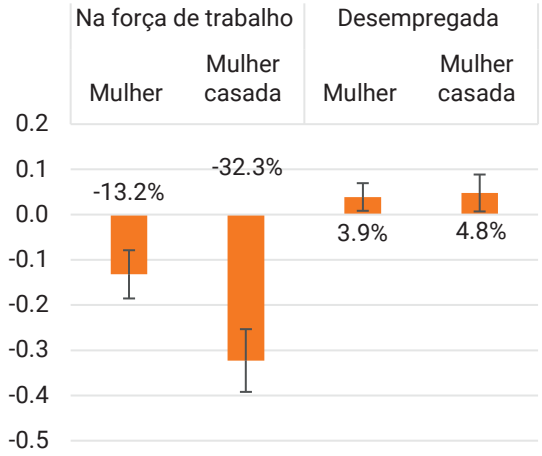
oportunidades económicas (Filmer e Fox, 2012). Embora STP tenha potencial para recolher um dividendo demográfico, o rápido crescimento da sua população e a lenta redução das taxas de fertilidade resultaram numa explosão juvenil que o sector privado não tem sido capaz de absorver – um desafio que pode continuar a aumentar nos próximos anos, se as tendências actuais persistirem. Na base desta pressão demográfica está a elevada taxa de fertilidade, que geralmente começa na adolescência, intimamente ligada à falta de inclusão económica das mulheres e das raparigas.

Além dos riscos demográficos de longo prazo, a elevada fertilidade e a gravidez na adolescência exacerbam os riscos para a saúde, sobretudo nas famílias mais pobres, bem como a vulnerabilidade à pobreza. A taxa total de fertilidade (TTF), de 4,3 nascimentos por mulher, é mais elevada em STP do que em todos os países de comparação, excedendo a taxa de fertilidade média dos congéneres estruturais em 1,4 filhos e dos congéneres aspiracionais em 2,7 filhos (Anexo 5). As taxas de fertilidade são especialmente elevadas entre as famílias mais pobres – a TTF é 1,8 vezes mais elevada entre as famílias do quintil de rendimentos mais pobre em comparação com as do quintil mais rico. Os agregados familiares mais pobres têm taxas mais elevadas de natalidade na adolescência, maior prevalência de défices nutricionais, maior mortalidade infantil e menores taxas de vacinação das crianças dos 12 aos 23 meses. O número mais elevado de filhos nestas famílias perpetuará, provavelmente, os riscos para a saúde e os défices de capital humano e contribuirá para a persistência da vulnerabilidade (Anexo 5). A taxa de fertilidade adolescente de STP de 95 nascimentos por 1000 mulheres com idades entre os 15 e os 19 anos também é muito mais elevada do que em qualquer um dos seus congéneres aspiracionais, que incluem a Maurícia (26 nascimentos), e mais elevada do que em qualquer um dos seus congéneres estruturais, incluindo Belize (68 nascimentos). A gravidez precoce é uma barreira significativa que impede as raparigas de concluírem os seus estudos, especialmente nos agregados familiares mais pobres: entre as raparigas e as mulheres jovens dos 14 aos 19 anos de idade que não estudam, 43% citam a gravidez ou a maternidade como um dos principais motivos para não frequentarem a escola.[70]

A baixa inclusão económica das mulheres reduz a atividade económica, aumenta a pobreza e atrasa a transição demográfica do país. As mulheres têm taxas de participação na força de trabalho inferiores e taxas de desemprego superiores. A taxa de participação na força de trabalho é de 58,7%, no caso das mulheres dos 15 aos 65 anos de idade, em comparação com 87,5%, no caso dos homens, enquanto o desemprego é quase o dobro no caso das mulheres (7,9% face a 4,1%). Mesmo depois de controlar as características individuais, como a idade e o nível de escolaridade, as mulheres têm 13% menos probabilidade de participar na força de trabalho do que os homens equiparáveis (Figura 3.21). As mulheres casadas estão em particular desvantagem, tendo 32,3% mais

[70] A percentagem de raparigas adolescentes pobres (51%) que referem ter abandonado a escola devido à gravidez precoce é superior à das raparigas de famílias mais abastadas (44%). Fonte: com base no IOF de 2017.

Figura 3.21. Probabilidade de as mulheres estarem incluídas na força de trabalho ou desempregadas, em comparação com homens equiparáveis, probabilidade marginal



Fonte: estimativas dos autores com base no IOF de 2017.
Nota: esta figura indica os efeitos marginais condicionais de duas regressões (participação na força de trabalho e emprego na condição de participação na força de trabalho). O conjunto completo de resultados de regressão é indicado no Anexo 6.

probabilidade de estarem excluídas da força de trabalho e 4,8% mais probabilidade de estarem desempregadas.

Entre as pessoas que trabalham, há disparidades de género em termos da qualidade e da vulnerabilidade do emprego. Embora as informações sobre rendimentos sejam incompletas, as mulheres estão mais gravemente sub-representadas no pequeno sector privado formal, mas sobre-representadas no sector público e nos tipos de emprego mais vulneráveis: trabalho doméstico e trabalho não remunerado (Tabela 3.2). As mulheres representavam 38% dos são-tomenses empregados em 2017 e estavam sobre-representadas no sector público (que emprega 43% dos trabalhadores), bem como no trabalho não remunerado (normalmente em empresas familiares, 42%) e no trabalho doméstico remunerado (45%).[71] O trabalho independente é a principal fonte de emprego e é igualmente importante para homens e mulheres, sobretudo para as pessoas sem escolaridade ou com apenas quatro anos de escolaridade, metade das quais são trabalhadores independentes.

A pressão sobre as famílias relativamente ao tempo é um factor importante que afecta o emprego feminino em muitos países, resultando em taxas de actividade económica mais reduzidas, piores resultados de emprego e menor produtividade no trabalho independente, tanto na agricultura como nas empresas (Banco Mundial e Campanha ONE, 2014). As mulheres continuam a suportar uma carga desproporcional de trabalho doméstico e de cuidados com os filhos, impedindo a sua participação activa na força de trabalho. Este aspecto desempenha, provavelmente, um papel significativo na redução das taxas de participação na força de trabalho das mulheres casadas (consultar a Figura 3.21). Um relatório de 2017 calculou que as mulheres dedicam significativamente mais tempo do que os homens ao trabalho não remunerado, o que inclui os cuidados aos filhos e a recolha de água e lenha para combustível (INPG, 2017). Mais de 96% da população não tem acesso a energia limpa para cozinhar, dependendo de fontes de combustível

[71] A categoria "trabalho familiar e doméstico" é composta principalmente por empregados domésticos remunerados, como trabalhadores domésticos, e não remunerados, como empregados de empresas familiares. Cerca de metade dos trabalhadores domésticos referiu não serem remunerados, o que, combinado com a formulação da pergunta, sugere que pode haver uma sobreposição com os trabalhadores não remunerados de empresas familiares.

como a madeira, que gera poluição e riscos para a saúde. A análise dos dados do IOF confirma esta situação, revelando que as as mulheres que referem estar empregadas ainda dedicam mais de 16,8 horas semanais ao trabalho doméstico, a cuidar de dependentes e a recolher água e combustível, ao passo que este número é de apenas 4,2 horas no caso dos homens. Para efeitos de referência, o número médio de horas de trabalho no emprego é de 45,5 por semana, no caso dos homens, e de 39,5, no caso das mulheres.

Tabela 3.2. Tipo de emprego, por género, 2017

		% de trabalhadores do sexo feminino	Distribuição por género	
			Percentagem de trabalhadores do sexo masculino	Percentagem de trabalhadores do sexo feminino
Trabalhadores dependentes	**Sector público/empresas públicas**	43	15	19
	Sector privado, formal	27	13	8
	Informal	34	12	10
Independente	**Com empregados**	37	7	7
	Por conta própria	37	38	38
Trabalho familiar e doméstico	**Remunerado**	45	6	8
	Não remunerado	42	9	11
	Total	**38**	**100**	**100**

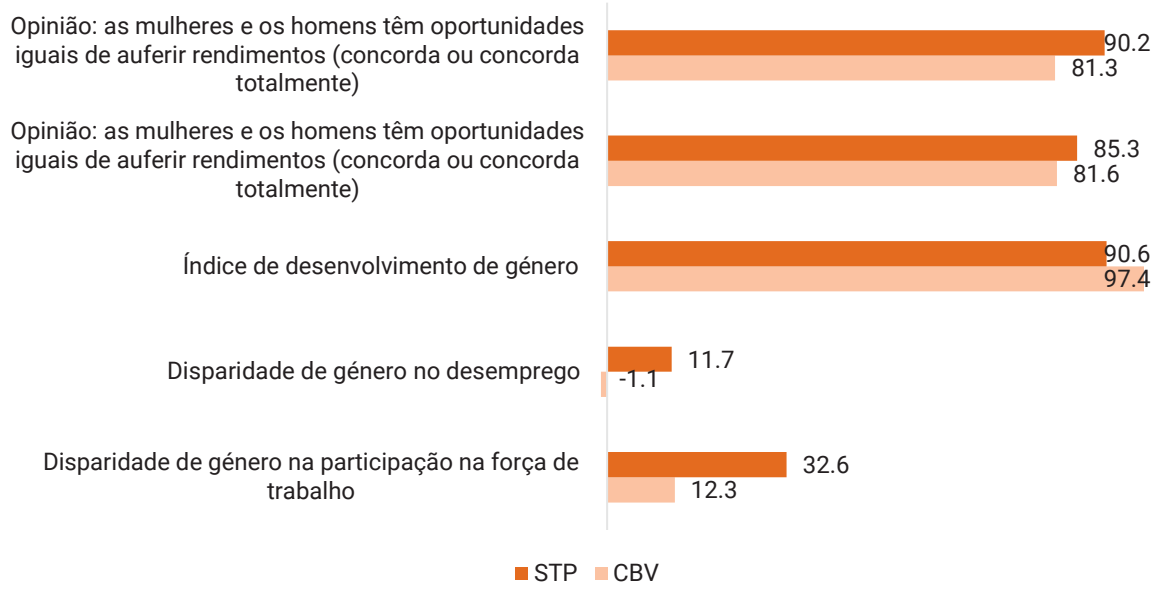
Fonte: com base no IOF de 2017.
Nota: os trabalhadores dependentes são trabalhadores assalariados ou que auferem salários. A categoria "Trabalho familiar e doméstico" é composta principalmente por empregados domésticos remunerados, como trabalhadores domésticos, e não remunerados, bem como por empregados de empresas familiares. Cerca de metade dos trabalhadores domésticos referiu não serem remunerados, o que, combinado com a formulação da pergunta, sugere que pode haver uma sobreposição com os trabalhadores não remunerados de empresas familiares. Consultar o Anexo 3 relativamente a ajustes efectuados ao IOF para a presente análise.

As protecções jurídicas inadequadas, bem como as normas que reforçam as desigualdades entre homens e mulheres, contribuem para uma participação económica das mulheres mais reduzida e para a gravidez na adolescência. Algumas formas de exploração sexual infantil, incluindo o problema crescente do sexo transaccional com menores, não são reconhecidas em STP como exploração e abuso sexual infantil.[72] Apesar do compromisso de STP para com a reforma do sistema judiciário e a atribuição de prioridade às questões da criminalidade, da violência doméstica e da exploração e do abuso sexual de menores, os limites legais entre as relações sexuais com menores e a exploração e o abuso sexual infantis permanecem ambíguos. Em 2019, 5,4% das mulheres com pouco mais de 20 anos de idade referiram ter estado numa união antes dos 15 anos e 28% até aos 18 anos (IIM, 2019), havendo testemunhos de que a maioria destas uniões ocorre com homens mais velhos. As normas sociais que reforçam os preconceitos de género são prevalentes em STP, manifestando-se em várias formas de violência e discriminação contra as mulheres e as raparigas. As raparigas são muitas vezes culpadas pela exploração e o assédio sexuais, inclusive em situações de violência

[72] A idade mínima para o sexo consensual é de 18 anos, mas as normas locais consideram que só o sexo numa idade inferior a 14 anos constitui um problema em matéria de consentimento (Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2021).

com base no género (VBG) no contexto escolar (Parkes et al., 2013; Reilly, 2014; Spear, 2019).

Figura 3.22. Desigualdade de género em STP e Cabo Verde, indicadores e percepções sobre as disparidades de género, 2019 (%)



Fonte: com base nos IDM e no Afrobarómetro, 2019a.

Um desafio mais fundamental para a igualdade de género pode residir nas percepções e normas locais, que não reconhecem até que ponto as mulheres enfrentam barreiras adicionais. A persistência da desigualdade de género está enraizada em normas sociais que evoluem lentamente e na forma como afectam o que se passa no contexto doméstico. As mulheres e os homens interiorizam as normas e expectativas sociais de formas que afectam não apenas as suas próprias aspirações, comportamentos e preferências, mas também os dos seus filhos (Banco Mundial, 2012). Apesar dos resultados relativamente deficitários de STP em matéria de igualdade de género (indicadores de igualdade de género reduzidos e piores resultados económicos para as mulheres, a nível internacional; representação reduzida na tomada de decisões, incluindo quotas não cumpridas conforme apresentado no Capítulo 5), os são-tomenses não reconhecem as barreiras enfrentadas pelas mulheres: 85% concordam ou concordam totalmente que as mulheres e os homens têm direitos iguais à posse de bens e ao acesso a empregos e têm as mesmas oportunidades de rendimento (Figura 3.22). Tal parece indicar uma dissociação extraordinária em STP entre os resultados e as percepções. Em Cabo Verde, por exemplo, as percepções sobre a igualdade de género são mais reduzidas do que em STP, embora as suas disparidades de género sejam substancialmente inferiores às de STP e a sua pontuação no Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género seja melhor. Por outro lado, a maioria das mulheres em STP não refere a existência de barreiras, 96% afirmando que nunca foram alvo de discriminação com base no género. Determinadas crenças profundas, como o facto de quase uma em cinco

mulheres considerar que bater na mulher é aceitável por certas razões, aumentam a dificuldade das mulheres em desenvolver a sua autoridade (Lacuna de Conhecimentos 3.1).

Lacuna de Conhecimentos 3.1. Prevalência da violência com base no género em STP

Os dados de inquéritos recentes sobre a presença e aceitação da VBG sugerem uma melhoria dramática na última década ou um problema de medição/comparabilidade entre diferentes fontes de dados. Estão disponíveis dados sobre a VBG em STP decorrentes de dois inquéritos principais: o Inquérito Demográfico e de Saúde de 2008/09 (IDS) e o Inquérito de Indicadores Múltiplos (IIM) de 2019 (Tabela 3.3).[73] Embora os inquéritos não sejam diretamente comparáveis, as perguntas são idênticas, mas as diferenças significativas entre o IDS de 2008/09 e o IIM de 2019 são intrigantes. O IDS de 2008/09 constatou que uma em três mulheres tinha sido vítima de violência doméstica física desde os 15 anos (33%), um fenómeno particularmente acentuado entre as mulheres de baixo rendimento, das quais quase metade (46%) foi vítima de violência física doméstica. Além disso, 21% referiram ter sido vítimas de violência física doméstica nos últimos 12 meses. No entanto, o IIM de 2019 concluiu que apenas 13% das mulheres tinham sido vítimas de violência doméstica alguma vez na vida (16% no quintil mais pobre) e que apenas 4% das mulheres tinham sido vítimas de violência doméstica nos últimos 12 meses, uma mudança significativa em apenas 10 anos.

Torna-se difícil avaliar se estas melhorias se devem a esforços para combater a VBG nos últimos anos (o IIM de 2019 constatou que apenas 9% das vítimas procuraram ajuda), a diferenças metodológicas (mesmo que a formulação das perguntas não seja exactamente a mesma nos inquéritos, é suficientemente semelhante para que os resultados sejam comparáveis) ou a um problema de recolha de dados. Uma razão para suspeitar que não reflecte uma mudança na prevalência da VBG é que as informações sobre a aceitação da VBG não mudaram significativamente nos inquéritos. O IDS de 2008/09 constatou que 20% das mulheres consideram que bater na mulher é aceitável pelo menos por uma de cinco razões possíveis, enquanto o indicador comparável foi de 19% no IIM de 2014 e de 18% no IIM de 2019. Ao mesmo tempo, houve um aumento das denúncias à policia de violência com base no género contra mulheres e raparigas durante os confinamentos impostos em virtude da pandemia da COVID-19 (Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2021). Será necessária investigação adicional para compreender melhor de que modo a situação da VBG em STP está a evoluir.

Tabela 3.3. Indicadores de VBG seleccionados, IDS de 2008/09 e IIM de 2019

IDS de 2008/ 09		IIM de 2019	
Pergunta	**%**	**Pergunta**	**%**
Vítima de violência física doméstica desde os 15 anos de idade	33,4	Ter sido alguma vez na vida vítima de violência física doméstica	12,5
Vítima de violência física doméstica desde os 15 anos de idade – quintil mais pobre	46	Ter sido alguma vez na vida vítima de violência doméstica física – quintil mais pobre	16
Vítima de violência física doméstica nos últimos 12 meses	21,1	Mulheres vítimas de violência nos últimos 12 meses	3,6

[73] O IIM de 2014 não produziu dados sobre a prevalência da VBG, mas apenas sobre opiniões.

Mulheres que consideram que bater na mulher é aceitável pelo menos por uma de cinco razões possíveis	19,5	Mulheres que consideram que bater na mulher é aceitável pelo menos por uma de cinco razões possíveis	17,7

A legislação e a ausência de aplicação da lei contribuem para a persistência da exclusão social. Por exemplo, o casamento precoce é facilitado pelo direito comum, que, apesar estabelecer os 18 anos como a idade mínima para casar, permite o matrimónio das raparigas de 14 anos e dos rapazes de 16 anos em circunstâncias especiais (Kirkwood, 2019.). Além disso, o país ainda não disponibiliza a licença de paternidade. Tais leis são particularmente importantes, porque as normas sociais rígidas ditam os papéis sociais das mulheres. As leis que autorizam a licença remunerada para os pais reforçam o papel dos homens na criação dos filhos e proporcionam-lhes maiores incentivos para partilhar o encargo de cuidar dos filhos. As restrições legais ao emprego feminino também contribuíram para que as mulheres trabalhassem em empregos vulneráveis e de baixa qualidade. No entanto, o código do trabalho de 2019 de STP suspendeu as restrições ao número de horas que as mulheres podiam trabalhar, permitindo-lhes que trabalhassem em sectores/ocupações em que os salários são muitas vezes superiores, mas eram considerados perigosos, como o trabalho noturno e a mineração.[74]

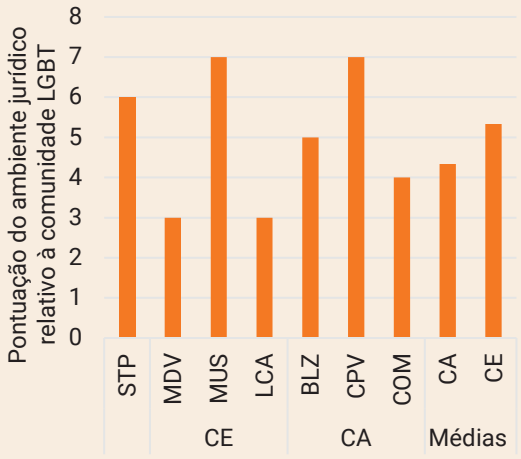
A VBG é um exemplo pertinente de aplicação pouco rigorosa da lei em STP. O país tem leis contra a violência doméstica, o assédio sexual e a violação, mas não há dados sobre processos penais ou condenações (Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2021). Continua a verificar-se a inexistência da aplicação da lei, da prestação de serviços adequados e de fundos para prestar assistência segura e adequada a sobreviventes de VBG. Da mesma forma, embora existam estratégias legais e nacionais em vigor, a falta de implementação significa que persiste a exclusão social de grupos, incluindo grupos com deficiência, mulheres e as populações minoritárias em termos de orientação sexual e identidade de género (OSIG) (Caixa 3.9). No que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, STP possui um programa Programa de Saúde Reprodutiva (PSR), que incorpora atividades relacionadas com o planeamento familiar, cuidados pré-natais e pós-natais de mulheres grávidas e crianças nos primeiros 24 meses de vida, vacinação e nutrição. Apesar dos avanços do PSR, os métodos de planeamento familiar ainda não são amplamente aplicados.

Caixa 3.9. O reduzido nível de execução da regulamentação relativa à inclusão em STP transcende a inclusão das mulheres

[74] As mulheres trabalhadoras estavam em grande parte ausentes de empregos nas indústrias extractivas, da construção e dos transportes e, mesmo quando estavam bem representadas num sector, tinham sido concentradas em empregos de menor prestígio.

Embora existam estratégias legais e nacionais para promover a inclusão social, incluindo o acesso das pessoas com deficiência e a participação política das mulheres, estas não têm sido aplicadas com sucesso. Apesar dos esforços na Estratégia Nacional no sentido de criar um sistema educativo inclusivo (por exemplo, Sim-Sim e Vera Cruz, 2010), apenas metade das crianças com deficiência de idade inferior a 12 anos frequenta a escola, sendo que as crianças com problemas de mobilidade apresentam as taxas mais reduzidas de frequência escolar.[75] Da mesma forma, embora a Assembleia Nacional tenha adoptado, em 2009, uma resolução que estabelece que as mulheres devem ocupar uma percentagem de 30% dos assentos parlamentares, esta percentagem não foi aplicada e, com efeito, as eleições parlamentares de Outubro de 2018 reduziram a representação feminina de 18% para 13%, sendo que as mulheres apenas ocupam 7 dos 55 assentos. A situação é pior ao nível dos governos locais, especialmente nas áreas rurais, onde se estima que as mulheres representem apenas 9% dos autarcas.

Figura 3.23. STP e países congéneres, pontuação do ambiente jurídico relativo à comunidade LGBT



Fonte: Nota de referência n.º 14 do MEP (Cortez e Arzinos, 2019). As pontuações são calculadas convertendo componentes do ambiente jurídico em pontuações numéricas. Pontuação máxima=10.
Nota: LGBT = Pessoas Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgénero.

Da mesma forma, embora as leis de STP e as atitudes sociais em relação às pessoas OSIG sejam relativamente progressivas, com pontuação acima das médias observadas nos grupos de congéneres aspiracionais e estruturais (Figura 3.23), as minorias sexuais e de género enfrentam discriminação generalizada. STP foi signatário da declaração da Assembleia Geral da ONU de 2008 que apoia os direitos das pessoas LGBT, descriminalizou a homossexualidade em 2012 e ratificou ainda os Pactos Internacionais sobre os Direitos Civis e Políticos e os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que proíbem a discriminação com base na OSIG. No entanto, STP não reconheceu explicitamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, as uniões civis ou as uniões de facto e ainda não existe protecção jurídica contra a discriminação das pessoas LGBT no emprego, na habitação ou noutros serviços sociais. A investigação limitada neste domínio sugere que a discriminação contra grupos com base na OSIG começa numa idade jovem, afectando negativamente os resultados educativos. Apenas 40% a 50% dos grupos OSIG minoritários concluíram o ensino secundário inferior, mais de 25 pontos percentuais abaixo da média nacional. Embora os dados sejam limitados, tudo indica que muitas pessoas OSIG dependem de empregos temporários, principalmente no turismo ou no trabalho sexual, e estão provavelmente sobre-representadas nos 40 por cento mais pobres da população. O país carece de organizações que trabalhem especificamente no apoio às populações OSIG, o que, em última instância, coarcta o progresso e a inclusão. Esta exclusão social da população OSIG é

[75] INE (2014), com base no Recenseamento da Habitação e da População de 2012.

provavelmente exacerbada pela geografia única do país, que tem como resultado uma falta de exposição a redes mundiais.

4. PRIORIDADES E PONTOS DE ENTRADA

Os diagnósticos nos capítulos iniciais identificam os desafios que comprometem o crescimento e a redução da pobreza em STP. O quadro analítico adoptado para o SCD gira em torno dos fundamentos económicos e institucionais necessários para erradicar a pobreza e impulsionar a prosperidade partilhada. Os diagnósticos apresentados nos capítulos anteriores demonstram que os desafios subsistem:

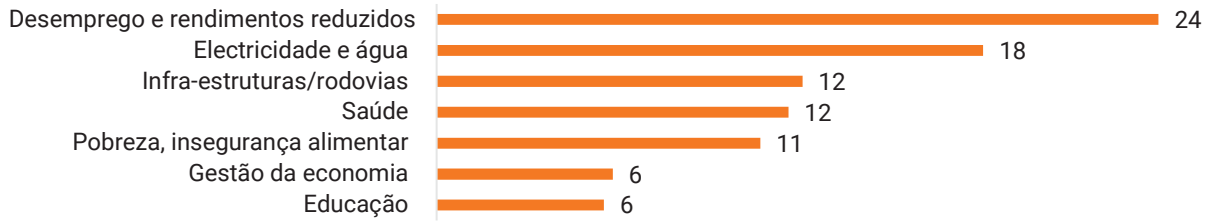
- **O crescimento não tem sido suficiente ou inclusivo.** Pelo contrário, o modelo de crescimento depende de uma combinação de investimento público com financiamento externo e actividades económicas de baixa produtividade, que geram poucas oportunidades económicas, deixando grande parte da população dependente do trabalho independente pouco qualificado e de actividades informais.
- **O país enfrenta múltiplas vulnerabilidades.** Além das vulnerabilidades, intensificadas em virtude da pequena dimensão do país, STP enfrenta riscos orçamentais decorrentes de um sector da electricidade em dificuldades, das ameaças das alterações climáticas e da sobreexploração dos recursos naturais, bem como da pressão demográfica resultante da elevada taxa de fertilidade e do limitado capital humano, em virtude da baixa inclusão no país das mulheres e das raparigas.

A análise também deixa claro que STP tem fundamentos sólidos e um potencial significativo ainda não explorado. É importante salientar que STP é uma democracia pacífica que não é afectada por níveis de violência ou agitação social elevados. Nos últimos 20 anos, verificaram-se investimentos significativos em capital humano e capital físico, que criaram uma base importante para apoiar o desenvolvimento económico. Ao tirar partido dos seus recursos naturais e do financiamento estrangeiro de forma mais eficiente, STP pode estimular o desenvolvimento económico e gerar mais e melhores oportunidades para a sua população. Graças a estas oportunidades, pode potenciar a sua população jovem e recolher um dividendo demográfico – uma oportunidade única para estimular o desenvolvimento económico.

Fundamentalmente, a análise demonstra que a redução da pobreza requer mais e melhores empregos e oportunidades económicas, ou seja, para apoiar o desenvolvimento económico de STP, o objectivo principal deve ser a promoção de uma transformação económica orientada para o emprego. Trata-se de um próximo passo crítico para STP – ser capaz de alavancar os últimos 20 anos de investimento público num sector privado produtivo. O desafio consiste em activar o sector privado para que possa absorver o capital humano da sua população jovem e cada vez mais educada e investir em activos produtivos, de modo a gerar actividades de maior valor acrescentado. Actualmente, o sector privado, subdesenvolvido, é incapaz de absorver os 4500 a 5500 jovens são-tomenses que entram em idade activa todos os anos (MEES, 2019). Quase um quarto dos são-tomenses refere que o desafio mais significativo que o país enfrenta

é a falta de bons empregos, o que resulta em desemprego e rendimentos reduzidos (Figura 4.1). Além disso, só um sector privado mais vibrante pode gerar maior crescimento da produtividade e das receitas fiscais, necessárias para financiar a despesa pública de forma sustentável.

Figura 4.1. Problemas mais importantes para a acção governamental, 2019 (%)



Fonte: Afrobarómetro, 2019a.
Nota: "Emprego e rendimentos" combina as categorias originais de salários, rendimentos e salários e desemprego. "Pobreza e insegurança alimentar" combina pobreza/indigência e escassez de alimentos/fome. "Electricidade e água" combina electricidade e abastecimento de água. As seguintes categorias não foram incluídas na figura, devido à sua reduzida dimensão (cada uma representava 2% ou menos): corrupção; criminalidade e segurança; habitação; serviços (outros); transportes; empréstimos e crédito; assim como instabilidade política e tensões étnicas.

Com o objectivo principal de promover uma transformação económica orientada para o emprego, o exercício de priorização baseia-se na compreensão da relação entre os vários constrangimentos e vulnerabilidades para identificar as áreas prioritárias transversais. O processo de priorização foi realizado em duas fases: (a) compilação de estudos existentes e novas análises, incluindo uma avaliação comparativa, a nível internacional, e (b) rondas de discussões e consultas para filtrar desde os inúmeros desafios até às áreas prioritárias concretas. Na medida do possível, este processo foi sustentado por análises baseadas em dados, mas a prevalência de lacunas de dados e a falta de análises específicas ao país significam que é informativo, embora incompleto (Caixa 4.1). As consultas têm sido importantes neste processo, internamente, ao nível das várias equipas do Banco Mundial que trabalham em STP, e externamente, junto de informadores fundamentais nos sectores público e privado (Anexo 11).

Caixa 4.1. A avaliação comparativa, a nível internacional, é útil, embora incompleta

A avaliação comparativa, a nível internacional, destaca algumas áreas principais em que São Tomé e Príncipe se encontra atrás dos seus congéneres estruturais. Embora suplante os seus congéneres em indicadores como "controlo da corrupção" e "anos de escolaridade previstos", STP apresenta um desempenho inferior em indicadores relacionados com resultados de saúde (mortalidade materna, saneamento), resultados económicos das mulheres (relação entre a participação na força de trabalho feminina e masculina e relação entre a taxa de desemprego masculina e feminina), acesso digital (assinaturas de serviços móveis, acesso à Internet), Estado de direito, desenvolvimento financeiro e dependência da ajuda externa (Figura 4.2). No entanto, as significativa falta de dados relativos a STP e aos respectivos congéneres estruturais significam que se trata de uma classificação informativa, embora incompleta.

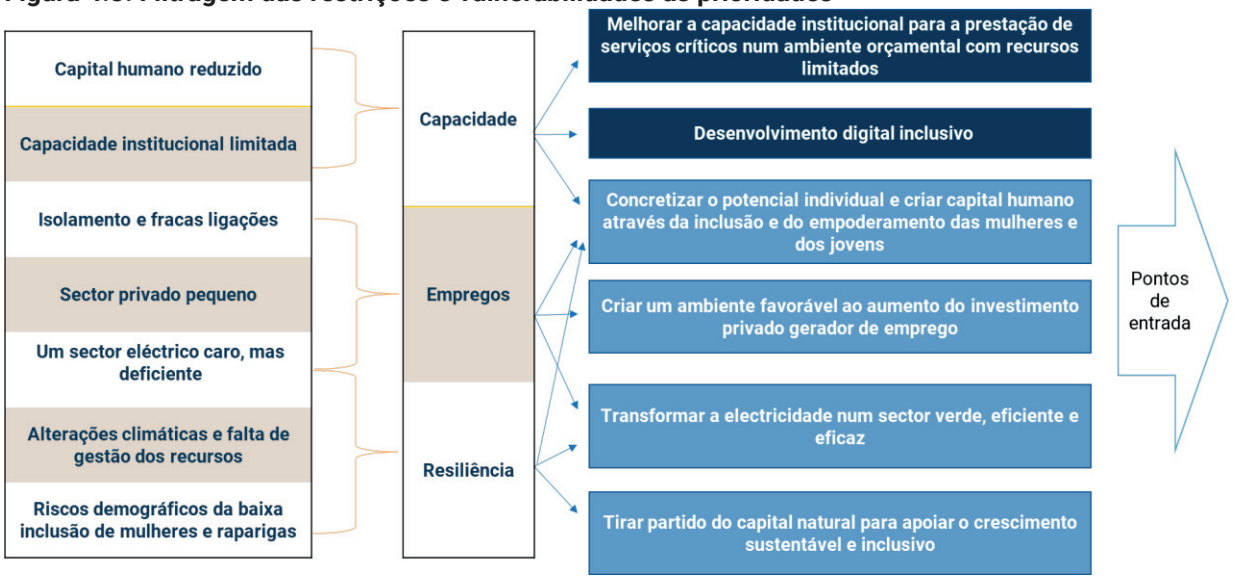
Figura 4.2. Avaliação comparativa com os congéneres estruturais, 2019

Fonte: com base nos IDM, Dezembro de 2020.

A pequena dimensão e a baixa capacidade de STP sugerem a necessidade de prioridades rigorosas, de modo que o foco seja concentrado em apenas alguns domínios políticos transversais que (a) podem ser abordados de forma viável a curto e médio prazo e (b) geram complementaridade, eliminando vários constrangimentos à redução da pobreza. Ao passar das restrições e vulnerabilidades para as prioridades políticas, foram considerados três canais: (a) a contribuição para o emprego, (b) o impacto na resiliência e (c) o aumento da capacidade (Figura 4.3). Em cada área prioritária e transversal, o SCD identifica pontos de entrada accionáveis. Deste modo, as prioridades identificadas podem gerar empregos de forma credível que pode ser implementada no imediato. As

prioridades e as áreas transversais proporcionam, através dos respectivos pontos de entrada accionáveis, um roteiro para ajudar a implementar a visão do governo no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional existente (Caixa 4.2) e podem contribuir para o próximo plano.

Figura 4.3. Filtragem das restrições e vulnerabilidades às prioridades



Caixa 4.2. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de STP, 2020-2024

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) de São Tomé e Príncipe para 2020-2024 é um instrumento de execução do programa do governo e das agendas internacionais de desenvolvimento sustentável. A execução do PNDS assenta num conjunto de 34 programas temáticos, bem como no Programa Geral de Gestão e Administração de carácter transversal. O PNDS tem um orçamento estimado de 1,97 mil milhões de euros e quatro macro-objectivos:

1. **Transformar São Tomé e Príncipe numa economia dinâmica de prestação de serviços**, ou seja, tornar STP numa economia de serviços de excelência para a região africana e o mundo, nomeadamente para os países do Atlântico. A estratégia centra-se na promoção de investimentos destinados a preparar a força de trabalho para uma economia baseada na prestação de serviços de elevada qualidade e na realização de reformas estruturais contínuas para atrair o investimento privado, promover o crescimento sustentável e desenvolver a conectividade física e digital. Os sectores identificados são os sectores turístico, marítimo e aéreo, comercial e industrial, financeiro e da tecnologia digital e inovação.
2. **Promover o crescimento económico inclusivo e a sustentabilidade ambiental,** que inclua o desenvolvimento do turismo e a diversificação da produção e das exportações, com ênfase nos seguintes sectores: pescas, agricultura, indústria ligeira, empreendedorismo e empregabilidade, cultura e indústrias criativas, ambiente de negócios, finanças públicas e política fiscal, infra-estruturas, eficiência energética e água e protecção do meio ambiente e dos ecossistemas nacionais.

3. **Garantir a inclusão e protecção social e reduzir as desigualdades sociais e as assimetrias regionais**, incluindo a melhoria das condições de vida e a inclusão social, um ensino e formação profissional de excelência e um sistema integrado de saúde e protecção social.
4. **Fortalecer a soberania, aprofundar a democracia e renovar a diplomacia para o desenvolvimento.** O objectivo inclui a democracia, a reforma do Estado (incluindo a modernização da administração pública e do sistema judicial) e a política externa.

PRIORIDADE 1: TRANSFORMAR A ELECTRICIDADE NUM SECTOR VERDE, EFICIENTE E EFICAZ

Além de constituir a principal vulnerabilidade orçamental do país, o sector eléctrico apresenta desafios que restringem o desenvolvimento económico, limitando o desenvolvimento do sector privado, bem como a prestação de serviços. A falta de electricidade fiável contribui directamente para as quatro restrições identificadas no SCD: a redução da prestação de serviços necessária para criar capital humano, o aumento dos custos e a restrição das oportunidades empresariais, a contribuição para problemas de conectividade, incluindo o baixo desenvolvimento digital, assim como o enfraquecimento da capacidade institucional. As crises de energia nos últimos anos resultaram em apagões contínuos em 2018/19 e 2021 e constituem uma grande fonte de insatisfação dos cidadãos, tendo dado, inclusivamente, origem a alguns distúrbios sociais. A obtenção de acesso fiável e economicamente acessível à electricidade é um factor essencial para a sustentabilidade do crescimento da economia no seu conjunto e para a estabilidade social. Além disso, a dependência do país da energia térmica, em particular, de geradores que funcionam a gasóleo, aumenta a poluição local.

Para apoiar a redução da pobreza através da transformação económica orientada para o emprego, STP tem de reduzir a sua dependência da energia térmica, melhorar a fiabilidade do sector eléctrico e alargar o acesso, especialmente às comunidades rurais mais remotas. Nos últimos anos, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, o governo desenvolveu um plano de desenvolvimento na área da energia de menor custo (LCPDP, pelas siglas em inglês de *least cost power development plan*), normas de qualidade, um contrato de concessão e um plano de melhoria da gestão para a EMAE. Os parceiros de desenvolvimento também concederam subvenções e empréstimos em condições preferenciais para financiar as infra-estruturas de geração e distribuição de energia. Apesar do apoio técnico e financeiro, não se verificaram melhorias tangíveis do desempenho do sector da energia, devido à baixa capacidade de implementação do governo.

Dada a natureza crítica do fornecimento de energia para a economia, as reformas de longo prazo orientadas para a infra-estrutura energética física têm de assentar na resolução eficaz dos desafios de curto prazo que o sector enfrenta. Um ponto de partida é a tomada de medidas para melhorar a fiscalização e a capacidade da EMAE, bem como a identificação de acções imediatas que revertam a situação actual. A resolução dos desafios de curto prazo criará confiança e credibilidade para fazer face à agenda de

médio e longo prazo. Por outro lado, ajudará a impulsionar o desenvolvimento digital. Embora disponha de uma série de ferramentas para melhorar a governação do sector da energia, a regulamentação e a gestão da EMAE, bem como de recursos para geração e distribuição de energia, carece de capacidade institucional, técnica e de gestão para implementar estas ferramentas. Para este efeito, o país necessita de implementação contínua e de apoio técnico de parceiros externos para enfrentar os desafios deste sector integral. É importante ressaltar que, dada a sua dupla função como empresa de água e electricidade, melhorar o desempenho da EMAE resultaria também num melhor serviço de água, com implicações potenciais para a melhoria dos resultados de saúde.

Principais pontos de entrada para apoiar a Prioridade 1

- **Energia verde:** reduzir a dependência do petróleo para gerar energia (actualmente 92%) e começar a depender mais das energias renováveis – que são mais económicas e sustentáveis. O LCPDP identificou o desenvolvimento do limitado potencial hídrico combinado com centrais de energia solar e térmica. O sector privado tem igualmente manifestado algum interesse no desenvolvimento da geração de energia solar e, em menor grau, da geração de biomassa. Enquanto existe um bom potencial para a geração de energia solar com armazenamento, apesar da pequena dimensão do sistema geral, o potencial para a geração de biomassa em STP exigirá estudos adicionais.
- **Fiabilidade da rede:** actualmente, o país tem uma capacidade instalada de 26 MW para satisfazer uma procura de cerca de 21 MW, mas só estão disponíveis cerca de 20 MW, devido à manutenção deficiente dos geradores. A fraca manutenção da rede origina elevadas perdas técnicas.
- **Acesso rural:** em 2018, cerca de 3 em cada 10 agregados familiares são-tomenses não dispunham de electricidade. Dada a natureza dispersa da população rural de São Tomé e os elevados níveis de pobreza, não são prováveis grandes ampliações da rede. A energia solar e hidroeléctrica não ligada à rede oferece o maior potencial para satisfazer estas necessidades, especialmente se for financiada através do investimento privado. Tal tem o potencial de reduzir directamente a pobreza e apoiar o desenvolvimento do sector privado nas zonas rurais. Por exemplo, soluções inovadoras não ligadas à rede podem facilitar o acesso à energia por parte das comunidades pesqueiras, garantindo uma melhor conservação dos produtos da pesca e reduzindo as perdas posteriores à captura.

PRIORIDADE 2: TIRAR PARTIDO DO CAPITAL NATURAL PARA APOIAR O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

A segunda prioridade é manter o ambiente imaculado de STP como uma estratégia de crescimento económico. Os desafios de STP enquanto pequeno Estado insular isolado podem ser transformados em pontos fortes, tirando partido do seu capital natural para apoiar uma abordagem de Economia Azul associada a uma agricultura resiliente. Através do aproveitamento sustentável do seu capital natural, STP pode apoiar o desenvolvimento de actividades de "volume reduzido e valor acrescentado elevado" nos seus principais sectores de potencial económico: a agricultura, as pescas e o turismo.

Dado os elevados custos do comércio e das viagens, decorrentes da reduzida escala e do isolamento geográfico de STP, as exportações orientadas para mercados *premium* nestes sectores, incluindo o ecoturismo, representam uma área importante de potencial de crescimento para o país. Existem sinergias importantes entre o turismo e outros sectores – o turismo aumenta a procura local de serviços e produtos de alta qualidade, incluindo produtos alimentares e peixe de origem local, e gera outras fontes de receitas (como passeios de barco e visitas a plantações). A procura turística pode, por sua vez, beneficiar destas mesmas ligações, por exemplo, associando-a à cadeia de valor do cacau de STP, já reconhecida pela sua identidade única, à gestão sustentável da floresta tropical e a condições de cultivo livres de pesticidas. Porém, uma estratégia de ecoturismo de sucesso requer que o desenvolvimento noutros sectores proteja o ambiente natural do país (Loureiro e Sarmento, 2014). A agricultura, as pescas e o turismo são sectores que podem absorver trabalhadores relativamente pouco qualificados, o que significa que podem sustentar as famílias mais vulneráveis à pobreza, um factor importante para a redução desta última. Ainda assim, será necessário um mínimo de competências básicas para absorver os pobres e vulneráveis, conforme discutido na Prioridade 3.

A criação de um sector turístico integrado nas cadeias de abastecimento locais faz parte da estratégia de crescimento económico de STP, mas os efeitos de longo prazo da pandemia da COVID-19 neste sector não podem ser excluídos. Embora possam, em termos globais, diminuir o potencial para o turismo, também podem representar um ponto de entrada para um destino relativamente inexplorado como STP. Por exemplo, as preferências podem reorientar-se para destinos em que a percepção de riscos para a saúde é menor ou para um turismo socialmente responsável e ambientalmente sustentável. O ecoturismo num pequeno país isolado também pode atrair este grupo de viajantes. As implicações de longo prazo da pandemia no turismo mundial tornar-se-ão mais claras nos próximos meses. Entretanto, o foco na agricultura, nas pescas e na agenda mais ampla da Economia Azul proporciona a STP outros vectores de crescimento.

Para apoiar o crescimento inclusivo, STP deve tomar medidas para atenuar os impactos das alterações climáticas e melhorar a sua gestão dos recursos. A riqueza natural de STP é a sua vantagem comparativa; por conseguinte, é importante que o país seja capaz de implementar utilizações sustentáveis e mecanismos eficazes de controlo e fiscalização. Dada a vulnerabilidade de STP às alterações climáticas, é igualmente crucial implementar adaptações inteligentes em termos climáticos para proteger os mais pobres e vulneráveis do país, especialmente na agricultura (em que a produção de culturas essenciais, incluindo cacau, pimenta e milho, pode diminuir 30%) e nas pescas (em que o PMC pode sofrer uma redução até 53% nos próximos 30 anos) (Capítulo 3.2).

A falta de mecanismos de fiscalização para apoiar práticas de pesca sustentáveis aumenta estes riscos, ao permitir a sobrepesca, colocando em risco a viabilidade deste sector essencial para a segurança alimentar (o peixe é a principal fonte de proteínas em

STP), bem como o potencial de crescimento económico. Não existem regras ou controlo sobre o número de embarcações ou a dimensão das capturas na pesca artesanal e doméstica de pequena escala e, embora o número de embarcações estrangeiras e a dimensão das respectivas capturas seja tecnicamente regulamentado através de um sistema de licenciamento, não existe nenhum sistema em vigor para fiscalizar a conformidade, uma vez que STP carece de embarcações e de ferramentas de recolha de dados para controlar e fiscalizar estas atividades de forma independente. Os esforços para aumentar a produção dos recursos pesqueiros exigirão investimento para obter informações sobre as unidades populacionais de peixes, a fim de compreender melhor o potencial destes recursos e estimar com precisão qual o volume de pesca sustentável. Assim, é essencial melhorar a capacidade dos organismos públicos para recolher dados sobre o número de embarcações de pesca e os volumes e tipos de espécies capturadas.

Principais pontos de entrada para apoiar a Prioridade 2

- **Regras e mecanismos de controlo e fiscalização no sector das pescas:** estes incluem o estabelecimento de regras e regulamentos claros e executáveis para os diferentes segmentos do sector das pescas. Já existem em STP associações de pescadores e vendedores de peixe – a criação destas associações comunitárias para gerir os direitos de pesca pode ser um mecanismo eficaz para a introdução de novas medidas de gestão, vigilância local, medidas para aumento dos *stocks* e vigilância participativa e, mais importante ainda, pode desviar os incentivos da maximização das capturas. A partilha de recursos (investigação e monitorazação, controlo e vigilância) e a troca de ensinamentos e experiências com países vizinhos poderão ajudar STP a gerir melhor as suas reservas e o seu ecossistema. Uma melhor cooperação regional poderá também permitir que STP e outros países tenham maior poder de negociação dos acordos de pesca (normalmente, com empresas sediadas na UE).
- **Tecnologias e práticas de agricultura climaticamente inteligente (ACI):** estas incluem a gestão da utilização da água para irrigação, a agricultura de conservação e culturas resistentes às secas. Uma das tecnologias de gestão da água, que é particularmente relevante para STP, é a implementação de estruturas para recolher o escoamento das águas para fins de irrigação, o que contribui para a redução da velocidade de escoamento, atenuando o risco de inundações em zonas baixas e permitindo a recolha de água da chuva, que pode ser utilizada durante a estação seca para reduzir a variabilidade dos rendimentos agrícolas. As práticas de agricultura de conservação valiosas para STP incluem a rotatividade das culturas, a plantação intercalar, a lavra reduzida e a utilização dos resíduos das culturas como cobertura permanente do solo, o que reduz a erosão do mesmo e melhora a sua retenção da humidade.
- **Gestão das terras:** inclui a implementação de um sistema moderno de informação territorial, com registos governamentais rigorosos da posse e propriedade das terras, para estimular o investimento e o acesso ao crédito. Para não exacerbar as disparidades de género, devem ser tomados cuidados especiais para facilitar o registo das terras em nome das mulheres, incluindo a melhoria do quadro jurídico para proteger os direitos de propriedade das mulheres independentemente do seu estado civil, o acompanhamento de dados desagregados por género e a introdução de procedimentos sensíveis ao género para promover, na prática, o registo adequado de bens em regime de propriedade conjunta ou individual. Políticas de zoneamento

agroecológico para garantir que as terras agrícolas, especialmente as plantações de palma e cacau, não invadam as áreas protegidas, reduzindo a desflorestação nas zonas protegidas.

PRIORIDADE 3: CONCRETIZAR O POTENCIAL INDIVIDUAL E CRIAR CAPITAL HUMANO ATRAVÉS DA INCLUSÃO E DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES E DOS JOVENS

A terceira prioridade propõe uma abordagem intersectorial para aumentar o capital humano do país, incluindo intervenções na primeira infância, promovendo aspirações e capacitação da juventude, e direccionando uma agenda de competências orientada para o emprego para os grupos com os piores resultados a nível de emprego: as mulheres e os jovens. Após quase duas décadas de investimento público significativo, os baixos níveis de capital humano continuam a ser um obstáculo à redução da pobreza em STP. Como demonstra a análise das Secções 3.3 e 4.1, não é suficiente investir na despesa pública direccionada para a saúde e a educação como forma de dar resposta a este desafio. O valor económico e social dos investimentos em capital humano é ampliado através da inclusão social e da capacitação. A inclusão e a capacitação permitem que um indivíduo converta o seu capital humano em bem-estar.

Preparar o futuro de STP exige que se desenvolva o capital humano da sua população jovem e em crescimento a partir de uma idade precoce. As intervenções em saúde e educação na primeira infância constituem uma ferramenta importante para alcançar este resultado. Podem também contribuir para a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, já que são estas que geralmente suportam os custos de cuidar dos filhos. Um tema recorrente nas consultas nacionais foi a prevalência de famílias monoparentais e com pais ausentes, um dos desafios que contribui para a prevalência intergeracional da pobreza e um obstáculo para as mulheres e crianças pobres. O programa social intitulado Programa de Famílias Vulneráveis (PFV), recentemente implementado, está a ser posicionado pelo governo de STP como meio de "restruturar" as famílias, não apenas através da redução da pobreza, mas também por via da promoção de comportamentos positivos, incluindo a educação parental, mantendo os rapazes e as raparigas na escola e prevenindo a gravidez na adolescência, entre outros benefícios. Além disso, os investimentos nos primeiros anos de vida, especialmente relativamente às crianças dos agregados familiares mais pobres, terão de abranger abordagens clínicas, oferecidas através do sistema de saúde, e abordagens multissectoriais, como a desparasitação através do sistema escolar e acções comportamentais por via do envolvimento ao nível comunitário.

Criar aspirações e oportunidades para os jovens, tanto homens como mulheres, é essencial para a criação de uma reserva de capital humano e uma sociedade inclusiva. As baixas aspirações podem reflectir-se de forma diferente nas raparigas e nos rapazes. Os estereótipos de género, a violência baseada no género na escola, as relações sexuais

e a coabitação em idade precoce entre raparigas e, geralmente, homens mais velhos e a formação precoce de uniões afectam as raparigas numa fase crucial das suas vidas, levando-as a abandonar a escola. Embora não haja quaisquer estudos sobre as aspirações das raparigas em STP, trabalhos realizados noutros países sugerem que a gravidez na adolescência pode ser uma consequência da falta de interesse na escola e de uma ausência de oportunidades económicas, sendo a maternidade encarada como um caminho mais gratificante. Os rapazes têm uma maior inclinação para se depararem com dificuldades na escola e recorrerem ao álcool ou outras substâncias; no entanto, os resultados são semelhantes: elevadas taxas de abandono no ensino secundário e um reduzido envolvimento económico. No caso das raparigas, a prevenção do abandono escolar por parte das adolescentes tem o potencial de reduzir a gravidez precoce na adolescência. A eficácia na prevenção da gravidez precoce exige a compreensão das causas sociais e comportamentais que conduzem à fertilidade precoce e a expansão das oportunidades económicas para oferecer alternativas às raparigas. A este respeito, existe uma necessidade de reforçar as capacidades operacionais e técnicas do sector público para a concepção e implementação de ferramentas de capacitação das raparigas que estejam alinhadas com as políticas multissectoriais do país, como a educação, a prevenção da gravidez precoce e a violência baseada no género. Por exemplo, a oferta de apoio financeiro às raparigas em risco de abandonar a escola ou que já tenham abandonado a escola através do PFV poderia ser um incentivo para se manterem ou regressarem à escola.

As competências orientadas para o emprego constituem um importante contributo para aumentar a inclusão e as oportunidades económicas para os jovens e as mulheres. Sendo um país pequeno com baixos níveis de frequência universitária, STP tem falta de mão-de-obra qualificada e especializada. Como exemplo extremo, só havia dois cirurgiões activos no país em 2016.[76] Porém, a ausência de competências é mais vasta: os informadores inquiridos nas consultas mencionaram a falta de mão-de-obra qualificada, como canalizadores e electricistas, a falta de competências de gestão e de contabilidade (tanto no sector privado como público) e a fraca cultura financeira. Também afirmaram que, embora dependam do mar para o seu sustento, muitos pescadores não sabem nadar (o que suscita preocupações de segurança óbvias). Uma percepcionada falta de relevância do programa escolar básico em relação as actividades económicas no país deixa muitos alunos sem as competências necessárias e, o que é crítico, menos interessados na escola e em prosseguir com a sua educação. Alguns participantes sugeriram a reformulação do programa escolar para melhor abordar as necessidades de STP de forma específica, incluindo formação prática relacionada com a agricultura, a pesca e a ecologia local. A formação em empreendedorismo também contribuiria para a integração económica das mulheres, que geralmente realizam actividades informais sem qualquer conhecimento de estratégias de negócio e que, muitas vezes, simplesmente repetem o que aprenderam com as suas mãe e avós.

[76] Ministério da Saúde, 2016.

Pontos de entrada fundamentais para apoiar a Prioridade 3

- **Intervenções na primeira infância:** em quanto as taxas de fertilidade permanecerem elevadas, continua a ser fundamental melhorar a saúde infantil e materna, incluindo a resposta a elevadas taxas de parasitas intestinais relacionadas com as elevadas taxas de anemia, e aumentar a cobertura da educação infantil para que os são-tomenses obtenham um sólido ponto de partida. A educação infantil através dos estabelecimentos de educação pré-escolar e das creches pode reduzir o fardo de cuidar dos filhos que recai sobre as mães e contribuir para aumentar a sua participação económica.
- **Aspirações e capacitação da juventude:** direccionar activamente intervenções destinadas a abordar as pressões sociais e económicas que resultam em elevadas taxas de gravidez na adolescência e no abandono do ensino secundário entre os rapazes e as raparigas. Uma opção poderia ser a de lançar incentivos financeiros direccionados para esta faixa etária, possivelmente através da remoção das propinas, bónus por matrícula/conclusão de um ciclo ou outros bónus direccionados para apoiar a educação continuada (por exemplo, fazendo o PFV depender da matrícula escolar). A melhoria da qualidade e da relevância da escolaridade básica através do reforço do programa de educação básico (para a obtenção das competências cognitivas de ordem superior e das competências socioemocionais que os empregadores cada vez mais exigem) e a organização de formação no trabalho para a obtenção das competências mais especializadas, que os funcionários do sector privado estão em melhor posição de transmitir, podem proporcionar uma ligação visível entre a educação e melhores resultados a nível de emprego.
- **Agenda de competências orientadas para o emprego:** apoiar a formação técnica, incluindo em competências de gestão de pequenas empresas e em competências agrícolas, para aumentar a produtividade dos trabalhadores independentes, com uma incidência na conexão de mulheres e jovens a oportunidades económicas.

PRIORIDADE 4: CRIAR UM AMBIENTE FAVORÁVEL AO AUMENTO DO INVESTIMENTO PRIVADO GERADOR DE EMPREGO

A Prioridade 4 visa criar a plataforma necessária para que o sector privado tire partido das oportunidades de crescimento criadas através das três primeiras prioridades. Esta prioridade aborda os elementos de mercado estratégicos em falta em STP que irão apoiar um sector privado robusto. As MPME desempenham um papel fundamental no sector privado de STP: mesmo depois de remover o sector informal e considerando apenas o sector formal, só 15% das empresas têm mais de 10 trabalhadores e apenas 15 empresas têm mais de 100 trabalhadores[77]. Existem muitos desafios, mas destacam-se três grandes áreas, em termos da análise e dos debates com os representantes do sector privado durante as consultas nacionais: um quadro regulamentar difícil, um fraco desenvolvimento financeiro e infra-estruturas que dificultam o comércio internacional, especialmente problemas relacionados com o aeroporto e o porto.

[77]Classificações preliminares elaboradas pelo Banco Mundial do Recenseamento Económico de 2021.

As conclusões das consultas nacionais ajudam a compreender o contexto do fraco ambiente de negócios em STP. De uma maneira geral, os participantes concordaram que o sector privado é principalmente constituído por trabalhadores independentes e microempresas e que as grandes empresas são praticamente todas detidas por estrangeiros. Os participantes do sector privado também reflectiram sobre a forma como as instituições públicas poderiam apoiar melhor o sector privado. Um participante comunicou que tinha a impressão de que o sector público agia como se estivesse a concorrer com o sector privado, em vez de estar a apoiá-lo. Outra sensação comunicada repetidamente era a de que os funcionários públicos não compreendiam as necessidades do sector privado e que a maioria não possuía as competências técnicas relevantes como, por exemplo, na área da contabilidade. Além disso, existe uma incompatibilidade entre a realidade empresarial e a rigidez do Código do Trabalho. A ausência de infra-estruturas adequadas foi repetidamente identificada como um desafio transversal a todos os sectores económicos. Apesar de serem necessários grandes investimentos a longo prazo, a médio prazo, são necessárias melhorias marginais do porto e do aeroporto para reduzir os constrangimentos e custos comerciais de exportação (o Anexo 12 apresenta recomendações sobre políticas a curto, médio e longo prazos, incluindo para a melhoria do porto e do aeroporto).

Um desafio principal constitui a falta de acesso ao crédito e, de uma maneira generalizada, uma dependência continuada do dinheiro em numerário na maioria das actividades. Actualmente, o numerário domina como meio de pagamento e 73% das pessoas afirmaram que recebiam os seus rendimentos em numerário. Até meados de 2021, os cartões de crédito internacionais só eram aceites em grandes hotéis, limitando acentuadamente a despesa turística nas empresas locais[78]. A expansão dos serviços e das instituições financeiras não tradicionais constitui uma oportunidade para servir melhor os são-tomenses. O sector do microfinança está a emergir, em parte devido à promulgação da lei do microfinanciamento, em 2018. Prevê-se que os serviços financeiros digitais cresçam em importância graças ao Regulamento Nacional dos Sistemas de Pagamento, que estabelece regras para as operações que envolvem dinheiro móvel, ao introduzir disposições para a autorização e condução de negócios por prestadores de serviços de pagamento e atribuir a supervisão ao Banco Central. Os serviços financeiros digitais podem reduzir os custos de transacção e contribuem para fornecer acesso a contas pequenas para pessoas de rendimentos reduzidos e MPME sem conta bancária. Tendo em conta que 85% da população adulta possui telemóvel e que as operações com dinheiro móvel são geralmente apoiadas por uma rede de agentes, os desafios que persistem na inclusão financeira poderiam ser fortemente reduzidos.

Pontos de entrada fundamentais para apoiar a Prioridade 4

[78]O governo anunciou, em Abril de 2021, que os cartões de crédito e débito internacionais Visa passavam a ser aceites em localizações seleccionadas de STP e que os cartões Mastercard passariam a ser aceites no segundo semestre do ano. Fonte: Agência de Notícias Lusa, 28 de Abril de 2021.

- **Quadro regulamentar:** implica melhorar o tempo de condução dos processos judiciais e o acesso a informações relevantes e reduzir o fardo administrativo dos processos empresariais, também no que respeita ao IDE e à documentação necessária para o IVA que em breve será implementado.
- **Sector financeiro:** os serviços financeiros digitais representam oportunidades importantes para ajudar as pequenas empresas a crescer. Existe uma necessidade de formação em capacidades financeiras para as PME em áreas como a elaboração de demonstrações financeiras, gestão do fluxo de caixa, elaboração de pedidos de empréstimo e gestão de custos. A expansão do universo das garantias, vindo a incluir activos móveis que as PME podem usar como garantia, irá aumentar o seu acesso ao crédito.
- **O porto e o aeroporto:** a manutenção e pequenas melhorias são importantes a curto prazo. O aeroporto pode acomodar mais passageiros por ano e obter acreditação com simples modernizações da infra-estrutura, em especial a expansão da capacidade do terminal existente e algumas melhorias para aumentar a segurança da aviação[79]. Embora o porto seja pequeno, um porto central de águas profundas para transbordo não é economicamente viável. Em vez disso, existe a necessidade de um estudo sobre a procura e de uma análise custo/benefício para decidir entre reformar o porto actual (em termos de acessibilidade, energia e ligação de água) ou construir um novo porto.

Apesar de os pontos de entrada propostos serem críticos para criar um ambiente favorável, persiste uma questão fundamental: de onde virá o investimento privado? As taxas nacionais de poupança são baixas, poucas famílias têm poupanças e o investimento público é maioritariamente apoiado por financiamento externo. Além do acesso ao financiamento, as MPME irão necessitar de capital privado. Alguns países criam fundos, frequentemente com ajuda externa. O IDE poderia desempenhar um papel importante no apoio a esta necessidade, em especial no turismo com utilização intensiva de emprego ou em sectores agrícolas orientados para a exportação. Este é um ponto de entrada importante para a IFC (Corporação Financeira Internacional) e a MIGA (Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos). A IFC tem a capacidade de atrair o capital directamente para o nível do financiamento do projecto (patrocinado localmente ou enquanto parte do IDE), o que pode promover o desenvolvimento de várias áreas, incluindo o sector agro-alimentar e a banca. A MIGA poderia potencialmente tirar partido do seu produto de optimização do capital para aumentar o acesso e a disponibilidade de financiamento para as PME. No entanto, tal exigiria melhorias no ambiente de investimento nacional.

[79]O tráfego aéreo pode ser consideravelmente aumentado para 500 000 passageiros por ano, o quíntuplo do actual, sem qualquer extensão significativa da pista. No entanto, existe uma necessidade de ampliar a capacidade do terminal existente e de reforçar a segurança da aviação, incluindo: a) o desenvolvimento de áreas de segurança no fim da pista, as chamadas RESA (pelas siglas em inglês de *Runway End Safety Areas*), ou uma extensão de 300 metros da pista; b) a instalação de uma aproximação actualizada por instrumentos de não precisão, VOR (pelas siglas em inglês de *Very High Frequency Omnidirectional Radio Range*), um receptor de Vigilância Automática Dependente-difusão, ADS-B (pelas siglas em inglês de *automatic dependent surveillance–broadcast*) e comunicação por VHF; e c) reparação do muro de segurança e da vedação, máquina de raio-X.

OPORTUNIDADE TRANSVERSAL 1: MELHORAR A CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CRÍTICOS NUM AMBIENTE ORÇAMENTAL COM RECURSOS LIMITADOS

Apesar de a capacidade institucional limitada ser um problema comum nos PMBR, abordar este desafio é especialmente importante em pequenos países como STP, onde a falta de economias de escala reduz o potencial de criação de soluções no sector privado. Um tema recorrente, transversal às vulnerabilidades e limitações identificadas neste SCD, reside na falta de capacidade de fornecer com eficácia bens e serviços públicos essenciais. Esta questão abrange os fracos resultados em termos de capital humano (através de sectores como a educação, a saúde e a água), a inclusão social (através de uma implementação ineficaz das medidas), a vulnerabilidade às alterações climáticas e à gestão de recursos (através de uma incapacidade de fazer cumprir a lei) e uma fonte de altos custos empresariais (fornecimento inadequado de electricidade e de serviços portuários e aeroportuários). As melhorias na capacidade institucional podem apoiar a diversificação da economia, alargar a base de tributação, aumentar o capital humano e criar as protecções necessárias para gerir a incerteza.

Melhorar o desempenho do sector público é também importante para aumentar a inclusão e criar confiança entre a população, grande parte da qual sente que o governo não está a responder às suas necessidades e não está apto a abordar as necessidades do país. Estas percepções reflectem não apenas a fraca capacidade, mas também as experiências de exclusão evidenciadas repetidamente durante as consultas. Até no sector público existe uma falta percepcionada de meritocracia e uma excessiva politização, bem como uma marginalização decorrente da falta de coordenação entre os ministérios. Alguns representantes do sector privado sentem que o sector público encara o sector privado como concorrência e não como parceiros e clientes. De igual modo, o governo regional da ilha do Príncipe reflectiu uma impressão geral de ser negligenciado e de não fazer parte das prioridades.

As significativas necessidades de despesa pública de STP e os elevados custos fixos de muitos serviços públicos, características de muitos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, tornam fundamental para o país aumentar a eficácia da despesa, bem como as suas receitas fiscais, para alcançar a sustentabilidade fiscal. Com a diminuição dos fluxos de AOD e de IDE, que se prevê que continuem a diminuir a curto prazo, mesmo com a manutenção da necessidade de investimento público – metade da população em rápido crescimento tem menos de 18 anos –, conseguir "fazer mais com menos" torna-se cada vez mais importante. A massa salarial, um componente do orçamento importante e em crescimento, necessita de ser compreendida de melhor forma, a fim de identificar poupanças de custos, por exemplo, através de uma melhor atribuição de recursos humanos, uma simplificação dos processos e uma estrutura organizacional adequada à dimensão do país e à disponibilidade de recursos humanos. O sector público absorve a maioria dos trabalhadores qualificados do país – uma maior eficácia pode libertar recursos humanos para investimento, crescimento e emprego no sector privado. Contudo, em virtude da necessidade de investir em infra-estruturas públicas e capital

humano e dado o custo estruturalmente mais alto de muitos serviços públicos num ambiente de ilha pequena e remota, as reduções da despesa, por si só, não podem garantir a sustentabilidade fiscal, tornando prioritária a criação de um sistema fiscal mais robusto. Esta prioridade já está a ser abordada, em especial através da implementação de uma taxa de IVA planeada para 2021.

Melhorar a coordenação, tanto a nível interno, no seio do sector público, como a nível externo, com os parceiros internacionais, constitui outra área frequentemente citada durante as consultas. As principais prioridades, como a companhia de electricidade e a agenda da Economia Azul, mostram-se restringidas, parcialmente devido a uma falta de coordenação entre os vários ministérios e as agências públicas envolvidas. Em 2020, STP tinha 13 ministérios e três secretariados. A agenda da Economia Azul, por exemplo, é detida pelo Ministério das Finanças (pertinentemente intitulado Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul), mas existe também o Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, o Ministério das Infra-estruturas e dos Recursos Naturais e o Instituto Marítimo e Portuário (IMAP) autónomo e a Guarda Costeira. A coordenação poderia ser efectuada com mais eficácia, ao reunir-se estas funções sob a tutela de menos autoridades. Refira-se o exemplo do Ministério do Mar em Cabo Verde. Em virtude da importância da AOD para o desenvolvimento de STP e a forma como a AOD se mostra fragmentada, melhorar a coordenação com os doadores e as instituições multilaterais é também essencial. Os participantes foram unânimes em considerar que esta coordenação deve ser liderada pelo governo, a fim de direccionar a AOD para as prioridades de desenvolvimento identificadas pelo próprio país[80]. Quando elaborados em colaboração e com uma ampla apropriação nacional, os planos nacionais de desenvolvimento podem fazer "parte de um processo de comunicação e negociação dos ideais nacionais com públicos internos e externos" (Chimhowu, Hulme e Munro, 2019). Desta forma, a promoção de um diálogo nacional visando a elaboração de um plano nacional de desenvolvimento constitui uma oportunidade de promover uma melhor coordenação, tanto internamente, no seio do governo, como em conjunto, com os parceiros de desenvolvimento. O reforço da capacidade da unidade de implementação centralizada, a AFAP (Agência Fiduciária e de Administração de Projectos), poderia conduzir a melhores resultados da AOD. Dado o número e o alcance dos projectos, a sobrecarga da AFAP pode ser um obstáculo durante as fases de implementação.

[80]Os doadores poderiam também pensar em formas de reduzir a pressão sobre o governo, por exemplo, simplificando os processos e prestando um apoio extra durante as fases de concepção e implementação e combinando o financiamento, de modo reduzir o número de projectos individuais que necessitam de ser implementados, quando possível.

Pontos de entrada fundamentais para apoiar a oportunidade transversal 1:

- **Melhorar a GFP (Gestão das Finanças Públicas):** um aspecto essencial para melhorar a eficácia da despesa é abordar desafios fundamentais na GFP, incluindo a concepção e a monitorização do orçamento e associar as despesas ao fluxo de caixa para reduzir os atrasos.
- **Aumentar a capacidade da AFAP:** esta é a unidade de implementação de projectos de investimento do Banco Mundial e de um número crescente de projectos do BAfD e de outros parceiros. Os doadores podem apoiá-la, ao prestarem mais apoio técnico (em áreas como a gestão financeira, o aprovisionamento, as salvaguardas e a monitorização) e simplificarem os processos de implementação, quando possível. Por outro lado, é também necessário reforçar a capacidade técnica das várias agências beneficiárias dos projectos, a fim de garantir a apropriação e agilizar a implementação.
- **Aumentar a coordenação interna e com os doadores:** promover um diálogo nacional para elaborar um plano nacional de desenvolvimento actualizado é uma oportunidade importante para promover uma melhor coordenação, tanto a nível interno, no seio do governo, como em conjunto, com os parceiros de desenvolvimento. É necessário procurar activamente simplificar a coordenação governamental, através da redução da fragmentação de áreas políticas essenciais entre ministérios e agências. Há que implementar reuniões regulares com todos os doadores principais para coordenar a AOD e abordar as prioridades políticas.

Várias lacunas de conhecimentos, citadas ao longo deste estudo, teriam de ser colmatadas para melhor avaliar os progressos e desafios de STP (Tabela 4.1). Uma prioridades consiste numa melhor compreensão da eficácia do investimento público e dos desafios de implementação. O estudo citado na Secção 3.1, sobre a eficácia da despesa em educação, constitui uma análise importante, embora rara, da extensão pela qual a qualidade dos investimentos públicos poderia ser melhorada. São necessárias análises aprofundadas da despesa do sector público nos sectores social e de infra-estruturas, em particular, para desenvolver estratégias para aumentar a eficácia dos investimentos públicos. Tal inclui um exame mais aprofundado das práticas de recrutamento e de pagamento de salários no sector público.

Tabela 4.1. Lacunas de conhecimentos citadas neste SCD

Lacunas de conhecimentos	Notas
Estudo da massa salarial do sector público	Apoia a área transversal 1
Estudos sectoriais sobre a eficácia do investimento público	Apoia a área transversal 1
Dados administrativos, incluindo sistemas consistentes de identificação e registo de terrenos	Apoia a Prioridade 2 e a área transversal 1; o sistema de registo de terrenos urbanos está a ser implementado através de um projecto do Banco Mundial
Estimativas sobre a pobreza e a desigualdade	O próximo inquérito está planeado para depois do recenseamento da população (em 2023); entretanto, algumas estimativas estão a ser desenvolvidas através de dados por satélite

Medir o PIB em STP	Algumas melhorias na metodologia das contas nacionais e na introdução de dados a realizar em 2021 e 2022
A importância do turismo na economia de São Tomé	Pode ser informado através do recente Recenseamento Económico
Falta de força de trabalho e inquéritos às empresas	O Recenseamento Económico está a ser realizado em 2021 (INE)
Falta de estudos e dados que apoiem o desenvolvimento do sector primário, incluindo um recenseamento agrícola actualizado e estudos regulares sobre as pescas	Apoia a Prioridade 2: o recenseamento agrícola está planeado para 2022 (INE)
Prevalência da violência baseada no género em STP	
Compreender as recentes tendências de migração	

OPORTUNIDADE TRANSVERSAL 2: DESENVOLVIMENTO DIGITAL INCLUSIVO

As tecnologias digitais constituem uma oportunidade significativa para abordar directamente os desafios de conexão relacionados com a condição de pequeno estado insular de STP, ao mesmo tempo que melhoram a prestação de serviços e apoiam várias áreas prioritárias (Caixa 4.3). Se for realizado de forma inclusiva, o desenvolvimento digital pode também reduzir directamente a pobreza e promover uma prosperidade partilhada. Estes resultados são gerados na medida em que a adopção das tecnologias digitais resulta em mais empregos e rendimentos mais elevados para os trabalhadores menos qualificados, rendimentos mais elevados para as MPME e uma melhor prestação de serviços, além de produtos e serviços a um preço mais acessível para os agregados familiares mais pobres, incluindo serviços de saúde e de educação. Muitas tecnologias digitais, como serviços financeiros para as pessoas sem conta bancária e os microempreendedores, serviços de voz e vídeo para as explorações agrícolas e empresas informais e aplicações fáceis de utilizar que não exijam competências de leitura e aritmética, adequam-se particularmente bem a STP, um país com níveis de escolaridade formal reduzidos (Choi et al., 2020). Estas tecnologias podem servir para reforçar a produtividade dos trabalhadores com baixas qualificações.

Caixa 4.3. As áreas de oportunidade apoiadas pelo desenvolvimento digital são vastas e transversais

Cuidados de saúde: calcula-se que o diagnóstico remoto e a telemedicina estejam aptos para dar resposta a 80% dos problemas de saúde dos pacientes nas zonas rurais da região da África Subsariana (Manyika et al., 2013). O acesso a registos electrónicos adequados de pacientes poderia possibilitar a utilização e a ampliação de serviços de saúde móveis, permitindo aos poucos profissionais de saúde no país (ou mesmo internacionalmente) trabalhar com clientes de locais remotos, analisar os historiais médicos dos clientes e passar receitas de medicamentos.

Educação: espera-se que o software de aprendizagem adaptativo substitua cada vez mais os manuais escolares e outros materiais de aprendizagem na sala de aula. As tecnologias digitais podem servir de complemento aos professores, oferecendo acesso a materiais de alta qualidade quando os alunos necessitam de desenvolver competências que os seus professores não detêm ou não ensinam (Banco Mundial, 2016b). As tecnologias digitais podem também associar os alunos em STP a cursos e acções de formação internacionais, servindo de complemento ao ensino secundário e superior e promovendo uma maior especialização.

Sistema de protecção social: através de registos sociais integrados que harmonizam vários programas através de pontos de entrada e de registo comuns, os cidadãos podem ganhar acesso a um vasto leque de benefícios e serviços, com custos de transacção bem mais baixos (Leite et al., 2017). Estes registos podem ligar as pessoas aos serviços públicos em vários sectores e dar prioridade às pessoas mais pobres (Georgieva, 2018). A digitalização dos pagamentos irá permitir uma forma mais eficiente, transparente e responsável de proporcionar pagamentos a beneficiários da protecção social e de promover a inclusão financeira dos agregados familiares pobres e vulneráveis.

Turismo: a proliferação de meios digitais e o seu alcance mundial oferece a STP um canal para se dar a conhecer melhor e se promover como destino turístico único.

Inclusão financeira: os prestadores de serviços financeiros digitais, como bancos e instituições não bancárias, podem prestar serviços financeiros às comunidades mal servidas, de forma rentável, em áreas sem agências bancárias e caixas automáticas. O dinheiro móvel tem sido um dos principais impulsionadores dos serviços financeiros digitais em África e pode contribuir fortemente para o desenvolvimento do turismo e a inclusão financeira em STP. A digitalização de pagamentos de programas sociais pode também aumentar a eficácia dos programas de assistência social e a inclusão digital e financeira dos grupos pobres e vulneráveis.

GFP e administração de receitas: passos iniciais básicos e significativos incluem o investimento em: a) obtenção e expansão de informações relevantes disponíveis para as administrações fiscais e aduaneiras, b) estabelecimento de melhores mecanismos para partilhar eficazmente informações entre instituições e c) utilização de tecnologias digitais para colmatar lacunas de capacidade em funções básicas como análise de dados, modelação e selecção de auditoria. A ampliação de opções de declaração electrónica pode trazer benefícios importantes para a melhoria do contexto empresarial e contribuir para gerar receitas[81].

Fonte: Choi et al., 2020.

O desenvolvimento digital ainda está numa fase incipiente em STP. A recente Avaliação da Economia Digital do Banco Mundial identificou pontos de entrada fundamentais para impulsionar o desenvolvimento digital de STP. Está a criar uma iniciativa de coordenação nacional para conduzir o desenvolvimento estratégico do sector, incluindo medidas de criação de mercado; desenvolvimento de sistemas para partilha de infra-estruturas e interoperabilidade - para apoiar a concorrência; reforço da capacidade técnica do governo; e a ampliação do acesso à banda larga e a serviços digitais móveis.

Pontos de entrada fundamentais para apoiar a oportunidade transversal 2:

- **Coordenação:** criar um Comité de Coordenação da Economia Digital central que possa impulsionar o desenvolvimento estratégico da economia digital no país. A ausência de capacidade e de uma forte liderança institucional conduziu a uma proliferação de soluções de tecnologia digital de uma forma que nem sempre é estratégica ou sustentável.
- **Partilhar infra-estrutura**: desenvolver um quadro mediante o qual as operadoras e o governo (ou os fornecedores de fibra) são incentivados a partilhar infra-estruturas (presentemente, tanto umas como o outro replicaram as redes de fibra três vezes). A partilha de infra-estruturas pode também incluir a partilha das redes físicas de outras empresas de serviços públicos ou mesmo a combinação da construção de estradas e instalação de TIC em políticas "dig-once" (escavar uma vez).
- **Interoperabilidade:** desenvolver um quadro integrado de interoperabilidade de dados para ajudar a garantir a transparência de preços, a qualidade do serviço e a não discriminação das plataformas de dinheiro móvel. Em STP, existem problemas relacionados com as chamadas para operadoras diferentes, já que têm tarifários diferentes, o que acaba por ser dispendioso[82]. Nas plataformas públicas, verifica-se uma necessidade de consolidar os serviços electrónicos numa plataforma que possa "falar"/interoperar com diferentes sistemas. Especialmente para um país tão pequeno, a replicação torna os serviços menos sustentáveis e mais dispendiosos de fornecer.
- **Alargar o acesso:** é necessário assegurar que maiores segmentos da população têm acesso a uma Internet fiável, incluindo o aumento da conectividade da ilha do Príncipe, através da extensão da capacidade de banda larga da Internet entre as duas ilhas. Há que estabelecer parcerias com fornecedores de serviços de Internet privados e implementar a ligação em banda larga nos espaços públicos em todas as zonas povoadas de STP para promover a utilização das aplicações de TIC. Por fim, é necessário dar passos para assegurar que os dispositivos e o acesso estão disponíveis para todos os segmentos da população e que as competências digitais são desenvolvidas com a preocupação de reduzir as disparidades entre os géneros.

Fonte: Banco Mundial, 2020a.

[82]As pessoas (com capacidade financeira para tal) têm dois cartões SIM para efectuarem chamadas entre a mesma operadora. Este tipo de problemas gera distorção no mercado e aumenta as oportunidades para que a CST domine o mercado.

ANEXO 1. BASES DE REFERÊNCIA INTERNACIONAIS: CONGÉNERES ASPIRACIONAIS E ESTRUTURAIS

Para comparar o desempenho e as características estruturais de STP, foram identificados quatro grupos: (a) PMBR, (b) países africanos subsarianos, (c) congéneres estruturais, e (d) congéneres aspiracionais. Quando existiam dados disponíveis, foram adicionados à análise outros grupos de países, como pequenos estados insulares ou países com pré-dividendo demográfico. Os congéneres estruturais e aspiracionais foram escolhidos com base no seguinte:

Critérios para congéneres aspiracionais	Critérios para congéneres estruturais
Estes países oferecem bons exemplos de desenvolvimento para STP. Foram seleccionados com base nos seguintes critérios em 2000-2018: - País insular, população inferior a 1,5 milhões - Rendimento médio-alto a alto: PNB per capita: 8000 dólares americanos ou superior - Crescimento do PIB superior a 4% - Relação turistas-população >100% - Comércio de mercadorias para o PIB >40 por cento - Parte da Economia Azul	Estes países têm características semelhantes às de STP. Foram seleccionados com base nos seguintes critérios em 2000-2018: - País insular, população inferior a 1 milhão - Rendimento médio-baixo a médio-alto: PNB per capita: 1000-5000 dólares americanos - Contributo da agricultura para o PIB >10% - Contributo do turismo para o PIB >4% - Parte da Economia Azul

Tabela A1.0.1. Indicadores considerados na selecção de congéneres

	STP	Congéneres aspiracionais			Congéneres estruturais		
		MDV	MAU	SLC	BLZ	CBV	COM
População (2019)	215 056	530 953	1 265 711	182 790	390 353	549 935	850 886
PNB per capita, método Atlas, dólares americanos actuais (2019)	1960	9650	12 740	11 020	4450	3630	1420
PNB per capita, PPC, dólares americanos constantes internacionais (2017)	3904,2	16 564,4	23 536,3	14 139,7	6507,3	6414	3049
Comércio de mercadorias, % do PIB (2019)	37,5	56,7	55,3	30,8	77	43,3	23
Turistas (% da população)	15,8	287,8	110,6	217,2	127,7	130,6	4,3
Turismo (% do PIB) (2018)	10,6	38,9	7,2	15,6	15	17,7	4,3
Agricultura, silvicultura, pescas, valor acrescentado, % do PIB (2018)	11,4	5,6	2,8	1,8	9,6	5,3	32,6
Grupo de rendimento	Médio-baixo	Médio-alto	Médio-alto	Médio-alto	Médio-alto	Médio-baixo	Baixo
Grupo de credores	AID	AID	BIRD	Misto	BIRD	Misto	AID

Fontes: os dados de 2019 referentes à população para todos os países são os dados de Estatísticas relativas a Saúde, Nutrição e Demográficas do Banco Mundial. Dados de 2019 do comércio de Mercadorias do IDM. Os dados do Turismo como percentagem do PIB provêm do portal de dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo/WBG TC360.

ANEXO 2. FONTES DOS DADOS

Instituição	Título	Ano
Afrobarómetro, ronda 6	Afrobarómetro, ronda 6	2016
Afrobarómetro, ronda 7	Afrobarómetro, ronda 7	2019
Banco Central de STP	Inquérito sobre Inclusão Financeira (IIF)	2017
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	Base de dados estatísticos da FAOSTAT	2021
Instituto Nacional de Estatística	Inquérito Demográfico e Sanitário, São Tomé e Príncipe	2010
Instituto Nacional de Estatística	Inquérito aos Orçamentos Familiares, IOF de 2010	2010
Instituto Nacional de Estatística	Inquérito aos Orçamentos Familiares, IOF de 2017	2017
Instituto Nacional de Estatística	Características socioeconómicas dos idosos, IV RGPH-2012	2012
Instituto Nacional de Estatística	Mulheres em São Tomé e Príncipe, IV RGPH-2012	2012
Instituto Nacional de Estatística	Inquérito de Indicadores Múltiplos, IIM 5	2014
Instituto Nacional de Estatística	Inquérito de Indicadores Múltiplos, IIM 6	2019
Instituto Nacional de Estatística	População portadora de deficiência, IV RGPH-2012	2014
Parceria Orçamental Internacional	Inquérito sobre o Orçamento Aberto	2019
Instituto Internacional de Ciências Sociais	Índices de Desenvolvimento Social	
Fundo Monetário Internacional	Base de dados do Índice de Desenvolvimento Financeiro	2020
Fundo Monetário Internacional	Indicadores Económicos Mundiais	2019
Instituto de Tecnologia de Massachusetts	Observatório de Complexidade Económica do MIT	2020
Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação	Avaliação Aferida De Larga Escala No Ensino Básico	2016
Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação	Avaliação Aferida De Larga Escala No Ensino Básico	2018
Imperativo de Progresso Social	Índice de Progresso Social	2020
Transparência Internacional.	Índice de Percepção da Corrupção	2020
Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas	World Population Prospects	2019
Grupo do Banco Mundial	Indicadores de Desenvolvimento Mundial	
Grupo do Banco Mundial	Indicadores de Governação Mundial	

ANEXO 3. AGREGADO DE BEM-ESTAR ACTUALIZADO

Devido aos desafios anteriormente identificados no IOF de 2017 (Banco Mundial, 2019d), foi realizada uma análise como parte da preparação do SCD para o avaliar. Foram identificados três problemas potenciais que podem afectar o agregado de bem-estar: (a) taxa elevada de não resposta ao item relativo ao consumo de produção própria; (b) taxas elevadas de não resposta ao inquérito, que distorcem a distribuição dos agregados familiares e (c) problemas de concepção ou implementação do questionário. Foram realizadas consultas com o INE e com a equipa do Banco Mundial que liderou a implementação e a análise inicial do IOF de 2017 para compreender melhor cada um destes desafios e orientar a nova análise.

Com base na nova análise realizada para o SCD, foi criado um novo agregado de bem-estar. Este novo agregado reduz a dependência da medição do consumo de produção própria, uma variável com taxas especialmente elevadas de não resposta ao item. Este é um afastamento do agregado de bem-estar original criado a partir do IOF de 2017, baseado num agregado de bem-estar com base na despesa, que dependia em parte da variável que media o consumo de produção própria. O novo agregado de bem-estar, ainda que baseado no consumo, não depende desta variável específica. As novas estimativas de pobreza e desigualdade diferem das estimativas originais. Para ter impacto nas diferenças entre os dois agregados de bem-estar, os ajustamentos feitos durante a nova análise foram os seguintes:

1. Os agregados de consumo foram recalculados assumindo que as quantidades totais consumidas pelo agregado familiar foram comunicadas correctamente e são o novo marco de referência para estimar o consumo. Isto permitiu a utilização do residual para complementar o item de não resposta elevada relativo ao consumo de produção própria. Isto tende a aumentar o consumo estimado e a diminuir a taxa de pobreza. Contudo, para alguns agregados familiares, as novas estimativas de consumo foram reduzidas, devido à periodização dos valores de compra ou a outras diferenças nas estimativas (por exemplo, limpeza dos valores extremos).

2. As ponderações do inquérito foram ajustadas para considerar a taxa de não resposta mais elevada entre as áreas de amostra com um bem-estar mais elevado. Sem este ajustamento, os resultados seriam enviesados em favor dos agregados familiares com bem-estar mais reduzido, devido à distorção das taxas de não resposta.

3. Os agregados sem consumo alimentar ou sem consumo não alimentar foram retirados da amostra, já que se assumiu que estes são erros de comunicação e de não respostas, e não casos reais de consumo zero.

A Tabela A3.1 indica os indicadores de pobreza e desigualdade dos dois agregados de bem-estar de 2017 e do IOF de 2010, que não são estritamente comparáveis e uma avaliação comparativa internacional dos principais indicadores de pobreza e desigualdade.

Tabela A3.0.1. Comparação dos resultados do IFO de 2017 com o IOF de 2010 e com países congéneres

	1,90 dólares americanos	Gini
IOF de 2010	34.6	32,3
IOF de 2017, despesas	35,6	56,3
IOF de 2017, consumo	25,9	40,8
Cabo Verde	3,2	42,4
Comores	17,6	45,3
Angola	49,8	51,3

Fonte: IDM, IOF 2017.

As caracteristicas do agregado de bem-estar ajustado nos dão razões para termos maior confiança no agregado de bem-estar baseado no consumo:

- Quando os agregados familiares são ordenados por consumo não alimentar, os padrões são os esperados, com a quota alimentar a diminuir acentuadamente à medida que o quintil aumenta. Tal é consistente com a hipótese de falta de informações sobre o consumo alimentar, o que tinha como resultado que alguns agregados fossem erradamente classificados no quintil inferior de consumo, devido a informações incompletas sobre o consumo alimentar do agregado.

- Quando os agregados familiares são ordenados por consumo não alimentar em vez de consumo total do agregado, o consumo de produção própria diminui acentuadamente no quintil de consumo, como seria esperado.

- O consumo fora de casa é mais elevado nas áreas urbanas e aumenta para os quintis mais ricos. Isto é normal e esperado. Este resultado corrige uma das anomalias observadas nas estimativas originais, em que o consumo fora de casa era superior no quintil rural mais pobre.

Avaliação comparativa em relação a inquéritos anteriores e países congéneres:

- O coeficiente de Gini baseado no consumo é mais consentâneo com os resultados de 2010. O IFO de 2010, que era semelhante ao IFO de 2017, embora não estritamente comparável, produziu um índice de Gini substancialmente inferior ao de 2017, baseado nas despesas, e mais consentâneo com o indicador de 2017, baseado no consumo.

- As taxas de pobreza ajustada internacional e nacional e o índice de Gini estão mais bem alinhados com os países congéneres: a taxa de pobreza de 1,90 dólares americanos (PPC, 2011) de STP diminui de 35,6% para 25,9% com a metodologia baseada no consumo. A taxa de pobreza inferior está alinhada com os níveis relativamente baixos de desnutrição crónica e subnutrição do país, como reflectido no SCD. A taxa de pobreza ajustada continua a ser superior à das Comores, um país que tem um desempenho negativo na maioria dos resultados de desenvolvimento humano em relação a STP. A taxa também é significativamente mais elevada do que a de Cabo

Verde, embora este país tenha resultados superiores aos de STP na maioria das dimensões.

- A estimativa original do índice de Gini para 2017 era superior à de Angola, bem conhecida pela sua desigualdade, enquanto o índice de Gini baseado no consumo é semelhante ao dos outros dois pequenos Estados insulares. Isto está mais em linha com os resultados do IDH ajustado à desigualdade, que demonstra que STP apresenta uma desigualdade muito inferior à de Cabo Verde e das Comores relativamente aos resultados de desenvolvimento humano.

ANEXO 4. INDICADORES MACROECONÓMICOS E FINANCEIROS

Tabela A4.0.1. Indicadores principais macroeconómicos e financeiros

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
					Projected			
Economia real				**Variação percentual anual**				
PIB a preços constantes	3.8	2.9	2.2	3.1	2.1	3.0	3.3	3.5
Agricultura	1.6	(3.3)	1.0	(1.1)	1.5	1.8	2.2	2.5
Indústria	3.0	0.8	0.7	4.4	2.0	2.5	3.0	3.3
Serviços	4.6	3.0	3.2	2.2	2.2	3.3	3.5	3.7
Deflator do PIB	3.0	1.7	7.0	5.5	2.8	1.9	2.8	2.9
Preços no consumidor (fim do período)	7.7	9.0	7.7	9.4	6.1	8.7	6.8	5.5
Preços no consumidor (média do período)	5.7	7.9	7.8	9.9	7.3	7.9	7.7	6.1
Situação orçamental				**Percentagem do PIB**				
Receitas totais	**27.7**	**24.1**	**22.0**	**26.2**	**25.7**	**22.3**	**22.5**	**22.6**
Receitas fiscais	12.6	12.8	12.3	13.1	13.3	14.4	14.9	15.1
Receitas não fiscais (excl. petróleo)	1.1	0.6	2.5	2.1	2.5	2.5	2.5	2.6
Doações	13.4	8.3	6.4	10.6	9.9	5.1	5.1	4.8
Despesas totais	**32.8**	**26.7**	**23.3**	**25.9**	**27.5**	**25.0**	**23.9**	**23.5**
Despesas correntes	16.9	16.6	17.1	16.9	17.8	17.5	17.1	17.0
Das quais: custos pessoais	9.1	9.2	9.0	9.3	10.0	9.8	9.6	9.5
Juros devidos	0.5	0.4	0.7	0.3	0.4	0.4	0.4	0.3
Bens e serviços	2.7	3.0	2.5	2.3	2.4	2.4	2.4	2.4
Transferências	3.6	3.2	2.8	3.2	3.2	3.2	3.1	3.1
Outros	1.1	0.8	2.1	1.7	1.8	1.7	1.7	1.7
Despesas de capital	14.6	9.1	4.9	7.8	8.0	7.5	6.8	6.4
Das quais: financiadas pelo Tesouro	0.6	0.3	0.2	3.3	2.0	1.6	0.6	0.7
Financiadas por fontes externas	14.0	8.8	4.7	4.5	5.9	5.9	6.2	5.8
Despesas sociais relacionadas com iniciativas PPAE	0.3	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2
Saldo total	(5.1)	(2.6)	(1.3)	0.3	(1.7)	(2.7)	(1.5)	(0.9)
Saldo primário interno , excl. petróleo	(3.3)	(3.1)	(1.8)	(3.6)	(3.5)	(2.0)	(0.2)	0.3
Dívida pública	79.5	94.0	93.0	95.8	93.8	93.5	91.6	88.3
Contas monetárias selecionadas				**Variação percentual anual**				
Base monetária	(9.6)	0.8	(7.4)	31.0	(11.6)	1.3	13.8	N.A
Crédito à economia	2.5	(1.6)	3.2	(1.6)	0.4	4.7	5.5	N.A
Taxa de juros de referência do banco central (percentagem)	9.0	9.0	9.0	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
Taxa média de empréstimo bancário (percentagem)	19.6	19.9	19.1	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
Sector externo				**Percentagem do PIB**				
Saldo da conta corrente (incl. transferências oficiais)	(13.2)	(12.3)	(12.4)	(13.3)	(10.3)	(7.6)	(5.0)	(5.0)
Saldo da conta corrente (incl. transferências oficiais)	(24.2)	(20.9)	(18.8)	(23.9)	(20.1)	(12.7)	(10.1)	(9.7)
Reservas internacionais brutas								
Milhões de US dólares	51.4	35.1	40.4	67.6	63.5	70.4	72.2	75.4
Mês de importações	4.2	3.0	3.9	6.1	5.4	5.6	5.4	5.4
Taxa de câmbio (novos dobras por US$, média anual)	21.7	20.7	21.9	21.5	19.8	19.6	19.5	19.5
Taxa de câmbio (novos dobras por US$, fim do período)	20.7	21.6	22.1	20.1	20.7	21.3	21.7	22.2
Rubrica por memória								
Produto interno bruto								
Milhões de novos dobras	8,231	8,619	9,424	10,247	10,750	11,282	11,976	12,758
Milhões de US dólares	379.4	415.6	430.7	477.4	542.1	576.3	613.2	654.3
Per capita (em US dólares)	1,919	2,060	2,091	2,271	2,526	2,631	2,742	2,866

Fonte: Estimativas e projecções das equipas das Autoridades de São Tomé e Príncipe e BM e FMI

Tabela A4.0.2. Composição da dívida

(No final de 2020)	Milhões de USD					
	Fim de 2015	Fim de 2016	Fim de 2017	Fim de 2018	Fim de 2019	Fim de 2020
Dívida PPG total (incl. dívidas da EMAE à ENCO, mas excl. dívidas do Gov. à EMAE)	**283.0**	**305.9**	**349.5**	**415.1**	**412.5**	**433.7**
Dívida directa e garantida do Governo central (excl. dívidas da EMAE à ENCO, mas incl. dívidas do Gov. à EMAE)	**219.4**	**231.2**	**258.8**	**310.2**	**307.0**	**313.9**
Dívida externa PPG total	**167.2**	**177.1**	**190.0**	**190.8**	**191.0**	**219.4**
Credores multilaterais	**44.6**	**42.7**	**45.3**	**49.5**	**54.2**	**77.0**
AID	13.8	12.3	11.9	11.8	11.6	11.5
BADEA	9.4	10.5	12.0	12.0	11.8	12.4
FIDA	6.7	6.4	5.8	5.4	5.0	5.2
BAFD	5.2	4.4	6.9	11.8	15.4	18.7
FMI	6.7	6.7	6.7	6.9	9.0	25.5
OPEP + Fundo do Kuwait	2.8	2.4	2.0	1.7	1.4	3.7
Credores bilaterais	**115.7**	**122.9**	**131.9**	**129.6**	**125.1**	**130.8**
Portugal	54.5	57.2	59.6	57.2	55.9	61.2
Angola[1]	44.4	48.9	55.6	55.6	52.5	52.8
China (Fundo Internacional da China)	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0	10.0
Brasil	4.3	4.3	4.3	4.3	4.3	4.3
Guiné Equatorial	1.6	1.6	1.7	1.7	1.7	1.7
Bélgica	0.8	0.8	0.8	0.8	0.8	0.8
Dívidas do Governo a fornecedores externos	**6.9**	**11.5**	**12.7**	**11.7**	**11.6**	**11.6**
Dívida interna	**52.2**	**54.1**	**68.8**	**119.3**	**116.0**	**94.5**
ENCO (empresa importadora de petróleo; dívida regularizada)	**48.4**	**43.9**	**38.5**	**37.8**	**37.4**	**34.7**
Dívida do Governo a fornecedores internos [2]	**3.4**	**8.4**	**8.4**	**36.5**	**33.6**	**33.6**
CST (telecom)	3.4	5.8	5.8	6.6	6.6	6.1
EMAE (água e electricidade)	0.0	2.6	2.6	4.8	5.0	3.5
Outros fornecedores	0.0	0.0		25.2	22.0	24.0
Bilhetes do Tesouro do Governo central	**0.0**	**0.0**	**18.8**	**32.4**	**32.4**	**26.2**
Dívida da EMAE à ENCO [3]	**63.6**	**77.3**	**93.4**	**109.7**	**110.5**	**123.3**
Rubricas por memória:						
Dívida legada pré-PPAE	**46.3**	**54.9**	**54.9**	**54.9**	**60.3**	**60.3**
Itália [4]	24.3	24.3	24.3	24.3	24.3	24.3
Angola	22.0	30.6	30.6	30.6	36.0	36.0
Nigéria (Empréstimo Contestado)	**30.0**	**30.0**	**30.0**	**30.0**	**30.0**	**30.0**

Fonte: estimativas das equipas das autoridades do país, EMAE, ENCO, e FMI

[1] Incluindo dívida de 4,8 milhões de USD a Angola contraída após o alívio da dívida dos PPAE 2007

[2] As dívidas aos fornecedores internos foram reduzidas de modo significativo no início de 2021, usando fundos de apoio orçamental do Banco Mundial, entre outros.

[3] Incluindo as dívidas da HidroEquador S.A à ENCO

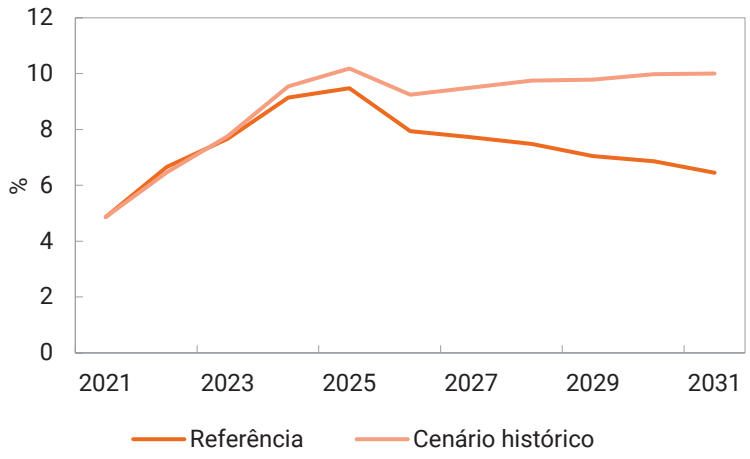
[4] Dívida comercial garantida pelo governo

Tabela A4.0.3. Serviço da dívida externa, 2020–2025 (milhões de dólares americanos)

Serviço da dívida externa devido, existente a médio e longo prazo (capital e juros):	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Multilaterais	**2.8**	**2.8**	**2.9**	**3.0**	**4.4**	**3.7**
Dos quais:						
FMI	0.4	0.6	0.8	0.8	2.0	0.3
Banco Mundial	0.3	0.3	0.3	0.4	0.4	0.7
BAFD	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1	1.9
Outros multilaterais	1.0	0.7	0.7	0.7	0.8	0.7
Bilaterais oficiais	**3.3**	**3.8**	**3.7**	**6.3**	**6.3**	**6.2**
Dos quais:						
Clube de Paris	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Não pertencentes ao Clube de Paris	3.2	3.7	3.7	6.3	6.2	6.1
Serviço da dívida comercial externa	**0.0**	**0.0**	**0.0**	**0.0**	**0.0**	**0.0**
Outra (incluindo fornecedores externos)	**0.9**	**0.4**	**1.0**	**1.0**	**1.0**	**0.6**
Serviço da dívida externa total	**7.0**	**7.0**	**7.6**	**10.3**	**11.6**	**10.5**

Fonte: Análise de Sustentabilidade da Dívida do FMI (2021).

Figura A4.1. Relação serviço da dívida-receitas 2021–2031 (%)

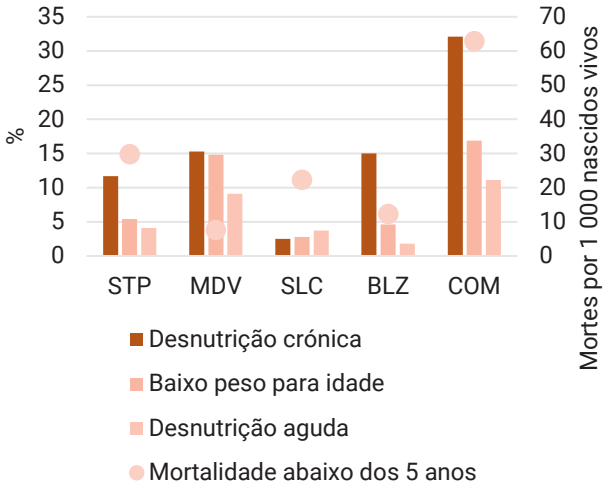


Fonte: Análise de Sustentabilidade da Dívida do FMI (2021).

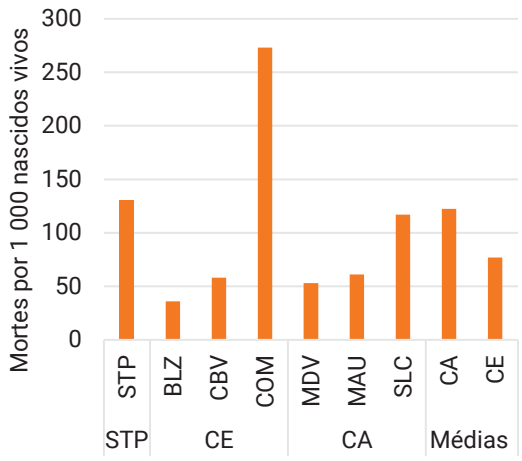
ANEXO 5. INDICADORES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E INFRA-ESTRUTURAS

Figura A5.1: Indicadores de saúde

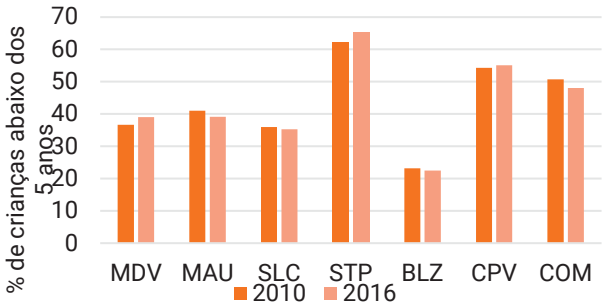
a. Taxas de desnutrição e mortalidade infantil



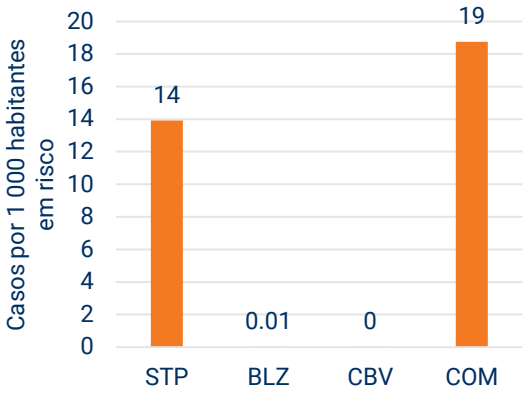
b. Mortalidade materna por 100 000 nados-vivos, 2017



c. Anemia em crianças abaixo dos cinco anos de idade, 2010-16, Percentagem

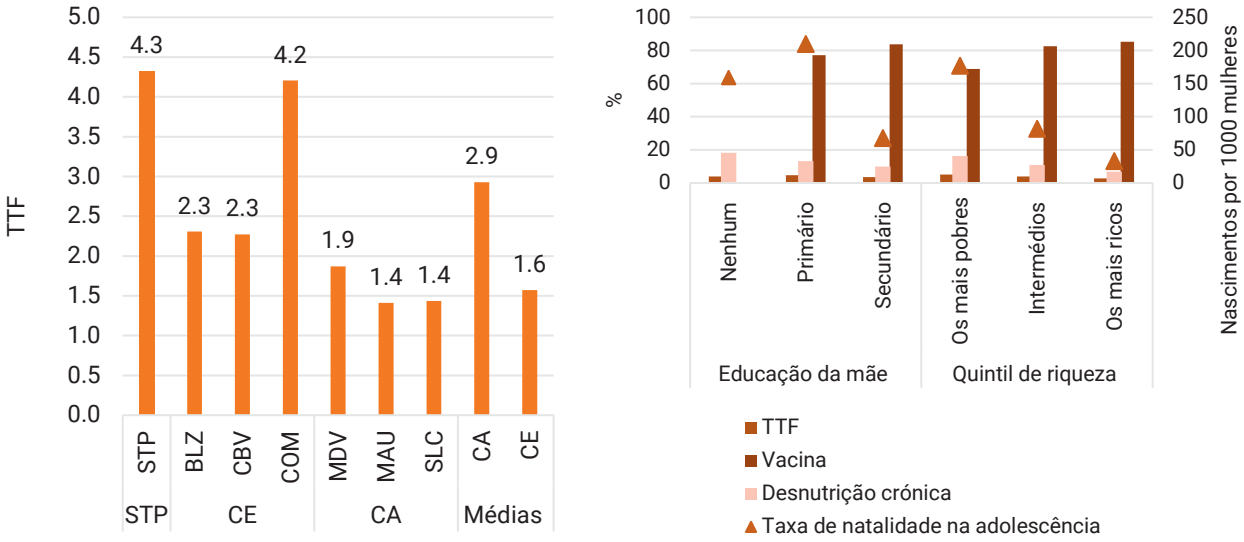


d. Incidência da malária, 2018 (por 1000 habitantes em risco)



e. TTF, 2018 (total de nascimentos por mulher entre os 15 e os 49 anos de idade)

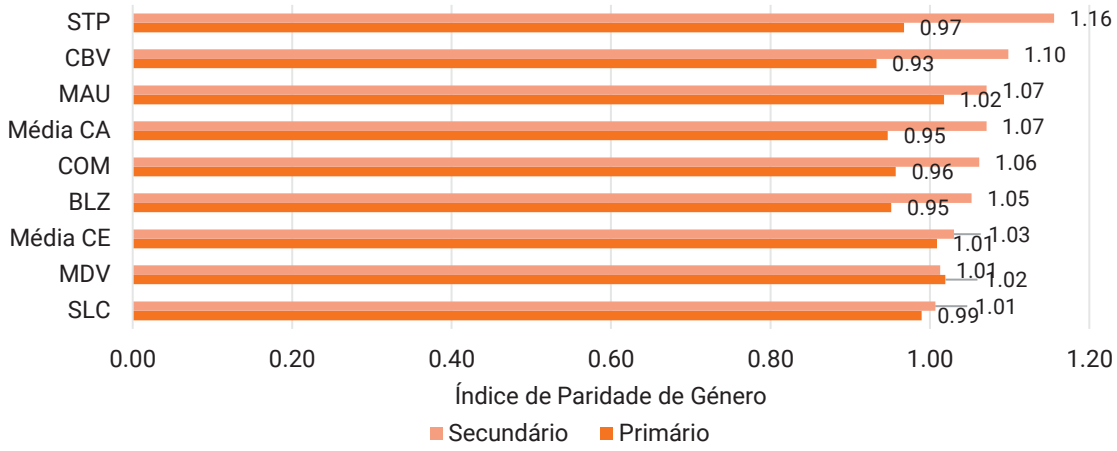
f. TTF e indicadores de saúde seleccionados em STP por educação materna e quintil de riqueza, 2019



Fonte: IIM, 2020 (f); IDM, 2021 (a, b, c, d, e).
Notas: define-se uma criança como portadora de desnutrição crónica, com peso abaixo do normal ou debilitada quando a altura para a idade, o peso para a idade ou a altura para o peso se encontram a mais de dois desvios-padrão abaixo da mediana dos Padrões de Crescimento Infantil da OMS. As taxas referem-se a MDV (2009), SLC (2012), STP (2019), BLZ (2015), COM (2012). A taxa de mortalidade abaixo dos cinco anos de idade refere-se à probabilidade (por 1000 nados-vivos) de um recém-nascido morrer antes de completar cinco anos de idade. As taxas em A referem-se a 2019. A taxa de natalidade na adolescência, Figura. F, é definida como o número de nascimentos em mulheres com idades entre os 15 e os 19 anos, dividido pelo número médio de mulheres nesta faixa etária, expresso por 1000 mulheres.

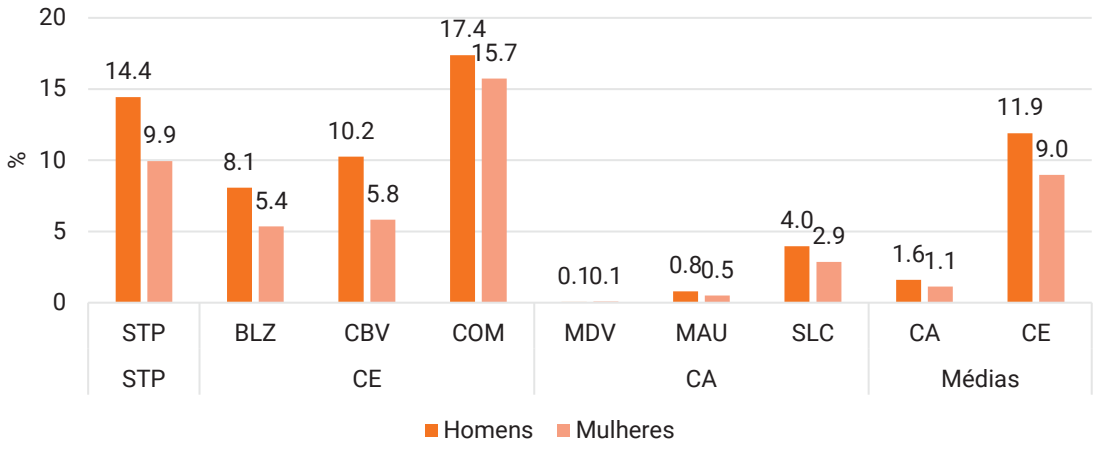
Figura A5.2: Indicadores de educação

a. Paridade de género no ensino primário e secundário total, 2017



Fonte: IDM, 2021.
Nota: os dados das matrículas totais no ensino secundário para as Maldivas referem-se a 2018.
Os dados das matrículas totais no ensino superior para as Maldivas e as Comores referem-se a 2014.
A paridade de género no ensino secundário nas Maldivas refere-se a 2018.

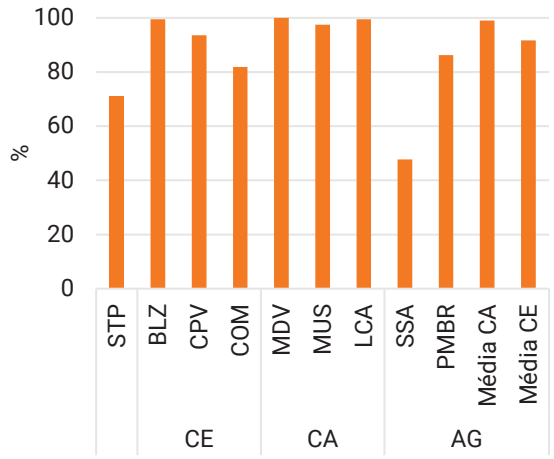
b. Taxa de repetição na primária por género, 2017 (%)



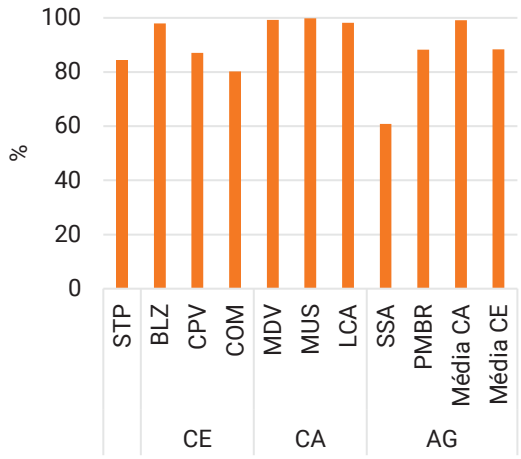
Fonte: IDM, 2020.

Figura A5.3. Acesso a serviços básicos (%)

a. Acesso a electricidade, 2018

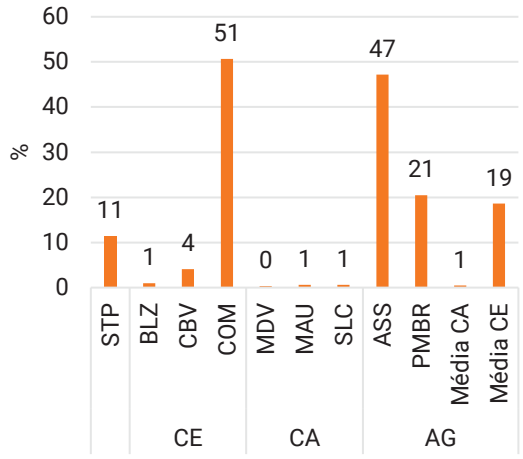


b. Acesso a água potável básica, 2017



c. Acesso a saneamento básico, 2017

d. Taxa de mortalidade atribuída a água e saneamento insalubres e falta de higiene, 2016



Fonte: IDM, 2021.

ANEXO 6. RESULTADOS DE REGRESSÃO

Tabela A6.0.1. Estar entre os 40 por cento inferiores da distribuição de rendimentos tendo em consideração as características de determinados agregados familiares

	Estar entre os 40 por cento inferiores
Chefe de agregado familiar desempregado	2,486***
	(0,709)
Chefe de agregado familiar inactivo	1,586**
	(0,271)
Chefe de agregado familiar, mulher	1,004
	(0,122)
Idade do chefe de agregado familiar	0,994
	(0,00440)
Chefe de agregado familiar, sem instrução	6,062**
	(2,461)
Chefe de agregado familiar, Ensino básico 1	6,676**
	(2,611)
Chefe de agregado familiar, Ensino básico 2	4,449**
	(1,792)
Chefe de agregado familiar, Ensino básico 3	3,045**
	(1,216)
Chefe de agregado familiar, Secundário	1,707
	(0,856)
Dimensão do agregado familiar	1,483**
	(0,0490)
Taxa de dependência do agregado familiar	1,481**
	(0,108)
Constante	0,0227**
	(0,0106)
Observações	2 485

Fonte: estimativas do Banco Mundial com base no IOF de 2017, agregado de consumo (consultar o Anexo 3).
Nota: regressão logística ajustada através de ponderações do inquérito. A variável dependente é uma variável muda que identifica os que se encontram entre os 40 inferiores da distribuição de rendimento. Os desvios-padrão robustos são indicados entre parênteses.
***p < 0,01, **p < 0,05, *p < 0,1

Tabela A6.0.2. Participação na força de trabalho/emprego tendo em consideração determinadas características individuais

	(1)	(2)
	Na força de trabalho	**Empregado**
Mulher	-0,705***	-0,773***
	(0,144)	(0,269)
Casado	1,243***	1,137***
	(0,161)	(0,291)
Mulher*casada	-1,722***	-0,948***
	(0,196)	(0,357)
Idade	0,225***	0,0817**
	(0,0155)	(0,0345)
Idade^2	-0,00266***	-0,000463
	(0,000174)	(0,000440)
Sem instrução	-0,721**	-0,617
	(0,338)	(0,586)
Ensino básico 1	-0,720**	-0,617
	(0,331)	(0,561)
Ensino básico 2	-0,253	-0,687
	(0,339)	(0,579)
Ensino básico 3	-0,269	-1,071*
	(0,334)	(0,551)
Secundário	-0,159	-1,008*
	(0,360)	(0,585)
Constante	-2,349***	1,101
	(0,439)	(0,789)
Observações	5 197	3 611

Fonte: com base no agregado de consumo do IOF de 2017 (consultar o Anexo 3).
Nota: regressão de *logit* ajustada através de ponderações do inquérito. A variável dependente (1) é uma variável muda que identifica os indivíduos activos, e a variável dependente (2) é uma variável muda que identifica os indivíduos empregados. Os desvios-padrão robustos estão entre parênteses.
***p < 0,01, **p < 0,05, *p < 0,1

ANEXO 7. OPORTUNIDADES E DESAFIOS NA AGRICULTURA

A cadeia de valor do cacau e as exportações agrícolas não tradicionais, como a pimenta e as especiarias, os cosméticos naturais, os extractos de óleos essenciais e as bebidas espirituosas de cacau, revelaram um prometedor potencial de crescimento enquanto exportações, devido às principais características competitivas e à forte procura de países de elevado rendimento. Entre as características competitivas encontram-se (a) rácios de valor-peso elevados, (b) facilidade de transporte para os turistas, (c) baixa perecibilidade e facilidade de armazenamento, (d) resistência às alterações climáticas e (e) a ímpar imagem social e ambiental positiva de STP. As cadeias de valor que beneficiam de algumas destas características oferecem oportunidades ao sector privado, se for criado um ambiente empresarial favorável que lhe permita alcançar o seu potencial (Banco Mundial, 2019a). A cadeia de valor do cacau, em conjunto com as exportações agrícolas não tradicionais referidas, está bem adaptada a uma procura dos países de elevado rendimento que valorizam os produtos que respeitam o ambiente e são produzidos organicamente e de forma sustentável.

A estreita ligação entre a agricultura e a crescente indústria do turismo oferece oportunidades para um mercado maior, ligações reforçadas, uma forma de contornar os desafios actuais da agro-logística, assim como reforça ainda mais a reputação de STP como uma fonte de produtos agrícolas sustentáveis de elevada qualidade. O aumento dos ecoturistas oferece ao sector agrícola uma plataforma para reforçar a sua reputação como um país que produz produtos ecológicos de elevada qualidade e um canal para apresentar outras exportações não tradicionais, como pimentas e outras especiarias, óleos essenciais e bebidas espirituosas de cacau, a um público mais vasto. Os turistas que levam produtos agrícolas como presentes para os respectivos países de origem também permitem que o sector contorne os meios de exportação tradicionais, que envolvem quantidades consideráveis de tempo e custos de transporte substanciais. Na falta de uma agência de exportações activa, os turistas também podem divulgar o país e os seus produtos agrícolas de excelência nos respectivos países de origem, o que poderia incentivar mais turistas e reforçar a sinergia entre a agricultura e o turismo.

Existe potencial para o país crescer através da intensificação da agricultura, colmatando as grandes disparidades de rendimento para diminuir a pobreza, especialmente nos agregados familiares agrícolas rurais. Visto que a oferta de terra é limitada, colmatar as lacunas de produtividade conduziria a um amplo crescimento do sector agrícola e à redução da pobreza rural. O aumento dos rendimentos agrícolas para o nível médio dos países vizinhos da África Ocidental ou dos PEID de comparação pode ter como resultado um crescimento estimado no PIB agrícola de pelo menos 10 pontos percentuais, aumentando o rendimento da agricultura familiar acima da linha de pobreza (Banco Mundial, 2019a). Uma forma de promover a intensificação agrícola é realizar levantamentos do território para determinar o tipo e a qualidade dos solos. Garantir que as culturas plantadas estão bem adaptadas ao tipo, à qualidade e à fertilidade do solo pode aumentar substancialmente os rendimentos agrícolas. Instalar infra-estruturas de

recolha de água, que diminuam a variabilidade do fornecimento de água, também pode aumentar a produção agrícola.

O sector dos agro-negócios tem um grande potencial de crescimento, fortalecendo ligações a jusante e a montante e produzindo produtos de maior valor acrescentado. Contudo, é afectado por custos de transporte elevados, que reduzem a rentabilidade e que ameaçam a sua sustentabilidade. Os agro-negócios podem ter efeitos positivos significativos na produtividade agrícola, geração de rendimentos e segurança alimentar. Também podem fortalecer a ligação entre o turismo e a agricultura e são fundamentais para o aumento das exportações de STP. Os agro-negócios também podem realizar investimentos de capital, o que lhes permitiria adicionar mais valor aos produtos antes de serem exportados, abrindo oportunidades para o emprego e para a mobilidade ascendente da força de trabalho. Contudo, o crescimento do sector é restringido por factores como a falta de (a) infra-estruturas imateriais que reduziriam os custos de forma significativa, (b) direitos de propriedade da terra seguros que facilitariam o acesso ao crédito e (c) serviços básicos, como I&D agrícola e serviços de promoção das exportações, que divulgariam os produtos de STP nos mercados internacionais.

Os desafios relacionados com a agro-logística no país foram identificados pelos agricultores e pelos agro-negócios como o problema mais frequente e recorrente do sector, o que causa as maiores perdas, e a maior fonte de risco e incerteza do sector. O governo tentou abordar alguns destes desafios investindo em infra-estruturas materiais, como construção de rodovias, reabilitação e projectos de ampliação, mas ainda não existe uma política pública clara nem investimentos na melhoria da rede logística e nas infra-estruturas imateriais, como sensores de segurança no aeroporto, armazéns e armazenamento a frio. Apesar dos rendimentos crescentes e de um mercado de exportações potencialmente vasto, o crescimento e a sustentabilidade dos agro-negócios e das cooperativas de agricultores estão ameaçados pelo custo e pela incerteza provocados pelo sistema agro-logístico do país. Devido à falta de um sensor de segurança no aeroporto, os agro-negócios e as cooperativas não podem expedir os produtos directamente para a Europa e, em vez disso, têm de passar primeiro por Angola, o que aumenta o tempo que levam a chegar aos consumidores, assim como os custos de exportação. Devido a não existir um sistema de recibos de armazém adequado, os produtores apenas recebem o pagamento depois de os produtos chegarem ao país de destino, o que aumenta os riscos relacionados com a variação dos preços e condiciona o fluxo de caixa. A falta de uma agência de promoção das exportações activa significa que têm de ser os próprios agro-negócios a divulgar os seus produtos nos mercados de exportação, o que soma aos seus custos. A falta de direitos de propriedade seguros e formais agrava estes problemas, visto que condiciona o acesso ao crédito.

A ausência de um sistema de informação territorial e de recolha de dados eficaz provocou lacunas de informação que prejudicam a criação de uma política unificada sobre a agricultura e os esforços para reforçar a governação do território. O actual sistema de informação territorial é manual, em papel e dissociado dos restantes

sistemas governamentais, resultando em dados desactualizados e fragmentados. Os dados cadastrais também estão igualmente desactualizados ou em falta. Além disso, o último censo agrícola de STP foi realizado há 30 anos, em 1990. Desde então, alguns inquéritos aos agregados familiares têm tentado captar as informações sobre as comunidades agrícolas, mas não ofereceram uma visão global do sector. Como resultado, existe actualmente uma importante lacuna nas informações de que o governo necessita para formular e avaliar políticas em relação aos rendimentos e produtividade agrícolas, insumos, utilização da terra e preços de mercado dos produtos agrícolas.

A falta de títulos formais e um enquadramento fraco aplicável à posse da terra elevam a incerteza sobre os direitos de propriedade, desincentivam os investimentos produtivos pelo sector privado e condicionam o acesso a financiamento. A incerteza sobre a atribuição e aplicação dos direitos de propriedade desincentiva o investimento produtivo, especialmente nos sectores da agricultura e do turismo, visto que ambos exigem investimentos a longo prazo. A falta de títulos de propriedade claros e formais também inibe a utilização da terra como garantia, condicionando o acesso ao crédito. Como consequência, a terra não é atribuída nem utilizada eficientemente, o investimento produtivo é desincentivado, a produtividade é reduzida, a inovação é atenuada e o crescimento total é limitado.

STP é especialmente vulnerável aos problemas criados pelas alterações climáticas, devido à localização e aos limitados recursos da terra. Desde a década de 1950, a precipitação tem vindo a diminuir e as temperaturas médias têm vindo a aumentar. Para os agricultores, o risco de seca é uma preocupação subjacente e uma fonte de risco. A análise dos possíveis défices de água devidos às alterações climáticas indica que a produção de cacau, pimenta e milho pode diminuir potencialmente em 30%. Para que o sector continue a ser competitivo, é fundamental que se consiga adaptar às alterações climáticas, e devem ser consideradas práticas inteligentes em termos climáticos, como a instalação de infra-estruturas de recolha de água, a adopção de técnicas de conservação da água e dos solos, assim como o desenvolvimento de um sistema Agro-silvopastoril (SASP).[83]

[83] SASP diz respeito à agricultura que apresenta culturas, silvicultura e pastagens de animais. SASP é um nome colectivo para os sistemas de utilização da terra, que implicam a combinação de uma componente lenhosa (como árvores) com pecuária no mesmo local. Estes sistemas são um modelo de produção baseado em práticas silvícolas complementares das actividades agrícolas pré-existentes.

ANEXO 8. OPORTUNIDADES E DESAFIOS NA PESCA

Os benefícios económicos da pesca podem ser aumentados sem intensificar o stress sobre os recursos pesqueiros, através de uma melhor utilização das capturas. Reduzir as ineficiências das perdas posteriores às capturas é uma oportunidade directa de aumentar o valor das capturas actuais. O processamento posterior à captura é limitado a actividades de baixo valor acrescentado, como a salga e a secagem. A contribuição limitada para STP de frotas pesqueiras de atum estrangeiras também precisa ser reavaliada.

Dadas as preocupações com o esgotamento dos recursos pesqueiros existentes, o desenvolvimento da pesca não pode depender de níveis mais elevados de exploração desses recursos, mas sim da diversificação das espécies-alvo (por exemplo, atum e espécies semelhantes ao atum) e da melhoria da cadeia de valor e valor acrescentado (por exemplo, conservação, processamento e exportações). Isto poderia implicar o desenvolvimento de uma nova frota adequada ao atum e recursos afins, que operaria a partir de São Tomé e Príncipe, descarregando as suas capturas na ilha para abastecer o mercado local e, eventualmente, exportar. Além disso, o investimento do sector privado para um melhor processamento e valor acrescentado pode ser encorajado e levar à exportação de produtos da pesca, gerando um novo tipo de receita para STP.

A construção de novas instalações posteriores à captura pode resultar em níveis mais elevados de agregação de valor. A falta de armazenamento a frio, refrigeradores frigoríficos, máquinas para gelo e outras instalações de conservação persiste ao longo da cadeia de valor. A maioria dos pescadores não usa gelo ou recipientes isolados a bordo das suas embarcações e existe uma falta de locais de desembarque equipados com instalações de conservação e electricidade confiável. Técnicas de baixo custo, como salga e defumação, são aplicadas por necessidade, resultando em pouco valor acrescentado e afectando negativamente a qualidade do produto. Mesmo o mercado central da capital, onde cerca de 70% da produção de pescado é vendida, carece de instalações de conservação. Centros de desembarque e processamento bem projectados que fornecem serviços e instalações para comunidades pesqueiras com energia confiável para preservação a frio aumentariam as oportunidades para os pescadores artesanais.

Fornecer um produto premium pode agregar valor dentro de uma abordagem de Economia Azul. O crescimento do turismo oferece a hipótese de maior procura e geração de receitas. Abastecer hotéis e restaurantes voltados para o turismo com peixe fresco local de alta qualidade trará maiores receitas aos pescadores artesanais e contribuirá para a imagem de STP como um país ecologicamente puro. Além disso, rendimentos provenientes de experiências como passeios de barco pode ser uma nova fonte de receitas, criando um incentivo adicional para a preservação do meio ambiente a longo prazo.

A exportação de atum e outro peixe de alto valor de STP exigiria investimentos consideráveis na infra-estrutura portuária. STP já está em desvantagem estrutural, porque é uma ilha remota distante dos centros de navegação. O porto actual é raso, de pequena dimensão e carece de área para expansão, devido à sua localização dentro da cidade. A maioria das embarcações oceânicas precisa ancorar de 1 a 1,5 milhas da costa e usar batelões para descarregar, um processo dispendioso e moroso. A pequena dimensão do porto dificulta a manobra e o armazenamento de cargas e contentores. Além disso, a pequena dimensão do porto carece de estrutura para cargas refrigeradas, de forma que a exportação de pescado fresco não é viável. Uma análise significativa é necessária antes de decidir se se reforma o porto actual ou se se constrói um novo, o que exigiria investimentos complementares que incluem acessibilidade rodoviária, bem como ligações de energia e água. Com o alto custo de exportação, os produtos devem atingir preços elevados internacionalmente para serem economicamente viáveis. STP produz poucos produtos de alto valor, excepto por pequenas quantidades de moluscos, como vieiras e polvos, embora essas exportações estejam a ganhar destaque, gerando uma vantagem comparativa. Reduzir os custos de expedição e tornar possível a carga refrigerada irá melhorar significativamente a capacidade de STP para exportar produtos pesqueiros e aumentar as receitas da pesca.

Também são necessários investimentos na capacidade da frota. Se a frota de pesca semi-industrial de pequena escala em STP for apoiada, pode fornecer concorrência e aumentar o valor, em comparação com as frotas estrangeiras. A frota de pequena escala de 10 embarcações activas opera em torno da ilha do Príncipe onde existe uma abundância de recursos demersais e dentro da ZEE do Gabão. A frota é velha e, frequentemente, avarias recorrentes limitam o seu desempenho. Também não tem acesso a gelo de boa qualidade, infra-estrutura de desembarque e financiamento. No entanto, a pesca doméstica de atum com palangre pode ser encorajada, dado o vasto valor inexplorado do recurso, que, actualmente, fornece um valor limitado para STP. Além da infra-estrutura de desembarque, o apoio a embarcações e a revisão de acordos com frotas estrangeiras poderiam criar espaço para o atum doméstico prosperar.

Abordar a sobrepesca, a poluição marinha e os efeitos das mudanças climáticas, assim como maximizar os benefícios sociais e económicos dos recursos oceânicos a longo prazo, são essenciais para a abordagem da Economia Azul.[84] As pescarias de STP são vulneráveis às mudanças climáticas. A gravidade dos impactos das alterações climáticas nas pescas ainda não é conhecida, mas existem vários canais, incluindo a acidificação e o aumento das temperaturas, que podem afectar negativamente STP. Os impactos serão sentidos, em primeiro lugar, nos próprios recursos pesqueiros e, em segundo lugar, nos ecossistemas marinhos e costeiros, dos quais esses recursos dependem. A pesca será afectada, não apenas pelo aumento do nível do mar e das mudanças na distribuição dos recursos pesqueiros, mas também por mudanças na fenologia e fisiologia dos recursos marinhos. Um estudo em curso sobre o impacto das

[84]O Banco Mundial define a Economia Azul como o desenvolvimento sustentável e integrado dos sectores da economia marítima.

alterações climáticas na pesca marinha africana estima que, até ao final do século, o PMC (Potencial Máximo de Captura) de STP poderá diminuir 40%. A poluição e o desenvolvimento costeiro representam uma ameaça adicional, pois os resíduos podem afectar a produção e contaminar as capturas.

Actualmente, o licenciamento da pesca não está estruturado de forma a promover a pesca sustentável, e a capacidade de monitorização é bastante limitada. Para a pesca artesanal e de pequena escala, há uma taxa de registo de embarcações, mas não há controlo sobre o número de pescadores, o número de embarcações ou o tamanho das capturas, o que contribui para a sobreexploração. Com este sistema, cada pescador individual não tem incentivo ou obrigação de regular a sua captura, de modo a manter os recursos pesqueiros saudáveis. A falta de dados inibe a gestão governamental eficaz dos recursos pesqueiros e dificulta a criação de novas políticas para reduzir a pressão no ecossistema.

Estratégias nas quais o governo partilha a responsabilidade de gestão com as comunidades locais podem ser eficazes para a sustentabilidade. A gestão comunitária dos direitos de pesca pode ser um mecanismo eficaz para a introdução de novas medidas de gestão, vigilância local, medidas de aumento de recursos pesqueiros e vigilância participativa; sobretudo, pode alterar e retirar os incentivos da maximização das capturas. No entanto, este é um processo ascendente que requer mudança de comportamentos e esforços consideráveis para aumentar a consciencialização e fortalecer as capacidades dos intervenientes locais. A co-gestão tem sido bem-sucedida em comunidades socialmente coesas, onde os direitos de posse da comunidade eram claros e quando acompanhados por um aumento no nível geral das receitas da comunidade.

A cooperação regional melhorada para a investigação, gestão de recursos partilhados, partilha de dados, monitorização do controlo e vigilância e negociação de acordos de pesca poderia melhorar a capacidade de STP para trabalhar com frotas estrangeiras. Actualmente, a regulamentação e a fiscalização das actividades da frota estrangeira nas águas territoriais de STP são ineficazes. O número de embarcações estrangeiras e os tamanhos das suas capturas são regulados tecnicamente por um sistema de licenciamento (STP-UE APPS), mas não existe um sistema para garantir a conformidade, uma vez que STP carece de embarcações e ferramentas de recolha de dados para monitorizar as actividades de forma independente. STP é membro da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico e da Comissão Regional de Pesca do Golfo da Guiné. Ao partilhar recursos (investigação e monitorização, controlo e vigilância) e trocar lições e experiências, STP poderia gerir melhor os recursos pesqueiros e o ecossistema. Além disso, a cooperação regional melhorada também poderia permitir que STP e outros países tivessem maior poder negocial nas negociações de acordos de pesca.

ANEXO 9. OPORTUNIDADES E DESAFIOS NO TURISMO

As receitas do turismo podem reduzir a dependência de STP de fontes externas de financiamento. A receita cambial oriunda do turismo pode ajudar a reduzir a dependência do país de remessas, ajuda externa e empréstimos externos. Isto ajudaria STP a abandonar o tipo de desenvolvimento económico de migração, remessas, assistência e burocracia (MRAB) e mudar para uma economia turística de ilha de pequena dimensão (ETIPD), que é um caminho mais sustentável para o crescimento. Os ganhos do turismo permitem que o país acumule reservas cambiais, alivie as restrições cambiais e forneça uma forma mais sustentável de financiar as importações, o que é especialmente importante para uma pequena economia insular. Também permite ao país importar bens de investimento para aumentar a respectiva competitividade, eficiência e produtividade.

O turismo tem o potencial de gerar grandes efeitos colaterais para outros sectores da economia, estimulando o crescimento e o desenvolvimento. Mais chegadas de turistas podem significar maior procura por bens e serviços locais, expandindo as oportunidades económicas para um segmento mais amplo da população. Os ganhos do turismo fluem directamente para as empresas que atendem os turistas, como hotéis, fornecedores de transportes, serviços turísticos e restaurantes e, indirectamente, para empresas e indivíduos que fornecem bens e serviços para negócios relacionados com o turismo. Ao atender à procura de um mercado maior, a indústria poderia mobilizar o empreendedorismo, tornar-se numa importante fonte de criação de empregos e promover a mobilidade ascendente da mão-de-obra.

Os canais digitais são uma forma relativamente económica de promover o turismo. A proliferação dos meios digitais e o seu alcance mundial oferece a STP um canal para aumentar a consciencialização e se promover como um destino turístico único, conhecido pela sua biodiversidade e pelo seu ambiente pristino.

Lacunas nas ligações e falta de ligações com os principais centros restringem o crescimento do sector do turismo. O único ponto de ligação entre STP e a Europa é Portugal, o que significa que a maioria dos turistas teria de viajar por Lisboa antes de entrar em STP. A falta de ligações aumenta os custos das viagens dos turistas e aumenta o tempo que passam em trânsito, o que pode impedir alguns viajantes de visitar o país. Pequenas melhorias nas ligações, como um voo semanal adicional de um centro importante como Londres, podem ter um impacto significativo no sector. Ao mesmo tempo, para receber aviões com maior capacidade, a pista de aterragem do aeroporto precisaria de ser ampliada.

A percentagem de crédito do sector é desproporcional à contribuição do turismo para o PIB, restringindo os investimentos produtivos no sector. Apesar de o sector do turismo ter contribuído directamente com 10,8% para o PIB em 2017, o mesmo recebeu apenas 0,2% do crédito, em forte contraste com a construção, que recebeu 34% do crédito, e os empréstimos ao consumidor para agregados familiares, que receberam 21% do crédito.

Isso prejudica a capacidade de os empresários expandirem os seus negócios e fazerem investimentos de capital.

A **fraca governação fundiária e as políticas vagas que regem as concessões estrangeiras de terras também impedem os investimentos no sector.** Actualmente, a concessão estrangeira de terras é permitida para projectos autorizados pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. No entanto, essas políticas não são abrangentes e as directrizes relativas a detalhes importantes dessas concessões, como o seu comprimento e tamanho máximo permitido, não são claras e estão sujeitas a interpretação. Isso aumenta a incerteza sobre a posse da terra, o que pode dissuadir os investidores estrangeiros de investirem em projectos de turismo, que muitas vezes exigem compromissos de longo prazo

Lacunas nas infra-estruturas enfraquecem as ligações, restringindo o crescimento do sector. Para pequenos estados insulares, as ligações são fundamentais e há várias melhorias que podem aumentar a capacidade de turismo do país. Investimentos relativamente económicos em infra-estruturas ligeiras para reforçar a segurança e protecção aérea poderiam aliviar os problemas actuais do aeroporto e expandir a capacidade turística. Entre estes, estão a substituição das luzes da pista, a vedação do perímetro ao redor de todo o aeroporto e novos equipamentos de navegação e comunicação. Em 148º lugar entre 154 países, STP está classificado próximo do fundo do ICA. A pontuação do ICA do país de 0,58 é inferior à pontuação média de congéneres estruturais (0,86) e congéneres aspiracionais (1,12). As limitadas ligações aéreas, as infra-estruturas públicas e privadas inadequadas e a escassez de informações turísticas limitam seriamente o potencial do turismo.

Os turistas identificaram outras barreiras ao crescimento do turismo, entre estas, o elevado custo das passagens aéreas, devido à escassez de voos; a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade; questões de higiene, saneamento, gestão de resíduos e segurança alimentar; infra-estruturas inadequadas (por exemplo, energia, rodovias, sinalização, acesso à praia, a hotéis e a restaurantes); assim como a aceitação limitada de cartões internacionais de crédito/débito. Além disso, recursos humanos inadequados e condições difíceis para os empresários também restringem a oferta de bens e serviços aos turistas, restringindo, deste modo, o impacto do turismo nas oportunidades de rendimento. Há pouca formação para os trabalhadores do sector da hotelaria e serviços e poucas vias de acesso ao emprego. Abordar essas barreiras à produtividade aumentará a capacidade e empregabilidade de são-tomenses desempregados e subempregados e ajudará a garantir que o turismo se desenvolve de maneira responsável, inclusiva e economicamente viável.

Embora tenham sido feitos esforços para fortalecer o ambiente empresarial em STP, são necessários mais esforços para promover o seu sector do turismo. STP realizou várias reformas para melhorar o ambiente empresarial, mas existe espaço para melhorias do ambiente regulatório e institucional das empresas. As reformas recentes incluem a adopção de procedimentos de vistos online e a eliminação da exigência de

visto para visitantes de curto prazo, redução do tempo necessário para registar uma empresa para 24 horas, redução do custo e do tempo para obter licenças, bem como o lançamento de uma plataforma electrónica para processar importações e exportações. Entre as novas regulamentações no sector de turismo estão uma taxa diária de turismo, novas directrizes para as indústrias de aluguer de carros e jogos de azar, taxas de licenciamento de hotéis e requisitos legais para agentes de viagens e guias turísticos.

ANEXO 10. MELHORAR O DESEMPENHO DO SECTOR DAS ÁGUAS

O fornecimento adequado de água e saneamento é essencial para o desenvolvimento económico e humano e para a redução dos impactos causados pela COVID-19 e outras doenças transmitidas pela água que afectam a população de STP. Embora reformas institucionais, diálogo político e grandes investimentos sejam necessários no sector para garantir o fornecimento adequado de serviços de água para a população de STP, podem ser obtidos ganhos consideráveis, ao investir-se nas reformas da EMAE, ao melhorar os serviços de água, saneamento e higiene (ASH) em escolas e em centros de saúde, assim como na educação sobre higiene através de actividades de mudança de comportamentos. Garantir a resiliência dos recursos hídricos e das infra-estruturas também é crucial, dada a vulnerabilidade climática a que STP está exposto.

Podem ser obtidos ganhos significativos pela EMAE na melhoria da prestação de serviços, com pequenos investimentos na melhoria da operação e gestão da empresa de serviços públicos de água, no que diz respeito à prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento. Com base no diagnóstico da empresa de serviços públicos de água, a EMAE, realizado em Abril de 2021, a revisão da tarifa de água e o fomento da relação com os clientes e dos sistemas de monitorização e avaliação da prestação dos serviços de abastecimento de água podem trazer ganhos na prestação dos serviços. Também é necessário o desenvolvimento de um plano de negócios robusto, que identifique as necessidades de médio e longo prazo para garantir a sustentabilidade financeira, técnica e institucional da empresa de serviços públicos. Além disso, o plano de negócios informará as recomendações de política exigidas não apenas no nível da empresa de serviços públicos, mas também no nível do sector de água.

Reformas institucionais e políticas voltadas para o fortalecimento e a profissionalização de uma empresa de serviços públicos de água com identidade autónoma (no âmbito dos serviços públicos de água e energia, EMAE) garantirão que as tarifas de abastecimento de água e serviços de saneamento cobrem os investimentos no sector e permitirão que a empresa de serviços públicos se concentre em melhorar a prestação de serviços de água e a satisfação do cliente. Além disso, considerando que a empresa de serviços públicos também fornece energia eléctrica, podem ser desenvolvidos indicadores comuns importantes para a monitorização da prestação do serviço e da satisfação do cliente. Assim, devem ser perseguidas reformas institucionais focadas no lado da empresa de serviços públicos de água que visem estabelecer um sistema regulatório para o sector da água, estabelecendo um sistema tarifário que considere as necessidades de todos os consumidores e definindo os serviços de saneamento que podem ser prestados pela empresa, considerando opções convencionais e não convencionais. Estas reformas irão garantir que o contexto capacitador é fortalecido para esclarecer mandatos e garantir recursos para a operação e manutenção da provisão de serviços de ASH, incluindo o planeamento direccionado para a provisão de serviços em escolas e centros de saúde. Paralelamente, devido à crescente procura e de modo a ampliar a prestação de serviços para todo o país, tem de ser efectuada a elaboração de um roteiro de investimentos necessários, incluindo para a (a) expansão e melhoria da infra-estrutura de acesso básico ao abastecimento de água e saneamento, tanto para contextos urbanos quanto rurais, e (b) recursos hídricos e resiliência climática para apoiar os sectores produtivos e o crescimento económico.

ANEXO 11. CONSULTAS NO PAÍS

Foram realizadas duas rondas de consultas em 2019 e 2021 como parte do processo de preparação do SCD. A primeira ronda foi organizada como uma série de reuniões individuais com informantes principais, principalmente do sector público (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Directoria de Pesca, Ministério do Turismo, Directoria de Planeamento e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]). Essas reuniões foram realizadas pela equipa de Pobreza e Equidade do Banco Mundial no país em 4 e 5 de Setembro de 2019 e incluíram reuniões.

A segunda ronda de consultas, realizada entre 17 de Maio e 3 de Junho de 2021, foi realizada virtualmente, devido às restrições de viagens impostas pela pandemia da COVID-19.[85] Esta ronda de consultas foi mais ampla, contando com a participação de representantes de diversas facetas da sociedade são-tomense e com a participação de toda a equipa do SCD. As consultas começaram com uma apresentação ao Primeiro-Ministro e ao Conselho de Ministros para apresentar a narrativa geral do SCD e as prioridades propostas para verificação e comentários. Os ministros endossaram a narrativa, as prioridades e o plano para consultas continuadas. Nos dias seguintes, a equipa reuniu-se com representantes do sector público, membros do Parlamento, sociedade civil e doadores internacionais, com o objectivo de compreender melhor as restrições e como lidar com as prioridades (Tabela A11.1).

Tabela A11.1. Reuniões realizadas durante a fase de consultas no país

Tópico	Data	Instituições Participantes
Conselho de Ministros	17 de Maio	Primeiro-Ministro, todos os ministérios
Sector social	18 de Maio	Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ensino Superior
Sector económico	18 de Maio	Banco Central, Direcção de Planeamento, Direcção de Orçamento, INE, Gabinete de Dívida, Direcção de Turismo e Hotelaria
Infra-estruturas e meio ambiente	19 de Maio	Instituto Nacional de Meteorologia, Direcção de Recursos Naturais e Energia, ENAPORT, ENASA, IMAP STP, INAE, Projecto de Promoção de Energias Renováveis - STP
Sector privado	20 de Maio	Grupo Empresarial Socogesta, CECAB, Valúdo, Ecobank, BISTP, BGFIBank STP, Brainsoft, Dr. Empreendedorismo, APCI
Sessão com membros do Parlamento	21 de Maio	Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional - Assuntos Económicos, Financeiros, Transparência e Administração Pública
Comunidade dos doadores	21 de Maio	Embaixada da África do Sul, UN-Habitat, OMS STP, Embaixada da Guiné Equatorial, União Europeia, Embaixada da China, BAfD, OMC, Embaixada de Portugal, PNUD, UNICEF, FNUAP, Embaixada de Cabo Verde

[85]A equipa gostaria de agradecer a orientação e o apoio valiosos durante as consultas no país fornecidos por Ana Maria Carvalho (Oficial de Operações Sénior, AEMAO) e Wilson Piassa (Associado para Assuntos Externos, AEMAO), bem como o apoio geral e as contribuições excelentes para as consultas prestados por Sandro Trigueiros (Oficial de Ligação, AEMAO) e Annia Sousa da Graça (Assistente de Equipa, AEMAO).

Mulheres e grupos de jovens	26 de Maio	Associação de Jornalistas de STP, Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de STP, Associação de Mulheres Advogadas de STP, Associação de Jovens Empreendedores e Iniciativas Empreendedoras (AJEIE)
Governo Regional do Príncipe (RAP, Região Autónoma do Príncipe)	10 de Junho	

Nota: FNUAP = Fundo das Nações Unidas para a População; OMS = Organização Mundial da Saúde; UNICEF = Fundo das Nações Unidas para a Infância.

RESULTADOS

O objetivo das consultas foi apresentar o diagnóstico inicial desenvolvido pela equipa do Banco Mundial e recolher feedback das partes interessadas. No geral, o diagnóstico foi bem recebido, com um reconhecimento generalizado da relevância das hipóteses subjacentes e um reconhecimento das prioridades propostas.

As questões mais frequentemente mencionadas pelos participantes estiveram relacionadas com os problemas estruturais do país: (a) enfrentar a crise do sector energético, (b) melhorar a infraestrutura, incluindo o porto e o aeroporto, (c) melhorar o capital humano por meio de formação em diferentes áreas e de melhor qualidade de ensino; (d) melhorar a capacidade geral do governo.

Algumas outras mensagens foram veiculadas com firmeza durante as consultas:

- Houve várias menções de uma dinâmica de "insider-outsider" em relação ao sector público e ao governo. Os participantes de várias reuniões sentiram que o sector público/governo não trabalhou para apoiá-los e não priorizou as suas necessidades. Uma preocupação comum é a percepção da falta de meritocracia e excessiva politização da administração pública. Houve também a percepção de que o sector público pode ver o sector privado como um concorrente, e não como um cliente e um importante veículo de crescimento que precisa do apoio do sector público.

- A conversa com o Governo Regional do Príncipe sugeriu sérios desafios para a ilha, incluindo a falta de qualquer presença judicial e a falta de transporte regular, acessível e seguro para a ilha principal de São Tomé. No geral, havia um sentimento de ser deixado para trás.

- O país precisa de uma agenda de actualização de competências, um desafio que se torna ainda mais difícil pela baixa qualidade dos resultados de aprendizagem do sistema de ensino básico. A falta de mão-de-obra qualificada foi mencionada várias vezes (como a necessidade de canalizadores, electricistas e trabalhadores da construção), incluindo a falta de competências básicas necessárias para pequenas empresas e actividades do sector primário, como contabilidade básica e gestão empresarial, e até mesmo falta de competências de natação, o que representa riscos especialmente para aqueles que dependem da pesca ou outro tipo de trabalho em embarcações.

- A importância do mar como um activo que não está a ser explorado de forma adequada foi levantada repetidamente, sendo que alguns citaram a falta de coordenação do governo para apoiar uma agenda integrada de Economia Azul. Foi também notado que, apesar destas oportunidades, as comunidades piscatórias são as principais bolsas de pobreza em STP.

- A reduzida dimensão do sector privado, incluindo várias menções de que ainda não existia realmente ou era fundamentalmente liderado por estrangeiros, foi repetida em várias reuniões e vinculada à qualidade do ambiente empresarial e à estrutura de governação.

- A gravidez na adolescência foi destacada como uma questão importante e complicada, relacionada com a pobreza e as aspirações, que vai além da informação e do acesso à contracepção, que já estão ambas a ser fornecidas.

- Também foi discutida a necessidade de melhor coordenação de doadores e melhor adequação de projectos de desenvolvimento. Houve concordância unânime de que essa coordenação deve ser propriedade do governo.

ANEXO 12. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DO MEMORANDO ECONÓMICO DO PAÍS

Nível de política	Recomendação sobre políticas	Calendário
Macro-económico	Substituir os impostos de consumo limitados existentes por um sistema duplo composto por um IVA de base ampla e um imposto especial de consumo	Médio
	Capacitar o gabinete de administração tributária para administrar o IVA	Longo
	Estabelecer formalmente uma unidade de grandes contribuintes e aplicar técnicas modernas de auditoria para garantir a conformidade tributária entre grandes contribuintes	Médio
	Controlar as despesas, ao evitar aumentos salariais e abster-se de contratar novos funcionários para o sector público	Curto
	Melhorar as previsões de receita e fortalecer a gestão do fluxo de caixa para evitar assumir compromissos financeiros incontroláveis	Longo
Estrutural	Acabar com o monopólio estatal da operação portuária para permitir a entrada de operadores portuários privados e empresas marítimas verticalmente integradas	Curto
	Rever as regras e taxas para armazenamento e desembaraço aduaneiro fora do porto para permitir o estabelecimento de portos secos e criar um processo de desembaraço aduaneiro acelerado	Curto
	Actualizar as leis comerciais e civis e conduzir um estudo jurídico para avaliar os prós e os contras da adesão à OHADA ou a adopção das suas normas	Médio
	Formar juízes e funcionários do tribunal para se especializarem em casos de justiça comercial	Médio
	Introduzir técnicas de gestão de casos nos tribunais, incluindo a recolha de estatísticas para identificar oportunidades de ganhos de eficiência	Médio
	Automatizar procedimentos judiciais através de sistemas e equipamentos de tecnologia da informação	Médio
	Criar um registo online para garantias móveis para permitir que os mutuários garantam empréstimos com activos móveis (por exemplo, equipamentos e máquinas, contas a receber e veículos)	Médio
	Criar um mecanismo de partilha de risco para aumentar o apetite de risco dos bancos para empréstimos a pequenas empresas	Médio
	Melhorar o sistema de informações de crédito, ao actualizar o registo de crédito e expandir os relatórios financeiros das empresas	Médio
	Criar um sistema de informação fundiária baseado em parcelas e garantir que os processos cadastrais são integrados às informações de propriedade através de um número de identificação único	Médio
	Implementar o Plano de Melhoria da Gestão da empresa de serviços públicos de água e energia eléctrica (EMAE)	Curto
	Lançar uma proposta competitiva para os dois primeiros projectos de geração de energia identificados no PMCEGE	Médio
	Implementar medidas de gestão do lado da procura no sector eléctrico, tais como investimentos em iluminação com eficiência energética	Curto
	Assegurar financiamento estável para a manutenção de rodovias através do Fundo Nacional de Estradas	Médio
	Adquirir equipamento de armazenamento para permitir que mais contentores sejam armazenados no porto e no espaço aberto da área do porto	Curto
	Equipar o porto com infra-estruturas para lidar com cargas congeladas	Curto
	Obter a certificação da UE (ACC3) para exportação de cargas aéreas	Curto
	Adquirir equipamento de segurança para o aeroporto	Curto
Sectorial	Melhorar a capacidade dos órgãos públicos de recolherem dados sobre o número de embarcações de pesca e os volumes e os tipos de espécies pescadas	Curto
	Introduzir a co-gestão das infra-estruturas do local de aterragem	Médio

Fonte: Banco Mundial, 2019b.

Nota: OHADA = Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África (pelas siglas em francês de *Organization pour l'Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires*).

REFERÊNCIAS

Afrobarometer. 2016. *Afrobarometer Wave 6.* http://www.afrobarometer.org/

Afrobarometer. 2019a. *Afrobarometer Wave 6.* http://www.afrobarometer.org/

Banco Mundial. 2012. *World Development Report 2012: Gender Equality and Development*. Banco Mundial. Banco Mundial. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/4391 Licença: CC BY 3.0 IGO.

Banco Mundial. 2016a *Migration and Remittances Factbook*. KNOMAD: Global Knowledge Partnership on Migration and Development. https://www.knomad.org/sites/default/files/2017-03/9781464803192_0.pdf.

Banco Mundial. 2016b. *World Development Report 2016: Digital Dividends*. Washington, DC: Banco Mundial.

Banco Mundial. 2017. *What Is the Blue Economy?* Washington, DC: Banco Mundial.

Banco Mundial. 2018a. *Aggregated Logistics Performance Index*. https://lpi.worldbank.org/international/aggregated-ranking.

Banco Mundial. 2018b. *Bilateral Migration Matrix*. KNOMAD: Global Knowledge Partnership on Migration and Development. https://www.knomad.org/data/migration/emigration.

Banco Mundial. 2018c. *Public Expenditure Review São Tomé and Príncip*e. Washington, DC: Banco Mundial.

Banco Mundial. 2019a. *Climate Change and Marine Fisheries in Africa: Assessing Vulnerability and Strengthening Adaptation Capacity*. Washington, DC: Banco Mundial.

Banco Mundial. 2019b. *Country Economic Memorandum for São Tomé and Príncip*e. Washington, DC: Banco Mundial.

Banco Mundial. 2019c. *Inclusion Matters in Africa: The Foundation for Shared Prosperity.*

Banco Mundial. 2019d. *Poverty Assessment for São Tomé and Príncipe*. Washington, DC: Banco Mundial.

Banco Mundial. 2019e. *Profiting from Parity: Unlocking the Potential of Women's Business in Africa*. Washington, DC. Banco Mundial. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/31421 Licença: CC BY 3.0 IGO.

Banco Mundial. 2020a. *Sao Tome and Principe - Digital Economy Assessment*. Washington, DC: Banco Mundial. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

Banco Mundial. 2020b. *Strengthening Investment in Human Capital and Resilient Human Development Systems in Sao Tome and Principe*.

Banco Mundial. 2020c. *Women, Business and the Law*. Washington, DC: Banco Mundial.

Banco Mundial and Global Partnership for Education. 2020. *Eficiência e Sustentabilidade Financeira da Educação de São Tomé e Príncipe*.

Banco Mundial and ONE Campaign. 2014. *Levelling the Field: Improving Opportunities for Women Farmers in Africa*. Washington, DC: Banco Mundial. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17790 Licença: CC BY 3.0 IGO.

Barreto, R. e CL Vicente. 2019. *Country Economic Memorandum: Background Note 8 - How to Increase the Availability of Financing Needed to Stimulate Private Sector Investment? A Review of the State of and Barriers to Access to Financial Services in São Tomé and Príncipe* (English). Washington, DC: World Bank Group.

Basu, K., A. Narayan e M. Ravallion. 2001. "Is Literacy Shared within Households? Theory and Evidence for Bangladesh." *Labour Economics* 8 (6): 649–665.

Brutinel, M., Y. Wang, B.B. Koo, E. Portale e D. Rysankova. 2019. *São Tomé and Príncipe - Beyond Connections: Energy Access Diagnostic Report Based on the Multi-Tier Framework.* Washington, DC: World Bank Group.

Caldeira, A. M. 2011. "Learning the Ropes in the Tropics: Slavery and the Plantation System on the Island of São Tomé." *African Economic History* 39: 35–71.

Carvalho, M., F. Rego, J. M. Palmeirim, e J. E. Fa. 2015. "Wild Meat Consumption on Sao Tome Island, West Africa: Implications for Conservation and Local Livelihoods." *Ecology and Society* 20 (3): 27.

Central Bank of São Tomé e Princípe. 2020. *Relatório de Inquérito Rápido às Empresas Junho de 2020.*

Chimhowu, A. O., D. Hulme, L. T. Munro. 2019. "The 'New' National Development Planning and Global Development Goals: Processes and Partnerships." *World Development* 120:76–89.

Choi, J., M. A. Dutz, e Z. Usman, eds. 2020. *The Future of Work in Africa: Harnessing the Potential of Digital Technologies for All*. Africa Development Forum. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-1444-0. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

Cortez, C. J., e J. Arzinos. 2019. *Country Economic Memorandum for Sao Tome and Principe - Background Note 14: The Case for Economic Inclusion of Sexual and Gender Minorities in São Tomé and Príncipe*. Washington, DC: World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32135 License: CC BY 3.0 IGO

Cust, J. F., e D. Mihalyi. 2017. "Evidence for a Presource Curse? Oil Discoveries, Elevated Expectations, and Growth Disappointments." Policy Research Working Paper No. WPS 8140, World Bank Group, Washington, DC.

Eyzaguirre, P. B. 1989. "The Independence of Sao Tome e Principe and Agrarian Reform." *The Journal of Modern African Studies* 27 (4): 671–678.

Filmer, D., e L. Fox. 2012. *Youth Employment in Sub-Saharan Africa.* Africa Development Series. Washington, DC: World Bank.

FAO and MPFEA (Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul). 2019. *Estratégia de Transição para Economia Azul em São Tomé e Príncipe.*

Frynas, G., G. Wood, e T. Hinks. 2017. "The Resource Curse without Natural Resources: Expectations of Resource Booms and Their Impact." *African Affairs* 116: 233–260. 10.1093/afraf/adx001.

Galor, O., O. Moav, e D. Vollrath. 2009. "Inequality in Landownership, the Emergence of Human-Capital Promoting Institutions, and the Great Divergence." *The Review of Economic Studies* 76: 143–179.

Georgieva, K. 2018. "Technology Works for Getting Poor People's Problems Fixed—We Just Have to Get It Right." *Voices* (blog), 27 de Junho de 2018. http://blogs.worldbank.org/voices/technology-works-for-getting-poor-people-s-problems-fixed-we-just-have-to-get-it-right.

Hernandez, Uriz Z. 2019. *Country Economic Memorandum for Sao Tome and Principe - Background Note 6: Stock Take on Business Environment Reform in São Tomé and Príncipe*. Washington, DC. World Bank.

INE. 2017. *Inquérito aos Orçamentos Familiares* (IOF). São Tomé: INE.

INE. 2020. *Impacto da COVID-19 nas Famílias Santomenses*. São Tomé: INE.

INE. 2021. *Monitorando Impactos da COVID-19 nas Famílias Santomenses. Resultados da Segunda Ronda do Inquérito Realizado por Telefone.*

INPG (Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade do Género). 2017. *Relatório do Índice de Desenvolvimento de Género em STP*. São Tomé e Príncipe: INPG.

International Budget Partnership. 2019. *Open Budget Survey*. https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/open-budget-survey-2019.

IMF. 2018b. *IMF Fiscal Monitor: Capitalizing on Good Times. Chapter 2: Digital Government*. Washington, DC: IMF.

IMF. 2019. *World Economic Indicators*. https://www.imf.org/en/Publications/WEO.

IMF. 2020. *Financial Development Index Database*. https://data.imf.org/?sk=F8032E80-B36C-43B1-AC26-493C5B1CD33B.

Kirkwood, D. 2019. *Country Economic Memorandum for São Tomé and Príncipe Background Note #13: What Do We Know About Gender in São Tomé and Príncipe?* Washington, DC: World Bank.

Leite, P. G., T. George, C. Sun, T. Jones, e K. A. Lindert. 2017. *Social Registries for Social Assistance and Beyond: A Guidance Note and Assessment Tool*. Social Protection and Labor Discussion Paper 1704, World Bank, Washington, DC.

Liao, C. W., C. J. Fu, C. Y. Kao, Y. L. Lee, P. C. Chen, T. W. Chuang, T. Naito, C. M. Chou, Y. C. Huang, I. Bonfim, e C. K. Fan. 2016. "Prevalence of Intestinal Parasitic Infections among School Children in Capital Areas of the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe, West Africa." *African Health Sciences* 16 (3): 690–697.

Loureiro, S. M. C., e E. M. Sarmento. 2014. "Tourism Destination Competitiveness in São Tomé and Príncipe." *Anatolia* 26 (2): 217–229.

Manyika, J., A. Cabral, L. Moodley, S. Yeboah-Amankwah, S. Moraje, M. Chui, J. Anthonyrajah, e A. Leke. 2013. *Lions Go Digital: The Internet's Transformative Potential in Africa*. McKinsey & Company.

MECCC (Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação). 2016. *Avaliação Aferida De Larga Escala No Ensino Básico - AALEEB. Ano Lectivo 2015–2016.*

MEES (Ministério da Educação e Ensino Superior). 2018. *Análise Sectorial da Educação em São Tomé e Príncipe*.

MEES. 2019. *Boletim Estatístico Ano Lectivo 2018-2019*.

Ministério da Saúde, Centro Nacional de Endemias e Programa Nacional de Luta contra a SIDA. 2016. *Plan Directeur de Lutte Contre les Maladies Tropicales Negligees 2016–2020*.

Ministério das Finanças, Comércio e da Economia Azul. 2018. *Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de São Tomé e Príncipe.*

FAO and MPFEA (Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul). 2019. *Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe 2020–2024 (PNDS)*.

Montes-Rojas, G. e R. Barroso. 2020. *What Are the Empirical Determinants of International Tourist Arrivals and Expenditures?: An Empirical Application to the Case of Sao Tome and Principe*.

Nuno, A. e L. Matos. 2017. "*Associativismo para a co-gestão de recursos costeiros e marinhos na ilha do Príncipe?*" Study prepared for Omali Vida Non project (preliminary).

Parkes, J., J. Heslop, S. Oando, S. Sabaa, F. Januario e A. Figue. 2013. "Conceptualising Gender and Violence in Research: Insights from Studies in Schools and Communities in Kenya Ghana and Mozambique." *International Journal of Educational Development* 33: 546–556. 10.1016/j.ijedudev.2013.01.001.

Reilly, A. 2014. "Adolescent Girls' Experiences of Violence in School in Sierra Leone and the Challenges to Sustainable Change." *Gender and Development* 22 (1): 13–29. doi:10.1080/13552074.2014.902239.

Segura, A. 2006. “Management of Oil Wealth Under the Permanent Income Hypothesis: The Case of São Tomé and Príncipe.” IMF Working Paper WP/06/183, International Monetary Fund.

Seibert, G. 2016. “São Tomé and Príncipe 1975–2015: Politics and Economy in a Former Plantation Colony.” *Estudos Ibero-Americanos* 42 (3): 987–1012.

Seibert, G. e W. G. Clarence-Smith. 2019. “São Tomé and Príncipe.” In *Encyclopædia Britannica, inc.*

Sesnan, B. 2018. *Educação em Circunstâncias Difíceis: Estudo Sobre a Situação das Crianças Fora da Escola em São Tomé e Príncipe*. UNICEF.

Sim-Sim, I. e A. M. Vera Cruz. 2010. *Estratégia De Desenvolvimento Para A Educação Especial*. República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Skoufias, E. e K. Vinha. 2020. “Child Stature, Maternal Education, and Early Childhood Development.” Policy Research Working Paper No. 9396, World Bank, Washington, DC, https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34482 License: CC BY 3.0 IGO.

Sovacool, B. K. 2015. “Countering a Corrupt Oil Boom: Energy Justice, Natural Resource Funds, and São Tomé e Príncipe’s Oil Revenue Management Law.” *Environmental Science and Policy* 55(1): 196–207.

Spear, A. M. 2019. “Teachers As Change Agents? Assessing Teachers’ Perceptions of and Responses to Sexual and Gender-Based Violence in Schools in Burkina Faso.” *FIRE: Forum for International Research in Education* 5 (2): 195–213.

Sy, A. e O. Soares Diogo. 2019. *Estudo do Sector dos Produtos do Mar em São Tomé e Príncipe: Descrição Qualitativa/Quantitativa das Cadeias de Abastecimento e de Valor*. Roma, FAO.

Tjou-Tam-Sin, N., J. van de Bilt, M. Westenberg, P. Gorkink-Smits, N. M. Landman e M. Bergsma-Vlami. 2017. “Assessing the Pathogenic Ability of Ralstonia pseudosolanacearum (Ralstonia solanacearum Phylotype I) from Ornamental Rosa spp.” *Plants*. *Frontiers in Plant Science* 8:1895. DOI:10.3389/fpls.2017.01895.

UNDESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division). 2019. *Migrant Stock by Origin and Destination*. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates17.asp.

UNDP. 2020a. *Human Development Report 2020: The Next Frontier: Human Development and the Anthropocene*. http://hdr.undp.org/en/2020-report.

UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). 2015. *Submission by the United Nations High Commissioner for Refugees For the Office of the High Commissioner for Human Rights’ Compilation Report Universal Periodic Review: 2nd Cycle, 23rd Session SAO TOME AND PRINCIPE*.

United States Department of State. 2021. 2020 *Country Human Rights Practices: São Tomé and Principe*. https://www.state.gov/reports/2020-country-reports-on-human-rights-practices/sao-tome-and-principe/

GRUPO BANCO MUNDIAL

PROSPERIDADE PARA TODOS OS SÃO-TOMENSES

PRIORIDADES PARA ACABAR COM A POBREZA, PROMOVER O CRESCIMENTO E AUMENTAR A RESILIÊNCIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIAGNÓSTICO SISTEMÁTICO DO PAÍS

UMA BASE SÓLIDA COM UM GRANDE POTENCIAL AINDA INEXPLORADO

POTENCIAL HUMANO

População jovem (metade com menos de 18 anos), melhorias significativas na saúde e na educação.

RIQUEZA NATURAL

Biodiversidade única na terra e no mar, Reserva da Biosfera e vasta Zona Económica Exclusiva que é um hot spot marinho.

PACÍFICO

Taxas baixas de violência e criminalidade e uma história de eleições pacíficas e alternância governativa.

CRESCIMENTO

20 anos de crescimento económico estável que tem impulsionado investimento público em infraestrutura e capital humano.

A REDUÇÃO DA POBREZA EXIGE QUE SE ACTUE CONTRA AS VULNERABILIDADES CRÍTICAS E CONTRA OS CONSTRANGIMENTOS EFECTIVOS

CONSTRANGIMENTOS

- NÍVEIS REDUZIDOS DE CAPITAL HUMANO
- CAPACIDADE INSTITUCIONAL LIMITADA
- ISOLAMENTO E FRACAS LIGAÇÕES
- SECTOR PRIVADO PEQUENO

VULNERABILIDADES

- SECTOR DE ELETRICIDADE CARO, MAS DEFICIENTE
- ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E FALTA DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS
- BAIXA INCLUSÃO DAS RAPARIGAS E DAS MULHERES

... REQUER A CRIAÇÃO DE MAIS E MELHORES **EMPREGOS** E O REFORÇO DA **CAPACIDADE** E DA **RESILIÊNCIA** POR MEIO DE **4** PRIORIDADES ACCIONÁVEIS E **2** ÁREAS TRANSVERSAIS:

PRIORIDADES

TRANSFORMAR A ELETRICIDADE NUM SECTOR VERDE, EFICIENTE E EFICAZ

- Mudar de energias térmicas para energias renováveis que são mais acessíveis e sustentáveis
- Aumentar a confiabilidade e eficiência da rede
- Alcançar o acesso universal

TIRAR PARTIDO DO CAPITAL NATURAL PARA APOIAR O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

- Definir e implementar regras e mecanismos de fiscalização para a pesca
- Implementação de agricultura inteligente em termos climáticos
- Gestão do território, floresta, terra

CONCRETIZAR O POTENCIAL INDIVIDUAL E CRIAR CAPITAL HUMANO ATRAVÉS DA INCLUSÃO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES E DOS JOVENS

- Intervenções na primeira infância para melhorar saúde e aprendizagem
- Aspirações e empoderamento juvenil para reduzir a fertilidade precoce e manter os jovens na escola
- Melhorar as competências profissionais, especialmente para mulheres e jovens

CRIAR UM AMBIENTE FAVORÁVEL AO AUMENTO DO INVESTIMENTO PRIVADO GERADOR DE EMPREGO

- Fortalecer a estrutura regulatória para incentivar mais investimentos nacionais e internacionais
- Melhorar o acesso ao financiamento, especialmente para micro e pequenas empresas
- Aumentar a capacidade e a qualidade do porto e aeroporto

ÁREAS TRANSVERSAIS

- MELHORAR A CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CRÍTICOS NUM AMBIENTE ORÇAMENTAL COM RECURSOS LIMITADOS
- DESENVOLVIMENTO DIGITAL INCLUSIVO PARA MELHORAR O ACESSO A OPORTUNIDADES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

WORLD BANK GROUP